



**VESTIDOS
PARA
MATAR**

O ARMAMENTO
DE GUERRA
NA CRONÍSTICA
PORTUGUESA
DE QUATROCENTOS

PAULO
JORGE
SIMÕES
AGOSTINHO

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

(Página deixada propositadamente em branco)



I N V E S T I G A Ç Ã O

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Email: imprensauc@ci.uc.pt

Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

CONCEÇÃO GRÁFICA

António Barros

INFOGRAFIA DA CAPA

Carlos Costa

INFOGRAFIA

Xavier Gonçalves

EXECUÇÃO GRÁFICA

Simões & Linhares

ISBN

978-989-26-0302-5

ISBN Digital

978-989-26-0766-5

DOI

<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0766-5>

DEPÓSITO LEGAL

361665/13

VESTIDOS O ARMAMENTO
PARA DE GUERRA
MATAR NA CRONÍSTICA
PORTUGUESA
DE QUATROCENTOS

PAULO
JORGE
SIMÕES
AGOSTINHO

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

(Página deixada propositadamente em branco)

AGRADECIMENTOS

O trabalho que aqui se apresenta viu pela primeira vez a luz do dia sob a forma de uma dissertação de Mestrado em História da Idade Média apresentada, em 2006, à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, que não teria sido concluído sem o inestimável apoio que sempre tivemos a felicidade de receber de muitas pessoas. Para todas elas, expresso aqui a minha gratidão.

Deixo palavras de agradecimento e reconhecimento público da minha gratidão ao Professor Doutor João Gouveia Monteiro, que me orientou sempre com mestria e rigor, tendo acompanhado este trabalho desde a sua génese até ao produto final que o leitor tem agora nas mãos. Fui afortunado por ter um Orientador sempre disponível para aconselhar, guiar, corrigir e incentivar, um verdadeiro Mestre e Amigo.

Os meus sinceros agradecimentos à Directora do Mestrado em História da Idade Média, Professora Doutora Maria Helena da Cruz Coelho, e aos Professores do referido Mestrado, que sabiamente nos ensinaram e formaram, pelo incentivo e pela confiança demonstrada.

Agradeço também ao Professor Doutor Mário Barroca, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pelas pertinentes sugestões e críticas que muito contribuíram para enriquecer este trabalho.

Um agradecimento muito especial é também devido à Imprensa da Universidade de Coimbra, cuja alma e vigor são essenciais para a divulgação do conhecimento e da cultura que esta Universidade mostra ser continuamente capaz de gerar. Ao seu Director, Professor Delfim Leão, e à Directora Adjunta, Dra. Maria João Padez de Castro, agradeço a atenção e o empenho que permitiram a edição deste trabalho.

Aos meus amigos, agradeço o apoio constante e por terem sempre acreditado que este trabalho um dia teria fim. Mário Costa, João Neves, João Reis, Guida Cândido, Gabriel Falcão e Maria Helena Abreu. Deixo ainda um agradecimento especial à Cristina Sousa, que nunca deixou de me incentivar, com palavras, com o seu exemplo e com a sua amizade.

Por fim, não encontrarei nunca as palavras onde caibam o amor e gratidão que sinto pelos meus pais e pelo meu irmão. Este trabalho e tudo o que de bom consegui fazer na vida é vosso.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
INTRODUÇÃO.....	13
PARTE I – DEFENDER.....	33
CAPÍTULO 1	
DEFESAS EXTERIORES	35
1.1. <i>Escudo(s)</i>	35
1.2. <i>Pavês</i>	42
1.3. <i>Adarga – o escudo dos muçulmanos</i>	46
CAPÍTULO 2	
PROTECÇÕES DE CORPO	51
2.1. <i>Protecções de cabeça</i>	52
2.2. <i>Armamento corporal defensivo</i>	78
PARTE II – ATACAR.....	113
ARMAS OFENSIVAS.....	115
CAPÍTULO 3	
ARMAS DE MÃO.....	121
3.1. <i>Armas brancas</i>	121
3.2. <i>Armas de Choque</i>	149
3.3. <i>Armas de baste</i>	160

CAPÍTULO 4

ARMAS DE ARREMESSO E ARMAS DE FOGO PORTÁTEIS	181
4.1. <i>Armas de propulsão muscular</i>	182
4.2. <i>Armas de propulsão neurobalística</i>	192
4.3. <i>Armas de fogo portáteis</i>	204
CONCLUSÃO	209
FONTES E BIBLIOGRAFIA	213
1. <i>Fontes Impressas</i>	213
2. <i>Estudos</i>	213

PREFÁCIO

O estudo *Vestidos para Matar. O Armamento de Guerra na Cronística Portuguesa de Quatrocentos*, que a Imprensa da Universidade de Coimbra agora dá à estampa é uma obra que merece ser lida com atenção.

Trata-se de um trabalho construído ao longo de muitos anos, antes e depois da sua apresentação como dissertação de Mestrado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. O conteúdo do livro é, em termos gerais, fácil de apresentar. Ele constitui uma viagem guiada por oito dos textos mais representativos da cronística portuguesa dos finais da Idade Média, com o objectivo único de detectar e interpretar todas as referências que eles contêm ao armamento militar (ofensivo e defensivo) coevo. Uma tal investigação, que exige paciência, atenção, discernimento de análise e uma boa informação prévia sobre a hoplogia medieval, nunca antes havia sido feita. Ou seja, havia uma lacuna que era urgente colmatar em matéria do nosso conhecimento exaustivo das informações fornecidas pelas fontes narrativas acerca das armas manejadas pelos guerreiros medievais portugueses nos séculos xiv e xv. O trabalho que agora se publica é a resposta a essa necessidade, e uma resposta muito completa e rigorosa.

Não é fácil estudar a guerra praticada na Idade Média, muito menos o armamento. É certo que as fontes são variadas (literárias, artísticas, arqueológicas, etc.), mas todas elas colocam desafios complexos, seja em termos de autenticidade e verosimilhança, seja de datação ou de representatividade. Um pintor ou um escultor do século xv, por exemplo, podem muito bem incluir numa obra sua representações de armas do século anterior julgando que são suficientemente 'antigas' para caberem num quadro ou numa escultura que visa retratar cenas ou modelos dos séculos xi ou xii. Do mesmo modo, o cronista medieval, geralmente

de formação clerical e pouco conhecedor do *métier* das armas, não resiste muitas vezes à tentação de dourar a sua narrativa recorrendo a uma terminologia erudita, clássica, mas infelizmente bastante anacrónica para o período a que se reportam as acções que está a descrever.

Deste modo, para conhecer convenientemente as armas utilizadas na guerra medieval, não há outro caminho a não ser estudar detalhadamente cada tipo de fonte e cotejar com espírito crítico o contributo de cada uma delas, colocando nessa tarefa toda a preocupação hermenêutica que estiver ao nosso alcance. No caso das fontes narrativas, matéria com que Paulo Jorge Agostinho trabalhou nesta obra, é essencial proceder a uma crítica interna constante dos textos, de modo a saber escolher as referências mais importantes e a proceder a uma decodificação correcta do quadro em que elas nos são fornecidas. Não basta olhar, é preciso ver ... o texto no seu contexto. Julgo que Paulo Jorge Agostinho faz isso muito bem neste estudo, que é, aliás, muito mais do que um levantamento completo do tema: o Autor é também um intérprete do seu próprio inventário, um postulador de hipóteses para averiguação futura, um sintetizador arguto do 'estado da questão', ponderados todos os elementos recolhidos durante o seu inquérito.

As oito crónicas escolhidas por Paulo Jorge Agostinho para este estudo estão acima de qualquer suspeita, pela sua qualidade e representatividade, e até pela sua variedade formal. Estão representadas neste levantamento obras cuja composição se fez ao longo de um arco de tempo de quase exactamente um século. A mais antiga é a Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal (ou "Crónica de 1419"), de autoria ainda hoje discutível, enquanto a mais recente é a Crónica de D. Duarte, de Rui de Pina (obra redigida entre 1504 e 1513). Entre uma e outra, surgem a Crónica do Condestabre de Portugal (uma hagiografia de Nuno Álvares Pereira escrita cerca de 1431 por alguém muito próximo do herói de Aljubarrota), as três crónicas mais importantes de Fernão Lopes (talvez o melhor cronista europeu da primeira metade do século xv) e ainda duas das melhores obras de Gomes Eanes de Zurara (o cronista que sucedeu a Fernão Lopes e que talvez não tenha ainda sido devidamente valorizado pelo público português).

A análise detalhada destas oito fontes permitiu a Paulo Jorge Agostinho construir um apêndice documental de enorme valor para os estudiosos da matéria e que a Imprensa da Universidade de Coimbra em boa hora decidiu disponibilizar

à escala planetária. Uma consulta atenta deste material permite uma reinterpretação interessante de algumas ‘verdades adquiridas’ da historiografia nacional. Por exemplo, a tese de que as espadas eram, na Idade Média, uma arma exclusiva da nobreza e inacessível à população comum; ou a tradição de chamar ‘catapultas’ (termo jamais documentado neste estudo) aos grandes engenhos de arremesso que são os “trabucos” (de tracção humana ou de contrapeso); ou ainda uma certa crença na eficácia milagrosa das armas pirobalísticas, que por aqui se percebe deixarem ainda muito a desejar no período em apreço, mesmo nas operações de cerco de castelos ou de praças-fortes (praticamente o único cenário em que aparecem referenciadas).

Tudo isto é discutido neste trabalho minucioso, servido por uma escrita luminosa muito agradável de seguir e que encontrou um equilíbrio perfeito entre o ‘inventário’ (que, só por si, seria árido para o leitor) e a ‘interpretação’ (que pressupõe a componente anterior mas sem a qual uma obra deste género seria seguramente uma decepção). Para esse registo tão certo contribuiu também o facto de Paulo Jorge Agostinho ter um bom conhecimento da bibliografia internacional sobre o armamento medieval, desde os trabalhos inovadores de Claude Gaier (ilustre Director do Departamento “Armas” do Grand Curtius, o Complexo Museológico de Liège) até aos estudos ibéricos altamente especializados e fiáveis de Álvaro Soler del Campo e de Mário Jorge Barroca. O Autor teve, aliás, o cuidado de, na revisão e reformulação do seu trabalho para efeitos editoriais, enriquecer as fontes que alimentaram o seu guião e actualizar uma bibliografia específica em permanente renovação.

Deste modo, o livro que temos o prazer de apresentar tornou-se num excelente guia e num bom conselheiro, num livro prático mas também amigo de quem gosta da boa escrita. Nesta obra, as informações das fontes narrativas quatrocentistas portuguesas são optimizadas pelo talento e pelos conhecimentos do Autor, e ainda bem que assim é: num quadro ou numa escultura, as armas são praticamente ‘mudas’, pouco nos podem explicar acerca da sua eficácia, do seu raio de utilização social ou do seu preço (para apenas citar três exemplos). Já numa crónica, as armas, embora não as vejamos, podem ‘falar’, desde que quem as examina tenha arte suficiente para as interpelar.

Paulo Jorge Agostinho conseguiu isso e, deste modo, provou ser um investigador lúcido e com grande potencial, apesar da sua juventude e da sua

discrição pessoal. Para mim, ele é um grande exemplo: trata-se de um professor do Ensino Básico e Secundário que se mantém ligado ao estudo e à produção do conhecimento, mesmo num país onde, infelizmente, tal atitude não é ainda tão recompensada em termos profissionais quanto seria exigível. Que este belo livro possa inspirar outros docentes e dar origem a novas investigações, norteadas pelo prazer de estudar e de “aprender, aprender sempre”.

Cernache, Verão de 2011.

João Gouveia Monteiro.

INTRODUÇÃO

O presente estudo foi originalmente apresentado numa dissertação de Mestrado em História da Idade Média apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Professor Doutor João Gouveia Monteiro. O texto original foi posteriormente corrigido e completado com novos dados. É essa revisão que aqui se apresenta.

O propósito deste trabalho foi, desde o primeiro momento, o de dirigir um olhar (que se espera útil) sobre o armamento medieval português. Desta vez partindo das crónicas que ao longo do século xv se foram escrevendo no espaço português. Era um trabalho que, em nosso entender, ainda não estava feito de uma forma sistemática.

O primeiro passo foi o de tentar perceber se o trabalho baseado apenas em fontes escritas (mais precisamente em crónicas) seria exequível. Para isso, foi necessário ver o que nos poderiam dizer autores que estudaram a fundo a problemática das fontes para o estudo do armamento medieval. Falamos sobretudo de Claude Gaier e Soler del Campo (nomes que dispensam apresentações).

Para Claude Gaier, o historiador de armamento medieval lida com dois tipos de fontes: *fontes arqueológicas*, as armas propriamente ditas e os testemunhos iconográficos que chegaram até nós, incluindo a estatuária, iluminuras, pintura, tapeçarias, vitrais, cerâmica, selos e moedas, e *fontes escritas* (GAIER 1979, pp. 39 e ss. e 44 a 61). Soler del Campo refere as mesmas fontes, embora conceda à iconografia um estatuto autónomo, definindo assim três tipos de fontes: *arqueológicas*, *iconográficas* e *literárias* (SOLER DEL CAMPO, 1987, pp. 31 a 33). De acordo com Claude Gaier, as fontes escritas dividem-se em fontes narrativas, fontes literárias, fontes diplomáticas e fontes didáticas (GAIER 1979, pp. 61 a 82).

Por seu lado, Soler de Campo considera apenas três tipos de “fontes literárias” (leia-se fontes escritas): cronísticas, documentais e obras em poesia e prosa (SOLER DEL CAMPO, 1987, pp. 33 a 34); não define, portanto, um tipo específico para as fontes didáticas que Gaier contempla. Apesar de alguma desarmonia na nomenclatura utilizada, a divisão feita por ambos é em muito semelhante, como se pode observar na tabela que se segue:

Claude Gaier	Alvaro Soler del Campo
Fontes narrativas: <i>Crónicas e Anais</i>	Fontes Cronísticas: <i>Crónicas</i>
Fontes literárias: <i>obras do domínio da ficção em poesia e prosa – epopeias e romances</i>	Obras de prosa e poesia: sem exemplos
Fontes diplomáticas: <i>livros de contas (pessoais e colectivos); inventários de salas de armas e arsenais; tarifas de portagens e receitas aduaneiras; testamentos; ordenações de carácter militar; ordenações relativas ao porte de arma; regulamentos corporativos e contratos de aprendizagem; correspondência privada; documentação demográfica;</i>	Fontes documentais: <i>Documentação notarial; testamentos; foros; cartas de foral, inventários das fortalezas;</i>
Fontes didáticas: <i>tratados de natureza técnica; descrições de armas; antologias de textos sobre a mecânica das armas colectivas; livros de pirotecnia; tratados sobre a arte da guerra; tratados de caça; tratados sobre torneios;</i>	

Tabela 1 – Tipologia de fontes escritas

Soler del Campo, como se vê, é parco em exemplos concretos, ao contrário de Gaier. De qualquer modo, não é crível que tenha ignorado documentação de tão grande importância como as fontes didáticas quando pensou a tipologia que nos apresenta. Estas estarão certamente incluídas nas fontes documentais.

Fontes Arqueológicas

A grande variedade de fontes poderia ser, à partida, encorajadora. Infelizmente, como bem notou Mário Jorge Barroca, a sua dispersão e a necessidade

de “*conjugar dados de natureza muito diversa – documental, iconográfica, arqueológica – [...] complica a fase de heurística*” tornando o trabalho do historiador numa “*tarefa tão fundamental quanto ingrata*” (BARROCA 2003, p. 122). Estas dificuldades aconselham os investigadores a estabelecerem metas menos ousadas, preferindo análises parciais e obras monográficas a estudos de síntese, que estão ainda por fazer (BARROCA, 2003, p. 122 e PASTOUREAU, 2002, p. D).

Para mais, sobretudo no caso português, as dificuldades tendem a aumentar. Por um lado, são raras as armas de origem medieval que chegaram até nós e os testemunhos iconográficos também escasseiam, sobretudo em relação ao período anterior ao século XIII (data que marca a introdução da escultura funerária no espaço português). Por outro lado, muitas fontes documentais encontram-se ainda por publicar, o que contribui para a sua inacessibilidade (BARROCA 2003, p. 122).

A questão da raridade das armas medievais conservadas até aos nossos dias é também colocada por Alvaro Soler del Campo e por Claude Gaier, pelo que não se trata de um problema unicamente português. Soler del Campo assinala que grande parte das armas que chegaram em bom estado de conservação até nós são “*artigos de luxo*” que “*não são, portanto, representativas do tipo de armas usado pela restante população.*” A partir das armas de uma elite só poderemos saber como essa elite, necessariamente muito restrita, combatia. Daí a necessidade de mais escavações arqueológicas com a consequente publicação de todos os seus achados, sublinha o mesmo autor (SOLER DEL CAMPO, 1987, p. 31). Gaier não se revela tão pessimista em relação ao número de publicações que vão dando a conhecer as armas medievais que venceram a batalha do tempo (referindo catálogos de coleções públicas e privadas e de exposições temporárias ou estudos publicados na sequência de investigações arqueológicas). Porém, deixa um alerta: “*a relativa abundância das publicações mencionadas [...] não deve criar ilusões no que toca à quantidade de armas medievais chegadas até nós. Estas são pouco numerosas [...] e a sua origem muitas vezes controversa.*” (GAIER, 1979, p. 43). A destrutiva passagem do tempo atingiu sobretudo armas feitas em materiais menos resistentes: tecido e couro, madeira, cordas e tendões. Ou seja, até nós chegaram sobretudo peças em suporte metálico (GAIER, 1979, p. 43).

Porém, se as armas propriamente ditas são escassas, estão representadas em grande número em imagens e textos. Olhemos primeiro para as imagens.

Fontes Iconográficas

A iconografia medieval que retrata o armamento é abundante e compensa a falta das peças originais, diz-nos Gaier (GAIER, 1979, p. 44). Por esse motivo Soler del Campo a converte “*no caminho mais efectivo para o conhecimento do armamento medieval.*” Como todos os caminhos, não deixa de ter as suas encruzilhadas e dificuldades. Em primeiro lugar, este tipo de fonte tem um problema de *fidelidade* em relação à realidade representada, sobretudo quando falamos da Alta Idade Média, pela ausência de detalhes que, na Baixa Idade Média já estarão presentes (SOLER DEL CAMPO, 1987, 31; GAIER, 1979, p. 45).

O suporte utilizado pode também dificultar uma representação mais próxima da realidade: “*sempre será mais fácil ficar-se mais próximo da realidade [criando imagens] sobre pergaminhos do que sobre blocos de pedra*”, escreveu Soler del Campo. A desvantagem das representações iconográficas em pergaminho é o seu tamanho reduzido, elemento já colmatado na pintura, tendencialmente a “*melhor fonte iconográfica.*” (SOLER DEL CAMPO, 1987, p. 32).

A questão da fidelidade acentua-se quando nos apercebemos da tendência do artista medieval para “*representar as coisas do passado com um grande [crescente] realismo mas actualizando-as.*” Daí a necessidade de se proceder a uma datação rigorosa das imagens a estudar, tendo em atenção, porém, outras contingências que poderão induzir o historiador em erro: o plágio de obras anteriores poderá insinuar uma datação que não corresponde à realidade; o artista poderá introduzir conscientemente elementos anacrónicos por razões de composição, procurando criar uma “*distanciação cronológica*”; o gosto pelo exótico em voga no século xv e “*que se traduz por vezes por figurações fantasistas de armas ofensivas e defensivas*”, deformando as armas reais (GAIER, 1979, pp. 45 e 46).

Em suma, o estudo da iconografia exige uma análise crítica de cada peça que tenha em conta “*os hábitos dos artistas, os seus temas predilectos, as suas omissões, os seus defeitos e [...] a sua ignorância em relação a determinadas realidades.*” (GAIER, 1979, p. 46). Estudos desta natureza aconselham a que se componha uma equipa de trabalho multidisciplinar (que inclua, neste caso, arqueólogos, historiadores da arte e historiadores da cultura e das mentalidades). Esta é, aliás, uma realidade inerente a qualquer investigação de história militar de grandes dimensões.

Que nos mostram as imagens? Para além de darem a conhecer a morfologia das armas, revelam-nos também sistemas de utilização das armas (e até as suas consequências), através dos movimentos das personagens (SOLER DEL CAMPO, 1987, p. 23 e 1993, p. 36). Mostram-nos o estatuto social de quem usa determinadas armas e os contextos (batalhas, cercos, caça, cerimónias de variada natureza...) em que são utilizadas.

Porém, nem sempre a imagem é suficientemente esclarecedora e cala muitas informações. Um exemplo, entre muitos. No que toca ao modo de utilização de algumas armas, há dificuldades em deduzir a partir da imagem se o cavaleiro vai manter a lança na mão para estocar o adversário ou se está a iniciar o seu arremesso (SOLER DEL CAMPO, 1993, p. 48). Para determinadas informações, precisamos de recorrer a outro tipo de fonte: a palavra.

Fontes escritas

Claude Gaiier considera que as fontes para o conhecimento do armamento medieval são indirectas, já que o conhecimento se funda, em grande parte, sobre testemunhos iconográficos ou escritos. Ora, estes últimos não se debruçam directamente sobre as armas, pois o homem medieval não elaborou (ou pelo menos não chegaram até nós) tratados e análises descritivas profundas sobre as suas armas (GAIER, 1979, p. 39). Perante este cenário, concluiu Gaiier que “o estudo das armas antigas [...] é por natureza enciclopédico” (GAIER 1979, p. 10).

Curiosamente, e apesar da já referida escassez de vestígios arqueológicos, os investigadores da história do armamento demoraram a confiar verdadeiramente nas fontes escritas. Soler del Campo fez um esboço da história da investigação sobre armamento em Espanha (e a história de Espanha será também um pouco a nossa). A investigação sobre armamento começou em Espanha no segundo quartel do século XIX (SOLER DEL CAMPO, 1987, p. 11), mas só no início do século XX se iniciou uma nova etapa cuja importância residiu na utilização que se fez “de forma exclusiva, da documentação e da literatura como fonte para o estudo do armamento.” Até aí, as fontes escritas “actuavam como um complemento no momento de enquadrar historicamente o tema, de explicar a terminologia ou de auxiliar na análise de uma iconografia” (SOLER DEL CAMPO, 1987, p. 20).

Significativamente, a primeira fonte escrita a servir exclusivamente de base para uma investigação no campo do armamento foi a obra-prima de Cervantes. *Las armas de Don Quijote*, de E. Leguina, foi publicado em 1908. Trata-se de um estudo simples, de identificação do armamento referido por Cervantes. Foram precisas quase duas décadas para que surgissem, falando ainda em Espanha, os primeiros ensaios baseados unicamente em fontes escritas, publicados em língua alemã por W. Giese (cf. SOLER DEL CAMPO, 1987, pp. 20 e 48). Giese inicia uma tradição que só será continuada vinte e cinco anos mais tarde. Desde logo porque a Espanha (e a Europa no seu rasto) entrou, nos finais da década de 1930, num dos seus períodos mais dolorosos. Ironicamente, as armas modernas vieram calar os ecos das suas antepassadas. Já em 1947 saiu um importante estudo sobre artilharia espanhola e europeia, baseado em fontes escritas e iconográficas. Trata-se da obra de Jorge Vigón intitulada *Historia de la artilleria española*, editada em Madrid. Mas será com a passagem, nos finais dos anos sessenta, de um investigador da área da literatura, de seu nome Martín de Riquer, para a área da história do armamento, que as fontes escritas alcançam o reconhecimento merecido, sem que isso tenha impedido avanços (muito pelo contrário) na área dos trabalhos arqueológicos (SOLER DEL CAMPO, 1987, pp. 26 e 27). O mais significativo trabalho de Riquer neste campo será *Las armas en el Amadís de Gaula*, inserido nos *Estudios sobre el Amadís de Gaula* (RIQUER 1987, pp. 55 a 165). Mas também no seu *Caballeros Medievales y sus armas*, publicado em 1999, Riquer reúne vários artigos de idêntica natureza. Estes valiosos trabalhos de Riquer partem de fontes escritas (revelando uma proximidade entre a literatura e a história militar) e demonstram que é válida a sua utilização para o estudo do armamento.

Assim, ainda que inicialmente se pudessem colocar reservas em relação à validade das fontes escritas, perante o que foi dito estas ganham uma grande importância. “Elas são [...] o espelho, a imagem das armas antigas e esse reflexo, muitas vezes, conta mais para o historiador que o objecto em si mesmo”, escreveu Gaier (GAIER 1979, p. 62). São importantes para completar informações sobre as quais as armas e as imagens são mudas. Podem confirmar ou refutar conclusões que os estudos sobre as peças e as suas representações geraram. E podem mesmo permitir um outro olhar sobre as armas. A arma nem sempre denuncia quem a manuseou nem nos conta o que pensavam os homens medievais sobre ela, sobre o seu valor simbólico e social. E, por si só, a arma (ou a sua

representação iconográfica) muitas vezes não nos explica em que condições era utilizada nem nos dá conta da sua eficácia (GAIER 1979, p. 62). Para isso, precisamos de testemunhas, ainda que indirectas. E essas testemunhas encontramos-las nas fontes escritas.

Na feliz expressão de Claude Gaier, “*numerosos documentos [...] retêm o ruído das armas*” (GAIER 1979, p. 61). É o eco desse ruído que fomos procurar nas fontes narrativas portuguesas do século xv.

Recordemos aqui a divisão tipológica das fontes escritas feita por Soler del Campo e Claude Gaier (tabela 1), de forma a vermos a importância e as limitações de cada uma delas. Queremos, com isso, esclarecer os motivos que nos levaram a escolher as fontes com as quais trabalhamos no presente estudo. Porque a consideramos mais completa, seguiremos a nomenclatura de Claude Gaier.

a) Fontes Diplomáticas

As fontes diplomáticas são numerosas a partir do século XIII, repartindo-se entre várias categorias (referidas na tabela 1) que foram analisadas por Claude Gaier, para onde remetemos o leitor (GAIER, 1979, pp. 66 a 76). Para o caso português, para além da eventual escassez de determinados documentos desta natureza, há a dificuldade inerente ao facto de pouco se ter feito no domínio da sua publicação sistemática.

b) Fontes Didáticas

As fontes didáticas (GAIER, 1979, pp. 76 a 82) de composição medieval com data anterior ao século xv são raras. Este factor é uma limitação evidente, pois dificulta o olhar em diacronia. O distanciamento de combatentes e armeiros em relação ao mundo das letras e uma formação de natureza prática e oral terão contribuído para o seu aparecimento tardio. Nos finais do século XIV e inícios de XV, sentiu-se a necessidade de codificar determinadas práticas, como é o caso da caça e das justas e torneios. Por outro lado, a crescente complexidade das armas colectivas significou o fim da aprendizagem de tradição oral (GAIER, 1979, p. 76).

Estas fontes, embora escassas, são de uma grande riqueza de informação pelas descrições que apresentam, revelando-nos o grau de conhecimento sobre as matérias bélicas que os homens da época possuíam.

c) Fontes Literárias

As fontes literárias abarcam a poesia (lírica cortês) e a ficção em prosa. A lírica trovadoresca, pelo seu conteúdo tendencialmente amoroso (não podemos esquecer as cantigas de escárnio e maldizer, e as cantigas de Santa Maria, que fogem a esta temática), é um género literário que, *a priori*, pouca informação poderia fornecer a quem procura conhecer de forma sistemática e aprofundada a guerra e mais concretamente o armamento.

O romance, por sua vez, abarca, nas palavras de José Mattoso, um conjunto de “*composições narrativas de ficção em prosa, em língua vulgar ou «romance», cujos principais protagonistas são cavaleiros.*” O mesmo autor refere a divisão deste género em duas grandes matérias: a *Matéria Antiga*, “*inspirada em textos latinos, sobretudo em Ovídio*” e a *Matéria da Bretanha*, “*inspirada nas lendas celtas em torno do rei Artur*”, manifestada em Portugal nos textos *Demanda do Santo Graal*, *Livro de José de Arimateia* e *Merlim* (existente apenas em fragmento) (MATTOSO, 1993a, p. 589).

Não iremos fazer aqui a história da criação do Romance de cavalaria, tarefa já brilhantemente feita por Jacques Paul (PAUL, 1998) e por José Carlos Miranda (MIRANDA, 1996). Recordemos apenas que se trata de narrativas ficcionadas (mas não escutadas ou lidas como tal pelo seu público medieval) sobre heróis ligados à história da Bretanha e à mítica figura do Rei Artur e dos seus cavaleiros da Távola Redonda. Estas obras tiveram grande influência quer na mentalidade, no comportamento e na cultura dos homens medievais, quer ainda em outro género de textos, como foi o caso das crónicas. Há uma relação em muitos aspectos próxima entre Romance e Crónica, ou se quisermos utilizar a terminologia de Gaiier, entre Literatura e Narrativa. A sua validade enquanto fonte não pode ser, de modo algum, contestada.

Porém, ainda que a guerra tenha uma importância inquestionável neste género literário, a sua utilização para o estudo do armamento levanta vários

problemas metodológicos. Desde logo um problema de datação da informação recolhida. Para evitar anacronismos nas suas interpretações, o historiador deverá procurar a data do texto que está a analisar, sendo para isso forçado a reconstituir o processo da sua criação (MIRANDA, 1996, p. 86). Uma tarefa hercúlea e impossível de fazer no âmbito do presente trabalho. Recordemos que a própria concepção de tempo presente no Romance de Cavalaria não nos ajuda a estabelecer datas para acontecimentos que, para mais, são ficcionados. Como nos diz J. Carlos Miranda, este género de prosa adoptou o modelo de tempo e de História que é fornecido pela Bíblia (MIRANDA, 1996, p. 90).

Um segundo problema é o da adequação ou desadequação das informações contidas nestes textos ao espaço português. Sendo os Romances de Cavalaria criações francesas e de influência bretã, chegando até nós por traduções e adaptações, até que ponto podemos saber se o armamento ou as práticas da guerra neles contidas estavam presentes (pelo menos em escala idêntica) entre nós? Por outras palavras, para além do possível risco de anacronismo, não correríamos igualmente um risco de descontextualização espacial da informação recolhida, aplicando a Portugal realidades estrangeiras? Novamente, resolver estas questões exigiria um estudo comparativo profundo que nos dissesse que realidades eram extensivas a Portugal e quais eram importações do espaço além-Pirenéus. Esse estudo não cabe nos limites de espaço e de tempo delineados para este trabalho.

Assim, sem negar a importância das fontes literárias para o estudo da guerra e do armamento, preferimos, para esta investigação, fontes que evitassem os problemas atrás referidos e que, ao mesmo tempo, nos permitissem fazer um trabalho de análise sistemático. Falamos das fontes narrativas (crónicas).

d) Fontes narrativas

As crónicas apresentam uma grande vantagem em relação à esmagadora maioria das restantes fontes escritas (senão mesmo a todas): todos os grandes episódios militares da Idade Média estão presentes nos seus fólios. São, por esse motivo, fontes privilegiadas, que nos descrevem os guerreiros e os combates (GAIER, 1979, pp. 62 e 63). Por outras palavras, “*deixam entrever os sistemas de uso, o desenrolar dos combates e as tácticas seguidas em função dela.*” Do mesmo

modo, “descrevem o equipamento dos combatentes e as diferentes categorias definidas por este” e dão informações sobre “as características formais de algumas armas”, sobre a sua origem geográfica, sobre aspectos da sua morfologia ou sobre os materiais de construção (SOLER DEL CAMPO, 1987, pp. 33 e 34).

Naturalmente, o trabalho a partir de crónicas apresenta alguns problemas. Desde logo, a variedade de autores que, ao longo dos anos e dos séculos as foram escrevendo. Cada autor significa um estilo diferente e, também, um diferente nível de credibilidade ou de interesse para o tema específico da guerra e do armamento. Crónicas compostas num estilo próximo da hagiografia serão, à partida, fontes de escassa informação de cariz bélico. Cronistas oriundos do meio eclesiástico ou com uma formação distante do universo militar também poderão estar pouco interessados em aprofundar a temática da guerra, visto estarem motivados para enfatizar aspectos de carácter filosófico ou apologético (GAIER, 1979, p. 62), acabando por apresentar dados demasiado genéricos (SOLER DEL CAMPO, 1987, p. 32).

Talvez por se valorizar em demasia as suas limitações e não se olhar para o seu potencial, as crónicas foram quase sempre utilizadas como fontes de apoio ou suporte a trabalhos baseados em outro género de fontes. “As fontes narrativas medievais” – diz Gaier – “raramente foram objecto de investigações sistemáticas” (GAIER, 1979, p. 64).

Apesar de tudo, cremos que as vantagens e as possibilidades que as crónicas nos oferecem justificam que se faça essa investigação de forma mais sistemática. Foi esse o caminho que quisemos começar a trilhar ao iniciar este trabalho. Esta opção não foi aleatória ou resultado de uma mera preferência subjectiva. A Idade Média portuguesa apresenta um importante e extenso número de crónicas. Redigidos ao longo do século xv, estes textos abrangem toda a vida medieval do reino, sobretudo no que concerne aos aspectos políticos e militares. Compõem, deste modo, um corpo relativamente coerente e contínuo. Apesar das diferenças de estilo dos vários cronistas, todos têm em comum, senão um método pelo menos uma concepção aparentada do que é o trabalho de cronista. Em larga medida, são co-autores de uma grande obra colectiva que são as Crónicas dos Reis de Portugal. Há, naturalmente, crónicas que não são régias, mas senhoriais. É o caso, por exemplo, da *Crónica do Condestabre* ou as crónicas dos Meneses escritas por Zurara. Não cremos

que haja entre estas e as crónicas régias diferenças suficientemente vincadas para se criar um sub-género, pelo que devemos considerá-las como peças de um mesmo tipo de fontes. Recordemos que o próprio Fernão Lopes não fez essa distinção, já que usou variadas passagens da *Crónica do Condestabre* nas suas crónicas régias dedicadas a D. João I. Além desse aspecto, recordemos que, no tocante aos Condes D. Pedro e D. Duarte de Meneses, se trata de representantes da Coroa no Norte de África. Ambos actuam em substituição do rei e em seu nome, e não apenas a título pessoal. Deste ponto de vista, podemos dizer que as suas crónicas são, na realidade, crónicas régias por interposta pessoa.

Em todas estas crónicas encontramos uma preocupação em registar e narrar os aspectos mais importantes da vida política e militar da personagem principal (geralmente o rei) e de outros elementos que giram na sua órbita. E como foi anteriormente referido, as crónicas fornecem-nos uma visão de acontecimentos históricos, incluindo muitos de cariz marcadamente militar. É uma visão marcada por uma ideologia e, naturalmente, parcial. Referindo-se à *Crónica de Portugal de 1419* ou *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, Luís Krus é claro ao afirmar a intenção do cronista (por encomenda da Coroa) de fixar “o «modelo» oficial do novo olhar sobre o passado português, adaptando-se aos interesses e ao posicionamento peninsular da recém-fundada dinastia de Avis” (KRUS 1993, pp. 173 e 174). Mesmo assim, estas crónicas não deixavam de ser verosímeis aos olhos dos contemporâneos que as liam ou ouviam ler, pelo menos ao nível da história material. As façanhas de heróis como o Condestável podem ser empoçadas pela pena do cronista, mas a descrição do seu equipamento militar e da forma de combater e golpear o adversário tem esse fundo de verosimilhança que procuramos.

Sintetizando: As crónicas apresentam várias vantagens em relação aos demais géneros de fontes escritas. Desde logo porque incidem sobre acontecimentos históricos do reino português, abordando o nascimento e crescimento do reino de Portugal ao longo de três séculos. Esta visão em diacronia é importante para quem procura retirar daí dados sobre a evolução do armamento, apesar de se dever ter sempre em conta a data da respectiva redacção. A realidade nelas contida é ideologicamente moldada em favorecimento do seu patrocinador (falamos essencialmente da Casa Real de Avis) e, como veremos mais adiante, é

influenciada por preconceitos próprios do seu público-alvo – os cavaleiros. Não deixam, no entanto, de ser fontes credíveis ao nível da história material, o que para o tema do armamento muito nos importa.

Por razões de tempo e de dimensão do presente trabalho, foi necessário proceder a uma escolha das crónicas a analisar. O primeiro passo foi fazer a relação das crónicas Quatrocentistas portuguesas, que a seguir se reproduz (a partir de informações de KRUS 1993, p. 173-175; AMADO, 1993, 1993a, 1993b, 1993c, 1993d; e GOMES, Rita Costa, 1993 e 1993a).

Os títulos em destaque foram os escolhidos para análise.

- 1419 – *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal* ou *Crónica de Portugal de 1419* (de Afonso I a Afonso IV, baseada na *Crónica Geral de Espanha de 1344*)
- 1431-33 – *Crónica do Condestabre de Portugal*
- 1434-49 – Fernão Lopes, *Crónica de D. Pedro I*
– Fernão Lopes, *Crónica de Dom Fernando*
– Fernão Lopes, *Crónica del Rei dom João I da boa memória. Parte Primeira.*
– Fernão Lopes, *Crónica del Rei dom João I da boa memória. Parte Segunda.*
- 1450 – Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I*
- 1451-60 – Frei João Álvares, *Tratado da Vida e Feitos do Muito Virtuoso Senbor Infante D. Fernando* ou *Crónica do Infante Santo D. Fernando*
- 1453 – Gomes Eanes de Zurara, *Crónica dos Feitos de Guiné*
- 1460 – Mateus Pisano, *De Bello Septensi*
- 1458-64 – Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Pedro de Menezes*
- 1464-68 – Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Duarte de Menezes*
- 1497-1504 – Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V*
– Rui de Pina, *Crónica de D. João II*
- 1504-13 – Rui de Pina, *Crónica de D. Duarte*
- 1505 – Duarte Galvão (morre em 1515, em viagem de Goa para a Abissínia), *Crónica de D. Afonso Henriques*
- até 1522 – Rui de Pina, *Crónicas de D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis e D. Afonso IV.*

A escolha foi feita de acordo com os seguintes critérios e objectivos:

- a) Ter uma visão do papel das armas na representação da evolução histórica do reino desde a sua formação até ao final do século xv, abrangendo, grosso modo, a Idade Média portuguesa;
- b) Analisar, de uma forma o mais equilibrada possível, os textos dos principais cronistas portugueses de Quatrocentos.

Vejamus cada opção em particular. A *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, provavelmente redigida por Fernão Lopes (cf. AMADO, T. 2001, 441-444; MONTEIRO, J. G., 1988, 78-80 e KRUS, 1993, 186), é de uso inquestionável pois aborda grande parte da primeira dinastia, desde o início da nacionalidade. Composta “a partir de 1419”, constitui o *primeiro volume* da obra de Fernão Lopes, que “terá usufruído de materiais já existentes (recolhidos, nomeadamente, na Crónica de 1344)” (MONTEIRO, J. G., 1988, p. 80).

Rui de Pina escreveu, já no início do século xvi, novas crónicas dos primeiros reis de Portugal, de D. Sancho I a Afonso IV, mas este trabalho é pouco mais do que uma refundição da *Crónica dos Sete Primeiros Reis*, tendo Rui de Pina adaptado, para esse efeito, os escritos de Fernão Lopes (MONTEIRO, J. G., 1988, p. 84). Esta indicação é, aliás, testemunhada por Damião de Góis, na sua *Crónica de D. Manuel* (cf. GOMES, R.C., 1993, p. 597). Optámos, por este motivo, pelo texto mais próximo da época retratada.

A *Crónica do Condestabre* é, também, um texto que merece atenção. Sendo de autor anónimo, é a “única crónica biográfica senhorial anterior a 1450 chegada ao nosso tempo” e possui um “lugar excepcional [...] na literatura medieval portuguesa”. Apesar do seu estilo hagiográfico, é um texto de grande realismo, provavelmente redigido por “um cavaleiro clérigo albeio à corte, pertencente a uma Ordem Militar” conhecedor de Nuno Álvares Pereira e que o terá “acompanhado nalgumas das operações militares que descreve” (AMADO T. 1993, p. 187). O provável contacto do cronista com o mundo da guerra confere ao seu testemunho (ainda que, em alguns casos, seja um testemunho indirecto) uma validade que o próprio Fernão Lopes reconheceu ao aproveitar a crónica anónima para as suas *Crónica de Dom Fernando* e *Crónica del Rei dom João I da boa memória* (cf. AMADO 1993, p. 187 e MONTEIRO, J. G., 1988, p. 81).

As *Crónica de Dom Fernando*, *Crónica del Rei dom João I da boa memória*, *Parte Primeira* e *Crónica del Rei dom João I da boa memória*, *Parte Segunda* foram os textos expressamente assinados por Fernão Lopes escolhidos para análise. Juntamente com a *Crónica de D. Pedro* formam o segundo volume das obras deste cronista, encomendadas pelo rei D. Duarte (MONTEIRO, J. G., 1988, pp. 80 e 81).

A *Crónica de D. Pedro* foi excluída por vários motivos. Em primeiro lugar, porque o texto tem uma reduzida extensão, comparativamente a outras crónicas de Fernão Lopes (apenas 44 capítulos). Em segundo lugar, retrata um reinado curto (D. Pedro reinou dez anos), tradicionalmente referido como sendo de paz e que foi caracterizado pela mais recente biógrafa d'O *Justiceiro*, Cristina Pimenta, como sendo “*aparentemente tão vazio de grandes conteúdos*”. Este vazio levou, aliás, a referida historiadora e biógrafa a recuar ao período de governação de Afonso IV, no qual D. Pedro esteve envolvido, como forma de *reabilitar* o reinado de D. Pedro (PIMENTA, 2005, pp. 74 e 75). O mesmo vazio de conteúdos terá sentido Fernão Lopes, uma vez que a sua *Crónica de D. Pedro* aborda, em muitos dos seus capítulos, a vida de Pedro I de Castela, para tal utilizando largamente a narrativa de Pero López de Ayala sobre o referido monarca (cf. MONTEIRO, J. G., 1988, pp. 82 a 87).

Fosse esta a única crónica de Fernão Lopes e teria sido utilizada. Mas Fernão Lopes escreveu a crónica do reinado de D. Fernando, que facilmente identificamos com as guerras que foram baptizadas com o nome do próprio monarca – as Guerras Fernandinas. Efectivamente, “*com D. Fernando, a Coroa portuguesa interrompeu um ciclo de paz, ao nível da sua política externa, que se anunciara já no tempo de governação de D. Dinis e de seu filho e que, no reinado de D. Pedro I, adquirira a sua expressão mais evidente*” (MONTEIRO, J. G. 1998, p. 20).

Só por si, esse facto justificava a escolha da *Crónica de Dom Fernando*. Mas, para além de fazer a guerra, D. Fernando também a preparou, já que “*concretizou reformas decisivas ao nível do equipamento militar e da estrutura da cadeia de comando da hoste régia, ao mesmo tempo que intensificou a política de construção e de reforço das fortalezas do reino e de redefinição da natureza do serviço militar a prestar à Coroa*” (MONTEIRO, J. G. 1998, p. 20). Ou seja, “*mandou reparar muitos castelos, construir outros e cercar de novas muralhas as cidades de Lisboa e Porto [...] Criou o cargo de condestável [...]. Modificou o*

armamento usado em combate. Deu a todos os que tinham obrigação de servir a cavalo meios de se poderem armar convenientemente. Aumentou o número dos que serviam a pé, determinando [...] que se fizesse um arrolamento especial geral de todos os mancebos” (TORRES, 1992, p. 552).

Pelo que atrás ficou dito, é inquestionável que o período de governação fernandina foi “*um reinado-chave da história militar medieval portuguesa*” (MONTEIRO, J. G. 1998, p. 20). Ora, o efeito destas modificações deve ser visível directamente na *Crónica de Dom Fernando*, ou através da comparação das anteriores com as que lhe sucedem.

A *Crónica del Rei dom João I da boa memória, Parte Segunda*, também de Fernão Lopes, foi escolhida por nela se encontrar a batalha mais representativa dos conflitos de 1383-85. De facto, seria incompreensível fazer um estudo sobre o armamento medieval em Portugal e deixar de lado a batalha de Aljubarrota. Se a esta batalha acrescentarmos ainda as de Trancoso e Valverde, retratadas no mesmo texto, facilmente se justifica a opção de analisar esta segunda parte da crónica de D. João I.

A *Crónica del Rei dom João I da boa memória, Parte Primeira*, não estava inicialmente incluída na primeira escolha que fizemos quando iniciámos este estudo, uma vez que queríamos um número o mais equilibrado possível de obras dos vários cronistas quinhentistas. Utilizámos apenas as já referidas *Crónica de D. Fernando* e a *Crónica del Rei dom João I da boa memória, Parte Segunda*. No entanto, os Professores Doutores Mário Jorge Barroca e João Gouveia Monteiro (por ocasião das provas públicas da dissertação que serviu de base para o texto que agora se publica), sugeriram a inclusão da primeira parte da crónica de D. João I. O risco de desequilibrar o número de obras de cada cronista era pouco significativo. Além disso, a riqueza descritiva de Fernão Lopes justificava a inclusão do grosso das suas obras no presente estudo. Com essa opção, ganhou-se bastante em termos de informações que ajudaram a confirmar e reforçar dados e conclusões e a esclarecer algumas dúvidas surgidas ao longo da análise das restantes crónicas.

O sucessor de Fernão Lopes no cargo de cronista do reino foi Gomes Eanes de Zurara. Escolhemos dois textos redigidos por Zurara. A *Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I* era incontornável. Ceuta foi a maior expedição militar organizada em Portugal até à data (cf. MONTEIRO J. G. 1998, p. 94) e

quase toda a extensa crónica se debruça sobre os preparativos e a operação de tomada da praça marroquina. Ceuta, além disso, representou o início da guerra portuguesa num novo palco e num novo contexto (as guerras de expansão para África) e a sua narração feita por Zurara “*guarda [...] o mérito de ser a mais antiga fonte da nossa história ultramarina*” (SERRÃO, J. V., 1977, p. 28).

A escolha do segundo texto de Zurara recaiu sobre a *Crónica do Conde D. Duarte de Menezes*, que aborda a guerra em África, tal como a anterior *Crónica do Conde D. Pedro de Menezes*. Por este motivo não diferem muito entre si. Em comum têm ainda o facto de serem obras de “*carácter senhorial*” e de exaltarem “*o heroísmo de dois cavaleiros que tinham ajudado a consolidar o poderio nacional em Marrocos*”, destacando “*a ajuda que a Coroa recebeu da principal nobreza*”, sobretudo da família Meneses (SERRÃO, J. V., 1977, p. 29).

Porém, a *Crónica do Conde D. Duarte de Menezes* é mais tardia do que a que narra os feitos de D. Pedro de Meneses. Escolhê-la permitiu estender mais a malha cronológica das fontes para tentar abarcar todo o século xv. Outro importante factor que pesou nesta escolha foi o facto de estarmos a lidar com uma crónica mais credível do que a anterior no que concerne à exactidão da informação nela contida. Os episódios da *Crónica do Conde D. Duarte de Menezes* ocorreram num tempo muito próximo daquele em que foram colocadas em papel. E recorde-se que a sua redacção foi ainda precedida de um invulgar (senão mesmo inédito) trabalho de pesquisa por parte de Gomes Eanes de Zurara, que chegou mesmo “*a visitar o norte de África com o fim de conhecer o palco geográfico da sua narração e escutar o depoimento de companheiros de armas de D. Duarte de Meneses, morto três anos antes*” (SERRÃO, J. V., 1977, p. 30).

Restava Rui de Pina. Cronista já do ocaso do século xv e dos inícios de xvi, Rui de Pina deixou, como já referimos, crónicas dos primeiros reis de Portugal, com excepção de Afonso Henriques, mas apoiadas em textos de Fernão Lopes. Deixou-nos igualmente crónicas dos reinados de D. Duarte, D. Afonso V e D. João II. Não consideramos arriscado deixar de fora o relato do reinado d’ *O Africano*, apesar da aura de guerra que tradicionalmente lhe é atribuída. Na nossa opinião, os ecos das guerras travadas no reinado de Afonso V chegam até nós de uma forma muito mais viva através da *Crónica do Conde D. Duarte de Menezes*, que foi fronteiro de Alcácer-Ceguer no tempo do dito monarca. Por

fim, tanto este reinado como o do *Príncipe Perfeito* são já bastante tardios, pelo que se optou pela sua exclusão em favor da *Crónica de D. Duarte*, que tem a vantagem de se centrar no célebre desastre de Tânger.

Feita a escolha das crónicas, de acordo com os critérios atrás referidos, foi necessário procurar uma tipologia que permitisse ordenar a informação recolhida sobre as armas. Encontrámo-la já definida no catálogo da exposição sobre armamento medieval organizada por Mário Jorge Barroca, João Gouveia Monteiro e Isabel Cristina Fernandes e publicado no ano de 2000 pela Câmara Municipal de Palmela. Com pequenos ajustes de pormenor, foi a tipologia que usámos. Nela, o equipamento militar é dividido segundo critérios que combinam a função da arma (armas defensivas e ofensivas) e a sua forma de utilização (armas de mão, armas de arremesso e armas de choque).

A primeira grande divisão, dentro das armas individuais, é feita entre armas defensivas e armas ofensivas, consoante a sua função de protecção do combatente (escudos e peças de defesa do corpo) ou de agressão do inimigo.

As *armas defensivas* podem ser de protecção exterior, ou seja, equipamentos individuais que protegem o corpo do guerreiro de uma forma mais ampla, mas que este não “veste”. É o caso das peças que genericamente recebem o nome de *escudos* (pavês, escudo, adarga).

Quanto às protecções de corpo, abarcam as peças vestidas pelos combatentes e que protegem partes específicas do corpo: a cabeça (elmos, bacinetes), o tronco e o baixo-ventre (loriga, couraça, arnês, fraldões) e os membros superiores e inferiores (manoplas, braçais, arnês de pernas...).

As *armas ofensivas individuais* dividem-se em duas categorias distintas: armas de mão e armas de arremesso, consoante a sua forma de utilização. As armas de mão, como a própria designação sugere, são utilizadas para golpear o inimigo a uma curta distância (a distância do seu próprio comprimento somada ao comprimento do braço do guerreiro), em combate corpo-a-corpo (ainda que com algumas *nuances*, como adiante se verificará). Existem três tipos de armas de mão: armas brancas, armas de choque e armas de haste. As armas de arremesso, como a designação sugere, têm maior alcance do que as armas de mão, uma vez que são projectadas para atingir o adversário à distância. As armas de arremesso podem dividir-se entre armas de propulsão muscular (dardos e fundas) e armas de propulsão neurobalística (bestas e arcos). Ainda dentro

das *armas ofensivas individuais*, temos as armas pirobalísticas, ou armas de fogo portáteis.

Escolhidas as fontes a analisar e estabelecida a tipologia que nos permitiria ordenar a informação de forma coerente, procedeu-se então à leitura, recolha e análise de todas as referências concretas a armas presentes nas crónicas seleccionadas. Desde o início que nos deparámos com alguns problemas e dúvidas. A sua resolução não será totalmente pacífica, mas pareceu-nos a mais exequível. Frequentemente fomos encontrando armas presentes de uma forma implícita no texto, designadamente através da referência aos seus utilizadores (besteiros, apave-sados, lanças, arqueiros). Deveriam estas referências ser retiradas e contabilizadas para efeito estatístico? Pareceu mais correcto não as incluir. Desde logo porque quando os cronistas falam em *lanças* muitas vezes estão a usar um sinónimo de cavaleiros ou de homens de armas. Por outro lado, incluir estas referências iria aumentar o número de citações sem que daí resultasse uma vantagem em termos de análise, já que são, em geral, frases vazias de conteúdo significativo. Poder-se-ia ainda optar por utilizar somente as referências que fossem mais *ricas*, com algum ganho em termos de conteúdo, mas com a introdução de uma excessiva subjectividade nos critérios de inclusão ou de exclusão das citações. Assim, optámos por contabilizar apenas as referências explícitas às armas, sem prejuízo de utilizar, durante a análise, todas as referências que forneçam dados ou indícios relevantes.

As citações recolhidas foram colocadas e ordenadas numa extensa tabela que se encontra no apêndice documental (disponível para consulta online em http://www.uc.pt/imprensa_uc). As tabelas seguem a ordem definida na tipologia atrás referida, começando com as armas defensivas e terminando com as armas ofensivas. Cada citação encontra-se numerada, para que o leitor não sinta dificuldades em a encontrar e para facilitar as remissões para o apêndice que se farão ao longo do corpo do texto.

Achou-se vantajoso colocar ao lado de cada citação uma segunda coluna com a referência (indispensável) à crónica a que pertence, com respectivo capítulo e página, e mais duas colunas onde se destacam, quando possível e útil, indicações dadas sobre a morfologia da arma e a sua forma de utilização. Uma última coluna procura dar ao leitor o contexto em que a acção citada se passa, com a respectiva datação crónica e tópica, sempre que tal seja possível. Observe-se, a título meramente demonstrativo, o exemplo que se segue:

Escudo

REFERÊNCIA	LIVRO CAP E PÁG.	MORFOLOGIA	USO	ENQUADRAMENTO
11- «E quando Maaborny coria, hia armado dessta gujssa: (leuaua ho bacinete sem cara e com a brooca do escudo cobria o rosto de guyssa) que lhe nom paresçia mais que o olho dereito; e seu cauallo nom hia mais rijo que quamto podia amdar a galope [...]»	<i>CDJ II</i> CIII 218	Escudo com brocal (guarnição de metal colocada na borda dos escudos).	O escudo é usado para suprir a falta da viseira no bacinete. Esconde o rosto do guerreiro, à excepção do olho direito (o mais distante do seu oponente), para permitir a visão.	1387. Cerco de Benavente. No contexto desta operação, disputou-se uma justa entre dois cavaleiros, que Fernão Lopes identificou com os nomes “Maaborny” e “monse Roby”.

Tabela 2

Cada linha é numerada na célula da primeira coluna (neste exemplo, temos a linha 11 da tabela referente à defesa exterior *Escudo*). Esta numeração é útil em termos de localização rápida das referências para o apêndice feitas no corpo do texto. Antes da apresentação das tabelas, são também esclarecidas as abreviações utilizadas na segunda coluna, e que se referem ao título de cada crónica (no exemplo apresentado, a obra indicada é a *Crónica del Rei dom João I da boa memória. Parte Segunda*).

Uma vez que o trabalho de identificação correcta da fonte se encontra já feito nas tabelas apresentadas em apêndice, julgamos desnecessário fazer essa mesma identificação no corpo do texto. Evitam-se, desta forma, constantes referências aos cronistas e aos títulos das crónicas. Sempre que se fizer uma citação ou referência a excertos contidos nas tabelas, será para elas feita a indispensável remissão, colocando-se, entre parênteses curvos, o nome da arma (em itálico) e o número da respectiva linha. Assim, e voltando ao exemplo anterior (tabela 2),

quando quisermos aludir à citação da linha 11 da tabela dos escudos, colocaremos (*escudo 11*). Procurando-a no apêndice, o leitor poderá encontrar a citação (por vezes mais completa), com o enquadramento histórico e com a indicação da crónica de onde foi retirada, incluindo, naturalmente, os respectivos capítulo e página(s).

Inicialmente, pensou fazer-se um capítulo ou sub-capítulo para cada arma. A constatação da ingenuidade dessa opção rapidamente levou ao seu abandono. Dada a escassez de dados sobre muitas das armas, acabaríamos por apresentar divisões demasiado pequenas e artificiais. Optámos por criar capítulos mais abrangentes, dedicados a cada *tipo* de arma. Esta opção revelou-se mais *elástica*, ao permitir analisar de forma mais abrangente um variado número de armas com muito em comum. No entanto, algumas armas, pela sua importância e pela sua presença, justificaram uma análise mais detalhada. Mas isso foi resultado da exigência natural das fontes e não da imposição de um esquema prévio.

Com as palavras desta introdução, cremos ter clarificado os propósitos e as vias seguidas para a elaboração do estudo que a seguir se segue. É chegado o momento de escutar o eco das armas.

PARTE I – DEFENDER

(Página deixada propositadamente em branco)

CAPÍTULO 1

DEFESAS EXTERIORES

Por armas defensivas são designadas genericamente todas as peças do equipamento individual de um guerreiro que têm por função protegê-lo (defendê-lo) contra golpes ou projectéis dos inimigos. As armas defensivas podem ser *vestidas* pelo combatente, protegendo a parte do corpo por elas coberta. Este é o caso de peças como os elmos e bacinetes (que protegem a cabeça) ou as solhas e as lorigas (que protegem o tronco), entre outras que adiante serão referidas. O conceito de *arma defensiva* pode igualmente aplicar-se a peças que o guerreiro não enverga, mas que segura com a mão ou com o braço. Neste caso falamos das peças comumente conhecidas por *escudos*. Por não fazerem parte do *traje defensivo* do guerreiro, estas armas designam-se por defesas exteriores. É precisamente por estas que vamos começar a nossa análise.

Como atrás foi referido, a função das defesas exteriores é a de *escudar* o guerreiro contra projectéis ou golpes das armas inimigas. Nas crónicas analisadas foram encontrados três tipos de defesas exteriores: adargas, escudos e paveses.

1.1. Escudo(s)

Na nossa recolha encontrámos o termo *escudo* referenciado quinze vezes. Essas referências estão recolhidas em treze excertos que colocámos em apêndice (cf. *escudo 1 a 13*). Este reduzido número não espelha, naturalmente, a importância que esta arma assumia na guerra medieval. De facto, mesmo no

nosso imaginário actual, moldado por modelos mais ou menos fantasiados, é impossível concebermos um guerreiro medieval sem o seu escudo, sobretudo quando pensamos no cavaleiro de lança em riste.

A origem do escudo, a sua concepção original, é difícil de identificar com exactidão, devendo recuar profundamente nos séculos, muito para além da *memória da História* e é indubitavelmente um dos mais antigos meios de defesa (STONE, 1999, p. 555). O escudo é uma arma imprescindível e de uso generalizado por todos os continentes, apresentando-se ao longo das épocas e das culturas com formas e materiais muito distintos. No seu glossário de armas e armaduras, Cameron Stone mostra-nos dezasseis modelos de escudos europeus e vinte e cinco modelos de escudos de outras áreas geográficas, desde a África Central e Oriental, Sudão, Abissínia, Sumatra, China, Japão, Afeganistão, até à América do Norte (cf. STONE, 1999, pp. 554 e 556). Deparamo-nos com formatos muito variados, desde o simples escudo circular ao oval, passando por outras formas mais complexas. Idêntica diversidade encontramos nos materiais em que são feitos, seja pele, madeira, ou metal, muitos com aplicações e reforços em metal ou com elementos decorativos ou identificativos do seu utilizador (por exemplo, símbolos heráldicos).

A utilização desta arma não se limita aos cavaleiros, pois são vários os exércitos e corpos militares que combatem apeados e que utilizam o escudo. A infantaria romana é um exemplo clássico, como também o são os Hoplitas gregos que, aliás, devem o seu nome precisamente ao escudo que utilizavam, o *hoplon* (cf. O'CONNEL, 1995, p. 64). Embora tenha perdido eficácia e, conseqüentemente, importância e popularidade com o desenvolvimento das armaduras metálicas (os arneses), o escudo regressou no século XVI dada a pouca eficácia dessas armaduras contra as novas armas de fogo (João Gouveia Monteiro, *in* BARROCA / MONTEIRO / FERNANDES, 2000, pp. 307 e 308). E ainda hoje determinadas forças de combate utilizam o escudo. Já não no convencional cenário de guerra, mas no contexto dos conflitos urbanos, é habitual vermos os corpos de intervenção das várias polícias, um pouco por todo o mundo, a utilizar o escudo como arma defensiva.

Na Idade Média, o escudo utilizado pelos combatentes portugueses e europeus era composto por uma “*prancha de madeira reforçada por materiais duros (como couro endurecido, folha de metal ou de chifre), frequentemente coberta*

por uma capa de gesso, propícia à pintura de sinais heráldicos” (MONTEIRO, J. G., 1998, p. 232). Fernão Lopes, ao relatar-nos uma justa, realizada em 1387, entre o cavaleiro inglês João de Holanda, condestável do Duque de Lencastre, e o cavaleiro do rei de França “*monsse Arnao de Roy*”, descreve o escudo deste último como tendo “*huum moto de leteras de chaparia dourada em seu pequeno escudo aa guissa de tallabarte, que dezia: Belle*” (escudo 11). Porém, nem todos os escudos teriam acabamentos e adornos elaborados. Reduzidos à sua essência, os escudos poderiam ser improvisados a partir de simples e resistentes placas de madeira. A esses escudos improvisados recorreram os apoiantes do Mestre de Avis, em 1384, quando a cidade de Lisboa se encontrava em risco de ser atacada pela frota castelhana. Como nos conta Fernão Lopes, “*porque hi nom avia escudos e dardos que sse perderom nas armadas que fezera elRei dom Fernamdo, faziam escudos de leivas dos tonees*”, que seriam utilizados para equipar “*as naaos e gallees que avia na çidade*” (escudo 2).

O formato dos escudos sofreu variações ao longo da Idade Média. O escudo com formato arredondado ou amendoado foi popular até ao século XII, altura em que as alterações no uso da lança, que passou a ser utilizada como arma de choque (cf. capítulo 3.2.), forçaram uma mudança morfológica do escudo. Foi então paulatinamente sendo substituído por um outro tipo de escudo, mais pequeno e de formato tendencialmente triangular, “*quer com os lados verticais paralelos e um remate inferior semicircular [...] quer – na sua versão mais avançada – com os lados convergentes e um remate inferior pontiagudo*” (MONTEIRO, J. G., 1998, p. 539). O topo torna-se rectilíneo, de forma a facilitar o apoio da lança, impedindo-a de resvalar e contribuindo para uma maior precisão do golpe. Simultaneamente, o desenvolvimento de protecções para as pernas (e sobretudo para a zona extremamente vulnerável dos joelhos), sobretudo as brafoneiras, permitiu diminuir o tamanho dos escudos, já que até então tinham de se prolongar de forma a cobrir a maior parte do corpo do cavaleiro (cf. MONTEIRO, J. G., 1998, p. 539).

Também para facilitar o apoio da lança, os escudos apresentavam na sua estrutura uma reentrância, o brocal, onde a haste da lança poderia ser encaixada, ficando aí segura durante a cavalgada (cf. BOCCIA, 1982, gravura 65, imagens N e O). Durante o cerco de Benavente (1387), realizou-se uma justa entre dois cavaleiros (de seus nomes “*Maaborny*” e “*Monse Roby*”, na grafia de Fernão Lopes).

O primeiro desses cavaleiros apresentou-se “*armado dessta gujssa: (leuaua ho bacinete sem cara e com a brooca do escudo cobria o rosto de gujssa) que lhe nom parecia mais que o olho direito; e o seu cauallo nom bia mais riço que quanto podia amdar a galope*” (*escudo 9*).

O cavaleiro, por envergar um bacinete sem viseira, protegeu o rosto escondendo-o atrás do escudo enquanto observava a posição do inimigo através da abertura da broca, descobrindo apenas o olho direito (o mais afastado do seu inimigo, que iria cruzar com ele pela sua esquerda). Neste caso, a broca não foi utilizada para segurar a lança (que poderia ir apoiada no riste, no antebraço ou no topo do escudo), pois pesou mais a necessidade defensiva e a colocação da haste da lança na broca obrigaria o cavaleiro a desproteger o rosto e a correr riscos elevados. Porém, esta passagem confirma a existência da broca nos escudos de cavaleiros de finais do século XIV. Dada a forma aparentemente banal como Fernão Lopes a ela se refere, podemos assumir com alguma certeza tratar-se de um elemento relativamente comum nos escudos da época e, por esse motivo, facilmente identificado por quem lesse ou ouvisse esta passagem da crónica de D. João I.

Outra referência à morfologia dos escudos é feita por Gomes Eanes de Zurara, na sua *Crónica da Tomada de Ceuta*, e dá-nos conta da presença (imprescindível) das embaçadeiras (cf. *escudo 12*). Convém analisarmos essa passagem para nos interrogarmos ainda sobre um outro aspecto, o do transporte do escudo. Ouçamos então as palavras de Zurara. Diz-nos o cronista que D. Henrique avançava pela rua Direita de Ceuta, com o objectivo de atacar o castelo:

“[...] [D. Henrique] chegou aa rrua direita, polla quall [...] chegaram a elle mujtos christãos, os quaaes [...] seriam ataa quinhentos, que uijnham fogimdo amte os mouros. e uemdoos ho Iffamte çarrou a cara do baçinete, e abraçou huũ escudo que trazia, e leixou passar per ssi todollos christãos, ataa que chegarom os mouros. Os quaaes mujto asinha conhecerom os seus gollpes amtre todollos outros [...]” (*escudo 12*).

Como nos diz João Gouveia Monteiro, pensa-se que “os combatentes seguravam os escudos por meio de dois jogos de correias cravadas na face posterior: a “*embaçadeira*” (por onde passavam o braço esquerdo); e o “*tiracolo*”, (fixo no interior do escudo, mas mais largo e possível de pendurar ao pescoço, de forma

a que o cavaleiro não perdesse a arma e a equilibrasse melhor)” (J. Gouveia Monteiro, in BARROCA / MONTEIRO / FERNANDES, 2000, p. 308). Embora D. Henrique estivesse a combater apeado em Ceuta, é plausível crer que estaria a utilizar um escudo de cavaleiro. Recordemos que este escudo diminuiu significativamente de tamanho, pelo que poderia ser utilizado no combate apeado pelos cavaleiros, tática que se tornou popular entre a cavalaria medieval, combinada com corpos de arqueiros. Assim fizeram os Ingleses após os desaires na Escócia contra as forças de Robert Bruce, em Bannockburn, e Nun’Álvares Pereira em Aljubarrota (cf. MONTEIRO, J. G., 1998, pp. 278 a 290). Zurara refere expressamente as *embraceadeiras*, pelo que seria provável que também as correias atrás mencionadas com o nome de *tiracolo* fizessem igualmente parte do escudo. Segundo Zurara, só quando se viu numa situação de combate eminente D. Henrique baixou a viseira do bacinete para combater e “*embraceou huũ escudo que trazia.*” Assim sendo, não é descabido avançar a hipótese de o escudo estar a ser transportado pelo *tiracolo*, para maior comodidade de D. Henrique (e dos demais guerreiros da época que certamente agiriam em conformidade), sendo *embraceado* apenas em situação de perigo que exigisse a sua utilização.

A utilização do escudo *embraceado* em situação de combate está expressa em mais quatro referências. A primeira integra-se no contexto do cerco de Guimarães, levado a cabo pelo Mestre de Avis em 1385. Álvaro d’Outer de Fumos, que se encontrava entre os sitiados, “*veo-sse ally armado dhumas solbas e huum loudell e huum gorjall de malba e huum baçinete de camal em cima e huuma aduffa de madeira antelle e huum escudo no braço, e pos-se amtre amballas ameads homde a escada estaua posta, e dally deitaua muytrs [sic] pedras que lbe dauom os do muro.*” (escudo 4). Apesar de todo o aparato defensivo, este guerreiro acabou por ser atingido na mão por um virotão: “*lbe deu huum viratom pella palma da mão; e el deu com a mão no escudo, e deitou o uiratom per a outra parte*” (escudo 5).

A segunda referência também nos é dada por Fernão Lopes, quando descreve o momento em que Nun’Álvares Pereira falava às suas hostes antes da batalha de Aljubarrota, com o inimigo já bastante próximo e em postura bastante hostil:

“O Condestabre de Portugal andaua emcima dhuum cauallo per ante a ssua avanguarda e allas dhuma parte pera outra, com huum escudo no braço da

parte dos emmijgoos por receo dos viratoões que dalguuns logares vijnham” (*escudo 6*).

Em 1387, forças compostas por Portugueses e Ingleses cercaram a praça de Villalobos, formando o habitual arraial no exterior. Aproveitando a hora da sesta, uma parte das forças sitiadas faz uma surtida contra o acampamento. Perante o ataque inesperado, os guerreiros surpreendidos não têm tempo para se equiparem de forma adequada, acabando por lutar envergando as armas mais simples. Assim aconteceu com dois Portugueses, Rui Mendes e Gonçalo Vasques. Estes “*lamçaran-se fora das temdas com alguuns comsigo, sem outras armas nem coregimentos senom os escudos nos braços e remessões nas mãos*” (*escudo 10*).

Destas quatro situações descritas, apenas numa delas o escudo *embaçado* está a ser utilizado a cavalo (pelo Condestável, em Aljubarrota). As outras situações reportam-se a combates apeados e em contexto de cercos.

Quando não havia uma situação de perigo iminente, o transporte do escudo nem sempre era feito pelo cavaleiro. Entrava então em cena o escudeiro, designação que parece conter em si um “*sentido profissional*” (MATTOSO, 1995, p. 134) bastante claro. Companhia indispensável para o cavaleiro (recordemos o par D. Quixote - Sancho Pança, imortalizado pela genial pena de Cervantes), ajudava-o a equipar-se mas era também um combatente, ainda que de uma categoria inferior (cf. MATTOSO, 1995, pp. 134 e 135). O escudeiro acabou por ter um papel suficientemente importante para conquistar um patamar na bem definida escala social medieval.

Da acção concreta do escudeiro enquanto transportador do escudo do cavaleiro ficou-nos apenas uma referência, feita pelo autor da *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*. Portugal encontrava-se no instável período final do reinado de D. Sancho II, numa altura em que o seu irmão, o futuro Afonso III, era já regedor. O reino estava dividido entre os apoiantes de cada um dos irmãos. Do lado de D. Sancho II estavam os *homens de Trancoso*, que enviaram o Conde D. Fernão Garcia ao encontro do monarca com a mensagem desse apoio. Eis o relato que o cronista nos deixou desse momento:

“E o Comde D. Fernão Garçia armouse e cavalgou em seu cavallo e leuou hum escudeiro com sygna, que lhe leuaua ho **escudo** e a lança e a capelina.

E chegou ao paço, honde elRey D. Sancho e o Iffante D. Afonso [estavam], e aqueles outros senhores com ele. E tirou ho elmo fora da cabeça, e foy beyjar a mão a elRey D. Samcho e ao Iffante D. Afonso.” (*escudo* 1)

O peso da arma, o natural desconforto de cavalgar transportando-o a tiracolo ou no braço, justificam a existência funcional do escudeiro, sobretudo nas épocas recuadas, em que o tamanho do escudo, como vimos, deveria ser suficientemente grande para proteger um guerreiro equipado com armas defensivas de corpo pouco fiáveis.

Naturalmente, o escudo era usado em vários contextos bélicos para além das batalhas, onde a sua utilidade é inquestionável, para fazer frente à chuva de virotes e ao impacto das lanças e armas de choque. Quando D. João preparou a defesa de Lisboa para fazer frente ao cerco castelhano, ordenou a construção nas “*seteemta e sete torres que ella teem a rredor de ssi*” de “*fortes caramanchoões de madeira, os quaaes eram bem forneçidos descudos e lamças e dardos e beestas de torno*”, para além de virotões, lanças de armas, bacinetes e “*doutras armaduras [...] que bem mostrava cada huña torre per ssi que abastamte era pera sse deffemder*” (*escudo* 3). Esta passagem mostra que, apesar da evolução do armamento defensivo corporal, o escudo continua a ser uma peça defensiva fundamental na guerra de cerco, em grande medida como resposta à eficaz utilização da besta neste género de operações (cf. capítulo 4.2).

Também na guerra naval encontramos o recurso corrente a esta arma defensiva. Em 1384, como lembrámos atrás, pairava sobre Lisboa a ameaça do cerco castelhano. Temendo que essa ofensiva fosse apoiada por um ataque por mar, o Mestre de Avis entregou a D. Lourenço, Arcebispo de Braga, a tarefa de armar galés e naus para defesa da cidade. E para esse efeito foram feitos os já referidos “*escudos de leivas dos tonees*” (*escudo* 2).

Os escudos eram também habitualmente usados em justas. Dois exemplos foram já citados (cf. *escudo* 9 e 11). No entanto, nem sempre isso sucedia. Durante o cerco de Benavente (já citado), no domingo de Páscoa de 1387 “*veeram-se a dessaffiar pera corer pontas Aluaro Gomez [...] com outro escudeiro castellaão, as quaaes auyam de seer coridas a cauallo com baçinetes de camal sem escudos, nom mais de tres careiras*” (*escudo* 8).

1.2. Pavês

O pavês é um “*escudo canelado e de grandes dimensões*” (aproximadamente um metro de altura) usado sobretudo por arqueiros e besteiros, que atrás dele se acocoravam enquanto armavam e recarregavam as suas armas. O pavês possuía uma estaca no seu bordo inferior, que se cravava no solo, criando, assim, um abrigo protector contra os projecteis inimigos (MONTEIRO, J. G., 1998, p. 545). Stone diz-nos que a utilização desta arma exigia a contratação de um homem que a transportava e a colocava em posição de defesa do arqueiro ou besteiro (STONE, 1999, p. 491). Essa prática não foi, no entanto, referida explicitamente em nenhuma das crónicas analisadas.

As referências directas ao pavês são escassas, apenas seis citações, quatro delas bastante tardias. As duas primeiras são feitas por Fernão Lopes, na primeira parte da *Crónica de D. João I*, a terceira é feita por Rui de Pina na *Crónica de D. Duarte* e as restantes são da pena de Zurara e pertencem ao texto da *Crónica de D. Duarte de Menezes*.

Que podemos retirar destas citações? Desde logo, que o pavês é uma arma presente no contexto da guerra de cerco (quatro referências) e na guerra naval (duas referências), em todos os cenários possíveis: Península Ibérica, Norte de África, Atlântico e Mediterrâneo. A sua utilização em operações de cerco está registada numa passagem da já referida crónica da autoria de Fernão Lopes. Em 1384, as forças do Mestre de Avis cercaram Alenquer. Numa das escaramuças que se verificaram nesse cerco morreu Afonso Henriques “*o moço*”. Conta-nos Fernão Lopes que este Afonso Henriques se tinha equipado com “*de hũas solhas postas em pano de sirgo verde per que o Meestre era conhecido quando as vestia*” e assim participou na escaramuça, disputada junto à “*porta da barreira*”. E “*chegamdo alli*” – prossegue o cronista – “*foi mais avamte e deu com a lamça na porta da villa por mostrar ardidez; e as pedras muitas que viinham e çima de sobre as torres da porta, açertou de lbe dar hũa de que caeo em terra morto [...] e emtom se esforçarom de lamçar muitas mais pedras sobrelle, de guisa que o cobrirom todo.*” Nesse momento, Aires Gonçalves procurou resgatar o corpo (que muitos, de um lado e de outro, pensavam ser o do Mestre de Avis) e, para o fazer sem correr o mesmo risco de morrer esmagado, “*tomou huũ paves de barreira com que sse emparou das pedras o melhor que pode; e per hũa pequena*

parte de perna que lhe parecia, o tirou a fora por força, nom embargamdo as muitas pedradas, que assi lâçavom” (pavês 2). A designação de pavês de barreira poderá remeter para uma estrutura fixada no terreno e que à partida não transportada por um homem durante os confrontos. Essa estrutura serviria precisamente para criar uma barreira atrás da qual os combatentes se pudessem proteger de lançamentos de pedras ou de dardos e viotes.

Podemos concluir ainda que o pavês não existiria exclusivamente em mãos de combatentes cristãos, tendo em conta que as quatro últimas referências encontradas pertencem a narrativas de acções desenroladas no Norte de África, onde os inimigos eram os muçulmanos. É compreensível que haja uma apropriação, por parte destes, das armas dos cristãos. Não queremos com isso dizer que houvesse uma introdução do pavês no equipamento militar muçulmano em África de uma forma sistemática. A vizinhança com o inimigo leva por vezes à sua imitação, mesmo que de forma acidental e quase singular. Um exemplo concreto do que estamos a dizer. Durante a desastrosa operação de Tânger, após uma delicada situação, as forças portuguesas, que estavam cercadas pelos muçulmanos, iniciam a retirada:

“Ho Marichal, e o Capitam, como a gente que guardavam viram embarcada, começaram de se recolher na melhor ordenança que poderam, mas os Mouros [...], como os viram mover pera embarcar, ordenaram dos **pavezes** que acharom no palanque, huuã forte pavesada, com que tam rijamente os cometerom, que muytos dos Christaaõs, especialmente os Beesteiros, nom podendo sofrer hum duvidoso perigo, tomarom pera suas vidas outro mayor, e mais certo, lançando-se sem alguũ tento ao mar, honde morreriam atee quorenta” (*pavês 3*).

Como nos conta Rui de Pina, os muçulmanos utilizam os paveses que os Portugueses abandonaram na sua retirada. Assim protegidos, conseguem aproximar-se em segurança, forçando muitos Portugueses a uma tentativa desesperada de fuga que conduziu à morte por afogamento de dezenas de homens.

Gomes Eanes de Zurara coloca novamente o pavês nas mãos de um muçulmano que, durante o cerco de Alcácer-Ceguer (1458), integrava um grupo de cavaleiros e peões envolvidos no ataque a guerreiros portugueses que tinham saído da praça sitiada para varar os navios e colocá-los mais próximos

da muralha. O muçulmano conseguiu manter-se próximo dos seus inimigos, graças à protecção do pavês. No entanto, a protecção não era total, já que este guerreiro apenas se salvou graças ao auxílio de outros companheiros, uma vez que os Portugueses o tentaram imediatamente eliminar. Apercebemo-nos de que os muçulmanos não utilizavam esta arma de forma sistemática porque o guerreiro de que falamos não se encontra sozinho nessa missão, tendo a seu lado um outro muçulmano, mas este equipado com uma adarga (cf. *pavês* 4). Esta variedade, aliás também habitual no lado cristão, onde cada um deveria, individualmente, proceder ao fabrico ou aquisição das armas com que se apresentava para fazer a guerra, mostra que o pavês podia facilmente coabitar com outras variedades de escudos.

Uma outra citação, também de Zurara e da mesma *Crónica de D. Duarte de Menezes*, apresenta-nos o pavês já usado por cristãos no contexto da guerra de cerco. Decorria então o ano de 1459 e estávamos no amanhecer de um dia, junto à praça cercada de Alcácer-Ceguer. Era dia de S. Bartolomeu e a luz da manhã trouxe aos Portugueses uma visão diferente do arraial inimigo: *“quando foy menbaã nom pareceo no arreal nehuma tenda. soamente tres mil mouros a cauallo que ficauom por resguardo da carriagem.”* Quando a retirada teve início, *“o capitam mandou que todollos da uilla apupassem batendo nos paueses e nas portas que estauom no muro.”* O cerco de Alcácer-Ceguer chegava finalmente ao fim. E os muçulmanos, frustradas as suas intenções, retiram de forma humilhante, *“muy tristes e come homeens anoiados”* (*pavês* 5). Depois de tão bem servirem de protecção, nas muralhas de Alcácer, aos que nelas defendiam a dita praça, os paveses servem agora de instrumento para a execução de uma humilhante marcha de retirada acompanhada de um coro de apupos. Esquecendo o lado anedótico desta descrição, fica-nos a ideia da presença do pavês nos muros das praças muralhadas. Mas não é só neste tipo de fortalezas que o iremos encontrar.

Embarquemos, ainda que brevemente, no ambiente da guerra naval. A guerra naval não era, naturalmente, uma novidade para os Portugueses, muito menos era uma novidade medieval. Muitos séculos antes, já Romanos e Cartagineses (para não recuar até aos Gregos e aos Persas) se digladiavam pelo domínio do Mediterrâneo nas suas águas. Acontece que tanto nesse período clássico como no que aqui estudamos, não podemos ainda falar de uma luta entre

navios equipados com armas pirobásticas, fenómeno que só no século xv pôde começar a despontar. A guerra naval era um confronto, num palco flutuante, com um conjunto de armas individuais onde predominavam as armas de arremesso, sobretudo as bestas e o arco. E, naturalmente, por oposição, entrava também em jogo o pavês. É essa a situação que vemos registada por Fernão Lopes e por Rui de Pina. Neste caso concreto, o pavês não teria a estrutura dos grandes escudos portáteis carregados pelos apavesados e seria, novamente, uma peça fixa de madeira utilizada, neste caso, para protecção do navio e dos seus tripulantes.

Quando Fernão Lopes descreve a chegada à costa lisboeta da armada vinda do Porto para auxiliar as forças do Mestre de Avis, em 1384, refere a presença de “*boões paveses*” num batel da frota. O referido batel transportou para Almada o mercador João Ramalho, de forma dissimulada (“*bem de noite*”, escreveu o cronista), para que pudesse anunciar a D. João a chegada da armada (*pavês 1*).

Refere ainda Rui de Pina que no ano de 1462 um pirata de origem provençal denominado João Galego comandou a sua galé num ataque nocturno à caravela de D. Henrique, filho do Conde de Viana. Os piratas

“começaram de se correger de pelleia. fornecendo o outro nauyo de gente e armas E como quer que o mar estaua de calma que nom boiaua uento. fezse a gallee porem prestes com o nauyo do pescado e foram demandar a carauella.” A galé estava “*toda muy apavesada* com suas rombadas e bem fornecida de gente e toda muy bem armada. [...] ca era de xxviiiº bancos com Cxx. sobressallentes. E toda atripullada de Job a Job. que lhe nom ficaua remo manco ante trazya remeyros sobeios suas armas *paueses* e beestarya com todo outro aparelho era em tanta abastança que era pera fornecer outra gallee.” (*pavês 6*).

Não tendo ainda armas de fogo (presença que o cronista provavelmente não deixaria passar em claro), os combates travavam-se, como vimos, com armas de médio e longo alcance, como as lanças e as bestas. A referência a “*todo outro aparelho*” existente na embarcação é demasiado vaga para a podermos associar, de forma segura, a armas de fogo ou a qualquer outro tipo de instrumento bélico. Ora, contra as tradicionais armas individuais, os paveses (fossem protecções móveis ou estruturas fixas de madeira) mantinham toda a sua eficácia, pelo que

logicamente eram utilizados. Para mais, não podemos esquecer que muitas vezes as forças transportadas em embarcações combatiam em terra, quer em actos de pilhagem para obtenção de alimentos, quer em cercos e batalhas. Também por esse motivo, não podiam dispensar as tradicionais armas de defesa e de ataque.

1.3. Adarga – o escudo dos muçulmanos

A adarga é um “[...] *escudo feito de pele, não de madeira, que será circular até ao século XIII. A partir de então, irá manter o seu nome, mas o seu formato terá adoptado o aspecto de duas ovas iguais unidas*” (SOLER DEL CAMPO, 1993, p. 89). Sendo feita em pele, esta arma perde resistência ao impacto, se a compararmos com o escudo de madeira, mas por outro lado ganha em leveza. Deste modo, para optar entre o escudo e a adarga, o guerreiro deveria pesar os dois factores resistência/peso e decidir-se pelo que fosse mais adequado ao tipo de guerra que iria praticar. Daí a adarga ser um tipo de arma preferencialmente encontrada nas mãos dos muçulmanos, cujas forças militares peninsulares se destacaram pelo uso da cavalaria ligeira, sobretudo a partir do século XIV (cf. SOLER DEL CAMPO, 2000, p. 34). Os cristãos da Península Ibérica, que optaram pela cavalaria pesada e pelo uso da besta e da lança como arma de choque, deram maior importância à capacidade de resistência ao impacto, optando pelo escudo.

Ao olharmos para as escassas referências a adargas encontradas nas crónicas (apenas quatro, todas retiradas da *Crónica de D. Duarte de Menezes*), damos conta da pouca popularidade que esta arma teria entre nós. Verificamos também tratar-se de uma arma muito apreciada pelos muçulmanos, que inclusivamente a baptizaram. J. Pedro Machado diz-nos que o nome tem origem no árabe “ad-darghâ, *forma ocidental, ainda hoje em uso no Magrebe, correspondente ao clássico e oriental ad-darqâ, «escudo de couro»*” (MACHADO, 1995, vol. 1, p. 97; cf. ainda MONTEIRO, J. G. 1998, p. 531). Por outro lado, para George Cameron Stone, o termo adarga deriva do árabe *el-darakab*. Apesar da discordância, todos apontam indiscutivelmente para uma raiz etimológica de origem árabe. O mesmo autor diz-nos que a adarga “[...] *era utilizada sobretudo em Espanha, desde*

a última metade do século XIV [...]” tendo perdido popularidade já no século XVI (STONE, 1999, p. 3). Embora Stone não nos esclareça se a sua utilização era popular entre os cristãos ou somente entre os muçulmanos, Soler del Campo encaminha-nos na direção desta segunda hipótese, defendendo que a adarga era “*o principal e mais característico escudo utilizado*” no Sultanato nazarí de Granada, tendo este reino sofrido, ao longo do século XIV, um desvio em relação aos reinos cristãos, optando antes por uma maior proximidade com os modelos culturais das sociedades islâmicas (2000, p. 34). Em termos militares, esta opção implicava a preferência pela cavalaria ligeira e, conseqüentemente, pelo uso da adarga.

Possivelmente por ser uma arma popular sobretudo entre os muçulmanos, não nos surge qualquer referência, nas crônicas analisadas, à utilização de adargas por guerreiros portugueses em território peninsular. Uma referência de Zurara respeitante às acções portuguesas no espaço marroquino no tempo de D. Duarte de Meneses (segunda metade do século XV), relata a utilização de adargas por parte de cavaleiros portugueses. Porém, estes optaram por essa arma exactamente porque pretendiam ser confundidos com guerreiros muçulmanos, para mais facilmente se aproximarem do inimigo beneficiando do efeito surpresa. Uma expedição liderada por D. Duarte de Meneses percorria as áreas próximas de Alcácer-Ceguer

“e de pallaura em pallaura foram assy atee huum outeyro donde pareceo huma aldea. [...] E por que as casas parecyam muyto //¹⁹² preto. as quaaes estauam na chapa da serra em que auerya de xxv. ataa xxx. casas. E em oolhando os nossos pera lla Vyram atraues de ssy passar huum mouro com huum feixe de lenha ao pescoço ao qual alguuns começaram de fallar. mas por que eram afastados e os nossos nom declarauom as pallauras e todos eram em caualllos ginetes e com **dargas** e toucas. pensou o mouro que era gente de sua ley e começou de seguyr seu camjnho pero nom foram os passos muytos quando lhe a uoontade carregou. e tornou outra uez oolhar com mayor femença” (*adarga 4*).

De acordo com as palavras de Zurara, homens montados em cavalos ginetes e equipados com adargas e toucas são facilmente confundidos por muçulmanos

pelos próprios muçulmanos. Não restam dúvidas de que, como defendeu João Gouveia Monteiro, estamos a falar de um tipo de escudo “*bastante característico da cavalaria ligeira de matriz muçulmana*” (MONTEIRO, J. G., 1998, p. 531).

Levanta-se agora uma nova questão. Qual o valor que cristãos e muçulmanos atribuíam a este escudo em pele que os mouros chamavam de adarga? As escassas citações dos cronistas ajudam-nos a elaborar um esboço de resposta.

Em 1458, terminado o cerco de Alcácer-Ceguer, D. Duarte de Meneses organizou várias expedições contra as povoações inimigas vizinhas da referida praça. Os habitantes dessas povoações ofereciam por norma pouca resistência, acabando por fugir ou procurar refúgio em locais onde pudessem organizar melhor a sua defesa. Muitas vezes abandonavam as suas armas na fuga. Numa dessas expedições, diz Zurara que “*alguuns mouros de pee [...] se apartarom parte dos nossos e meteronse em huum mato alto assaz defensauel. onde aaquelles christãaos ficou por uitorea essas proues cousas que trazyam .s. armas e dargas e almacrecas*” (adarga 2).

A adjetivação de Zurara em relação a essas armas que ficaram por espólio, chamando-lhes “*proues cousas*”, dá-nos uma ideia do pouco valor que as adargas vulgares teriam aos olhos dos Portugueses. Visão diferente tinham os muçulmanos, já que o mesmo cronista nos conta que entre os pertences de um alcaide muçulmano capturado por D. Duarte de Meneses, em idêntica expedição, havia “*.xx. caualllos com outros muytos arreos de grande uallor .s. spadas terçados sellas freos dargas rouþas. todo cousas specyaaes. por que nom soamente em aquellas que parecyam de fora. mas ainda nos ferros das cilbas eram achados lauores de prata.*” (adarga 3). Ficamos sem saber com toda a certeza se também as adargas referidas tinham “*lauores de prata*”, mas é certo que se tratava de “*cousas specyaaes*” pela sua riqueza. Seriam, na aparência, armas próximas das duas adargas ainda hoje existentes, uma no Kunsthistorisches Museum de Viena e outra na Real Armeria de Madrid, que Soler del Campo nos descreve como sendo “*objectos [...] caracterizados pela sua rica decoração na qual compartilham uma série de características comuns: recurso a motivos vegetais e epigráficos, faixas de desigual envergadura limitando o campo, alternância de medalhões circulares e ovais nos extremos mais largos, [...] grandes medalhões nos suportes e decoração das manijas*” (SOLER DEL CAMPO, 2000, p. 34).

Sabemos, deste modo, que entre os muçulmanos a adarga poderia assumir-se como *arma nobre*, possivelmente utilizada com finalidades de natureza mais cerimonial e não necessariamente militar.

Qual será o nível de eficácia desta arma? As descrições falam-nos de uma arma que consegue proteger o seu portador, pelo menos durante um curto período de tempo. A sua popularidade é também um factor que atesta a sua eficácia, já que tanto cavaleiros como peões a usavam. Claro que outros factores contribuíram para essa popularidade. Já atrás falámos da leveza da adarga, o que a tornava menos cansativa e não tolhia os movimentos dos cavaleiros e peões. E o material de construção, fácil de obter e relativamente barato, em relação a outras opções, também é de ter em conta. Estas armas eram feitas a partir de uma armação de madeira, couro ou metal seguidamente coberta de pele de animal (STONE, 1999, p. 3). Porém, nenhum destes factores teria verdadeiramente importância se a arma não fosse eficaz. Conta-nos Zurara que ao quarto dia do cerco de Alcácer-Ceguer, liderado pelo rei de Fez, um grupo de quarenta Portugueses liderado por D. Duarte de Meneses saiu da praça fortificada para varar os navios e colocá-los próximos da muralha, para facilitar a sua protecção. Ao fazê-lo, são atacados por vários muçulmanos, alguns deles a cavalo. Ao dar-se o inevitável confronto “*dantre aquelles mouros se apartarom dous com enteçom de fazerem melhorya aos outros em sua pelleia. e poseronse na praya buum abrigado de buum paues e outro de huma darga pera seerem mais prestes pera dampnar aos Jmijgos.*” (adarga 1). A eficácia não foi total, já que só o auxílio de outros guerreiros impediu a morte destes dois muçulmanos às mãos dos Portugueses. No entanto, a adarga (tal como o pavês) potenciou a ameaça de quem a envergava, pois foi com muita urgência que os Portugueses tentaram eliminá-lo (cf. *CDM*, RV, 138).

Foi dito que o advento das armaduras metálicas marcou o declínio do uso dos escudos. No entanto, cremos que tal não sucedeu no caso dos paveses e das adargas, uma vez que os que se protegiam com estas armas não utilizavam peças de armadura. Peões, besteiros, cavaleiros muçulmanos, todos eles continuam a depender de um escudo para colmatar as insuficiências do equipamento que envergam.

É sintomático que as referências dos cronistas aos escudos terminem com a *Crónica da Tomada de Ceuta*, de Zurara, exactamente o relato da primeira operação em Marrocos, mas as passagens que se referem a paveses e adargas

se prolonguem no cenário magrebino. O confronto com forças que já não se baseavam na cavalaria pesada mas antes na cavalaria ligeira e em corpos de besteiros tornou o escudo de madeira (pesado), uma peça menos importante para os cavaleiros. Mas para os peões, habitualmente mal equipados, o pavês mantinha a sua importância, sobretudo para os que, como os besteiros, se expunham demasiado ao inimigo.

CAPÍTULO 2

PROTECÇÕES DE CORPO

Quando falámos dos escudos, fizemos referência a um acontecimento narrado por Fernão Lopes. Decorria o cerco da povoação de Villalobos, em 1387. E o arraial de D. João I, composto por combatentes portugueses e ingleses, encontrava-se na hora da sesta quando foi inesperadamente atacado por forças castelhanas. Perante esta situação, os combatentes do arraial equipam-se “*sem outras armas nem coregimentos senom os escudos nos braços e remessões nas maaãos.*” Perante esta situação, D. João, quando “*os viu assy vijr daquela gujssa com lamças nas mãaos e escudos nos braços, pero lbo prouguese do que a seus emmjgos fezerom, começou-se de queixar contra elles, dizemdo que tal sayda desarmados nom compria a elles de fazer*” (escudo 10).

As palavras que Fernão Lopes atribui a D. João I mostram-nos duas realidades ligadas entre si. Em primeiro lugar, mostram que as armas defensivas eram tidas em grande conta e uma saída sem elas implicava grande perigo. Em segundo lugar, e por essa mesma razão, que guerreiros que travavam combates sem armas defensivas de corpo combatiam *desarmados*. Não é de estranhar que, por exemplo, aos cavaleiros, exactamente os que tinham quase para si o exclusivo das melhores armas de protecção de corpo (o arnês metálico, demasiado caro para as restantes bolsas, sobretudo da peonagem, mas também da cavalaria vilã), se desse tantas vezes o nome de *homens de armas*. Não somente porque a eles, os *bellatores*, mais do que a quaisquer outros cabia a função de combater (segundo a tradicional estrutura social medieval), mas também porque eram eles que usavam as *armas*. Entenda-se, eram os cavaleiros que usavam

o *melhor e mais completo* equipamento defensivo de corpo. É chegado, pois, o momento de analisar, com pormenor, as várias protecções que os combatentes medievais portugueses (e os seus inimigos e aliados) usavam.

2.1. Protecções de cabeça

A cabeça é uma zona bastante vulnerável no ser humano. Um golpe aí recebido pode provocar a morte ou causar danos irreversíveis, como a cegueira parcial ou total. Pode, ainda, provocar a desfiguração do rosto, factor que é psicologicamente importante. A protecção da cabeça é, por esse motivo, essencial para qualquer pessoa, seja ela combatente ou não. Mesmo hoje em dia se verifica essa preocupação, em relação a indivíduos que desempenham variadas funções de risco. É o caso óbvio dos militares e das forças de segurança, mas também dos condutores de motociclos ou de atletas de desportos que, por qualquer motivo, possam gerar situações de risco, como o ciclismo, o automobilismo, o boxe olímpico ou o futebol americano.

Já antes da Idade Média, os guerreiros que lutavam no espaço europeu e no oriente e os que, nesses mesmos espaços, pensavam e planeavam a guerra, revelaram grandes preocupações com a protecção da cabeça. Para o conseguir, o guerreiro medieval da Península Ibérica teve à sua disposição uma grande variedade de peças, de configuração e nomenclatura distintas, que serão indicadas mais adiante (cf. tabela 4).

Para facilitar a análise, os historiadores do armamento optam por definir famílias ou tipos de armas que englobem peças que revelem características comuns. No entanto, é por vezes complicado estabelecer de forma clara as fronteiras entre os vários tipos definidos. A própria ausência de rigor dos cronistas aumenta essa dificuldade. Muitos dos termos usados são, muitas vezes, designações genéricas. Assim acontece, segundo Soler del Campo, com os vocábulos *capillos*, *capiellos* e *capellinas* (SOLER DEL CAMPO, 1993, p. 99). Também acontece um vocábulo ser usado anacronicamente, para designar realidades anteriores. Como novamente notou Soler del Campo, o termo bacinete “*também se pode aplicar a modelos semicirculares abertos anteriores ao século XIV*”, apesar de ser uma protecção surgida durante a primeira metade desse século, como veremos

de seguida. Assim sendo, (e esta situação é uma constante ao longo deste trabalho) temos de partir para a nossa análise com a consciência de que vamos procurar aplicar modelos e conceitos rigorosamente definidos a uma realidade que nos chega diluída na tinta e na visão subjectiva dos cronistas.

Comecemos por analisar as tipologias definidas para ordenamento das protecções de cabeça. No seu estudo sobre armamento medieval, Alvaro Soler del Campo definiu oito tipos de protecções de cabeça (cf. SOLER DEL CAMPO, 1993, pp. 97 a 114, e os quadros 6A e 6B, pp. 312 e 313). Por sua vez, João Gouveia Monteiro integrou essas peças em “*quatro famílias principais*” (João Gouveia Monteiro, in BARROCA / MONTEIRO / FERNANDES, 2000, p. 246). Na tabela 4, que a seguir apresentamos, procurámos ordenar estas tipologias, de forma a tornar mais claros os pontos comuns e as diferenças entre ambas:

João Gouveia Monteiro <i>Pera guerrear</i>	Alvaro Soler del Campo <i>La evolucion del armamento medieval...</i>
Tipo I – protecções simples (coifas, almofres, cervilheiras).	Sem correspondência na tipologia apresentada.
Tipo II – cascos de diversa natureza, incluindo capelos, capelinas e os vários tipos de elmos.	Tipo 1 – elmo cónico com nasal; Tipo 2 – elmo cónico com viseira; Tipo 3 – casco semi-esférico com ou sem nasal, capelos e capelinas; Tipo 4 – casco semi-esférico com bordo inferior convexo; Tipo 6 – casco islâmico, cónico, aberto e desprovido de nasal; Tipo 7 – elmo cilíndrico fechado.
Tipo III – Bacinetes, barbudas e celadas.	Tipo 8 – Bacinetes.
Tipo IV – Defesas abertas (capacetes).	Tipo 5 – Capacetes.

Tabela 3 – Tipos de protecções de cabeça

Há, necessariamente, pontos em comum entre as duas tipologias: os tipos III e IV que encontramos no catálogo da exposição *Pera Guerrear* correspondem, respectivamente, aos tipos 8 e 5 definidos por Soler del Campo. No entanto, perante as diferenças entre ambas, preferimos seguir a estrutura definida por João Gouveia Monteiro, pelas seguintes razões:

a) É mais abrangente, uma vez que inclui as protecções simples (de tipo D), que a tipologia de Soler del Campo não contempla;

b) Apresenta os diversos tipos de protecções tendo em atenção a sua cronologia, partindo das mais simples e culminando com as protecções abertas que vão ser dominantes durante a Época Moderna; este aspecto não aparece de forma tão bem sistematizada na tipologia definida por Soler del Campo, já que encarando o bacinete como a protecção de cabeça *topo de gama* da Idade Média, o coloca como último tipo (tipo 8), colocando os capacetes no meio da lista, fechando dessa forma o olhar para a Modernidade que estava a ser anunciada;

c) Reduz para metade o número de tipos de protecções (apenas quatro), comparativamente à tipologia de Soler de Campo, que inclui oito tipos, tornando-os, porventura, menos rígidos e mais simples de ligar com os dados recolhidos. Note-se que a tipologia de Soler del Campo foi feita, em grande medida, a partir da observação de fontes iconográficas, pelo que a sua aplicação eficiente dependerá sempre de informações que se obtenham sobre a morfologia das armas. Ora, as nossas fontes documentais são, para as protecções de cabeça (e, em regra, para todas as outras armas), bastante parcas em dados morfológicos. Para dar um exemplo, teríamos grandes dificuldades em identificar o tipo de elmo a que se refere cada uma das referências feitas a essa arma, sendo mais exequível classificá-lo apenas como elmo.

Passemos agora a apresentar as características das quatro famílias atrás referidas, de modo a podermos proceder à análise das peças encontradas nas crónicas analisadas. Nestes textos, encontrámos nove designações distintas, como se pode confirmar na tabela 4 que a seguir apresentamos. Esta tabela indica ainda o número de vezes que cada uma dessas designações surge em cada crónica. Esse valor é superior ao número de citações incluídas no anexo, uma vez que a mesma citação contém, muitas vezes, mais do que uma referência à peça de armamento em questão. Por exemplo, no caso da barbuda, temos um total de seis referências distribuídas em duas citações. Este critério, que nos parece mais rigoroso e objectivo, será seguido nas restantes tabelas que iremos apresentar.

		CSR	CC	CDF	CDJI	CDJII	CTC	CDD	CDM	total
Tipo I	Coifa	-	-	-	1	-	-	-	-	1
	Touca	-	-	-	-	-	-	-	2	2
Tipo II	Capelina	1	-	1	1	-	-	-	-	3
	Capelo	-	-	-	-	-	-	1	-	1
	Elmo	4	-	-	-	-	-	1	-	5
Tipo III	Celada	-	-	-	-	-	-	-	1	1
	Barbuda	-	-	2	4	-	-	-	-	6
	Bacinete	-	4	2	15	18	2	-	-	41
Tipo IV	Barreta	-	-	-	1	-	2	-	-	3

Tabela 4 – Protecções de cabeça

a) Tipo I – Protecções simples

As protecções mais simples que os guerreiros poderiam utilizar para protecção da cabeça englobam variadas armas, como as coifas, os almofres, as cervilheiras e as toucas. Todas estas designações correspondem a protecções pouco eficazes e, até por esse motivo, usadas muitas vezes como complemento de outras peças defensivas. As coifas eram feitas de pele ou pano acolchoado, enquanto os almofres e as cervilheiras eram feitos em malha metálica (cf. João Gouveia Monteiro, *in* BARROCA / MONTEIRO / FERNANDES, 2000, pp. 246).

Como é possível constatar pela observação da tabela 4, as crónicas analisadas fazem apenas três referências explícitas a protecções de tipo I. Conta Fernão Lopes que, no dia em que o Conde de Andeiro é assassinado pelo Mestre de Avis, andava “*Alvoro Paez [...] prestes e armado cō huia coiffa na cabeça segumdo busamça daquell tempo*”, cavalgando “*a pressa em çima dhuũ cavallo que anos avitia que nom cavallgara; e todos seus alliados com elle, braadamdo a quaaes quer que achava dizemdo: Acorramos ao Meestre, amigos, acorramos ao Meestre, ca filho he delRei dom Pedro.*” (*coifa 1*). Ao usar a expressão “*segumdo busamça daquell tempo*”, Fernão Lopes transmite-nos duas ideias a reter. Por um lado, mostra-se convicto da ideia de que a coifa era uma protecção comumente utilizada no final do século XIV. Por outro lado, revela-nos a tendencial perda de importância das peças defensivas mais antigas e simples. E o facto de as penas dos vários cronistas calarem o nome dessas peças poderá ser também

um sinal indicador do gradual abandono destas soluções defensivas no final da Idade Média (recordemos que estes cronistas escrevem ao longo do século xv). Se a cavalaria nobre as continuava a usar, seria sobretudo como complemento de outras protecções mais eficazes: os elmos e os bacinetes. Só muito raramente seriam usadas como única protecção, embora tal tenha sucedido, segundo Rui de Pina, com o infante D. Pedro, em Alfarrobeira (cf. MONTEIRO, J. G., 1998, pp. 536-537). Possivelmente, entre os peões o seu uso ter-se-á mantido até ao final da Idade Média, mas estes eram figurantes a quem os cronistas deram, por norma, pouca atenção.

Para além da curta mas interessante referência feita por Fernão Lopes, encontramos ainda duas referências a *toucas*, desta vez da autoria de Zurara. Em ambas, o palco da acção situa-se no Norte de África. No primeiro episódio, um grupo de cavaleiros portugueses, liderado por D. Duarte de Meneses, percorria as áreas mais próximas da praça de Alcácer-Ceguer, quando se aproximou de uma aldeia, que não teria mais de vinte e cinco a trinta casas. Um dos aldeãos avistou os Portugueses, mas como “*todos eram em cauallos ginetes e com dargas e toucas. pensou o mouro que era gente de sua ley*” (*touca 1*).

A segunda referência integra-se num episódio que se segue ao segundo cerco de Alcácer-Ceguer. Afonso Furtado de Mendonça sai da praça fortificada para avaliar os danos causados ao inimigo nos confrontos anteriores. Conta Zurara que este “*capitam uyo Jazer antre os outros mortos dous mouros que lhe parecerom homeens de uallor (...). E bem pareceo no corregimento daquelles mortos em que ally acharam quanta nobre gente naquelle dya morrera assy em toucas como em freos e sporas e sribus.*” (*touca 2*). Também esta passagem sugere ter sido a touca uma protecção utilizada pela cavalaria muçulmana, pois Zurara integra-a numa lista de peças que permitiam identificar guerreiros nobres (sem dúvida ligados à cavalaria, dadas as referências a “*freos e sporas e sribus*”) tombados nos recentes combates.

Pelo que atrás ficou dito, é inquestionável que estas toucas estão identificadas com a cavalaria muçulmana, pelo que é provável não estarmos a falar de armas semelhantes às tradicionais protecções anteriormente referidas (coifas, cervilheiras ou almofres). Ainda assim, pelo vocábulo utilizado, acreditamos que esta touca muçulmana era uma protecção igualmente simples, provavelmente utilizada mais para travar os efeitos do sol e do calor e menos para

servir de escudo a projecteis lançados pelos inimigos. Não sabemos de que materiais eram feitas, mas duvidamos que tal designação pudesse referir-se a peças de ferro ou aço.

b) Tipo II – Cascos

Cascos são defesas de cabeça feitas em metal e que podiam apresentar formatos diversos. As mais simples, os *capelos* e as *capelinas*, eram peças semi-esféricas, podendo a primeira apresentar abas mais largas. Eram geralmente peças metálicas, embora se verificasse a existência de capelos de couro fervido, usados principalmente pela peonagem (cf. SOLER DEL CAMPO, 1993, p. 99; MONTEIRO, J. G., 1998, p. 536; e BARROCA, 2000, pp. 43 e 44). Mário Jorge Barroca sugere tratar-se de protecções de origem francesa, uma vez que a sua designação deriva do termo francês *capeline* (cf. BARROCA, 2000, p. 43). O mesmo autor descreve os capelos como “*peças hemisféricas, por vezes levemente apontadas (ou seja, dotadas de ápex), que protegiam a cabeça do cavaleiro até à zona das orelhas [...] e que apresentavam um forro de couro ou de tecido*” (BARROCA, 2000, p. 43).

Estas peças surgem, na documentação castelhana, sob variadas designações similares às encontradas na documentação portuguesa, tais como “casquete, capillo, capiello, capellina e, em menor medida, capacete” (SOLER DEL CAMPO, 1993, p. 99). Há duas importantes variantes deste tipo de protecções, que se distinguem pela ausência de nasal (tipo 3.1.) ou pela presença de nasal (tipo 3.2) (cf. SOLER DEL CAMPO, 1993, pp. 99 e 100). Falamos ainda de protecções relativamente simples, e que tiveram o seu período áureo durante século e meio, a partir de meados de XII. Nas crónicas encontramos apenas quatro referências (três capelinas e um capelo). A primeira capelina é referida na narração de uma acção decorrida por volta do ano de 1247 (cf. *capelina 1*). A segunda surge-nos já em 1373, ano em que D. Fernando legislou no sentido de conseguir uma profunda reforma do armamento utilizado em Portugal (cf. *capelina 2*). A terceira, também feita por Fernão Lopes, refere-se ao ano de 1384. Quase século e meio separam os acontecimentos citados. E nesse longo período de tempo muita coisa mudou na arte da guerra, com consequências para a importância destas armas.

A referência mais antiga faz-nos recuar até ao final do reinado de Sancho II, cerca dos anos 1247 e 1248. Nessa altura, a guerra civil dividira já o reino entre adeptos do monarca e do seu opositor e irmão, Afonso, conde de Bolonha. Entre os primeiros, conta-se o Conde D. Fernão Garcia, que se dirigiu a Sancho II levando uma mensagem dos homens de Trancoso, assegurando ao monarca a fidelidade da dita vila. A entrega da missiva implicava uma deslocação para a qual D. Fernão Garcia se preparou cuidadosamente: “*armouse e cavalgou em seu cavallo e leuou hum escudeiro com sygna, que lhe leuaua ho escudo e a lança e a capelina. E chegou ao paço, honde [estava] elRey D. Sancho [...]. E tirou ho elmo fora da cabeça, e foy beyjar a mão a elRey*” (*capelina 1*). Neste período, a capelina tinha ainda um papel importante e digno para o cavaleiro, que a fazia transportar pelo seu escudeiro, juntamente com a lança e o escudo. Mas quase século e meio depois, já em 1373, D. Fernando mandou-a substituir por “*barvuda com camalhom*” (*capelina 2*), um sinónimo de bacinetes de camal (cf. MONTEIRO, J. G., 1998, p. 533; cf. ainda o capítulo referente a esta arma).

Quanto tempo levaria até que uma ordem desta natureza surtisse efeito? Se olharmos para as referências feitas pelo próprio Fernão Lopes, vemos que, no período em questão (*grosso modo* os reinados de D. Fernando e D. João I), deparamo-nos com um acentuado contraste: as capelinas são mencionadas duas vezes e as barbudas e os bacinetes, no seu conjunto, quarenta e uma vezes. Na sua última referência a uma capelina, Fernão Lopes coloca-a no contexto de um torneio, organizado em vésperas de S. João de 1384, na cidade do Porto. Contamos Fernão Lopes que “*o torneio foi de capellinas com espadas bramcas muito cortadores, segundo busamça daquell tempo*” (*capelina 3*). Não é claro se seriam as capelinas ou as “*espadas bramcas muito cortadores*” as peças que eram “*busamça daquell tempo*”, ou se eram ambas. Mas, se o uso de capelinas era assim tão habitual no último quartel do século XIV, tal deveria ocorrer apenas em torneios e não em combate. Parece, aliás, natural que, onze anos passados desde a determinação fernandina, existissem ainda muitas capelinas no espólio dos cavaleiros. E mesmo que estes as tivessem substituído por modernos bacinetes em cenário de guerra, nada impediria que as continuassem a utilizar nos torneios.

Vejam agora a única referência feita ao capelo, que surge apenas na *Crónica de D. Duarte*. Quando, em Agosto de 1436, D. Duarte procurou escutar as

opiniões (por sinal bastante desfavoráveis) do Infante D. Pedro relativamente a um eventual ataque a Tânger, este terá respondido ao irmão da seguinte forma:

“Mas, posto caso que passasseis e tomassees Tanger, Alcacer, Arzila, queria, Senhor, saber que lhe fariees; porque povoardelas com Regno tam despovorado e tam minguado de gente, como he este vosso, he impossivel: e se o quisessees fazer, seria torpe comparaçom, como de quem perdesse boa capa por maa capêlo; pois era certo perder-se Portugal, e non se ganhar Africa.” (*capelo 1*)

Não acreditamos que o Infante D. Pedro estivesse, nesta comparação, a referir-se a uma arma designada por capelo. Tudo, aliás, aponta em sentido diferente. Recordemos que o capelo, enquanto arma, perdeu preponderância ao longo do século XIV. Ora, a acção narrada decorre na terceira década do século XV e foi passada a texto por Rui de Pina já nos inícios do século XVI. É provável que, nos séculos XV e XVI, o termo *capelo* não se usasse para designar um equipamento militar (já obsoleto), mas apenas uma peça de vestuário, provavelmente um manto curto. Foi, aliás, com este significado que o termo capelo chegou até aos nossos dias. Veja-se o capelo do traje doutoral da nossa Universidade de Coimbra. O próprio contexto da frase de Rui de Pina aponta nessa direcção, ao fazer a comparação entre um *mau capelo* e uma *boa capa*. Apesar das diferenças qualitativas entre ambas, a função seria idêntica.

As protecções mais complexas de tipo II têm a designação genérica de elmo. Soler del Campo subdivide, como vimos, este tipo de protecções em diferentes grupos, consoante algumas diferenças morfológicas. Assim, temos o elmo com nasal (tipo 1), de “*estrutura semi-cónica e pontiaguda, que cobre o crânio. [...] Estes elmos foram constituídos numa só peça [...]*” (SOLER DEL CAMPO, 1993, p. 97). Temos um segundo elmo (tipo 2) que aparenta, como parece apontar também a cronologia, ser uma variante do anterior, pois mantém a mesma estrutura, com excepção do nasal que foi substituído por uma “*peça que cobre a cara, provida de orifícios circulares para permitir a visão*” (SOLER DEL CAMPO, 1993, p. 98).

Finalmente, temos o elmo em forma de tonel ou elmo fechado (tipo 7), de formato cilíndrico, que nasce da necessidade de aumentar a protecção não apenas do crânio e do rosto, mas das restantes áreas da cabeça, como a nuca.

Eficazes contra espadas e contra lanças usadas como arma de estoque, os antigos elmos (de tipo 1 e 2) revelaram-se demasiado permissivos quando, a partir da segunda metade do século XII e inícios de XIII, os oponentes passaram a usar armas de choque. Estas armas de choque tanto poderiam ser as maças, achas, e martelos de armas, como a própria lança, a partir do momento em que a cavalaria adoptou a técnica da *lance couchée* (cf. MONTEIRO, J. G., 1998, p. 543; cf. também capítulo 2.1.2). É assim que, ainda segundo Soler del Campo, aos elmos se adicionará “*desde inícios do século XIII, (...) uma peça para a nuca, que (...) se estenderá para os lados até se unir à peça que cobria o rosto. O resultado é uma forma cilíndrica completamente fechada que protege totalmente a cabeça, o rosto, e descansa sobre o crânio, tendo como únicas aberturas as ranhuras destinadas à vista e uns pequenos orifícios para permitir a respiração*” (SOLER DEL CAMPO, 1993, pp. 103-104). Estes modelos “*foram abandonados em poucos anos devido à incomodidade do seu uso e porque as superfícies planas não solucionavam algumas necessidades*” (SOLER DEL CAMPO, 1993, p. 105), exigindo modificações e inovações que deram origem ao bacinete.

Na sua esmagadora maioria (quatro em cinco), as citações que encontramos referentes a elmos integram-se na cronologia referida. A referência mais antiga que foi detectada data do final do reinado de D. Sancho II e foi já anteriormente citada (*capelina 1; elmo 1*). As três seguintes datam da primeira metade do século XIV (c. 1336), reinava D. Afonso IV. Só a última referência escapa às malhas da cronologia traçada. Encontramos este último elmo no cortejo fúnebre de D. João I (cf. *elmo 5*), realizado a 25 de Outubro de 1433.

Analisemos com maior pormenor o que nos dizem os cronistas acerca dos elmos. Na primeira citação, o elmo é utilizado pelo Conde D. Fernão Garcia durante a marcha que o conduziu à presença de D. Sancho II. Uma vez que este conde optou pelo uso do elmo em detrimento da capelina (transportada pelo seu escudeiro), acreditamos que não se tratará de um elmo em forma de tonel, mas antes de um modelo anterior, aberto e menos difícil de suportar durante um longo período de tempo (este modelo corresponde aos tipos 3.1 ou 3.2, de Soler del Campo). Esta hipótese surge-nos como a única provável, mesmo tendo em conta que em 1247 o elmo fechado estava já em uso na Península.

As três citações seguintes foram retiradas da crónica de D. Afonso IV, inserida na *Crónica dos Sete Primeiros Reis*. Cerca do ano de 1336, disputou-se em

Castela, na presença de Afonso XI, uma justa entre um cavaleiro castelhano (Martim Gil) e um cavaleiro português (Gonçalo Rodrigues). Estes, “*armados de todas [as] armas, começaram de se feryr muy duramente*”, combatendo apeados com espadas:

“E sem muyta tardança Guomçalo Rodriguez per força de sua espada fez sair do campo a Martym Gyll, e no encallço lhe deu per çyma do elmo tam grande guollpe, que deu com ele morto em tera e fycamdolhe na mão a espada mea quebrada” (*elmo 2*).

Nesta descrição, para além da impressionante violência do confronto entre os cavaleiros, é significativo o facto de a espada se ter quebrado com o golpe desferido no elmo de Martim Gil. Aqui fica demonstrado um dos pontos mais negativos do elmo. Apesar da sua resistência (era tão sólido que a espada se quebrou com o choque), foi ineficaz na protecção do combatente, uma vez que absorveu todo o impacte do forte golpe desferido de cima para baixo, em vez de o conseguir desviar. Será esse um dos principais méritos do bacinete, que em breve viria a substituir o elmo em forma de tonel, como mais à frente iremos ver.

Porém, uma outra descrição demonstra-nos que o elmo, em diversas situações, era uma peça capaz de proteger não apenas a cabeça, mas o próprio pescoço do guerreiro. Durante um torneio organizado no decorrer do mesmo ano, também na presença de Afonso XI, o cavaleiro português Gonçalo Ribeiro derrubou o seu oponente: “*e tamto que cayo, dobrou loguo sobre ele, e desemlaçoulhe ho elmo. E quysera lhe dar com huma adagua cortadora que trazia*” (*elmo 4*). Só a ordem do rei impediu Gonçalo Ribeiro de matar o adversário. O desenlaçar do elmo era necessário para deixar o pescoço do cavaleiro à mercê da lâmina da adaga? Parece-nos bastante provável que assim fosse. Ao analisar um elmo de justa proveniente do Mosteiro da Batalha, João Gouveia Monteiro refere a existência de uma “*grossa fivela, presa por dois cravos de cabeça redonda e destinada a assegurar a ligação ao peitoral*.” Sobre a mesma arma, refere ainda que “*a outra parte do casco [o casco está subdividido em dois] defende a nuca e o pescoço*” (João Gouveia Monteiro, in BARROCA / MONTEIRO / FERNANDES, 2000, pp. 250).

A ligação do elmo às justas e torneios é bem evidente. Os confrontos desta natureza eram, em geral, bastante curtos. Por isso, o cavaleiro podia suportar

mais facilmente (porque o fazia por menos tempo) um elmo pesado, quente, desconfortável e que lhe limitava consideravelmente a visão e, consequentemente, a mobilidade, mas que era muito seguro. Era este o caso do elmo em forma de *boca-de-sapo* (João Gouveia Monteiro, in BARROCA / MONTEIRO / FERNANDES, 2000, p. 252). Efectivamente, nenhuma das citações encontradas nas crónicas coloca os elmos a serem usados numa situação de guerra real. E a sua ligação com as justas e torneios era tão grande que, quando Gonçalo Ribeiro foi considerado vencedor de uma justa e lhe foi “*outorguado ho grado e preço bordenado da justa*”, recebeu ainda de Afonso XI de Castela “*de merçe huma copa de ouro e hum ellmo dourado*” (*elmo 3*).

Este último exemplo leva-nos a entrar, também, no campo do valor simbólico das armas. O elmo, pelo que já foi dito anteriormente, e também pelo custo elevado que tinha, era uma arma exclusiva de cavaleiros. Era um símbolo identificativo dessa cavalaria, e por arrastamento, um símbolo de honra (daí ser concedido ao vencedor de um feito de armas) e um símbolo do poder militar. Assim se compreende a presença de uma destas peças no cortejo fúnebre de D. João I, realizado a 25 de Outubro de 1433, ao lado de uma lança, de uma facha e de outras armas. Eis como Rui de Pina descreveu o acontecimento:

“seguiam logo doze cavallos em que hyam cavalgando doze nobres homês que levavam as Bandeiras e Armas d’ ElRey, e o dianteiro foy Pedro Gonçalves [...] que levava a Bandeira Real [...] e dos outros, huñ levava o **Elmo**, houtro ho estandarte, houtro ho Guyam, e outro a Lança, e outro ha Facha, e assi as outras Armas” (*elmo 5*).

Este ritual repetiu-se, segundo Garcia de Resende, na trasladação de D. João II para a Capela do Fundador (cf. João Gouveia Monteiro, in BARROCA / MONTEIRO / FERNANDES, 2000, pp. 252-253).

c) Tipo III – Bacinetes

O bacinete surge na Península Ibérica a partir de inícios do século XIV e é o fruto da evolução do elmo fechado na direcção de formas mais funcionais

(SOLER DEL CAMPO, 1993, p. 105). Irá impor-se já na segunda metade desse século como a protecção de eleição dos cavaleiros. Em Portugal, o bacinete começou a ganhar uma importância crescente no reinado de D. Fernando. Em 1369, ano em que se iniciou a primeira Guerra Fernandina, D. Henrique II de Castela invadiu Portugal pelo Minho, apoiado pela “*Companhia Branca*” comandada pelo francês Du Guesclin (cf. MONTEIRO, J. G., 1998, p. 521). Os mercenários franceses foram assim designados por se apresentarem equipados com peças de arnês (cf. MONTEIRO, J. G., 1998, p. 533). De todas essas peças, aparentemente a que mais impressão terá causado entre nós foi, precisamente, uma *nova* protecção de cabeça que Fernão Lopes descreveu do seguinte modo: “*bacinetes com estofas, e camall de malba com cara posta, e chamavomlbe barbudas*” (*barbuda 2*), dado tratar-se de uma protecção “*que se prolongava para a zona do queixo (ou da barba)*” (MONTEIRO, J. G., 2003, p. 188). Em 1373, portanto menos de cinco anos depois, D. Fernando determinou que se substituísse o uso da capelina pela “*barvuda com camalhom*”, condição indispensável, de acordo com o monarca, para “*os que eram bem armados*” (*barbuda 1*). Ora, a julgar pelas palavras, acima citadas, de Fernão Lopes, esta barbuda não deveria diferir muito do bacinete de camal, “*de que terá constituído um antecedente, porventura algo efêmero*” (MONTEIRO, J. G., 2003, p. 188). A decisão régia foi sábia, como facilmente se perceberá depois de estudada esta arma e conhecidas as suas vantagens face às restantes protecções de cabeça. Em 1382, os mercenários ingleses que se tinham juntado a Portugal para combater os Castelhanos vinham equipados com bacinetes, que, aliás, tentaram enfurecidamente destruir a golpes de facha quando ouviram apregoar as pazes entre os dois reinos (cf. *bacinete 6*).

Esta nova arma adquiriu grande prestígio num curto espaço de tempo na Península. Em 1384, ao assumir o cargo de fronteiro mor de Entre Tejo e Guadiana, Nuno Álvares Pereira mandou, segundo Fernão Lopes, fazer uma bandeira, figurando nela, “*nos dous quartos de fumdo, no primeiro jumto com a asta, sam Jorge armado em joelhos, com as mãos juntas oramdo pera çima; e no outro Samtiago*”, tendo cada um dos santos guerreiros “*seu bacinete amte ssi*” (*bacinete 10*). O facto de se assumir que S. Jorge e Santiago utilizariam bacinetes é um claro sinal da rápida divulgação que esta peça teve na Península Ibérica e da sua *nobreza* simbólica. Tinham passado apenas 16 anos, aproximadamente, desde

a entrada das hostes de Du Guesclin em Portugal e 11 desde a determinação de D. Fernando anteriormente referida.

Vejam, então, quais as características do bacinete que o tornaram tão digno e tão útil.

O bacinete (que, em Soler del Campo, corresponde às protecções de tipo 8) mantém a característica positiva dos elmos em forma de tonel, ou seja, mantém a protecção de toda a cabeça, e combinada com outras peças, das quais se destaca o camal, alarga mesmo a sua área de protecção para o pescoço. Apresenta, ainda, soluções para ultrapassar os pontos negativos que assinalámos em relação aos elmos. Pelo seu formato mais anatómico, o bacinete era uma peça muito mais confortável para o cavaleiro. A adaptação da sua forma à cabeça humana levou a uma curiosa (e macabra) associação feita por Leonor Teles. Decorria o ano de 1383. Encontrando-se a rainha em Alenquer,

“[...] começaram de fallar peramtella esses fidalgos e outros que presentes eram, sobre o que a cada huñ ficara na cidade [de Lisboa] de que sse mais dohia [...]. A rainha ouvindo fallar em esto, disse contra os outros:

Quanto a mim nom me pesa tanto doutra cousa que me alla ficasse, como do bacinete e da cota d Alvaro Paez.

Como, Senhora, disserom elles, e tam boas armas ssom essas, que vos nom poderees aver outras tam boas por dinbeiro?

Nõ me dariam, disse ella, outras taaes por nebuñ preço. E sse me alguém estas desse aa mão, eu lbe daria por ellas quanto me pedisse.

E maravilhamdosse todos que armas podiam taaes seer, souberom que o dezia porque Alvaro Paez era calvo, e por a cota da cabeça” (*bacinete 8*).

Outro aspecto positivo do bacinete face ao elmo era, efectivamente, o facto de “vestir” melhor. Para isso contribuía também a presença de um forro, uma estofa (cf. *barbuda 1*) que funcionava como almofada colocada entre o metal e a cabeça. O desenho mais arredondado do bacinete não tinha uma mera intenção estética. Aumentava a sua eficácia, pois ajudava a diminuir o impacto dos golpes, ao provocar a deflexão da arma inimiga na sua superfície curva. Como vimos atrás, esta característica podia, em muitos casos, salvar a vida do guerreiro.

O desconforto do elmo advinha, em grande medida, do facto de ser totalmente fechado, dificultando a visão e a respiração do cavaleiro, apesar dos orifícios que possuía para esses efeitos. Essa dificuldade foi superada com o bacinete, porque este é composto por dois elementos distintos: uma “*estrutura cerrada que protege a nuca e toda a cabeça com excepção do rosto*” e “*uma viseira móvel, que protege o rosto e se prende dos lados por meio de dois pernos, o que permite retirá-la do conjunto (...). Tal como os elmos, também estará provida de orifícios para permitir a visão e a respiração*” (SOLER DEL CAMPO, 1993, p. 105). Assim, o bacinete pode ser apresentado como uma síntese entre os cascos abertos e os elmos fechados, podendo adquirir uma ou outra configuração com a retirada ou a colocação da viseira.

Ao contrário do elmo, o bacinete é muitas vezes citado em contextos de guerra real (cercos, batalhas, incursões, escaramuças, justas e outras formas de combates individuais). O elmo aparenta, mesmo, ter tido um papel pouco relevante no cenário real da guerra. Pelo menos é o que parece sugerir a frase de Fernão Lopes (já anteriormente citada) que descreve as mudanças de armamento feitas no reinado de *O Formoso*. Nela, recordemos, está explícita a indicação de se substituir a capelina pelo bacinete [“*barvuda*”], não sendo referido o elmo (cf. *barbuda 1*).

O conforto, a facilidade de adaptação ao momento (marcha, combate...), a alargada área de protecção e a resistência que possuía, fizeram do bacinete uma arma extremamente popular entre a cavalaria, a tal ponto que se identifica o utilizador de bacinete necessariamente com o combatente a cavalo (cavaleiro, escudeiro, pajem...). Esta associação era tão forte que “*dom Yuda, Tesoureiro moor que fora delRei dom Fernamdo, e seu Veedor da Fazemda*”, por “*temor dos gramdes agravos //⁶³ que fazia ao poboo com os officios que tiinha*”, não hesitou em fugir de Lisboa disfarçado (na sequência do assassinato do Conde de Andeiro e da retirada da corte de Leonor Teles para Alenquer) “*com huña fumda de bacinete na cabeça, com lamça na mão assi como page, por nom seer conhecido*” (*bacinete 7*). A identificação entre esta protecção e a cavalaria é feita de forma inequívoca na *Crónica del Rei dom João I da boa memória. Parte Segunda*, na qual o termo “bacinetes” se aplica como sinónimo de homens de armas. Escreveu Fernão Lopes que, no decorrer do ano de 1398, um escudeiro enviado por Nun’Álvares Pereira ao arraial castelhano foi interrogado pelos inimigos.

E quando perguntado sobre “*que gentes vem no arayal do Comdestabre?*”, respondeu “*Seram [...] atee seteçentos baçinetes e quatro myl homeens de pee e alguuns beesteiros*”, (cap. CLXIX, p. 360).

Feito em metal, exigindo ao fabricante um perfeito domínio do seu ofício, podendo ser adornada (“*muy ricamente guarnida*”, como disse Zurara em relação à celada) e sendo um dos elementos fundamentais do *arnês* (conjunto de peças metálicas defensivas comumente conhecido por armadura), o bacinete era demasiado caro para o comum dos guerreiros. Se não o imaginamos na cabeça de um peão, não se pode, por outro lado, assumir que todos os cavaleiros possuíam um. Noutra passagem da narração da vida de D. João I, Fernão Lopes descreve um alardo feito por Nuno Álvares Pereira (que tinha assumido o cargo de fronteiro de Entre Tejo e Guadiana) em Estremoz, no ano de 1384. Nesse alardo, conta o cronista, reuniu “*pouca gente darmas, e nom bem armados; ca nom seriam mais de cavallo que huũs trezemtos, e amtrelles cemto e oiteemta de baçinetes, e pouco mais de mill homes de pee, e ataa çem beesteiros*” (*bacinete 11*). Por esta passagem se torna claro nem todos os cavaleiros teriam capacidade financeira para adquirir uma peça dispendiosa. Fernão Lopes pretende claramente sublinhar a falta de equipamento dos guerreiros que se prestaram a responder ao apelo de Nuno Álvares e não deixou registado qual a protecção de cabeça que os perto de cento e vinte cavaleiros sem bacinete estariam a envergar na ocasião. No entanto, o facto de destacar os que se apresentaram com bacinetes é mais um sinal revelador da importância desta arma no contexto bélico da época em análise.

Mesmo entre cavaleiros e escudeiros que possuíam um bacinete, havia os que, por razões de riqueza pessoal, não podiam apresentar uma peça de grande qualidade. Assim aconteceu durante o cerco de Tuy (1398) com João Preto, escudeiro de D. João I. Quando o confronto estava prestes a iniciar-se, “*El-Rey [...] disse-lhe que se armasse bem e fez-lhe leuar huum seu forte baçinete, porque o elle tam bom nam tinba*” (*bacinete 34*). A qualidade do bacinete e, em geral, do seu equipamento defensivo, era mesmo um factor de distinção entre dois exércitos. Ficou famoso o relato que as crónicas deixaram da diferença de qualidade entre o armamento português e o armamento castelhano em Aljubarrota. Enquanto os *senhores e fidalgos* castelhanos estavam “*armados em booas e esplandeçentes armas, e todos prumoões nos baçinetes, que lhe daua muy grande*

fremosura e vista” (*bacinete 26*), os Portugueses apresentavam “*bacynetes de camal, delles com caras e delles sem ellas*” (*bacinete 25*). A mesma descrição, em tons mais coloridos, é dada, segundo Fernão Lopes, pelo Franciscano Frei Pedro no sermão que deu em Lisboa após a vitória. Segundo o pregador, “*os portu- gueses [...] eram prouemente e mal amanbados; ca o que tijnba cota nom tijnba loudel, e o que tijnba panceira nom tijnba braccellotes, e muytos delles com baci- netes sem caras. Assy que todas ssuas armas seendo repartidas como compria, nom armarya o terço da gente*” (*bacinete 27*). Ideia verídica ou exagerada para dar maior ênfase à sensacional vitória conseguida nesse 14 de Agosto de 1385? É difícil saber ao certo. Mas mesmo não tendo sido de facto assim, sabemos que era perfeitamente possível que tudo pudesse ter sido como descrito. O excesso de fantasia teria, naturalmente, destruído o efeito propagandístico desejado quer com o sermão, quer com a narrativa de Fernão Lopes.

Como se pode verificar pela descrição dos combatentes que se bateram por D. João em Aljubarrota, os bacinetes poderiam apresentar-se “*delles com caras e delles sem ellas*” (*bacinete 25*). Os bacinetes sem caras eram os que não tinham viseira, deixando o rosto descoberto. Optar por um bacinete sem viseira e, portanto, mais próximo das defesas abertas, poderia resultar de diversos factores: a adaptação a um clima quente ou a uma operação específica; a falta de dinheiro ou de oportunidade para obter um bom bacinete com viseira; a perda da viseira após um golpe mais violento de um inimigo num confronto recente (cf. *bacinete 38*, onde se conta como o forte arremesso de uma pedra separou a viseira do casco do bacinete); a necessidade de ter um maior campo de visão; ou uma simples preferência pessoal. Segundo Fernão Lopes, Nuno Álvares Pereira apresentou-se em Atoleiros com “*seu baçinete sem cara*” (*bacinete 12*), embora as razões para esse facto não sejam esclarecidas. Também o Mestre de Avis envergava, por alturas do cerco de Lisboa, um bacinete semelhante. D. João comandava a defesa das suas embarcações, ameaçadas pela frota castelhana, andando “*acavallo (sic) pella rribeira [...] armado como amdava com baçinete sem cara*”. Neste caso, D. João poderá ter prescindido voluntariamente da viseira para ter uma visão mais ampla dos acontecimentos ou por uma questão de segurança, uma vez que andava “*metemdosse no mar com afficamento*” e a utilização da viseira poderia aumentar o risco de afogamento, caso viesse a cair à água, como de facto sucedeu:

A sua montada foi atingida por um “huũ viratõ” na “espadoa [...] e o cavallo semtimdosse ferido, cahiu logo com elle na agua; e foi o Meestre so a agua [...] e ssem seemdo acorrido de nehuũ, quando sse sentio so a agua fora da besta, pos as mãos nos //²⁴⁶ joelhos e alçousse em pee; e achousse tam alto que lhe dava a agua per so a barva; e quando sse assi viu, sahiusse fora da agua [...]” (bacinete 17).

Uma coisa parece certa, D. João não utilizara nesse dia um bacinete sem viseira por falta de escolha, uma vez que se procedido ao armazenamento nas torres de Lisboa de muitos “*bacinetes, e doutras armaduras, que rreluziam tamtas que bem mostrava cada huũa torre per ssi que abastamte era pera sse deffemder*” (bacinete 14).

Naturalmente, a utilização do bacinete sem viseira acarretava sérios riscos. Nesse mesmo contexto do ataque da frota castelhana, “*huũa gallee de Castella [...] estava aferrada com outra de Portugall*”. Defendendo a proa da embarcação portuguesa estava “*Affõsso Goterrez de Padilha, buũ boom cavalleiro castellaão que amdava com o Meestre*”, equipado com “*hũa lamça nas mãos e baçinete sem cara*”. Segundo Fernão Lopes, este corajoso Castelhana tinha já “*quatro viratoões chatados no rrostro*”, mas continuou a combater até ser novamente atingido, desta vez por um dardo que “*lhe apomtou demtro na boca; e rreteudo per tall ferida, deu logar a lhe darem outras com que foi forçado de cabir da proa afumdo*” (bacinete 16). É de realçar que todos os golpes descritos neste episódio atingiram o combatente no seu rosto, desprotegido pela ausência da viseira do bacinete.

Riscos semelhantes atingiam os guerreiros que combatiam com a viseira erguida. Rui Pereira, durante um confronto entre naus portuguesas e embarcações da armada castelhana, em 1384, “*alçou a cara do baçinete que nom podia bem sofrer, e ouve hũa virotada pella testa, de que em pouco espaço lamçou aquell fidallgo o spiritu, que tam cedo nom devera fazer fim*” (bacinete 15).

Os bacinetes completos garantiam maior protecção, à semelhança dos elmos fechados. Mas o elmo, como vimos, provocava desconforto precisamente pela ausência de aberturas que permitissem a respiração. A qualidade de estar totalmente fechado só era útil no momento do confronto com o inimigo. A viseira móvel do bacinete não obrigava o guerreiro a usá-lo sempre fechado.

Durante a marcha, era comum cavalgar sem bacinete ou com a viseira levantada. Por muito confortável (relativamente ao elmo) que esta peça fosse, o seu uso prolongado cansaria o cavaleiro, para além de lhe retirar campo de visão e de transmitir uma mensagem de agressividade que não seria sempre desejável. De acordo com uma passagem de Fernão Lopes, sabemos que o bacinete era transportado muitas vezes pelo próprio guerreiro, preso por uma faixa ao pescoço. Escreve o cronista que, quando levantou o cerco a Torres Vedras (Fevereiro de 1385), D. João I partiu com os seus homens

“levamdo esta hordenamça: elles hiam todos deante, e ell com suas gemes detras, que seriam ataa seis çemtas lamças, das quaaes hiam emcavallgadas hūas çemto e cimquoemta, e as outras todas de pee com cotas e loudees vestidos, e os baçinetes ao pescoço nas fachtas; e assi amdavom suas trabalhosas jornadas [...]” (*bacinete 20*).

Em alternativa, o bacinete (tal como outras armas) poderia ser transportado por um escudeiro ou um pajem. Assim se passou com o rei castelhano, quando invadiu Portugal em 1385. Neste caso, o transportador era o seu pajem-mor (cf. *bacinete 24*). O estado de saúde de D. Juan, bastante debilitado, como se sabe, terá também influenciado essa opção.

Numa outra ocasião, a 1 de Novembro de 1385, a hoste portuguesa marchou para Melgaço ao encontro do Duque de Lencastre e D. João I “*bia armado de todas armas, que lbe nom mynguaua senom o baçinete; e muytos dos seus daquella gujssa*” (*bacinete 29*). As restantes armas tinham uma função cerimonial, mas o bacinete foi dispensado, não necessariamente por uma questão de conforto. Sendo a marcha em Novembro, o problema do calor não se punha e o bacinete até poderia proteger os guerreiros do frio ou da chuva. O gesto é simbólico: revela confiança e transmite uma noção de não agressividade, equivalente ao uso de uma bandeira branca. O rosto não é escondido atrás de uma *máscara* de guerra.

Nem sempre os cavaleiros em marcha prescindiam do seu bacinete, podendo cavalgar com a viseira levantada. Quando Nun’Álvares Pereira partiu com os seus homens numa peregrinação a Santiago, em 1385, foi acolhendo reforços ao longo do percurso, “*de guisa que chegãdo a darque ja cõ elle hyã quatro cētas*

lâças emcaualgadas cõ bacinetes aleuantados” (*bacinete 2*; cf. *bacinete 21*, que contém idêntica descrição, copiada por Fernão Lopes a partir da anterior). Neste caso específico, os cavaleiros avançavam com a viseira levantada revelando confiança, pelo apoio dado pela população. E o Infante D. Henrique, em plena operação de conquista de Ceuta, avançava pelas ruas com a viseira do bacinete levantada. Apesar do perigo, era compreensível a opção, tendo em conta o calor que se deveria sentir, no Norte de África, nos finais de Agosto (recorde-se que a operação foi efectuada no dia vinte e dois desse mês). Só quando se deparou com um grupo de cristãos perseguidos por muçulmanos é que o infante “*çarrou a cara do bacinete*” (*bacinete 39*), para se preparar para o confronto com estes últimos.

O acto de envergar o bacinete poderia ser lido de várias formas, mas tinha sempre uma conotação hostil. Por ocasião do cerco de Lisboa (1384), “*sabirom da çidade [...] alguiũs homes darmas e beesteiros, e isso mesmo homes de pee; e hordenarom sua pavesada pera escaramuçar com os Castellaãos [...]*” D. Juan incitou os seus homens, gritando-lhes “*A elles, a elles, fazellos emçarrar dentro, ca villaãos som todos.*” Porém, alguns Castelhanos mostraram-se pouco entusiasmados com a ideia de um ataque que consideravam inútil, pois “*aimda que elles dessem em elles ata as portas, nom aviam poder de empeeçer aa çidade.*” Perante estas palavras, o rei

“ouve menemcoria, e sem mais rrespomder, pedio o baçinete; e disse ao Meestre de Samtiago que fosse deamte com sua bamdeira; e ell fazemdo o que elRei mãdou, deçeromsse muitos dos cavallos, e com as lamças nas mãos, moverõ comtreelles, ataa chegarem huũs aos outros” (*bacinete 13*).

Um gesto, é usual dizer-se, vale mais do que mil palavras. E o gesto de D. Juan, pedindo o seu bacinete, foi entendido pelos seus homens como um sinal de que a sua decisão de atacar estava tomada e não era passível de ser contestada.

Uma postura igualmente ameaçadora foi a de D. Henrique de Trastâmara, quando se aproximou de Pedro, o *Crú*, “*armado de todas armas, com o bacinete posto em-na cabeça, como estava prestes pera este feito*” (*bacinete 5*). D. Pedro morreria às mãos do Trastâmara nesse encontro.

Mesmo em situações de conflito iminente encontramos cavaleiros capazes de abdicar, momentaneamente, do bacinete, desde que não haja uma ameaça imediata.

Mas quando os riscos de um confronto aumentam, o gesto de colocar o bacinete repete-se. Isso mesmo ocorreu com um grupo de cavaleiros, integrados na hoste régia que participava numa expedição a Chaves e Castela, no Inverno de 1385. Esses cavaleiros envolveram-se em escaramuças com os Flavienses:

“estauom alguuns da uilla em huuma pomte que o logar tem. E Joham Gill Sapo [...] deço do cauallo em que hia armado, e pos a **baçinete** na cabeça, e com huuma facha nas mãos avantajado amte os outros, [...] matou ally per sua mão tres” (*bacinete 28*).

Dois anos depois, encontramos uma situação idêntica, desta vez envolvendo o próprio D. João I. Este encontrava-se com o seu exército em marcha, nas proximidades de Ciudad Rodrigo, quando se deparou com uma hoste composta por combatentes castelhanos e franceses, e onde estavam também integradas figuras que Fernão Lopes nomeou: o Infante D. João, Martim Anes, o Mestre de Alcântara e Garcia Gonçalves de Grijalva. Nesse momento, “*El-Rey [...] pedio outro cauallo e o baçinete, e pose-o e emcamjnbaua já pera homde os castellaãos estauom*” (*bacinete 32*).

Ainda que não fosse usado em determinadas ocasiões, não há dúvida de que o bacinete era uma peça fundamental do equipamento dos cavaleiros. Quando chamados para combater, eles não o esqueciam. Isso aconteceu, por exemplo, num alardo feito por Nun’Álvares Pereira, que preparava uma expedição a Castela. Tendo soado as trombetas, a hoste reuniu-se num rossio de Vila Viçosa, estando “*toda sua je jête armada de todas armas e os bacinetes nas cabeças: e todos a cauallo e cõ lâças darmas nas mãos sem pages*” (*bacinete 4*; cf. *bacinete 33*, com descrição semelhante feita por Fernão Lopes a partir da anterior). Equipamento idêntico encontramos numa hoste que fez uma expedição em Castela para roubar gado, em Janeiro de 1399 (cf. *bacinete 36*). Num total de 90 lanceiros, apenas 22 possuíam bacinetes, confirmando a ideia de que nem todos os cavaleiros portugueses tinham fortuna suficiente para os adquirir. Conta-nos ainda Fernão Lopes que esta hoste acabou por ser surpreendida por Castelhanos, tornando-se inevitável o confronto. Ao prepararem-se para a batalha, “*posse-rão a par da bamdeira dez de baçinetes de huma parte e dez da outra, e os sem baçinetes com suas lanças a par delles, e os homeens de pee e os beesteiros*

tantos a huma parte como a outra” (*bacinete 37*). Esta disposição táctica não foi aleatória. Os lanceiros com bacinete foram colocados junto à bandeira, pois apresentavam-se em melhores condições para a protegerem.

Tal como acontecia em relação aos elmos, também encontramos referências à utilização dos bacinetes nas justas. Porém, há uma diferença que poderá ser significativa. As justas onde foi assinalado o uso de elmos foram realizadas num contexto de paz (o que não exclui, obviamente, a existência de conflitos e de rivalidades). Já as duas justas nas quais os cronistas apontam o uso de bacinetes ocorreram num momento de guerra declarada, mais concretamente, durante um cerco a Benavente (1387). Na primeira dessas justas, os oponentes apresentaram-se “*com baçinetes de camal sem escudos*” (*bacinete 30*). A ausência do escudo foi compensada pelo uso do bacinete e do camal (cf. capítulo 1.1.). Na segunda justa (disputada entre cavaleiros que Fernão Lopes designa por *Maaborny* e *monse Roby*), “*Maaborny [...] leuaua ho bacinete sem cara e com a brooca do escudo cobria o rosto de guysa que lhe nom paresçia mais que o olbo direito*” (*bacinete 31*). A ausência da viseira não é explicada pelo cronista. O que importa realçar é o contraste entre as duas justas, ocorridas em local e ocasião idênticos. Na segunda, o uso do escudo é necessário para cobrir o rosto descoberto, enquanto na primeira se sugere que um bom bacinete poderia levar mesmo à dispensa do escudo, em determinadas situações.

Estas justas apresentam uma cronologia mais recente, o que ajuda a explicar o uso do bacinete. No entanto, outros factores poderão ser tidos em linha de conta. Desde logo, o facto de se realizarem durante um cerco significa que os seus participantes estavam também envolvidos no conflito e, por esse motivo, devidamente armados para a guerra. Partindo desse raciocínio, que não nos parece descabido, podemos apontar que o bacinete estava presente nas justas de guerra por ser a protecção de cabeça que os cavaleiros usavam nesse contexto. E o elmo, porque ultrapassado pelo bacinete, tinha progressivamente caído em desuso, mantendo-se apenas em uso em justas de paz, onde, em nome da segurança, os cavaleiros podiam dar-se ao luxo de abdicar do conforto e da visibilidade que o elmo roubava.

Resta-nos analisar a utilização do bacinete na guerra de cerco. Trata-se, afinal de contas, do tipo de operação militar mais vulgar nos finais da Idade Média. Sendo a protecção mais inovadora, era incontornável a sua presença nesse tipo

de operações, entre as hostes de ambos os lados. Quando D. João I cercou Guimarães, em 1385, um dos defensores da praça “*veo-sse ally armado dhumas solhas e huum loudell e huum gorjall de malba e huum bacinete de camal em cima e huuma aduffa de madeira antelle e huum escudo no braço*” (bacinete 23). E quando o mesmo D. João, em 1398, cercou Tuy, os seus homens receberam ordens “*demtrar na cidade. E Jobam Gomez da Sillua, que era alferez, sobio pella escalla com a bamdeira del-Rey tendyda, e muytos com elle, todos armados com lanças nas mãos e bacinetes postos*” (bacinete 35).

No entanto, capaz de resistir ao impacto das lanças, em batalhas e justas, é nos relatos da guerra de cerco que o bacinete vai revelando as vulnerabilidades que possuía. Golpes demasiado violentos, capazes de esmagar, não eram sustidos pelo (neste caso) frágil metal. Durante o cerco em que Nun'Álvares Pereira tentou tomar Vila Viçosa, o seu irmão sucumbiu atingido por um canto lançado de um buraco existente no passadiço que ligava a torre albarrã à muralha. Conta o cronista do Condestável que “*derõ logo com huñ grande canto ante que entrassem ao fernam pereyra que lbe escacharõ o bacinete: e a cabeça: e foy logo morto*” (bacinete 1; cf. ainda bacinete 19, onde o mesmo episódio é narrado por Fernão Lopes). Vulneráveis eram também as aberturas da viseira, ainda que pequenas, que permitiam a visão e a respiração do cavaleiro. No cerco de Neiva, Nun'Álvares Pereira (que novamente liderou a expedição) “*combateo o castello muy rijgamente: em tal guisa que o alcajde foy morto no combate de huñ viratã que lbe deu per meeo da vigajem do bacinete*” (bacinete 3; cf. bacinete 22). Como resultado desta morte, foi “*o castelo emtrado por pretesia*” (bacinete 22).

Nas crónicas analisadas, o bacinete fez as suas duas últimas aparições no relato da tomada de Ceuta, em 1415, uma operação de cerco cuja originalidade face às anteriores passou sobretudo pelo número *record* de combatentes até então e pelo facto de a acção se passar no Norte de África. A partir deste momento, não voltam a aparecer as referências a bacinetes nestas crónicas. Numa dessas referências está exemplificada uma outra vulnerabilidade do bacinete. O facto de se tratar de uma arma composta, os pontos de ligação entre as duas partes (casco e viseira) eram frágeis, podendo soltar-se com um golpe mais forte. O arremesso de uma pedra, feito com tanta força que “*nom pareçia que sabia senom dalguñ troom ou colobreta*”, atingiu “*Vaasco Martimz dAlbergaria sobre o bacinete, que lbe lamçou a cara fora*” (bacinete 38).

Como conclusão, recordemos que o bacinete foi a arma de preferência da cavalaria portuguesa de finais da Idade Média, estando presente em todo o tipo de operações bélicas ou em jogos de guerra (justas). Esta arma era muitas vezes retirada em momentos de menor perigo, para evitar o calor que o seu isolamento provocava, para aumentar o campo de visão do seu portador ou para evitar uma postura de agressividade. Outra opção era o uso do bacinete sem viseira ou, preferencialmente, com a viseira levantada, de modo a facilitar a respiração. A viseira seria, então, baixada no momento imediatamente anterior ao início de um confronto. O facto de possuir uma viseira móvel provocava uma certa fragilidade na junção das duas peças, o que poderia provocar a sua separação acidental após um golpe mais forte do inimigo. Também as viseiras e os orifícios de respiração causam vulnerabilidades, pois era exactamente por aí que muitos dos golpes sofridos podiam penetrar a peça metálica. O bacinete, para aumentar o seu poder defensivo, surgia muitas vezes associado a outras armas, como o próprio escudo ou o camal, que raramente era dispensado. O uso do escudo era importante numa época de protecções de cabeça fechadas e que dificultam ou impedem a identificação do cavaleiro sem o recurso a insígnias que eram precisamente colocadas nos escudos ou em outras peças, como o loudel e o estandarte.

O bacinete beneficiou de uma grande longevidade, sendo a defesa de cabeça mais citada nas crónicas analisadas, superando em número o conjunto das restantes. Apesar do elevado número de citações, os bacinetes são referidos em cinco crónicas (cf. tabela 4) que abarcam apenas dois reinados: o de D. Fernando e o de D. João I, com grande predomínio para este último. Falamos, portanto, de balizas cronológicas que se situam entre a segunda metade do século xiv e o primeiro quartel do século xv. Foi precisamente por esta altura (inícios do século xv) que se começou a divulgar em Portugal uma outra defesa de cabeça, a *celada*.

A celada, segundo G. Stone (STONE, 1999, p. 536), era uma protecção de cabeça muito utilizada, no século xv, em várias regiões da Europa, existindo mesmo dois modelos de celadas bastante diferentes entre si. O primeiro era a celada italiana, peça bastante cingida à cabeça e ao pescoço e sem viseira móvel. Alguns modelos deixavam descoberto o rosto do combatente, mas o modelo mais comum tinha uma abertura frontal em forma de T, que permitia a visão e a respiração sem desproteger em demasia o seu utilizador. A celada italiana

era mais leve e confortável do que o segundo modelo, que apresentaremos de imediato. Nas regiões da Alemanha, França e Inglaterra, existia então uma peça “celada” cuja morfologia a tornava bastante próxima do *nosso* bacinete. Tinha, por norma, uma viseira móvel e protegia totalmente a cabeça do guerreiro, tendo como elemento mais característico uma cauda pontiaguda na zona posterior, que guardava o pescoço. Acreditamos que era este último modelo o que se utilizou também em Portugal, ainda que sem a popularidade de Além-Pirenéus. Entre 1438 e 1448 passaram pelo arsenal régio de Lisboa menos de cem celadas, enquanto que o número de bacinetes ultrapassava o milhar (cf. MONTEIRO, J. G., 2001, p. 45). Os números que as crónicas nos fornecem confirmam esta realidade. Temos apenas uma referência (por sinal bastante tardia) à presença da celada. Estávamos já na segunda metade do século xv e D. Duarte de Meneses procurava iniciar negociações com o rei de Fez para recuperar as ossadas do Infante D. Fernando. Para agradar ao monarca, D. Duarte “*lbe mandou buum gibanete muy boo e huma cellada e duas lanças. todo muyto bem e muyto ricamente guarnido*” (celada 1). Zurara referiu-nos que o gesto de diplomacia foi bem sucedido, já que “*ElRey de feez foy muy allegre com aquelles donatyuos prazendolbe muyto com elles. E quantos marijns ally estauam todos louuarom semelhante presente*” (celada 1), sinal claro de que se tratava de peças *nobres*.

Há, porém, uma aparente contradição entre a quantidade de bacinetes existentes no arsenal régio de Lisboa (sinal do seu uso corrente), em meados do século xv, e a quase inexistência de referências a esta arma nas crónicas mais recentes. Tirando uma indicação na *Crónica da Tomada de Ceuta*, tanto a *Crónica de D. Duarte*, de Rui de Pina, como a *Crónica de D. Duarte de Menezes*, de Zurara não a referem. Esta ausência não se pode justificar apenas com o diferente *estilo* dos cronistas, embora seja conhecida a superior atenção que Fernão Lopes dava ao detalhe (e foi precisamente F. Lopes quem mais vezes nos falou em bacinetes). As próprias condições mudaram. Zurara e Rui de Pina narraram-nos acontecimentos ocorridos no Norte de África e o calor desta região não era compatível com armas tão fechadas como os bacinetes, mesmo que dotados de uma viseira móvel. Em África, entre a segurança e o conforto, vencia esta última característica. Concretizando: entre uma arma extremamente segura, mas que se revelava demasiado quente e, por esse motivo, até perigosa para o combatente e uma arma mais

aberta, mas que permitia a respiração e não aquecia demasiado, os combatentes optaram pela última opção. Por estes motivos, e tendo ainda em conta que os muçulmanos não faziam uso da cavalaria pesada, é compreensível que os bacinetes dessem o seu lugar às defesas abertas, como veremos de seguida.

d) Tipo IV – Defesas abertas

As defesas abertas correspondem aos *capacetes* de que nos fala Soler del Campo (tipo 5) e eram conhecidas, em Portugal, pelas designações de *chapéus--de-armas*, *morriões* e, naturalmente, *capacetes* (cf. João Gouveia Monteiro, in BARROCA / MONTEIRO / FERNANDES, 2000, p. 246). Embora essa última designação pudesse abarcar também as protecções de tipo 3, diz Soler del Campo que “*em consonância com a terminologia tradicional da armaria, aplicar-se-á o vocábulo capacete para as defesas com calva semiesférica ou levemente pontiaguda, providas de aba*” (SOLER DEL CAMPO, 1993, p. 99). Segundo o mesmo autor, o capacete é um “*novo tipo de casco aberto*”, com “*uma estrutura semicircular (...) em combinação com uma aba oblíqua*” (SOLER DEL CAMPO, 1993, p. 101). As abas eram “*largas ou encurvadas*” (João Gouveia Monteiro, in BARROCA / MONTEIRO / FERNANDES, 2000, p. 246) e permitiam não só “*proteger a vista e o rosto de elementos como a água e o sol, mas também (...) fazer deslizar e desviar do rosto os golpes*” (SOLER DEL CAMPO, 1993, p. 101).

O capacete foi muito utilizado pelos Portugueses entre os séculos XIII e XVI, mas ganhou predominância exactamente nas “*campanhas do Norte de África*” (cf. João Gouveia Monteiro, BARROCA / MONTEIRO / FERNANDES, 2000, p. 246), onde o calor impedia o uso de defesas fechadas, como vimos anteriormente. No entanto, apesar de as três últimas crónicas analisadas relatarem acções bélicas disputadas no Norte de África, não há nelas qualquer referência aos capacetes. Não podemos crer que os cronistas desconhecêssem o uso dos capacetes, já que este era de utilização comum em Portugal na época em que viveram e escreveram. Assim, a ausência a qualquer referência deve ter outra explicação. Ou os capacetes surgem camuflados por outros nomes (preferindo os cronistas continuar a usar termos mais tradicionais, como bacinete a celada), ou os capacetes eram associados mais ao combate apeado e não à cavalaria, sendo a sua

referência contrária aos desígnios de engrandecimento do espírito de cavalaria, ainda presente na crónica de Quinhentos.

Acreditamos que barreta seria que uma outra designação para estes capacetes (ou para uma protecção aberta semelhante). Como se pode observar na tabela 4, já anteriormente apresentada, são feitas três referências a barretas, uma por Fernão Lopes e duas por Zurara. Vejamos em que contexto os cronistas citam esta peça defensiva.

A primeira referência é feita por Fernão Lopes. Em Agosto de 1384, a peste grassava no arraial castelhano que cercava Lisboa. Por esse motivo, a continuação do cerco tornou-se insustentável para os Castelhanos. Estes, no entanto, não pretendiam deixar Lisboa sem negociar, com os sitiados, os termos do fim do cerco, “*por levar alguũa homrra de sua viimda*” (CDJI, cap. CXLI, p. 249). Assim sendo, é marcado um encontro entre D. João, Mestre de Avis, e o emissário castelhano, Pero Fernandez. Conta-nos Fernão Lopes que o cavaleiro castelhano se fez acompanhar, nesse encontro, por “*huũ page comssigo com huũa lamça e barreta*”. Por seu lado, o “*Meestre estava a cavallo com cota e braçaaes e huũa espada çimta, e huũa tabardilha em çima*” (barreta 1).

Vejamos agora o que escreve Zurara. Conta este cronista que quando D. João I supervisionava os preparativos dos confrontos que permitiriam a tomada de Ceuta, se “*escusou de leuar ho arnes de pernas. e assy com huũa cota uestida e com huũa barreta na cabeça e a sua espada çimta, amdou per todos aquelles nauios damdo auisamento a cada huũ*” (barreta 2). Alguns capítulos mais adiante, quando já se combatia em Ceuta, é feita a descrição da morte em combate de Vasco Fernandes de Ataíde:

“E em aquelle segumdo cometimento que o Iffamte fez aos mouros [...], Vaasco Fernamdez dAtayde ouue nouas como seu senhor amdaua em aquelle trabalho, e trabalhousse de o hir buscar. e quamdo chegou aaquelle lugar, [...] que era açerqua da porta, lamçaram os jmmijgos de çima huũa pedra, a quall era tam gramde e per tamanha força lamçada, que tanto que lhe deu sobre a **barreta**, Vaasco Fernamdez cayo morto em terra” (barreta 3).

As descrições nada adiantam em relação à morfologia desta arma. Sabemos que a barreta foi incapaz de proteger Vasco Fernandes de Ataíde do impacto

da pedra largada pelos inimigos. No entanto, tratando-se, certamente, de uma pedra de grandes dimensões, nenhuma protecção teria sido eficaz. Ainda assim, apesar dessa escassez de informação, podemos tirar as seguintes conclusões.

Em primeiro lugar, estamos perante uma peça contemporânea de bacinetes e celadas. Esse dado exclui a possibilidade de se tratar de uma protecção de tecido simples, de tipo I, há muito caída em desuso entre a elite guerreira do reino. Pelo contrário, a barreta seria uma peça metálica. Apoiamos esta afirmação com uma referência das Cortes de Évora de 1447. Como refere João Gouveia Monteiro, “*o concelbo de Tavira alegou junto do infante D. Pedro que enviara a Sevilha por um armeiro de fazer solhas, celadas e barretas, a quem depois atribuíra uma determinada tença*” (MONTEIRO, J. G., 2001, p. 17). A referência explícita a celadas e solhas sugere o trabalho com metal. Por outro lado, em meados do século xv não haveria interesse em atribuir tenças a fabricantes de peças de tecido ou couro fervido, de pouca utilidade nos cenários bélicos da época.

Em segundo lugar, a barreta teria, à partida, uma certa dignidade, tendo em conta a ocasião da sua utilização e quem a envergava. Na primeira referência, a barreta é utilizada por um pajem que escoltava um representante do rei de Castela. Na segunda referência, foi envergada por D. João I no momento em que este verificava, em 1415, o avanço dos preparativos da sua armada conquistadora que em breve partiria com destino a Ceuta (cf. *barreta 2*). Nesse dia, o rei apresentou-se armado e não queria, de modo algum, utilizar como protecção da cabeça uma peça desprestigiante num momento em que a sua autoridade militar e régia não poderia ser ferida de ridículo ou de vulgaridade. Por fim, a terceira citação refere o uso de uma barreta por Vasco Fernandes de Ataíde, que, embora não possua a importância de um rei, é merecedor de ver o seu nome perpetuado nas páginas de uma crónica régia. E essa honra, como sabemos, não estava destinada a muitos.

2.2. Armamento corporal defensivo

Conhecidas e analisadas as protecções de cabeça, é chegada a hora de ver como é que os combatentes medievais se “vestiam” para matar. Tal como aconteceu com as protecções de cabeça, também aqui houve uma evolução, fruto da

relação que todas as defesas têm com as armas ofensivas. Por outras palavras, à medida que o armamento ofensivo se vai tornando mais e mais destrutivo – primeiro ganha poder de choque, depois entra num patamar totalmente novo, com as armas de fogo – a necessidade de criar novas peças para esconder e escudar o corpo aumenta. Do mesmo modo, quando as defesas se sobrepõem às armas ofensivas, estas tendem também a evoluir ou a ser substituídas por outras mais eficazes. A evolução das protecções de corpo tende, em última análise, para a protecção total do corpo do guerreiro, culminando no famoso arnês branco, que ficou para a história sob a designação de armadura. Para maior facilidade de tratamento, as protecções de corpo podem ser divididas em tipos, consoante o material de que são feitas (tabela 5):

Zona de protecção do corpo	Defesas de couro ou tecido acolchoado	Defesas de malhas	Defesas de placas metálicas	Arnês metálico
<i>Pescoço e garganta</i>		Camal Gorjal ou gorjeira		Babeira Gorjal Gorgeira
<i>Tronco e baixo-ventre</i>	Cambais Gibão Loudel Jorné Perponte	Loriga Lorigão (defesa de escamas) Cota de malha Fraldão	Couraça Solhas Jaque Gibanete	Peito Panceira Escarcela
<i>Membros superiores</i>	Gantes Ganteletes	Manoplas		Arnês de braços Espaldeira Braçal Bracelote Avambrços Rebraços Manoplas
<i>Membros inferiores</i>		Arnês de pernas de malha Brafoneiras Sabatas		Arnês de pernas Caneleiras Coxotes Joelheiras Grevas Sapatos de ferro

Tabela 5 – tipos de defesas corporais
(Dados recolhidos in SOLER DEL CAMPO, 1993; MONTEIRO, J. G., 1998;
BARROCA / MONTEIRO / FERNANDES, 2000; e BARROCA, 2000)

O processo evolutivo do armamento corporal defensivo, em Portugal, pode ser dividido em três fases distintas (cf. BARROCA, 2000):

a) A primeira fase durou até à década de cinquenta do século XIII, e nela predominaram as defesas de malha, herdeiras das técnicas de fabrico orientais e romanas. As malhas eram, segundo João Gouveia Monteiro, “*formadas por uma rede de anéis metálicos entrelaçados, fabricados em arame de aço e com as extremidades rebatidas a martelo, fechados com o auxílio de um rebite*” (João Gouveia Monteiro, in BARROCA / MONTEIRO / FERNANDES, 2000, p. 258).

b) Na segunda fase, a partir dessa data, ganharam predominância as defesas feitas com placas metálicas, “*cravadas sobre um suporte de couro fino ou de tecido resistente, acolchoado por dentro e forrado [...] com veludo ou com outros tecidos mais finos*” (João Gouveia Monteiro, in BARROCA / MONTEIRO / FERNANDES, 2000, p. 258). Esta é essencialmente uma fase de transição pois, como escreveu Soler del Campo, “*a sua adoção não significa o abandono das estruturas anelares, já que as fontes mostram que as placas são um reforço destas e não são elementos independentes*” (cf. SOLER DEL CAMPO, 1993, p. 132). Este tipo de armas defensivas, pelos seus materiais de construção, estava inevitavelmente limitado apenas ao tronco, uma vez que se tornava impraticável construir defesas para todo o corpo segundo esses moldes. Daí que o uso de defesas de placas surja em simultâneo com peças de estrutura anelar, como foi referido.

c) Na última fase (balizada entre os finais do século XIV e o século XVI), o domínio pertenceu às defesas metálicas que, no seu conjunto, cobriam todo o corpo com peças polidas de ferro ou aço (cf. João Gouveia Monteiro, in BARROCA / MONTEIRO / FERNANDES, 2000, pp. 258 e 272).

Estes períodos devem ser encarados como convenções que nos permitem ordenar a evolução do armamento corporal defensivo. A realidade é sempre menos estanque e não respeita totalmente as fronteiras que traçamos. Assim sendo, tal como na segunda fase há um uso conjunto de defesas de malha com defesas de placas, também no período de domínio do arnés se mantém o uso das outras defesas, muitas vezes em combinação com as mais recentes. E como veremos, a realidade portuguesa fugiu a estas balizas cronológicas, uma vez que as defesas em malha e as solhas nunca caíram em desuso, tendo mesmo em conta o número de vezes que são citadas, valor muito superior às referências ao arnés, como se pode observar na

tabela 7. Tendo estes pressupostos em mente, passemos à análise mais específica do armamento defensivo que os cronistas mencionaram nos seus textos.

2.2.1. Protecções de pescoço e garganta

Das defesas de pescoço e garganta referidas na tabela 5, apenas três surgem nas crónicas, como se pode observar na tabela 6:

		CSR	CC	CDF	CDJ I	CDJ II	CTC	CDD	CDM	total
Protecções de pescoço e garganta	Babeira	0	0	0	0	0	0	0	2	2
	Camal	0	0	0	2	4	0	0	0	6
	Gorjal	0	0	0	0	2	0	0	1	3

Tabela 6 – Protecções de pescoço e garganta

Fernão Lopes refere apenas duas protecções de pescoço e garganta, ao longo das duas partes da *Crónica de D. João I*: o camal (seis referências) e o gorjal (duas referências). Zurara faz as restantes referências (um gorjal e duas babeiras), na *Crónica de D. Duarte de Meneses*. Nos outros dois textos da autoria destes cronistas não surgem mais referências, apesar de abordarem épocas próximas e espaços semelhantes (no caso de Fernão Lopes, o reinado de D. Fernando; no caso de Zurara, a conquista de Ceuta e os conflitos à volta da praça de Alcácer-Ceguer, sempre no palco magrebino). O que demonstra quão aleatória e incidental é, por vezes, a escolha das palavras que os cronistas colocam no pergaminho.

As defesas de pescoço são armas que surgem tardiamente. E surgem, obviamente, por uma questão de necessidade. O crescimento do poder das armas ofensivas, por um lado, e a autonomização do almofre (peça de malha que protegia a cabeça) em relação à loriga, no terceiro quartel do século XIII, tornam o pescoço uma zona bastante vulnerável aos golpes (cf. SOLER DEL CAMPO, 1993, pp. 120 e 134). Daí que, no decorrer dos decénios seguintes, se sinta a crescente necessidade de desenvolver defesas específicas para esta zona do corpo. O camal, por exemplo, um “colar ou avental de pescoço, feito em malha de ferro e que se encontrava ligado à peça que protegia a cabeça” (MONTEIRO, J. G., 1998, p. 535), é uma peça que ganha preponderância na segunda metade

do século XIV, surgindo muito ligada ao bacinete: cinco das seis referências feitas por Fernão Lopes falam de bacinetes com camais (cf. *camal 1 a 5*). O mesmo cronista deixou anotado que “*nos chamamos agora aas barvudas bacinetes de camall*” (*camal 1*), pelo que a associação das duas peças é inquestionável.

Apenas numa ocasião essa associação não é feita explicitamente, ao relatar a justa entre o condestável do Duque de Lencastre e um cavaleiro francês, realizada durante o cerco de Benavente, em 1387 (*camal 5*). Porém, tratando-se de uma justa e tendo Fernão Lopes referido que o oponente estava equipado com um bacinete sem viseira (cf. *bacinete 31*), é mais do que provável que também aqui o camal estivesse associado a essa peça. Eis uma demonstração de que havia uma utilização conjunta de armas de diferentes materiais, neste caso uma defesa de malha conjugada com uma peça do arnês.

A segunda peça referida nas crônicas é o gorjal. A sua função era proteger o queixo, o pescoço e a clavícula do guerreiro. A primeira representação desta peça em Castela data da primeira metade do século XIV, anterior aos restantes espaços europeus. Este facto leva vários autores a defenderem que se tratou de uma inovação castelhana (cf. SOLER DEL CAMPO, 1993, p. 134). O gorjal é uma peça que, segundo João Gouveia Monteiro e Alvaro Soler del Campo, compõe o arnês, sendo feita com peças metálicas e não em malha, como o camal (cf. MONTEIRO, J. G., 1998, p. 542 e SOLER DEL CAMPO, 1993, pp. 134 e 135). No entanto, para George Cameron Stone, “*os gorjais mais antigos de que há conhecimento confirmado eram feitos de malha e usados no século XV. Antes do seu abandono, já os gorjais de placas estavam também em uso*” (STONE, 1999, p. 250). Fernão Lopes confirma a existência de gorjais de malha. Ao descrever o equipamento do defensor de Guimarães durante o cerco liderado por D. João I, em 1395, escreveu: “*veo-sse ally armado dbumas solhas e buum loudell e buum gorjall de malba e buum baçinete de camal em cima*” (*camal 2; gorjal 1*). As palavras do cronista não dão lugar a dúvidas. Por outro lado, a preocupação em registar, neste caso específico, o material de que era feito o gorjal pode, implicitamente, mostrar-nos que esta não era a sua configuração dominante. Nem Lopes, na sua segunda referência (cf. *gorjal 2*), nem Zurara (cf. *gorjal 3*) declararam expressamente estar a referir-se a gorjais de placas, provavelmente porque presumiam que seria essa a dedução de todos os leitores ou ouvintes dos seus textos. A existência de um gorjal de malha foi também referenciada por Martín de Riquer, embora lhe

atribua o nome de gorjeira (*gorguera*) (cf. RIQUER, 1987, p. 115). Já João Gouveia Monteiro considera a gorjeira um sinónimo de gorjal (cf. MONTEIRO, J. G., 1998, p. 542). José Pedro Machado, por sua vez, diz-nos que *gorjeira* e *gorjal* têm a sua origem na palavra *gorja* (vindo esta do francês *gorge*, que significa garganta) (cf. MACHADO, J.P. 1995, vol. III, p. 166). Pelos dados expostos, somos levados a acreditar na existência de dois tipos de gorjais: o primeiro tipo, mais antigo, era feito de malha e conhecido em Castela por gorjeira, para distinguir do segundo tipo, que era feito de placas metálicas e se integrava no arnês.

Como vem referido na citação anteriormente analisada (*camal 2; gorjal 1*), o camal e o gorjal poderiam usar-se em conjunto. Uma outra citação confirma esta ideia. Se regressarmos à justa ocorrida durante o cerco de Benavente, vemos que o cavaleiro francês vestia dois camais e um gorjal, embora sem o efeito desejado, pois foi duramente atingido pela lança:

E a primeira carreira que coreram, encontrou Maaborny o outro no pescoço; e pero trouesse dous **camaaes** e huum gorjall, pasou-lhe todo e teue a llamça da outra parte, e posse-o na pomta della fora da sella” (*camal 5*).

O esforço de defender o pescoço com a duplicação de protecções evidencia a extrema fragilidade desta zona do corpo, bem manifesta na descrição que Zurara faz dos ferimentos sofridos por Diego Afonso de Aguiar (elemento da Ordem de Avis), durante o segundo cerco de Alcácer-Ceguer, em 1459, precisamente pela ausência de protecções de pescoço:

“Ally foy ferido Dyego affomso dagyar caualleyro da ordem dauis criado que fora de moço pequeno na camara da Raynha dona Jsabel molher deste Rey dom Affomso. cuja armadura de corpo ficara baixa. e elle nom era armado de **gorjal** nem de **babeyra**. e acertou de seer ferido na garganta sob o noo do pao de huma aza-gaya a qual lhe cortou as guellas de que cayu morto em terra” (*gorjal 3; babeira 1*).

Também pela colocação deficiente da protecção do pescoço (uma babeira) justificou Zurara o ferimento sofrido por D. Henrique, filho do Conde de Viana, atingido na boca por um arremesso de azagaia (cf. *babeira 2*). Esta babeira ou baveira era uma peça do arnês “*muito semelhante ao gorjal, mas de contornos*

mais anatómicos e volumetria mais generosa. Protegia a garganta e o pescoço, e encontrava-se normalmente associado ao bacinete” (MONTEIRO, J. G., 1998, p. 534). O seu uso parece ser bastante limitado no nosso espaço e, em todo o caso, bastante tardio. Só Zurara a ela faz referência, colocando-a em acontecimentos datados de 1459 e 1462 (cf. *babeira 1 e 2*). Uma década antes, entre 1438 e 1448, a sua presença no armazém real de Lisboa (o maior arsenal nacional) é discreta, quando comparada com as outras defesas de pescoço, o camal e o gorjal (cf. MONTEIRO, J. G., 2001, pp. 31 e 45).

2.2.2. Protecções de tronco e baixo-ventre

Se as defesas de pescoço eram consideradas peças complementares, as que protegiam o tronco e o baixo-ventre dos combatentes eram de vital importância (sobretudo as primeiras). Por esse mesmo motivo, encontramos-as em grande variedade (14) e quantidade (105), num âmbito cronológico que abrange todas as crónicas analisadas, como se pode observar pela tabela 7:

		CSR	CC	CDF	CDJ I	CDJ II	CTC	CDD	CDM	total
Protecções de tronco e baixo-ventre	Armadura	0	0	0	1	0	0	0	2	3
	Arnês	0	4	1	2	3	2	0	0	12
	Cambais	0	0	1	0	0	0	0	0	1
	Cota	0	14	3	12	14	5	1	2	51
	Fraldão	0	0	0	0	2	0	0	0	2
	Gibanete	0	0	0	0	0	0	0	1	1
	Gibão	0	0	0	2	0	1	0	0	3
	Jaque	0	0	2	0	1	0	0	0	3
	Jorné	0	0	0	0	1	0	0	0	1
	Loriga	1	0	3	0	1	0	0	0	5
	Loudel	0	0	0	1	6	0	0	0	7
	Panceira	0	0	0	0	2	0	0	0	2
	Peito	0	0	0	0	1	0	0	0	1
	Solhas	0	2	3	2	5	1	0	0	13
										105

Tabela 7 – Protecções de tronco e baixo-ventre

Ao descrever os combatentes portugueses que iriam combater em Aljubarrota, Fernão Lopes escreveu que as suas protecções de corpo eram “*ssolbas e loudes e cotas e faldroões e pamceiras*” (*loudel 3*). Ao fazê-lo, referiu a grande maioria dos tipos de protecções de tronco e baixo-ventre que esses combatentes poderiam utilizar, deixando de referir (*et pour cause*) a mais poderosa, o arnês de peito. Esta passagem demonstra que peças de diferentes famílias eram usadas num mesmo momento e que as mais antigas não caíram em desuso, apesar da sua perda de eficácia face aos avanços do armamento ofensivo.

a) Protecções de tecido

Alterando um pouco a ordem do texto citado, começaremos por falar das protecções mais simples, tal como fizemos quando abordámos as protecções de cabeça e de pescoço e garganta. Esta família de peças inclui o loudel, a jorné, o gibão, o cambais e o perponte, termos que, em muitos casos, são sinónimos. Estamos a falar, naturalmente, de protecções frágeis, pouco eficazes, feitas de tecido acolchoado e que, muitas vezes, eram utilizadas como complemento de outras protecções. De todas as peças indicadas, apenas o perponte não é expressamente referido nas crónicas analisadas. Os textos mais antigos (*Crónica dos Sete Primeiros Reis* e *Crónica do Condestabre*) não fazem quaisquer referências a estas protecções, concentrando-se a maioria das citações no período final do século XIV. Exceptuam-se duas referências mais tardias, uma ao gibão e a outra ao gibanete, no contexto das crónicas africanas, ambas feitas por Zurara.

O cambais era uma “*túnica ou sobrecota acolchoada com algodão por dentro*” e de tecido habitualmente grosso, usada “*por cima, ou – mais vulgarmente – por baixo do restante equipamento, de forma a amortecer os golpes [...] e a evitar o sobreaquecimento e a raspagem da pele*” (MONTEIRO, J. G., 1998, pp. 535 e 536). Esta peça é referenciada apenas uma vez, por Fernão Lopes. Segundo este cronista, D. Fernando ordenou, na sua reforma do armamento levada a cabo em 1373, que o cambais fosse substituído pelo jaque (*cambais 1*), sinal de que tinha perdido a sua eficácia em termos militares. O facto de não haver qualquer outra referência a esta peça revela bem o seu carácter meramente subsidiário. Não quer isto dizer que o seu uso não fosse amplo, mas sim que estaria escondida

sob o restante equipamento defensivo e que a sua referência fosse considerada desnecessária.

Em relação ao loudel, as referências são já mais numerosas. Embora esta protecção dificilmente conseguisse resistir ao passar dos séculos, a verdade é que dispomos, ainda hoje, de uma importante peça museológica, o loudel dito de D. João I, que se encontra exposto no Museu Alberto Sampaio, em Guimarães. Este exemplar, analisado por Mário Jorge Barroca, é “*uma veste acolchoada*”, com “*várias camadas de tecido, de diferente natureza.*” Mais concretamente, é composta por nove camadas de tecido, “*três camadas acolchoadas (lã carmeada) intercaladas por seis camadas de tecido de linbo.*” A peça era revestida, exteriormente, “*com tecido de lã verde escuro*” e, no seu interior, com “*tecido de seda castanbo escuro.*” A adorná-lo, apresentava “*na zona frontal, do lado esquerdo, [...] um escudo com as armas reais portuguesas colocadas sobre a cruz de Avis*” (Mário Jorge Barroca, in BARROCA / MONTEIRO / FERNANDES, 2000, pp. 282 e 283). Morfologicamente aparenta ser uma peça mais complexa do que o cambais e que teria, como veremos, funções mais vastas.

Citado por sete ocasiões, por Fernão Lopes, o loudel tinha duas funções: uma militar, e uma cerimonial e simbólica. Em termos militares, o loudel era uma peça incapaz de, isoladamente, conferir ao guerreiro uma protecção eficaz. De tal modo que os guerreiros nunca apareciam apenas equipados com ele. Por exemplo, Álvaro d' Outer de Fumos, ao defender a cerca velha da vila de Guimarães do ataque português, surgiu nas ameias equipado “*dbumas solbas e buum loudell e buum gorjall de malba e buum baçinete de camal em cima e buuma aduffa de madeira antelle e buum escudo no braço*” (loudel 2). Quando Frei Pedro aludiu à forma como os Portugueses “*eram prouemente e mal amanhados*” em Aljubarrota, disse, no seu sermão, que “*o que tijnba cota nom tijnba loudel*” (loudel 6), sinal claro de que estas peças se deveriam usar em conjunto. A julgar pelas descrições de Fernão Lopes, D. João I utilizava habitualmente o loudel e sempre em combinação com outra peça. Após levantar o cerco a Torres Vedras, em Fevereiro de 1385, D. João avançou para Coimbra com os elementos da sua hoste, “*que seriam ataa seis çemtas lamças, das quaaes hiam emcavall-gadas hūas çemto e cimquoemta, e as outras todas de pee com cotas e loudees vestidos*” (loudel 1). Já em Aljubarrota, narra o cronista, “*el-Rey era vistido darmas quaes compriam a ssua defenssom, e buum loudel em cima semeado*

de rrodas de ramos, e em meo outras rodas e escudos de Sam Jorge” (loudel 4). Ou seja, para além das armas necessárias à sua protecção, o rei usava ainda o loudel, que pela forma como estava adornado, tinha claramente uma função decorativa ou identificativa. Mais adiante, Fernão Lopes voltou a descrever outro loudel de D. João I. No dia em que o rei partiu da cidade do Porto para se encontrar com o duque de Lencastre, “*deu a todollos que amdauom com elle de cote, que seriam ataa quinhentas lamças, loudees de fustam branco com cruces de Sam Jorge; e el leuaua outro semelhante de pano de sirgo bramco*” (loudel 7). Podemos imaginar a imponente visão de quinhentos cavaleiros vestidos de loudéis brancos adornados com as cruces de S. Jorge, comandados pelo rei, também ele envergando um loudel de seda branca, e o efeito que essa imagem teria aos olhos dos Ingleses, que importava impressionar.

O loudel identificava o partido do seu portador, daí os Portugueses terem nos seus a cruz de S. Jorge. Mas essa identificação era, por vezes indesejável. Quando os Castelhanos se aperceberam do rumo da batalha de Aljubarrota, muitos iniciaram a fuga, com Portugueses no seu encalço. Fernão Lopes testemunha-nos o caso de um pajem de D. João que “*tragya huum escudeiro castellaão preso em çima dbuma mulla, as esporas no braço e o lourell vestido aas uessas por nom seer conbecido e lbo matarem*” (loudel 5). Por todas estas indicações – a presença de bordados e símbolos no revestimento exterior, a necessidade de virar do avesso o loudel para evitar o reconhecimento por parte do inimigo – julgamos que o loudel, para além de ser uma peça “*utilizada por baixo da armadura, ajudando a tornar menos incómodo o uso das protecções de corpo e contribuindo para minimizar o impacto dos golpes das armas inimigas,*” como escreveu Mário Jorge Barroca (BARROCA / MONTEIRO / FERNANDES, 2000, p. 282), era também usado com regularidade por cima das restantes protecções, como aliás defende João Gouveia Monteiro (*in* BARROCA / MONTEIRO / FERNANDES, 2000, p. 258). Assim utilizado, o loudel conferiria uma certa espectacularidade ao seu portador, transmitindo uma imagem de nobreza e, ao mesmo tempo, de identidade e pertença a um *corpo* próprio de guerreiros, como mais tarde fariam os uniformes modernos. Talvez por esse motivo ainda se encontrassem loudéis armazenados no arsenal de Lisboa, entre 1438 e 1448, embora em número bastante reduzido – 14 peças entre jaques e loudéis (cf. MONTEIRO, J. G., 2001, p. 47) – o que não se verifica em relação às restantes

defesas simples que aqui referimos (exceção feita ao gibanete, que abordaremos mais adiante).

A *jorné* ou *jerneia* (termo de origem francesa, segundo MACHADO, J.P., 1995, vol. III, p. 351) era uma vestimenta utilizada sobre as defesas de corpo. Era esta peça que os homens do Duque de Lencastre envergavam em 1386, quando se encontraram com D. João I, em Melgaço. Como descreveu Fernão Lopes, os Ingleses “*tragiam cotas e braçaaes com jornees brolladas, e outros farpadas, assaz de vistosos e bem coregidos*” (*jorné* 1), dando-nos a indicação de que estas peças eram ornamentadas com franjas ou bordados e, tal como o *loudel*, procuravam embelezar os seus portadores e impressionar quem os observava.

Resta-nos fazer uma breve referência aos gibões. De acordo com João Gouveia Monteiro, os gibões eram, possivelmente, semelhantes ao *perponte* e seriam já “*conhecidos nos finais do séc. XII, tendo sido usados pelos Cruzados na Palestina, provavelmente como protecção contra o sol e a chuva.*” No século XIII apresentariam já variados modelos distintos (MONTEIRO, J. G., 1998, pp. 545 e 546), o que pode explicar a existência de designações diferentes. Fernão Lopes conta-nos que quando o Conde João Fernandes de Andeiro foi assassinado “*jouve alli morto e cuberto com buũ tapete velho, [...] vestido e atacado em buũ gibam de çatim vermelho, e buũa tabarda de fino pano preto, com albetas e mamgas*” (*gibão* 1). Assim sendo, o gibão teria alguma *nobreza*, mas seria utilizado mais como peça de vestuário do que como equipamento militar defensivo. No mesmo sentido aponta a segunda referência, também feita por Fernão Lopes. Em 1384, Nuno Álvares Pereira ataca Almada, onde se encontravam forças castelhanas comandadas pelo Adiantado-Mor da Galiza, Pero Rodriguez Sarmiento. O ataque-surpresa surpreendeu os Castelhanos em pleno sono nas suas casas de pousada, obrigando-os a combater sem armas defensivas ou a fugir com a roupa que tinham vestida ou que tinham conseguido colocar apressadamente sobre o corpo. Assim sucedeu com “*Joham Rodriguez de Castanbeda que sse levamtou rrijo da cama na pousada hu jazia, nom podendo acabar buũ gibam de vestir*” e, perante a proximidade de Nuno Álvares Pereira e de alguns dos seus homens, se apressou a bater em retirada com os outros Castelhanos, “*fogimdo quamto mais podiam*” (*gibão* 2).

Segundo Zurara, alguns dos combatentes que se prepararam para a operação de Ceuta “*temtauam as atacas de seus giboões, se tijham aquella fortelleza que*

lhe compria” (*gibão 3*). Esta forma de prender, por *atacas*, também referida por Fernão Lopes em relação ao gibão de João Fernandes de Andeiro, torna o gibão distinto do loudel, que apresentava botões, para além dos alamares (cf. Mário J. Barroca, in BARROCA / MONTEIRO / FERNANDES, 2000, pp. 282 e 284).

b) Protecções de malha: loriga e cota de malha

As protecções de malha são feitas a partir do firme entrelaçar de milhares de pequenos anéis metálicos. Mário Jorge Barroca, citando Phillippe Contamine, refere números que oscilam entre os 35 a 40 mil elos metálicos por cada loriga (BARROCA, 2000, p. 42). É esse entrelaçar dos pequenos elos que compõe a *malha*:

“Estes elos metálicos (de largura variável: p. ex., 1 cm. de diâmetro por 1 mm. de espessura) achavam-se interligados de forma a que cada um deles estivesse sempre associado aos quatro elos que o rodeavam; eram fabricados em arame de aço, com as extremidades rebatidas a martelo e com um pequeno orifício, sendo fechados com o auxílio de um rebite ou cravo” (MONTEIRO, J. G., 1998, p. 544).

Esta composição em anéis permite elaborar peças muito anatómicas, semelhantes a vulgares peças de vestuário. Por exemplo, a loriga assemelha-se a uma camisola comprida ou a um pequeno vestido e as manoplas (protecções para as mãos, igualmente feitas em malha) assemelham-se a luvas. Ao falarmos de lorigas e cotas de malha, é importante referirmos que estamos perante descendentes de armas romanas e visigóticas, embora apenas surjam documentadas a partir do século XI (cf. SOLER DEL CAMPO, 1993, p. 119), e tenham imperado no Ocidente medieval até ao início da segunda metade do século XIII e, em Portugal, ao longo do século seguinte, como veremos.

As defesas de malhas incluem as lorigas, referidas em cinco ocasiões, e as cotas, referidas em cinquenta e uma ocasiões. Estes números contrariam um pouco as fontes medievais castelhanas, pois, como diz Soler del Campo (justificando a utilização do termo *loriga* em detrimento de *cota de malha*), nessas fontes o termo mais utilizado é exactamente *loriga* (cf. SOLER DEL CAMPO, 1993, p. 119). Este mesmo autor ensaia uma distinção entre os dois termos, considerando a

loriga uma “*indumentária com carácter defensivo feita fundamentalmente com anéis entrelaçados, cujo comprimento se estende aproximadamente até ao joelho, em contraposição com a cota de malhas, que não supera o ventre do combatente*” (SOLER DEL CAMPO, 1993, p. 119). Acreditamos que também em Portugal fosse esta a distinção entre as duas peças (assim o defende Mário Jorge Barroca, in BARROCA / MONTEIRO / FERNANDES, 2000, pp. 259 e 260). A loriga, por ser mais comprida, cumpria duas funções em simultâneo: proteger o tronco e as pernas do cavaleiro, pelo menos até ao joelho (*ibidem*). Quando as defesas dos membros inferiores evoluíram para as protecções metálicas, diminuiu a necessidade de usar a loriga. Por esse motivo, em 1373 D. Fernando decretou que se fizesse “*da loriga cota*” (*loriga 4; cota 10*), uma vez que “*os que eram bem armados haviam de teer [...] cota e jaque e coxotes e canelleiras franceses*” (*cota 10*). Estas duas últimas peças, que integram o arnês de pernas, cumpririam a função de defender os membros inferiores e a defesa corporal de malha podia, mantendo a segurança do guerreiro, subir até à zona do ventre, com a óbvia vantagem de diminuir um pouco o seu peso. Segundo Mário Jorge Barroca, uma loriga poderia pesar, em média, 7 a 10 kg, enquanto que as cotas de malha, mais tardias (e que se podem observar no catálogo da exposição de armamento *Pera Guerrejar*), pesavam entre 3,5 e 5kg, ou seja, aproximadamente metade do valor das antigas lorigas (cf. BARROCA, 2000, p. 42). A protecção do baixo-ventre, por seu lado, ficou a cargo de uma peça autónoma, também em malha, com o sugestivo nome de fraldão. Este termo vem do gótico *falda*, significando “*pano de envolver*” (cf. MACHADO, 1995, vol. III, p. 14) e deu origem ao actual termo fralda. O fraldão era uma peça que envolvia a zona do baixo-ventre como uma saia ou avental. Surgia associado às cotas e às solhas e nunca caiu em desuso, mesmo com a implementação do arnês (cf. MONTEIRO, J. G., 1998, p. 541), sendo mesmo um acessório desta arma defensiva. Fernão Lopes referiu a sua utilização pelos Portugueses que combateram em Aljubarrota (cf. *fraldão 1*). E em meados do século xv ainda se podiam encontrar 54 fraldões no arsenal régio e 20 correias para a sua fixação às defesas de tronco (cf. MONTEIRO, J. G., 2001, p. 46). Para melhor compreensão da utilidade desta união entre protecções de tronco e os fraldões, podemos citar o relato de uma justa feita em 1387, durante o cerco de Benavente, entre o Português Álvaro Gomes e um guerreiro castelhano:

“Veo Alvaro Gomez o primeiro (dia) com o seu ao campo, armado em humas solhas, e nom quis leuar faldrom pero lho comselharom muytos [...]. E o castellaão, nom leuamdo a lança bem asessegada, emcontrou-ho baixo per aqueçimento, e ouue huuma ferida de que depois moreo” (solhas 10).

As preocupações dos companheiros de Álvaro Gomes revelaram-se tragicamente justificadas. Esta protecção foi referida apenas por duas vezes ao longo de todas as crónicas analisadas, o que não significa que não era utilizada ou que não era eficaz. Na verdade, para além da descrição do armamento utilizado em Aljubarrota, a única referência (que acabámos de citar) só foi feita porque se sentiu a sua ausência.

Confirmando precisamente a maior antiguidade do uso da loriga em relação à cota de malha estão as datas das citações referentes a esta arma. Todas elas são anteriores a 1373. Em 1336, Gonçalo Ribeiro utilizou uma loriga quando participou num torneio em Castela (*loriga 1*). D. Henrique de Castela envergou também uma loriga na batalha de Nájera, na qual saiu derrotado (*loriga 2 e 3*). A última referência, para além das alterações determinadas por D. Fernando, a que já fizemos alusão, é feita por Fernão Lopes. Segundo o cronista, no tempo do rei D. Pedro I, “*todolos vasallos que amdauom no livro del-Rey leuaua(m) o cauallo e a loriga quando morriam*” (*loriga 5*). O final do século XIV, momento em que as referências às lorigas desaparecem das crónicas, é também o momento em que o arnês entra em cena, não podendo um facto ser totalmente alheio ao outro. Porém, no que toca às cotas, a realidade é diferente. Estas peças continuaram a ter um papel muito importante no período que tradicionalmente se considera como sendo a era áurea do arnês, não como protecções únicas ou predominantes, mas como peças complementares.

É uma realidade que, desde o século XIII, a evolução na forma de utilização da lança por parte da cavalaria (lança como arma de choque), tornou as protecções de malhas demasiado frágeis, levando à criação de uma cavalaria pesada melhor protegida, com defesas de placas e, a partir de finais do século XIV, com o arnês metálico. Vejam-se os seguintes exemplos que atestam bem a fragilidade das cotas de malha. Em 1384, o alcaide de Elvas, Gil Fernandes, envolve-se numa peleja com outros dois cavaleiros, Pai Rodrigues Marinho, alcaide de Campo Maior, e Afonso Esteves:

“E como sse começaram darredar, logo Paae Rodriguez correo rrijamente por tomar mayor altura sobre Gill Fernamdez; e Gill Fernamdez corremdo, tomou outra ladeira, e foi sahir a igual delle. Emtom aderemçou Paae Rodriguez rrijamente contra elle; e deu logo huña lamçada de sobre mão, a huñ que diziam Affonso Esteves, que lhe passou a cota, em dereito da ilharga, e emtramdo pello corpo cortou duas costas, e chegou aos boffes e cahiu morto em terra” (*cota 14*).

Conta-nos também Fernão Lopes que, numa escaramuça ocorrida entre Portugueses e Castelhanos, no caminho para Santarém (1385), “*deram huuma gram ferida com huuma lamça darmas per çima dhuuma booa cota a Vaasquo Louremço Meirinho pellos peitos, que lhe durou gram tempo*” (*cota 23*). A noção da fragilidade da cota de malha terá motivado a busca de outras soluções, algumas nitidamente de recurso. Em 1384, D. Lourenço, Arcebispo de Braga, teve a seu cargo a supervisão da tarefa de armar as galés e naus lisboetas para resistir à ameaça de um ataque marítimo castelhano. Fernão Lopes descreve-o cavalgando por Lisboa, fiscalizando os trabalhos, com “*duas cotas vestidas, e o roxete em çima, e huña lamça na mão, o ferro sempre por deamte*” (*cota 15*).

Porém, apesar da sua fragilidade face à cavalaria pesada e à sua *lance couchée*, a cota de malha não desapareceu, como o exemplo anterior demonstra. Bem pelo contrário, continuou a ser utilizada, não só pela peonagem que a conseguia adquirir ou pilhar, mas também pela própria cavalaria. As cotas seriam armas muito cobiçadas durante as pilhagens, mesmo por cavaleiros. Fernão Lopes conta-nos que Fernão Pereira, irmão de Nun’Álvares, roubou a cota e a espada do alcaide de Portel, que se tinha rendido por preitesia, e a envergou na marcha para Elvas (cf. *cota 1 e 2*). Ao descobrir a má acção do irmão, conta o cronista anónimo da *Crónica do Condestabre* que Nun’Álvares “*foy dello muj anojado*” (*cota 2*). Fernão Lopes, que também narrou este episódio, referiu ainda que Nun’Álvares “*disse estomçe a Fernam Pereira que fezera gram mall [...], dizemdo que prougesse a Deos, que lhe nom vebesse por ello alguñ gram cajom, por quebrantar assi sua jura*” (*cota 18*). Os receios de Nun’Álvares não demoraram muito a concretizar-se. Fernão Pereira morreria nesse mesmo mês de Dezembro de 1384, no decorrer do cerco de Vila Viçosa. Ao recolher o corpo do irmão, para ser sepultado em Estremoz, Nuno Álvares Pereira não deixa de sentir que “*todo aquell maaõ aqueeçimento que a seu irmão vebera, fora por*

a cota e espada de dom Garcia Fernamdez, que contra seu juramento tomara” (cota 19; cf. ainda cota 3).

Fernão Pereira não é condenado pelo furto (os dois cronistas utilizam o verbo *esconder* para descrever o seu acto). A pilhagem era, aliás, habitual em contexto de guerra. O que Nuno Álvares Pereira condena no irmão é a desonra por quebra de juramento. Ora, se Fernão Pereira se desonrou desta forma por causa de uma cota de malha, o seu gesto é revelador da importância que essa peça ainda teria na altura.

São muitos os exemplos (alguns já citados anteriormente) de homens de armas que não dispensaram o uso da cota de malha no período final do século XIV, dos quais podemos indicar alguns nomes:

- D. Garcia Fernandes, de Portel – 1384 (cf. cota 1)
- Fernão Pereira – 1384 (cf. *cota 1, 2, 17 e 18*)
- Nuno Álvares Pereira – 1396, 1399, 1385 (cf. *cota 6, 9, 22, 25*);
- Infante D. João, filho de D. Pedro I e Inês de Castro – 1379 (cf. *cota 11*);
- D. João, Mestre de Avis – 1383, 1384 (cf. *cota 12, 16*);
- D. Lourenço, Arcebispo de Braga, 1384 (cf. *cota 15*);

Deste modo, podemos afirmar que a cota de malha não caiu em desuso, no espaço português pelo menos até meados do século XV, mesmo entre a cavalaria. Deixou, sim, de ser utilizada como protecção única, passando a ser complementada com outras peças. De tal maneira assim é que, quando D. João I se avistou com o condestável em Santarém em 1396 (após esperar em vão pelo apoio da sua nobreza, para rebater os ataques castelhanos à zona de Viseu) e o viu “*armado de cota e braçaaes, disse alto em sabor, que ouuyrão muytos: Quanto agora poso eu dizer que este he o primeiro homem darmas que eu em esta terra vy!*” (*cota 30*).

Quer pela determinação de D. Fernando, quer por esta passagem de Fernão Lopes, vemos que o homem de armas bem equipado usava a cota em complemento de outras peças, que podiam ser os braçais (cf. *cota 9*, entre muitas outras), o jaque (cf. *cota 10*) ou o peito (cf. *cota 25*). A cota funcionava como a *peça base* da defesa de corpo, considerada a mais elementar, como demonstra o comentário feito pelos homens de D. João I ao seu rei, em 1386, após o fracassado cerco

a Coria. Falhada a operação, D. João I levantou o arraial e iniciou o regresso a Portugal:

“E uimdo pello caminho, nom se quis armar de nenhuumas armas. E disseram--lhe alguuns dos seus por que se nom armaua ou sequer vestise huuma cota. E el respondeo que nom era razom, pois el vinha pera Portugall” (cota 28).

O uso da cota de malha durante a marcha dos cavaleiros é referido na documentação escrita, como fica patente na citação anterior. E cota era muito prática e não dificultava de forma muito acentuada os movimentos dos guerreiros e poderia ser utilizada a cavalo e a pé. Quando se dirigiu ao Paço, para matar o Conde de Andeiro, D. João “*tragia buña cota vestida e ataa viimte comsigo com cotas e braçaaes e espadas çimtas come homes caminheiros; e chegou ao Paaço a hora de terça ou pouco mais, sem deteer por em outra parte. E quamdo descavallgou [...] começarom de sobir açima*”, em busca do “*Comde Jobam Fernandez*” (cota 12).

Assim sendo, pelas crónicas não é evidente que as defesas de malha se tenham tornado obsoletas em favor do arnês, como terá sucedido em outros espaços europeus. A carta de quitação de 1455 revela a presença de várias peças de cotas de malha no arsenal régio de Lisboa (cf. MONTEIRO, J. G., 2001, p. 45). A passagem do palco da guerra para o Norte de África poderá ter contribuído para prolongar um pouco mais a longevidade das cotas de malha (e das solhas), pois o calor e a forma de combater do oponente marroquino (assente numa cavalaria ligeira) desaconselhavam o uso do arnês metálico. Primeiro em Ceuta e, depois, em Tânger e Alcácer-Ceguer, a cota é envergada pelos principais actores das contendidas. Na operação de Ceuta, em 1415, D. João I, por exemplo, “*escusou de leuar ho arnes de pernas*”, devido a um ferimento que tinha na perna, mas não abdicou de se apresentar com “*buña cota uestida e com buña barreta na cabeça*” (cota 36). Quanto ao Infante D. Henrique, “*porque o soll era muy grande e aquella costa [de Ceuta] aspera de sobir*”, sentiu a necessidade de “*tirar a mayor parte de suas armas, de guisa que nom ficou senom com buña soo cota*” (cota 37). Segundo Rui de Pina, o mesmo infante, já em Tânger, “*andava a cavallo, acubertado todo de malha*” (cota 39).

A opção pelo uso exclusivo da cota acarretava, naturalmente, os perigos que, no contexto peninsular, tinham levado à adopção de outro género de

protecções. A resistência da cota face a golpes mais violentos não era total, surgindo ferimentos muitas vezes mortais. Em 1436, numa refrega entre Portugueses e muçulmanos, junto a Benamarim, o capitão destes últimos foi atingido por D. Duarte de Meneses:

“foy a elle de encontro e com a lança lhe deu tal golpe que pero o mouro trouesse boa cota ouuelha porem de passar e lhe deu huma feryda com que o mouro embellecou. E assy como recolheo a lança. assy tornou outra uez a elle de manteneente e acertouho per huma abertura que a cota tijnha dyante e meteo a lança toda neelle de guisa que ao cayr do mouro nom a pode dom Duarte tyrar e dentro lhe ficou o ferro com huum traçom da aste no corpo” (*cota 40*).

Por fim, resta-nos referir, em jeito de conclusão, que embora aparentemente simples na sua morfologia, as peças de malha eram práticas, eficazes, confortáveis e poderiam ter ainda outros atributos que as diferenciavam. O Infante D. João, pouco antes de assassinar a esposa, Maria Teles, recebera do Conde de Barcelos um “*cota muito louçaã*” (*cota 11*), sinal de que haveria peças de qualidade distinta entre as cotas de malha.

c) Defesas de placas

As solhas ou couraças (somente o primeiro termo é citado nas crónicas analisadas) e o jaque surgem desde os finais do século XII na Europa e na segunda metade do século XIII na Península Ibérica (M. J. Barroca, *in* BARROCA / MONTEIRO / FERNANDES, 2000, pp. 270), em consequência da superioridade que a lança usada como arma de choque tinha conseguido face às defesas de malha. As defesas de placas foram a primeira solução encontrada para fazer frente a esse desequilíbrio. As crónicas mostram-nos que estas armas eram muito utilizadas no final do século XIV, período onde se concentra a quase totalidade das referências, datando a primeira referência da década de 60 desse século. Apenas uma citação (de Zurara) ultrapassa este limite temporal. Conta o cronista que, na madrugada da operação de Ceuta, em 1415, alguns dos Portugueses que se preparavam para o embate diziam “*aa [...] boã espada, que quando Deos*

queria soyees uos a cortar per çima das solhas e das cotas. ueremos oje o que sabees fazer polla carne destes perros, que nom podem soportar nebuña coberta” (solhas 13). Esta passagem sugere que o uso das solhas era uma prática habitual nos guerreiros que os Portugueses combatiam nos finais de xiv e inícios de xv. Sugere ainda que os muçulmanos não as usariam, uma vez que não suportavam “*nebuña coberta*”. Segundo Mário Jorge Barroca, no século xv as solhas “*continuavam a ser utilizadas, [...] revelando como se tinham adaptado bem às adversas condições climáticas do Norte de África*” (in BARROCA / MONTEIRO / FERNANDES, 2000, p. 270). A confirmar este dado está, por exemplo, o esforço feito pelo concelho de Tavira, em 1447, para trazer de Sevilha um “*arquivo de fazer solhas, celadas e barretas*” a quem tanto Tavira como o regente D. Pedro outorgaram atenciosos privilégios (cf. MONTEIRO, J. G., 2001, p. 17)

Cada uma destas peças de placas era feita em couro fervido e depois “*acolchoada e forrada interiormente por telas de estopa de cânhamo, entre as quais eram embutidas lâminas de ferro imbricadas ou dispostas lado a lado, presas [...] por meio de cravos e suficientemente unidas e espessas para que não surgissem aberturas propícias à penetração das armas inimigas*” (MONTEIRO, J. G., 1998, p. 537), o que acontecia vulgarmente com as cotas de malha. Muitas vezes, as solhas apresentavam ainda “*pequenas porções de malha metálica, ao nível dos ombros e braços e ao nível da escarcela*” (M. J. Barroca, in BARROCA / MONTEIRO / FERNANDES, 2000, p. 270). Noutras ocasiões, também poderiam surgir em parceria com o fraldão, como já referimos.

Exteriormente, as solhas eram forradas com tecidos mais finos, como o veludo (cf. M. J. Barroca, in BARROCA / MONTEIRO / FERNANDES, 2000, p. 270) ou a seda e poderiam ser adornadas. João Preto, escudeiro português que combateu no cerco de Tuy, em 1398, utilizava “*humas solhas cubertas de velludo verde com huma bamda de trena douro*” (solhas 12). D. João, Mestre de Avis, possuía, segundo descreve Fernão Lopes, “*hũas solhas postas em pano de sirgo verde per que o Meestre era conbeçido quamdo as vestia*” (solhas 7). Como podemos observar por esta passagem, o tecido exterior não tinha apenas uma função estética. Facilitava a identificação do guerreiro que envergava a peça, quer aos olhos dos seus companheiros (e subordinados), quer aos olhos dos seus inimigos. O recurso à heráldica ou ao uso de cores específicas, fazia com que o guerreiro se destacasse no cenário bélico. Facilmente identificada, a sua presença poderia

aumentar o empenho dos seus homens, amedrontar os inimigos ou aumentar a ira destes contra si. Nem sempre o efeito era positivo. Nesta ocasião que Fernão Lopes narra, D. João emprestou as já referidas solhas de pano de seda verde a “*Affomssso Amrriquez o moço*”, que o acompanhava na operação de cerco a Alenquer, em 1384. Este Afonso Henriques “*pediolbe leçença pera sse armar nas suas armas, pois nom estava em sua pousada; e ao Meestre prougue dello*”. Assim equipado, Afonso Henriques

“foisse logo aa porta da barreira omde começavom de combater; e chegando alli, foi mais avante e deu com a lamça na porta da villa por mostrar ardidez; e as pedras muitas que viinham e çima de sobre as torres da porta, açertou de lhe dar hũa de que caeo em terra morto; e os da villa que o virom caer, conheçemdo as armas que eram do Meestre, cuidarom que era elle; e emtom se esforçarom de lamçar muitas mais pedras sobrelle, de guisa que o cobrirom todo” (*solbas 7*).

Depois de colocadas sobre o corpo, as solhas eram ajustadas com correias de couro ou tecido presas com fivelas. Em 1382, Nun'Álvares Pereira teria enfrentado uma multidão de Castelhanos (Fernão Lopes fala-nos em duzentos e cinquenta homens de armas), feito seguramente digno dos cavaleiros da Távola Redonda.

No meio desse embate, o “seu cavallo com as muitas lançadas pose as ancas e cahiu em terra, e Nuno Alvarez isso meesmo; e [...] começou o cavalo bullir rrijamente com as mãos e com os pees; e [...] acertou o canello da ferradura da mão ho tecido d'hũa fivela das **solhas** de Nun'Alvarez, de guisa que ell nom sse podia desaprender do cavallo” (*solbas 5*).

Vários são os exemplos que mostram a confiança que muitos cavaleiros tinham nesta nova protecção. D. Pedro de Castela envergou umas solhas quanto ensaiou uma fuga do castelo de Montiel, onde D. Henrique o tinha cercado, em 1369 (cf. *solba 3*) e Nun'Álvares Pereira, como vimos, também as utilizava. Quando ocupou Santarém, em 1384, D. Juan de Castela percorreu as suas ruas “*em çima de huũ cavallo, e parte dos seus de bestas armados e lamças levamtadas todos deamte. [...]. E elRei hia armado dbuũas solbas, e huũ rramo de çidreira na mão*” (*solbas 8*). Segundo Mário Jorge Barroca, D. João I era também um

apreciador do valor militar destas protecções, tendo exigido que os habitantes de Freixo de Espada à Cinta a tivessem em sua posse (em 1410) e, oito anos depois, tendo obrigado “*todos os que tivessem rendimentos anuais avaliados em mais de 40 marcos de prata*” a possuir solhas (in BARROCA / MONTEIRO / FERNANDES, 2000, p. 271). Seria, pois, de estranhar que, na reforma que efectuou no armamento do reino em 1373, D. Fernando não aconselhasse o uso das solhas. Recordemos a passagem de Fernão Lopes:

“As armas mandou el-rei mudar a esta guisa: do cambais mandou que fezessem **jaque**; e da loriga, cota; e da capelina, barvuda com camalhom; e os que eram bem armados haviam de teer barvuda com seu camalho e estofa e cota e **jaque** e coxotes e canelleiras franceses e luvas e estoque e daga e grave” (*jaque 1*).

Face a estes dados, concordamos com a hipótese avançada por João Gouveia Monteiro, de que “*é possível que – tal como as [...] solhas – o jaque corresponda a um estágio evolutivo avançado das defesas de tronco, situado entre as protecções de malha tradicionais [...] e as peças [...] do arnês*” (MONTEIRO, J. G., 1998, p. 543), podendo o jaque ser, para Fernão Lopes, um sinónimo de solhas e couraças. Só este cronista se refere ao jaque, fazendo-o apenas por duas vezes. Conta-nos, na sua *Crónica de D. João I*, que após a derrota em Aljubarrota, muitos Castelhanos “*voltauom os jaques, o de dentro por de fora, por nom serem conhecidos*” (*jaque 2*), à semelhança do que faziam com o loudel, como vimos anteriormente. Este acto mostra que o jaque poderia apresentar adornos (talvez símbolos heráldicos) que identificariam a nacionalidade do seu utilizador.

Embora tenham surgido para melhorar a defesa do tronco dos guerreiros, algo que a cota já não conseguia fazer por si só, as defesas de placas continuaram a não oferecer uma segurança total e ainda eram, por vezes, vulneráveis. O cronista anónimo da *Crónica do Condestabre* deixou-nos uma colorida descrição de um confronto entre Nun'Álvares Pereira e muitos combatentes castelhanos (ocorrido em 1382), no qual o Português se viu atingido por golpes de lanças, virotes e pedras, mas saiu ileso porque “*hya tã bẽ armado de boas solhas e muy fortes q[ue] nenbũa lança o nã podia entrar*” (*solhas 1*; cf. *solhas 4*). No entanto, o próprio cronista não deixou de se sentir admirado pela resistência oferecida pelas solhas às ofensivas das armas inimigas, dizendo que “*era marauilha grãde*

podellas soffrer” e justificando o facto em parte pela qualidade do equipamento defensivo, mas também “*por asy prazer a deus*” (*solbas 1*).

As crónicas dão-nos vários exemplos da vulnerabilidade das solhas. Numa escaramuça envolvendo novamente Nun’Álvares Pereira e combatentes de Castela, “*acerca do arraualde de burguillos [...] foy ferido gôçalleaõs de huũ viratõ: e gomes guarçia de hũa lâça [...] remessada: e falsoulhe hũas solbas [...] per antre lamina e lamijna*” (*solbas 2*). No cerco de Villalobos, em 1387, alguns dos si-tiantes portugueses foram procurar ervas para encher uma cava que impedia a aproximação à muralha. Nesse momento, encontraram um grupo de Castelhanos hostis, e refugiaram-se numa elevação de terreno para os combaterem:

“E dos portuguesses nom foy nenhuum ferido nem morto saluo Maaborny, que saymdo fora por tomar das lamças pera remesar e colhemdo-sse demtro, foy-lhe remesada huuma lamça [...], e amtresolhou a lamça per huumas **solhas** que trazia, e ouue huuma ferida de que a poucos dias moreo” (*solbas 11*).

Em ambos os casos citados, o arremesso de uma lança foi capaz de penetrar as solhas “*per antre lamina e lamijna*” e ferir mortalmente o guerreiro. Se isto se verificou apenas com uma lança arremessada, muito mais graves e habituais seriam os ferimentos causados por virotões ou pelo choque das lanças de armas dos pesados cavaleiros. Daí a necessidade de procurar ir mais além no que toca à segurança dos combatentes. Esse passo foi dado com a criação do arnês, como temos vindo a fazer referência.

Antes de passarmos para o arnês, resta-nos falar do gibanete. Esta peça, embora tenha uma designação que o aproxima do simples gibão de que já falámos (a origem comum dos dois termos é inquestionável), apresentava uma configuração distinta, o que impossibilitou a sua integração no conjunto das defesas simples. Segundo João Gouveia Monteiro, o gibanete ou *jubanete* parece ser “*um pequeno gibão de aço, ou de ferro*” (MONTEIRO, J. G., 2001, p. 83). A única referência que encontramos nas crónicas a esta peça é bastante tardia. Quando tentou cativar o rei de Fez, de forma a conseguir negociar a entrega das ossadas do Infante D. Fernando, D. Duarte de Meneses enviou-lhe “*huum gibanete muy boo e huma cellada e duas lanças. todo muyto bem e muyto ricamente guarnido*” (*gibanete 1*). Esta dádiva demonstra que o gibanete era (pelo menos

razoavelmente) de uso corrente e merecedor de figurar ao lado de outras armas nobres, num gesto diplomático de charme. A confirmar o uso desta arma entre nós está ainda a presença de ristes para “*jubanetes (e solbas)*” (MONTEIRO, J. G., 2001, p. 47) no arsenal régio lisboeta, em meados do século xv.

d) Arnês

O arnês é o culminar da evolução das armas defensivas, num processo que se concluiu, no século xv, com o nascimento das célebres *armaduras* (cf. SOLER DEL CAMPO, 1993, p. 133), também conhecidas por “*arneses brancos*” (MONTEIRO, J. G., 1998, p. 532). Nascido na segunda metade do século xiv, em cem anos o arnês conquistou a preferência dos guerreiros (que o podiam adquirir ou tinham a sorte de o receber de oferta). No inventário do arsenal régio de Lisboa, feito na carta de quitação de 1455, apesar da “*presença ainda significativa das velbas defesas de malha metálica (cotas de malha), bem como de [...] solbas, [...] o grande destaque vai nitidamente para a afirmação fulgurante dos arneses*” (MONTEIRO, J. G., 2001, p. 31). Mas já no final do século anterior o arnês tinha começado a ser valorizado. Segundo Fernão Lopes, a guarda pessoal de Nun’Álvares Pereira era constituída por “*xxx escudeiros [...], temdo muy boons caualllos e arneses e muy bem vestidos*” (*arnês 4*). Os arsenais começavam a acumular estas peças. Quando Lisboa se preparava para o cerco castelhano, em 1384, havia nas suas torres “*muitas lamças darmas e bacinetes, e doutras armaduras, que rreluziam tamtas que bem mostrava cada huã torre per ssi que abastamte era pera sse deffemder*” (*armadura 1*). E quando reuniu o seu conselho para definir alguns aspectos da defesa do reino de Portugal, D. João I foi aconselhado a manter “*1.500 arneses permanentemente disponíveis para a guerra*” (MONTEIRO, J. G., 2001, p. 21):

“E mais que el-Rey teuisse quynhemtos arneses; e o Comdestabre e dom Afonso, filho del-Rey, bastardo, o Meestre de Christus, o Meestre de Santiago, o bispo de Coymbra, o arçebispo de Lixboa, o arcebispo de Braagaa e o bispo dEuora, cada huum cimqoenta arneses; [...]. E com estes mjl e v^c arneses, afora as armas que no reyno avya, que estaria a terra jgoalmente perçebida pera tempo de mester” (*arnês 5*).

Esta nova arma tinha características que a tornaram especialmente eficaz e que justificavam esta atenção que lhe estava a ser concedida. Em primeiro lugar, era totalmente feita de metal, ao contrário das solhas, o que lhe conferia uma resistência inigualável por qualquer outra defesa de corpo. Por outro lado, o arnês era formado por peças extremamente anatómicas e “*bem polidas, propícias ao deslize (ou deflexão) das armas adversárias e extremamente resistentes*” (MONTEIRO, J. G., 1998, p. 532). O facto de ser composto por uma grande variedade de peças capazes de funcionar com autonomia (cf. tabela 5; cf. também MONTEIRO, J. G., 1998, pp. 531 e 532), fazia com que nem sempre o cavaleiro utilizasse o arnês completo. As diferentes peças do arnês eram unidas por entalhadura ou através de correias e fivelas. Zurara conta-nos que na manhã do ataque a Ceuta, muitos Portugueses “*am dauam com os ferramentaes nos braços, e com os martellos nas mãos, pera pregarem seus arneses*” (arnês 6), o que não deixa dúvidas quanto à firmeza com que estas peças eram unidas entre si.

É muito vulgar encontrarmos cavaleiros que apresentavam apenas algumas das peças do arnês, como os braçais (vimos anteriormente que eram muito utilizados em conjugação com as cotas de malha). D. Fernando queria (voltamos a referir) os seus guerreiros bem equipados com “*cota e jaque e coxotes e canelleiras franceses e luvas*” (coxotes 1; caneleiras 1), conjugando as defesas de placas no tronco com o arnês de pernas. Opções como esta foram sendo verificadas ao longo das crónicas, e poderiam ser justificadas por vários motivos: pelo facto de o guerreiro possuir apenas parte do arnês, pelo clima demasiado quente, pelo tipo de operação que era necessário levar a cabo ou, ainda, pelo tipo de inimigo que se tinha pela frente, tudo isto poderia condicionar o uso do arnês completo. Em Ceuta, por exemplo, D. João I não usou o arnês de pernas por ter um ferimento na perna (cf. *arnês de pernas 4*). Só uma citação nos discrimina, com algum detalhe, o conjunto de peças utilizadas em simultâneo. Quem o faz, como não poderia deixar de ser, é Fernão Lopes, ao descrever o equipamento utilizado por Nun'Álvares Pereira:

“o Comde trazia huma jaqueta [...], desy cota e **peito e braçaaes e arnes de pernas** e gantes segundo de cote costumaua, e sempre espada cinta e daga, saluo quando ouuya mjssa” (*peito 1*).

O peito era uma das peças “*nucleares*” do arnês uma vez que, como o nome indica, protegia a zona do tronco. A sua utilização em grande escala explica a presença de mais de um milhar de peitorais no armazém real de Lisboa, em meados do século xv (cf. J. G. Monteiro, *in* BARROCA / MONTEIRO / FERNANDES, 2000, pp. 272 e 273). Como complemento, poderia apresentar ainda a panceira, peça que, ficando suspensa à cintura, protegia esta zona (cf. MONTEIRO, J. G., 1998, p. 532). Fernão Lopes refere o uso de panceiras por parte dos guerreiros portugueses que combateram em Aljubarrota, ainda que os coloque com “*sso-lbas e loudes e cotas e faldroões*”, não referindo a utilização de peitorais (*panceira 1*). Esta hipótese, embora pudesse ser possível (vimos que o uso de peças de *famílias* diferentes era uma realidade), deverá ser um acto de liberdade criativa do cronista, interessado em dar a entender que o lado português, para além de se encontrar em inferioridade numérica, tinha um equipamento muito inferior ao do seu oponente castelhano, elevando o mérito da vitória alcançada ao patamar cimeiro do heroísmo. O mesmo estratagema é utilizado por Frei Pedro, o pregador franciscano no seu sermão comemorativo da vitória em Aljubarrota, ao referir que os Portugueses se encontravam tão mal armados que “*o que tijnba cota nom tijnba loudel, e o que tijnba panceira nom tijnba braccellotes [...]. Assy que todas as suas armas seendo repartidas como compria, nom armarya o terço da gente*” (*panceira 2*). Soler del Campo escreveu que “*os participantes no desastre castelhano de Aljubarrota estavam armados com [...] arneses completos, como mostram os sepulcros de alguns jovens nobres mortos que nele morreram*” (SOLER DEL CAMPO, 1993, p. 149). Do lado português o equipamento seria talvez semelhante. Recordemos que o próprio Fernão Lopes referiu a posse e o uso do arnês por parte de Nun’Álvares Pereira e dos seus homens. Este facto não era, obviamente, um exclusivo do Condestável e da sua guarda pessoal. Os mercenários ingleses tinham equipamento idêntico, o mesmo acontecendo com D. João I e com a cavalaria que o acompanhou na batalha. E não é credível que estes não tivessem usado o seu melhor equipamento numa batalha que os apoiantes do Mestre de Avis sabiam ser decisiva para o destino do seu projecto.

Naturalmente, o arnês era uma arma exclusiva da cavalaria, dado que o seu preço seria incomportável para um peão até por gerar despesas indirectas, ou seja, que fossem além dos custos de aquisição e manutenção das peças – um guerreiro equipado com um arnês completo precisaria de uma montada para

se conseguir deslocar e, em muitas situações, para combater. E, para evitar a deterioração do seu arnês, precisaria de o mandar arranjar a um armeiro que, provavelmente, iria cobrar pelo seu trabalho um preço inacessível para muitas bolsas. Mesmo para um nobre, a sua aquisição poderia levantar dificuldades. Uma das formas de obter o arnês, peça fundamental para um cavaleiro, seria recebê-la por oferta. Assim sucedeu em 1373 ao jovem Nun'Álvares Pereira, que recebeu de Leonor Teles, “*que [...] o queria armar de sua mão como seu escudeyro*” o seu primeiro arnês. Porque Nun'Álvares Pereira tinha apenas 13 anos, “*nam lhe podiam achar arnes tam pequeno*”, tendo a rainha pedido ao Mestre de Avis que lhe enviasse o que “*ouuera em sendo assy moço pequeno*” (*arnês 1*). Fernão Lopes narrou também um discurso elogioso para D. Fernando, feito por um nobre de origem castelhana exilado em Portugal. Segundo este nobre, D. Fernando agraciou-o com valiosas ofertas, entre as quais estavam trinta arneses:

“el me mandou hũu dia trinta cavallos e trinta mullas e trinta **arneses** e trinta mill livras em dinheiros [...], e quatro azemellas [...], e mais me deu de jur e d'erdade hũua sua villa que chamam Torres Vedras” (*arnês 2*).

Fernão Lopes situa este discurso num período posterior à morte de D. Henrique II de Castela, ocorrida em 1379, portanto apenas seis anos após as alterações feitas ao armamento do reino português e nas quais nada figurava em relação ao uso de arneses. Obviamente, esta generosidade de D. Fernando não se tratava de simples cortesia, já que o *Formoso* esperaria apoio militar deste e de outros nobres descontentes com Castela. Tal como seria de esperar, a generosidade régia gerou também muitas invejas no seio da fidalguia lusitana.

Sendo um equipamento exclusivo da nobreza, o seu uso era indispensável nas cerimónias de investidura. Após a vitória em Ceuta, e cumprindo o desejo de Filipa de Lencastre, os infantes que participaram na operação militar são armados cavaleiros por D. João I, tendo-se apresentado para a cerimónia “*armados em seus arneses muy limpos e guarnidos*” (*arnês 7*).

Segundo Soler del Campo, *armadura* era o conceito usado na Idade Média para designar, de forma genérica, o armamento corporal defensivo, adquirindo o sentido restrito que tem hoje em dia no século xv (cf. SOLER DEL CAMPO, 1993, p. 115). Em Portugal, os cronistas parecem ter preferido a designação de

armas. Embora o arnês seja hoje universalmente conhecido pela designação de *armadura*, este termo é raras vezes utilizado nas crônicas analisadas. Só Fernão Lopes (numa ocasião) e Gomes Eanes de Zurara (em duas ocasiões) o utilizam.

Como já citámos anteriormente, Fernão Lopes, por ocasião dos preparativos para a defesa de Lisboa (a cidade estava na iminência de ser ver cercada pelas forças de D. Juan, em 1384), refere a presença nas torres lisboetas de “*muitas lamças darmas e bacinetes, e doutras armaduras, que rreluziam*” (*armadura 1*). Na sua primeira referência, Zurara refere-se claramente a um peitoral quando conta como Diogo Afonso de Aguiar, cavaleiro da ordem de Avis, foi morto numa escaramuça em Alcácer-Ceguer (1459), porque a “*armadura de corpo ficara baixa. e elle nom era armado de gorjal nem de babeyra. e acertou de seer ferido na garganta sob o noo do pão de huma azagaya a qual lbe cortou as guellas de que cayu morto em terra*” (*armadura 2*). Na última referência de Zurara, o termo é utilizado para referir a protecção de cabeça de João da Sertã, escudeiro português que, ao perseguir um mouro, caiu com o seu oponente “*em huum ribeyro seco onde [...] elle deu tamanba paancada com a cabeça no chaão que se nom fora armadura ally fezera sua fim*” (*armadura 3*). Estas passagens mostram como, ainda no tempo em que escreveram Lopes e Zurara, o termo *armadura* mantinha um significado genérico. Podia designar uma peça específica do arnês ou outras peças metálicas de defesa, como parece ser o caso da última referência (passando-se a acção no Norte de África, o referido João da Sertã estaria, possivelmente, a utilizar uma protecção aberta, do género das barretas ou capacetes). Ou podia designar ainda o conjunto dessas peças metálicas de defesa.

2.2.3. Protecções de membros superiores e inferiores

À medida que falámos das protecções de tronco e baixo-ventre, fomos fazendo referência a algumas das peças que protegiam os membros superiores e inferiores dos guerreiros. A escassez de citações em relação à esmagadora maioria destes equipamentos quase tornava desnecessária a abertura de um capítulo à parte. Porém, por uma questão de sistematização e de exposição das ideias, pareceu proveitoso fazer essa separação.

		CSR	CC	CDF	CDJ I	CDJ II	CTC	CDD	CDM	total
Protecções de membros superiores	Braçal	0	10	0	4	9	0	0	0	23
	Bracelote	0	0	0	0	1	0	0	0	1
	Capas	0	0	0	2	0	0	0	0	2
	Gantes	0	0	0	0	1	0	0	0	1
	Luvras	0	0	1	0	0	0	0	0	1
	Mangote	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Protecções de membros inferiores	Arnês de pernas	0	1	0	0	2	1	0	0	4
	Caneleiras	0	0	1	0	0	0	0	0	1
	Coxotes	0	0	1	0	0	0	0	0	1
	Sapatos	0	0	1	0	0	0	0	0	1

Tabela 8 – Protecções de membros superiores e inferiores

Como se pode observar pela tabela 8, as referências às defesas dos membros estão limitadas, quer em número (excepção feita ao braçal, com mais de 20 referências), quer nas crónicas em que surgem. Apenas 36 referências em cinco crónicas, quatro dessas crónicas abordando um mesmo período de tempo, o final do século XIV (*Crónica do Condestabre*, *Crónica de D. Fernando* e as duas partes da *Crónica de D. João I*). A última, *Crónica da Tomada de Ceuta*, contém apenas uma citação. Estes dados mostram, não a pouca importância real destas armas, mas antes o pouco interesse que a sua referência tinha para os cronistas.

Ainda assim, há algumas informações úteis que podemos retirar das escassas palavras dos cronistas. Começemos pelas protecções dos membros superiores. As mãos e os braços eram fundamentais para um combatente, é uma verdade inquestionável e óbvia. É com os membros superiores que as armas são manipuladas de forma a atingir o inimigo. Esta acção, no entanto, coloca o problema de expor esses membros, já bastante frágeis, aos golpes dos adversários. Um golpe certo e vigoroso de espada facilmente poderia decepar uma mão, um braço ou, mesmo, um ou vários dedos. O impacto mais violento de uma lança de armas poderia esmagar o osso do braço desprotegido. O mesmo se pode dizer para as pernas. Um cavaleiro envolvido em confrontos com a peonagem tem nas suas pernas o alvo mais próximo do inimigo e este não se coibirá de o atingir. Por esse motivo, mesmo algumas armas ofensivas contêm elementos de defesa do seu portador. Pensamos, por exemplo, nas guardas das espadas, desenhadas

para *guardarem* a mão do guerreiro, impedindo que a lâmina adversária a atinja. Mas era necessário desenvolver defesas específicas e é sobre essas, as que os cronistas consideraram útil referir, que vamos agora falar, socorrendo-nos novamente da tabela 8. As protecções mencionadas são os braçais e bracetes, as capas, os gantes, mangotes e as luvas. D. Fernando, em 1373, aconselhou os seus combatentes a usarem luvas (cf. *luvas I*), embora Fernão Lopes não especifique o material de que deveriam ser feitas. Tendo em conta a data da referência e o facto de o monarca não aconselhar o uso de outras peças do arnés para defesa do tronco (sugerindo antes o jaque), do baixo-ventre, dos ombros ou mesmo dos braços, não será de crer que se referisse às manoplas de placas de aço que serviam de complemento dos avambrços (cf. MONTEIRO, J. G., 1998, p. 545):

Estas manoplas mais modernas eram “compostas por várias peças metálicas destinadas à protecção das falanges, do metacarpo e do pulso (para o que têm uma boca em forma de buzina), facto que garantia uma defesa eficaz, sem prejudicar a articulação dos dedos” (MONTEIRO, J. G., 1998, p. 545).

Assim sendo, provavelmente D. Fernando estaria a referir-se às manoplas feitas em malha metálica. Este tipo de peça era já bastante conhecido na Península Ibérica, uma vez que Soler del Campo detectou a sua presença nas fontes iconográficas desde os finais do século XII (cf. SOLER DEL CAMPO, 1993, pp. 122 e 123). Estas manoplas eram, segundo Alvaro Soler del Campo, “*uma continuação da loriga para a defesa das mãos em forma de bolsa com um apêndice para o polegar, que até esse momento constituía um ponto débil.*” Ainda de acordo com este autor, as manoplas de malha “*podiam apresentar um forro de couro na palma*” (SOLER DEL CAMPO, 1993, p. 122). Embora estejamos a falar de peças bastante antigas em relação à indicação dada por D. Fernando, a verdade é que as manoplas de malha continuaram a ser utilizadas até ao século XVII (cf. M. J. Barroca, *in* BARROCA / MONTEIRO / FERNANDES, 2000, pp. 268 e 269), o que torna perfeitamente aceitável a hipótese aqui apresentada.

Também útil para protecção da mão, do braço e do antebraço do guerreiro era o gante ou gantelete. Esta peça era feita em “*couro ou [...] osso de baleia*”, segundo João Gouveia Monteiro (MONTEIRO, J. G., 1998, p. 542). Este mesmo autor diz-nos que a chegada do arnés (mais especificamente, do avambrço), no

século xiv, conduziu a um gradual desaparecimento dos gantes (cf. *ibidem*), ainda que em finais desse mesmo século encontremos Nun'Álvares Pereira envergando, segundo descrição de Fernão Lopes, “*gantes segundo de cote costumaua*” (*gantes I*), ou seja, como o fazia quotidianamente. Este dado é importante, porque grande parte do equipamento do Condestável incluía peças de arnês, como o “*peito e braçaaes e arnês de pernas*” (*gantes I*), sinal que novamente demonstra a utilização simultânea de soluções defensivas de diferentes *famílias*. A descrição do equipamento do Condestável leva-nos à última protecção de membros superiores referida nas crónicas, os braçais, que surgem referenciados em 23 ocasiões. A estas, devemos adicionar uma referência a *bracelotes* e outra feita a *mangotes*, ambos sinónimos de braçais.

Os braçais, que seriam também conhecidos por *rebraços*, eram peças do arnês destinadas à defesa da zona entre o cotovelo e o ombro (o braço no sentido estrito da palavra – cf. MONTEIRO, J. G., 1998, pp. 535 e 546). A protecção do antebraço ficaria a cargo do avambrço e a dos ombros seria feita pelas ombreiras ou pelas espaldeiras (cf. J. G. Monteiro, *in* BARROCA / MONTEIRO / FERNANDES, 2000, pp. 273 a 275). Foi precisamente devido à ausência de ombreiras que Rui Mendes de Vasconcelos foi atingido por um virote ervado, numa escaramuça ocorrida em Castro Verde, em 1387. Segundo Fernão Lopes, “*deram--lbe com buum viratom buuma pequena ferida per çima do mangote [braçal] açerca do ombro*” (*mangote I*).

Os braçais eram muitas vezes usados em associação com as cotas de malha, como atrás foi referido (as crónicas referem essa associação por 22 vezes num total de 23 citações). Não é possível determinar com toda a certeza se os guerreiros usavam braçais porque as cotas não tinham mangas ou se as cotas não tinham mangas precisamente porque os guerreiros utilizavam os braçais para a importante função de proteger os braços. No entanto, acreditamos ser mais lógica a segunda hipótese. Segundo Soler del Campo, o modelo básico da loriga, documentado iconograficamente desde o século xi, “*caracteriza-se pela presença de mangas compridas*” (SOLER DEL CAMPO, 1993, p. 120). Porém, as cotas de malha analisadas por Mário Jorge Barroca e que se apresentam no catálogo da exposição de armamento realizada em Palmela no ano de 2000, são posteriores (a datação apresentada coloca-as entre os séculos xiv e xv) e não têm mangas. Acreditamos que, do mesmo modo que a loriga se encurtou até ao ventre, devido

ao aparecimento de outras protecções de pernas mais eficazes, também as suas mangas diminuíram ou desapareceram face à maior eficácia do braçal. Em termos cronológicos, o aparecimento do braçal nas crónicas é bastante tardio, o que não surpreende, uma vez que se trata de uma peça nova. A primeira citação data de 1383 e as restantes concentram-se nessa década e na década seguinte. Mas o uso dos rebraços ultrapassou essa data, já que, em meados do século xv, encontravam-se no armazém régio de Lisboa mais de um milhar de rebraços e mais de uma centena de braçais (cf. MONTEIRO, J. G., 2001, p. 46).

Sempre usados por cavaleiros, os braçais eram peças consideradas fundamentais para o seu equipamento, como o demonstrou o já citado elogio de D. João I feito a Nun'Álvares Pereira, em 1396, quando “*o achou armado de cota e de bracaães*”. Nesse momento, D. João I terá exclamado “*ora posso eu dizer este be o primeiro homẽ darmas eu em esta terra vy*” (*braçais 3*).

Para além de ser utilizado em combate e em justas, o braçal era envergado durante a marcha (cf. a citação anterior) ou em momentos cerimoniais e diplomáticos. Quando, em 1398, Nun'Álvares Pereira recebeu a notícia de que D. João I tinha tomado Tuy e se encontrava no Porto, “*logo se aforrou cõ cincoõeta ãtre caualleiros e escudeiros cõ cotas e bracaães: e se foy ao porto veer elrey*” (*braçais 4*). No ano seguinte, quando Portugal e Castela pretendiam realizar conversações de paz, decidiu-se fazer o encontro diplomático perto de Olivença. Para além dos principais representantes de cada reino deveriam ir, segundo ficou determinado, “*cinquenta antre caualleiros e escudeiros com cotas e bracaães de cada hũa parte*” (*braçais 5*). Nun'Álvares Pereira, que era uma das principais figuras representando o lado português nessas conversações, apresentou-se também com cotas e braçais (cf. *braçais 6*). Segundo Fernão Lopes, estes elementos eram, aliás, habitualmente usados por Nun'Álvares Pereira (cf. *braçais 12*). No pouco credível episódio em que o Condestável se retirou para rezar durante um confronto com os Castelhanos (Valverde: 1385), foi o seu pajem quem lhe teria segurado os braçais e a lança (cf. *braçais 13*). Também os Ingleses que integravam a comitiva do Duque de Lencastre, chegados a Portugal em 1386, vinham assim equipados, mostrando que esta era uma prática que não era exclusiva do nosso reino (cf. *braçais 14*). Para finalizar a análise das protecções dos membros superiores, atentemos numa referência feita por Fernão Lopes a um equipamento que não fomos capazes de identificar com

precisão. Em 1384, o alcaide de Portel, Fernão Gonçalves de Sousa, tomou voz por Castela:

“E estando o logar assi por Castella, rreçamdosse Fernam Gomçallvez dos moradores delle, tomoulhes as armas a todos e poseas no castello; e aveo huã dia que os dEvora forom correr a Portell e levarom alguũs gaados e prisoneyros; e Garçia Fernamdez sahiu a elles com sua gente e os da villa em sua companhia; e nom levavom all senom **capas** nos braços e pedras nas mãos.

Garçia Fernamdez quamdo aquello vio, ouveos por boõs e disse a Fernã Gomçallvez, que lhe nom parecia rrazõ aquelles homes estarem sem armas daquela guisa; ca posto que alguũ b quisessem fazer, nom tiinham com que e que pareciam mui mall himdo com elle com **capas** nos braços e pedras nas mãos; assi que [...] se demoveo Fernam Gomçallvez a lhe dar as armas” (*capa 1*).

Serão estas capas protecções para os braços? O cronista não dá qualquer referência à morfologia destas peças. Apenas um dado preciso se pode retirar desta passagem: as capas eram protecções muito simples e comuns, pois os homens que as envergavam foram descritos como estando “sem armas.”

Resta-nos, para concluir este capítulo, falar das protecções dos membros inferiores. As referências que os cronistas nos deixaram são ainda mais escasas (apenas 7): sapatos, caneleiras, coxotes e arneses de pernas são as peças contempladas.

Os sapatos de ferro eram também peças do arnês, destinados a proteger os pés e “*eram feitos de placas articuladas, que corriam ao longo do pé [...]. Com uma forma geralmente bicuda, podiam apresentar a sua ponta revirada*” (MONTEIRO, J. G., 1998, p. 546). Segundo Fernão Lopes, este uso de pontas compridas não tinha uma justificação de natureza prática ou ligada a vantagens militares. Era, isso sim, um ditame da moda de finais do século XIV e que, a julgar pelas palavras do cronista, tinha já caído em desuso no tempo em que escreveu a *Crónica de D. Fernando*. Esta alusão é feita no momento em que Fernão Lopes nos relata o confronto ocorrido entre Castelhanos e Portugueses, nas proximidades do rio Caia, em 31 de Julho de 1382. Tendo decidido combater apeados, “*cortarom os portugueses as pontas dos çapatos, que busavom em aquell tempo muito compridas [...]; ca por judeu ou clerigo haviam estonce quem*

nom tragia as pontas compridas” (*sapatos 1*). Depreende-se pela descrição que as pontas excessivamente compridas dos sapatos dos cavaleiros portugueses lhes dificultassem o caminhar, pelo que este tipo de sapatos seria pensado para ser usado a cavalo. Também se poderia pensar que alguma dificuldade específica do terreno justificasse esta opção de cortar as pontas dos sapatos. No entanto, dado que a ameaça de confronto ocorreu numa planície e no mês de Julho, não é muito provável que o terreno estivesse pesado, como certamente se verificaria numa época de chuvas.

O arnês de pernas era, naturalmente, mais um elemento do arnês completo. Mais precisamente, era também formado por um conjunto de diversas peças: os coxotes, as joelheiras, as caneleiras e as grevas (cf. SOLER DEL CAMPO, 1993, p. 142). Estas poderiam, como as crónicas sugerem, ser utilizadas separadamente. As caneleiras, os coxotes e as grevas são referidas nas crónicas aqui analisadas apenas por uma ocasião. O seu uso é indicado por D. Fernando aos combatentes do reino, em 1373. Estes deveriam utilizar “*coxotes e canelleiras franceses e luvas e estoque e daga e grave*” (*coxotes 1*). Desde logo, esta referência mostra-nos a influência que a França tinha na época (estamos, afinal, em plena Guerra dos Cem Anos) e a atenção que D. Fernando dedicou a este assunto da guerra e do armamento. A sugestão régia mostra, também, que estas armas eram eficazes e que o seu uso estava já generalizado um pouco por toda a Europa militarmente mais evoluída. Segundo Soler del Campo, uma vez que o arnês de pernas exigia uma menor precisão na articulação do conjunto das peças, quando comparado com o arnês de braços, foi mais popular do que este último e implantou-se mais cedo do que as restantes componentes do arnês. De tal modo que “*é possível encontrar peças de arnês nas extremidades inferiores, enquanto que as superiores continuam a ser defendidas por malhas*” (SOLER DEL CAMPO, 1993, p. 142). Esta afirmação ajuda-nos a perceber por que motivo D. Fernando indicou o uso de peças do arnês de pernas e não indicou protecções da mesma *família* para o tronco ou para os membros superiores (já anteriormente defendemos que as *luvas* que o *Formoso* aconselhou eram provavelmente manoplas de malha e não manoplas do arnês).

Os coxotes e as caneleiras, como os próprios nomes indicam, tinham por função, respectivamente, proteger as coxas e as canelas dos combatentes. Os coxotes poderiam defender apenas a parte da frente da coxa, mas as grevas, que

defendiam a perna, eram formadas por duas peças, uma dianteira e outra traseira, presas por rebites ou por correias (cf. SOLER DEL CAMPO, 1993, p. 144). Em todos estes casos, falamos de peças exclusivamente associadas à cavalaria (tal como o arnês completo). Esse imaginário gerou-se bastante cedo, já que Cervantes, escrevendo no início do século xvii, baptizou o seu *cavaleiro da triste figura* com o sugestivo nome de D. Quixote, termo castelhano para *coxote*.

Por fim, resta-nos referir um aspecto curioso. O cronista anónimo da *Crónica do Condestabre* refere que Nun'Álvares Pereira, presente nas conversações de paz de 1399, apresentava “*bũ arnes de pernas de malba so buũas botas*” (*arnês de pernas 1*). Copiando esta passagem para a sua *Crónica de D. João I*, Fernão Lopes manteve a referência completa, descrevendo o Condestável com “*arnes de pernas de malba sob humas botas*” (*arnês de pernas 3*). Este exemplo acaba por nos dar algumas indicações interessantes. Tendo em conta a afirmação, podemos admitir que o termo *arnês de pernas* se tinha já imposto no tempo de redacção da *Crónica do Condestrabre* (cerca de 1431), correspondendo ao *moderno* arnês metálico. Ora, uma vez que o cronista sentiu a necessidade de referir o material de que era feito o arnês que o condestável, naquela ocasião específica, estava a utilizar, isso é sinal de que o termo correcto para protecções de pernas feitas em malha (brafoneiras: cf. SOLER DEL CAMPO, 1993, p. 123) se tinha já perdido e que o termo *arnês de pernas* se tinha, pelo contrário, popularizado, e tinha já adquirido um significado mais geral, passando a abarcar *qualquer tipo* de defesa de membros inferiores.

Como conclusão, podemos dizer que as defesas de malha foram uma presença contínua até ao século xv, tendo só aí começado a desaparecer. Esse desaparecimento começou a fazer-se sentir primeiro nas defesas dos membros inferiores, onde as brafoneiras rapidamente desapareceram do panorama militar. Soler del Campo diz que o seu uso em Castela foi abandonado em meados do século xiv, à semelhança do que aconteceu na restante Europa (SOLER DEL CAMPO, 1993, p. 123). O mesmo deverá ter ocorrido entre nós, já que o termo não surge nas nossas crónicas, tal como em Castela não está documentado para o século xiv (cf. *ibidem*). Também a loriga cedo caiu em desuso, em detrimento da cota, peça mais curta e que já não protegia as pernas nem os braços. Para essas funções existiam agora as peças do arnês de pernas e de braços, respectivamente. A cota de malha não se usava, habitualmente, como peça única, já que

o aumento do poder destrutivo das armas ofensivas a tornou menos eficaz. Por isso surgiam em conjugação com armas mais resistentes, jaques e solhas, peitos, braçais e arneses de pernas. Graças a essa capacidade de se associar a outras peças, a cota de malha garantiu uma grande longevidade no espaço de acção dos Portugueses.

Debaixo destas peças, para tornar o seu uso mais cómodo, eram usadas protecções mais simples, os gibões e os perpontes. Por vezes, peças como o loudel e a jorné podiam ser utilizadas sobre as defesas de corpo, como peça de adorno e de ostentação de símbolos heráldicos e identificativos da origem do seu portador. As protecções de placas surgiram como uma solução transitória para a fragilidade das cotas de malha, mas mantiveram o seu uso em palcos em que o arnês se revelaria muito incómodo, como o Norte de África.

Quanto ao arnês, é indiscutível que se impôs rapidamente (no espaço de um século) como arma de referência. De custo extremamente elevado, era necessariamente um exclusivo da nobreza e da cavalaria e essa ligação está patente até hoje no nosso imaginário. O arnês podia ser usado parcialmente ou integralmente, sobretudo no século xv, período em que a *armadura* completa nasce. Começou, no entanto, por proteger primeiro as pernas e, depois os braços dos cavaleiros. O passo seguinte foi, obviamente, a protecção do tronco, até se atingir o estágio de protecção total, com a armadura. O domínio do arnês está bem vincado no próprio vocabulário. Para além do exemplo literário do *coxote*, peça de arnês – *Quixote*, cavaleiro, temos também a apropriação do termo (até então genérico) de *armadura*. Hoje, quando se ouve esta palavra, a associação ao arnês branco é imediata.

PARTE II – ATACAR

(Página deixada propositadamente em branco)

ARMAS OFENSIVAS

As armas ofensivas são todas aquelas que o guerreiro usa para ferir ou matar. Dentro deste universo extremamente variado, podemos criar vários tipos, de forma a melhor fazermos a análise das armas encontradas nas crônicas. Já fizemos, na introdução deste trabalho, referência a esses tipos. Vamos apenas lembrá-los. Os guerreiros podem combater com *armas de mão*, que incluem as armas brancas, as armas de haste e as armas de choque, com *armas de arremesso* (de propulsão muscular ou de propulsão neurobalística) e, por fim, com *armas de fogo portáteis*. A nossa análise vai começar pelas armas de mão, mais precisamente pelas armas brancas. No entanto, antes de começarmos a nossa abordagem, julgamos útil falar sobre alguns conceitos que, ao longo da análise do armamento, serão utilizados várias vezes e que, por isso mesmo, necessitam de algum esclarecimento. Falamos do conceito de combate *honroso e desonroso* e das noções de *distância do combate*, ou seja, a distância que separa o guerreiro do seu alvo e o alcance da arma que utiliza. Estas duas questões estão, como veremos, interligadas.

Como demonstrou Dave Grossman (cf. GROSSMAN, 1995), há, no ser humano, uma resistência ao acto de matar. Essa resistência aumenta e torna-se mais impeditiva na exacta medida em que diminui a distância entre os combatentes. Esta é uma realidade comprovada para os combatentes do século xx (o estudo de Dave Grossman baseou-se sobretudo em descrições e depoimentos de combatentes da II Guerra Mundial e da Guerra do Vietname). Sabemos que o Homem é um *animal social*, e que os seus comportamentos e as suas inibições têm, muitas vezes, uma origem moral e, por esse motivo, são um fruto da mentalidade da sociedade em que se insere o indivíduo. No entanto, nada nos

permite dizer que o Homem da Idade Média sentia uma muito menor inibição. A guerra pode ter sido um acontecimento quase endêmico na sua época, mas também o foi no *nosso* século xx, mesmo quando apenas nos tocou pela mediatização dos meios de comunicação social. E se analisarmos as guerras do passado e as do presente, vemos que o conceito de *guerra total* é filho do século xx, fruto não apenas da evolução do armamento, mas do facto de esse armamento estar ao serviço de regimes políticos que nasceram nesse século – os *totalitarismos*. As armas modernas têm um poder de destruição incomparavelmente superior ao das armas medievais e, nesse ponto de vista, permitem uma guerra total. Por outro lado, a guerra medieval surge-nos sempre muito mais regrada e ritualizada. Pelo menos na teoria, ou seja, na ética que a enquadrava. Desde logo, era extremamente importante a influência da religião cristã e da Igreja neste campo. Não haveria seguramente um cristão que desconhecesse o mandamento “*Não matarás*” (Ex 20, 13) e o mesmo se pode dizer deste célebre conselho cristão que deveria substituir o “*olho por olho, dente por dente*” do Antigo Testamento: “*Não oponhais resistência ao mau; se alguém te bater na face direita, oferece-lhe também a outra*” (Mt 5, 39). Para além destas regras gerais de conduta, a própria Igreja interferia na ritualização e controlo da violência:

“Iniciado por volta de 990 d. C. [...] o movimento conhecido por Paz de Deus começou como uma tentativa de proteger as «coisas sagradas» [...] das depredações dos homens fortes locais. Apoiado por [...] ameaças de excomunhão, o esforço foi um sucesso e rapidamente se expandiu para incluir a protecção de todos os «desarmados» mulheres, crianças velhos e pobres. [...] Consequentemente, os cavaleiros foram instados a abster-se de batalhas [...] para bem da alma. Assim, a paz devia reinar desde a noite de Quarta-feira até Segunda-feira de manhã. Alargando as zonas onde era proibida a guerra, [...] a Igreja movia-se no sentido de proibir o derramamento de sangue entre cristãos” (O’CONNELL, 1989, pp. 114 e 115).

Ainda com vista a evitar o derramamento de sangue, a Igreja condenou o uso de armas excessivamente mortíferas, como a besta. A utilização desta arma contra cristãos foi proibida no Concílio de Latrão, de 1139 (cf. BARROCA, 2000, pp. 50 e 51). Também as crenças e a superstição actuavam como inibidoras da

violência, gerando medos que faziam os guerreiros hesitar e evitar confrontos que os presságios anunciavam como trágicos (cf. MONTEIRO, J. G., 1998, p. 461 a 470).

Outros factores, ligados à ética militar, funcionavam como barreiras à violência (excessiva). Um desses factores era o grau de proximidade e afinidade que se tinha com o inimigo. Assim, vemos atitudes de “elegância na conduta da guerra” entre Portugueses e Castelhanos (ainda que temperadas pela nobreza ou vilania dos contendores) que são mais raras entre cristãos e muçulmanos (cf. MONTEIRO, J. G., 1998, pp. 458 a 461). Lembremos que embora a Igreja tenha proibido o recurso à besta em disputas entre cristãos, tolerava “*o seu uso contra os muçulmanos*” (BARROCA, 2000, pp. 50 e 51). Este discurso que colocava o muçulmano como o inimigo principal fazia, aliás, parte de uma estratégia que visava exportar a violência e evitar o derramamento de sangue entre cristãos e em solo próprio (cf. O’CONNELL, 1989, pp. 114 e 115).

A possibilidade de transferir a decisão de uma disputa para os ombros de dois cavaleiros que tudo resolveriam numa justa em jeito de ordálio, era uma outra solução que a Idade Média encontrou para evitar mortes desnecessárias. Por fim, não nos esqueçamos da própria necessidade do lucro que movia muitos dos contendores e que os levava, quando tal se justificasse, a preferir capturar vivo o seu oponente, na esperança de obter um bom resgate. Todos estes elementos permitem-nos acreditar que não haveria, seguramente, no guerreiro medieval uma menor repugnância perante o acto de matar do que a existente no soldado da actualidade.

Dave Grossman definiu, nessa linha, vários alcances ou distâncias de combate, determinados pelo tipo de arma utilizado. Evidentemente, não podemos transferir para a realidade medieval o esquema deste autor de uma forma mecânica, pelo facto de o armamento de hoje nos obrigar a pensar o conceito de distância de uma forma que não faria sentido na Idade Média. O que hoje é uma arma de alcance máximo (o míssil, por exemplo), não existia na Idade Média, pelo que o alcance máximo da arma medieval se resumia a alguns metros (distância que hoje se enquadra no médio alcance). Partindo do modelo ou da sugestão de Grossman, vamos tentar definir o modelo do alcance das armas medievais, começando pela distância maior e recuando depois até à mais curta.

Longo alcance: As armas que permitem actuar com longo alcance no contexto medieval são todas aquelas que projectam pelouros, a uma distância considerável, graças ao efeito propulsor da tensão e da torção de cordas, do uso de contrapesos ou da pólvora. É o caso das armas colectivas, os engenhos e as bocas de fogo, e das armas de fogo portáteis. Estas armas conferem ao guerreiro uma posição de segurança em relação ao adversário, para além de facilitarem a tarefa de o matar.

Médio Alcance: Neste caso, o guerreiro mantém-se ainda a uma distância bastante segura em relação ao seu inimigo, embora mais reduzida do que no caso anterior. Para atingir mortalmente ou para ferir o oponente, o guerreiro necessita de uma arma que lhe supere o alcance da sua própria força física. É o caso da besta e do arco.

Curta distância: Nesta situação, os inimigos estão bastante perto um do outro, separados por distâncias muito curtas. O inimigo ainda não pode ser tocado, mas pode ser atingido por armas arremessadas apenas a partir da força muscular do guerreiro, como a lança, o dardo, a azagaia e a pedra (arremessada com a mão ou com recurso à funda). Em último caso, pode ser mantido a uma distância equivalente ao comprimento da haste de uma lança.

Corpo-a-corpo: Esta é a distância mais reduzida a que os combatentes se podem encontrar e ferir. Ambos se podem tocar e podem golpear o adversário sem que necessitem de projectar a arma ou de prolongar a sua lâmina através de uma haste.

As armas que se utilizam nesta forma de combater são as armas de choque (achas, maças e martelos de armas) e as armas brancas (adagas e espadas, entre outras).

Estas divisões não são, naturalmente, estanques e podem mesmo ser controversas, em alguns casos. Mas acreditamos que têm virtudes que justificam a sua utilização.

Falemos agora do conceito de combate honroso e combate desonroso. A noção de guerra honrada no Ocidente nasceu em Homero. Foi o poeta grego que determinou a ética da guerra, de forma directa ou influenciando outros escritores e pensadores. E, em Homero, a guerra honrosa e justa era a que implicava a luta corpo-a-corpo (O'CONNEL, 1995, pp. 58 a 61). Nos seus textos, os heróis combatem corpo-a-corpo, arriscando a sua vida e mostrando a sua coragem.

Os vilões e os que não revelam possuir o estofo dos heróis surgem, por outro lado, equipados com armas que combatem à distância. “*Não pode ser por coincidência*” – escreveu Robert O’Connell – “*que Páris, o adúltero, é o único personagem importante do poema [Ilíada] que depende principalmente do arco. [...] está fortemente implícito que quem quebra os votos do casamento transgredir também as normas da guerra*” (O’CONNEL, 1995, p. 62).

Este conceito homérico que equipara a distância à vilania e o combate corpo-a-corpo à nobreza está bem presente na mentalidade cavaleiresca e no espírito dos nossos cronistas. Daí a valorização da batalha e o desprezo pelo cerco (onde se combate essencialmente à distância) que vamos encontrar em Nun’Álvares Pereira (Coira: 1386); daí o desprezo que sentimos nos cronistas em relação às armas de fogo; daí também o anonimato que cobriu todos os que não se evidenciaram pelo combate individual. Esta valorização do combate corpo-a-corpo pode estar relacionada, em parte, com o risco que o guerreiro corre, mas também com a luta interior que nele se processa no sentido de controlar a inibição de matar. Em certa medida, na luta corpo-a-corpo o guerreiro luta contra o inimigo e contra si. Próximo do seu oponente, ouve a sua respiração, vê e reconhece as definições do rosto, identifica a heráldica na sua cota ou no seu escudo, enfrenta o seu olhar. E, no momento do golpe, ouve a espada a trespassar o corpo, o impacto da maça de armas a esmagar o arnês e os ossos, escuta os gritos de dor, sente a morte na expressão, o cheiro enjoativo do sangue. E ainda poderá perceber as suas últimas palavras, às vezes na sua própria língua.

Honroso era também o combate dos cavaleiros, até pelo elitismo existente numa forma de combate reservada a muito poucos – aos que tinham posses e estatuto que permitissem o uso de uma montada. A associação entre a carga da cavalaria (que ocorria obviamente em batalhas, e não em cercos) e a honra sobreviveu até ao início do século xx. Winston Churchill, que, aos 21 anos, nos anos 90 do século xix, foi membro do quarto regimento de Hussardos (elite da cavalaria inglesa) classificou a carga de cavalaria como o “*maior evento de todos*”. E continuou com o seguinte lamento:

“É uma pena que a guerra tenha desprezado tudo isto na sua gananciosa, vil e oportunista caminhada e se tenha voltado, como alternativa, para químicos de óculos e chauffeurs que puxam as alavancas de aviões e metralhadoras

[...] A guerra, que costumava ser cruel e magnífica, passou agora a ser cruel e esqualida. A verdade é que foi completamente estragada, tudo por culpa da democracia e da ciência. A partir do momento em que se permitiu que um e outro destes intrusos, que tudo põem em desordem, participassem verdadeiramente nos combates, o fatal destino da guerra estava traçado. Em vez de um pequeno número de profissionais bem treinados a defender a causa do seu país com armas antigas e uma bela e intrincada manobra arcaica [...] temos agora populações inteiras, incluindo até mulheres e crianças, lançadas umas contra as outras num brutal extermínio mútuo e nada mais que um conjunto de funcionários de olhos cheios de remelas em lista de espera para aumentar ainda mais a conta do carnicero... A guerra deixou de ser um jogo de cavalheiros” (CHURCHILL, 2007, pp. 74 e 75).

Em suma, honra equivale a coragem individual e o combate honroso é o disputado corpo-a-corpo. E essa honra transborda, em muitas situações (ainda que não em todas), da forma de combate para a arma usada nesse combate.

CAPÍTULO 3

ARMAS DE MÃO

As armas individuais ofensivas de mão caracterizam-se, como a própria denominação indica, por serem utilizadas manualmente e se manterem sempre agarradas. São, digamos assim, um prolongamento do braço do guerreiro. São, portanto, armas para a luta corpo-a-corpo.

3.1. Armas brancas

As armas brancas podem ter duas funções: podem ter uma função de estoque, ou seja, utilizam-se para perfurar o adversário; ou podem ter uma função de corte, quer para decepar membros (no caso da espada), quer para degolar (no caso das adagas ou punhais). Eram estas as armas que, juntamente com a lança, mais frequentemente se encontravam nas mãos e nas casas dos Portugueses de Quatrocentos (cf. DUARTE, 1999, pp. 292 a 302). Por esse motivo, é compreensível que surjam em grande número ao longo das crónicas nas suas múltiplas variantes, que se apresentam na tabela 9.

		CSR	CC	CDF	CDJ I	CDJ II	CTC	CDD	CDM	Total
Armas Brancas	Adaga	2	2	5	3	6	0	0	0	18
	Agomia	0	0	0	0	0	0	1	2	3
	Almarcova	0	0	1	0	0	0	0	0	1
	Bulhão	0	0	2	0	0	0	0	0	2
	Espada	17	18	7	26	23	32	0	10	133
	Estoque	0	0	1	1	2	0	0	0	4
	Faca	0	0	1	0	0	0	0	0	1
	Punhal	0	1	0	2	2	0	0	2	7
	Terçado	0	0	0	0	0	0	1	2	3

Tabela 9 – Armas brancas

Estas armas podem ser subdivididas em duas grandes famílias: a família das *espadas*, cujo fim é essencialmente militar, e a família das armas que podemos denominar por *civis* (cf. MONTEIRO, J. G., 1998, p. 538), uma vez que a sua funcionalidade não se limita ao campo militar. Esta última família engloba, muitas vezes, simples instrumentos de trabalho ou do quotidiano que eram utilizados como armas brancas quando a situação a isso obrigava: adaga (ou daga, os dois termos surgem com regularidade nas crónicas), agomia, almarcova, bulhão, faca e punhal.

3.1.1. Armas civis

A análise das *armas civis* começará com o estudo da adaga. O que dissermos em relação a esta arma, sobretudo em termos do seu uso e das situações em que esse uso acontece, valerá para as restantes *armas civis*. No entanto, optámos por analisar cada arma individualmente, por uma questão de ordenação da informação. As alíneas das *armas civis* que se seguirão à adaga serão, por esse motivo, mais sucintas e nelas serão postos em relevo os aspectos em que elas se distinguem da primeira. Evitaremos assim uma repetição desnecessária de informação, que não deixaria o texto fluir.

a) Adaga

A adaga é designada de várias formas ao longo das crónicas: *adagua*, *dagua*, *adarga*, *dagaa* ou *daga*, sendo esta última a mais habitual. Se a maioria dos termos são claros, a forma *adarga*, por confundir com a protecção exterior assim designada, gera dificuldades de interpretação que mesmo o próprio contexto da acção narrada por vezes não elucida de forma satisfatória. Assim sendo, fazemos aqui o alerta: os valores apresentados podem estar incorrectos.

A adaga é uma arma bastante pontiaguda, com dois gumes e de uso corrente no final do século XIV e no século seguinte. Por estarem sempre presentes, estas armas nem sempre eram encaradas como armamento pelos seus portadores (cf. DUARTE, 1999, p. 292). Foi o que provavelmente sucedeu com o Infante D. João. Este (juntamente com outros cavaleiros) integrava a hoste que acompanhou o rei D. Fernando quando o monarca se reuniu com o rei de Castela, em pleno rio Tejo. Para este encontro, mediado pelo Cardeal de Bolonha, D. Guido, tinha sido proibido o porte de armas por parte dos acompanhantes dos reis. Porém, quando o cardeal passou em revista os cavaleiros, “*achou que o infante dom Jobam levava hũa daga e disse-lhe que a nom levasse, que bem sabia que tall era a bordenança antre os rreis: e o infante leixou-ha estonce e nom a levou*” (*adaga 7*).

Assim sendo, encontramos estas armas a actuar em situações que extravasam o contexto bélico tradicional. Não significa isto, no entanto, que algumas destas peças não tivessem o seu papel a nível militar. Quando D. Fernando reformou o equipamento militar, ordenou o uso da adaga para todos os cavaleiros “*bem armados*” (*adaga 8*). E esta norma era levada à risca por Nun’Álvares Pereira, por exemplo. Diz Fernão Lopes que o “*Comde trazia [...] sempre espada cinta e daga, saluo quando ouuuya mjssa*” (*adaga 12*). De acordo com o mesmo cronista, Nuno Álvares Pereira e a sua hoste de “*trezemos escudeiros*” apresentaram-se nas Cortes de Coimbra de 1385 assim equipados (cf. *adaga 11*). O mesmo fizeram outros cavaleiros que, como nos conta o autor da *Crónica do Condestabre* (secundado por Fernão Lopes, que a ele foi beber a informação), participaram nas conversações de paz entre Portugal e Castela:

“E o cõde estabre hya emçima de huũ cauallo [...] com cota e bracaães: e huũa jaqueta preta vestida. E hũ arnes de pernas de malha so huũas botas: e huũ

cuytello solto na çinta. E o bispo e gonçallo aũs dabreu. E pedreaũs lobato q[ue] ueue auia de hijr de sua parte asy com cotas e bracaães: e mais cincoõta antre caualleyros e escudeiros tâbẽ de cotas e bracaães: e espadas e **dagas**. [...] E da parte de castella vijnha o meestre: e ruy lopez: e diego fernandez marichal de castella: e huũ caualleyro da hordem de santiago com cotas e bracaães e espadas todos. E os cincoenta caualleyros e escudeiros com cotas e bracaães: e espadas e **daguas**” (*adaga 3*; cf. *adaga 16*).

Já em meados do século xv, apesar de “*haver poucas referências a armas brancas*” no arsenal régio de Lisboa, “*as que há dizem quase todas respeito a dagas*” (MONTEIRO, J. G., 2001, pp. 32, 47 e 48), sinal de que o seu valor militar não era menosprezado. Na verdade, ainda hoje os equipamentos militares não dispensam, em muitos casos, armas brancas.

Em contexto da guerra de cerco, empunhar uma adaga e bater com ela no muro ou na porta do inimigo sitiado era um gesto simbólico de desafio. Este gesto foi executado durante o cerco de Alenquer, em 1384. Aires Gomes, que se encontrava do lado dos sitiados (comandados pelo Mestre de Avis), “*come vallemte homem darmas, emtrou pella porta da barreira, a maaõ seu grado de quamtos demtro eram, e cbegou açerca da porta da villa; e deu por façanha tres ou quatro vezes com a daga na parede do muro*” (*adaga 10*). O mesmo fez Antão Vasques, que participou no cerco a Coira, em Junho de 1386. Para “*mostrar ardidez [..] cbegou tam preto do muro [..] que deu com a dagaa em elle aquellas vezes que quis*”. Porquê uma adaga e não uma outra arma? Fernão Lopes, muito significativamente, não quis deixar de explicar essa opção. O objectivo não era, naturalmente, danificar o muro, já que para isso a adaga “*tam pouco prestaua [..] mas porque a daga o fazia mais juntar que outra cousa*” (*adaga 13*). Era, pois, um gesto extremo de desafio – chegar o mais perto possível do muro inimigo e *feri-lo* com a arma que mais proximidade exige para ser eficaz.

Em combate, o combatente poderia ainda empunhar a espada com uma das mãos e a adaga com a outra, como fez o castelhano Diogo Lopez de Angul, genro de Pero Lopez de Ayalla, em 1397, antes de ser capturado pelas forças anglo-lusas que avançavam de Salamanca para Ciudad Rodrigo. Perante a proximidade dos inimigos, conta Fernão Lopes que “*saltou aquell Diogo Lopez em terra com sua darga e espada na mão, e assy foy tomado*” (*adaga 14*). António de Moraes Silva sublinhou

precisamente esse uso simultâneo ao descrever a adaga como uma “*arma curta, pontaguda, como punhal, que se trazia á cinta, da parte opposta a onde vinha a espada; [e] della se servião tambem os que jogavão a espada*” (SILVA, 1831, p. 35).

As adagas são, como vemos, armas que compõem o equipamento de um cavaleiro, e que estão presentes em momentos com valor cerimonial ou diplomático (quando a segurança o permite) e em situações de conflito. No entanto, as adagas surgem-nos sobretudo como armas usadas para resolver contendas individuais, desde rixas a tentativas de assassinato. Ainda dentro de um cenário de guerra, durante o cerco de Badajoz (1396), Gonçalo Eanes ameaçou degolar a mulher do guarda da porta da povoação com uma adaga ou um punhal, para que esta não pudesse dar o alarme:

“Entam lhe lançou (elle) mão da garganta rijo, de guyssa que a fez poussar ante sy. E disse logo ao seu homem: *Trazes tu punhal ou daga?* – *Sy trago*, disse elle. *Pois degolla esta puta; nam braade*” (*adaga 15*).

Além de ser usada para cortar e degolar (cf. *adaga 1*), a adaga era usada também para perfurar e estoquear. O aio de D. Álvaro de Sousa relatou ao rei de Castela a morte de um seu criado, numa rixa. Este estava a “*jugar as tavolas com bum Castelão*”. Na discussão que se seguiu, “*o Castelbano com menemcoja tirou huma adagua que trazia e deu a meu crjado pelos peitos e cayo morto em terra*” (*adaga 2*). Mesmo os cavaleiros equipados com o seu arnês não estavam imunes às adagas, que poderiam ser utilizadas para perfurarem através das aberturas existentes nas articulações das peças e na viseira do bacinete.

Também entre a nobreza a adaga era chamada para resolver diferendos e eliminar adversários ou obstáculos políticos a determinadas ambições. É a arma dos agressores e dos assassinos e é o último e desesperado recurso dos que tentam defender-se. Fernão Lopes dá-nos duas versões do assassinato de D. Pedro de Castela por D. Henrique de Trastâmara, mas em ambas a adaga é usada no momento da luta entre os dois irmãos. Na primeira versão, D. Henrique “*lbe deu com hũa daga pello rrosto*”, derrubando-o, para de seguida o ferir “*d’outras feridas*” e o matar (*adaga 4*). Na segunda versão, D. Pedro, vendo-se “*em poder de seu irmãoo [...] e como homem de gram coraçam quisera-lbe dar com hũa daga que lbe ja tomada tiinbam*” (*adaga 5*). O mesmo cronista conta-nos que,

porque o Infante D. João se recusava a reconhecer Leonor Teles como rainha, “*el-rrei dom Fernando lbe quisera dar com bñua daga*” (adaga 6).

b) Agomia

A agomia era um punhal utilizado pelos muçulmanos do Norte de África. Apenas encontramos três referências à sua utilização e em todas elas o cenário da acção é o Norte de África, em acções ligadas à guerra e ao combate corpo-a-corpo. Aquando da tentativa frustrada de tomar Tânger aos muçulmanos, estes propuseram aos Portugueses (já derrotados) trocar Ceuta pela hipótese de retirarem com vida (e, obviamente, desarmados). Porém, conta-nos Rui de Pina que aqueles muçulmanos que não eram “*vizinhos, nã comarquaaõs a Cepta [...] remeterom logo ao pallanque*” onde estavam os Portugueses e “*o combaterom muy afrontadamente*”, forçando a entrada na área que era da responsabilidade do Infante D. Fernando, deixando quem lá se encontrava “*em muy pequena ventura; porque tanto se chegavam, que leyxando as armas mais leves, pellejavam com as agumias, e terçados*” (agomia 1). Combatem, portanto, corpo-a-corpo, os Portugueses com terçados e os seus inimigos com as agomias.

Na segunda passagem, desta vez retirada da *Crónica de D. Duarte de Meneses*, a agomia é utilizada por um muçulmano que se encontrava a ser perseguido por Portugueses e se atirou a um rio “*enganado com aquella sandya speranza com que neste mundo nacera. ou per uentura temendo a asperaza do catiueyro*”. Já nas águas, andava “*nadando de huma parte pera a outra [...] com huma agumya na mão*” mantendo, dessa forma, os Portugueses à distância, com excepção de um “*buum beesteyro que moraua em Montargil*”, que o matou com um punhal (agomia 2). Desta descrição se retira outra característica desta arma, a sua leveza. A facilidade com que ela é usada dentro de água é disso testemunha.

Além de pequena e leve, as agomias e as restantes *armas civis*, eram facilmente dissimuladas no vestuário. Daí a sua utilização, como já vimos, em homicídios e em rixas pessoais. Gomes Eanes de Zurara, na última referência que nos dá das agomias, oferece um bom exemplo dessa qualidade. Em Alcácer-Ceguer, um Português chamado Luís de Sousa avistou um “*negro pero homem de uallor segundo parecia seus corregimentos*”, ocultado “*em huma mouta*”, que envergava

uma touca “*a que elles antre ssy chamam fota*”. Esta peça de vestuário aguçou a cobiça de Luís de Sousa, que a exigiu ao muçulmano:

“E o mouro tendeo a ponte della. dizendolhe per seu arauigo que a tomasse E em Luis de sousa querendo tomar o que lhe o mouro apresentaua tendeo a outra mão a [sic] arrebatouho pello collo do braço e deu com elle em terra e com huma **gomya** que tijna scondida na manga da marlota começou de o feryr e aos braados que o outro daua acudyram dom Dyego de castro e Fernam matella. e outro scudeyro que se chamaua Vasco nayo” (*agomia 3*).

c) Punhal

O punhal é em tudo semelhante à adaga, embora seja mais curto e mais estreito que esta (cf. MONTEIRO, J. G., 1998, p. 538). Através das sete referências encontradas, sabemos que se tratava de uma peça assumidamente de uso militar. Em 1384, é utilizada numa pequena refrega entre Castelhanos e os homens de Nun’Álvares Pereira. Na hoste castelhana vinham, para além de cavaleiros e besteiros, “cêto homens de pee boõs almogaueres dandaluzia cõ boõas lanças e dardos e punhaães” (*punbal 1*; cf. *punbal 3*). A partir das palavras de Fernão Lopes, sabemos que era uma arma usada para degolar o inimigo – recordemos a citação relacionada com o cerco a Badajoz, referida anteriormente (cf. *punbal 4*; *adaga 15*). Sabemos também que era uma arma pontiaguda. Em 1398, um escudeiro enviado pelo condestável ao arraial castelhano utilizou as seguintes palavras, que nos comprovam essa característica morfológica:

“uos fezeistes tanto dapno e mal na frontaria que o Comde meu Senhor ha em sua goarda, que não seria cobrado por grão preço. Ca nam leixastes coussa alguma aos moradores della que todo nam fosse roubado, saluo as lamças e os **punhaees** com as pontas agudas com que vos todos vem buscar pera (a)ver dello emmenda” (*punbal 5*).

Assim sendo, os golpes de punhal não eram desferidos apenas com recurso à lâmina cortante, mas também à ponta afiada. Zurara descreve um episódio

em que o punhal é usado precisamente como arma de estoque, por um cavaleiro português (Pero Borges), envolvido num confronto com três muçulmanos. O primeiro foi eliminado ainda a alguma distância, com “*huma grande lançada*” e o segundo foi ferido e colocado fora de combate, mas o terceiro conseguiu derrubar Pero Borges do seu cavalo:

No chão, “Pero borges auisado do que aprendera em sua mocidade de luyta [...] armoulhe o pee per hum erro que se chama a ssaca linha e deu com elle no chaão mas quesera que o **punhal** com que o querya degollar nom fora muudo onde nom teue outro remedeo senom poerlhe a ponta no corpo e lançarse carregando sobre o punho ataa que o matou. e isto pollo peio das mãaos que tijnha empachadas em teer o mouro” (*punbal* 7).

À semelhança da adaga, o punhal era uma arma adequada para uma cilada. Segundo conta Fernão Lopes, os “*Reposteiros [de D. Juan de Castela] que viinbam deante pera correger a camara homde elRei avia de pousar, quando entrarom dentro em ella acharom dous homes que jaziam escomdidos, e tiinbam suas espadas e punbaaes nas çimtas*” (*punhal* 2). Estes homens acabaram por ser enforcados, mas outros certamente tiveram mais sucesso.

Destas palavras e de alguns dos exemplos referidos, depreendemos igualmente que o punhal era uma arma de utilização generalizada, sobretudo entre as camadas populares e, entre combatentes, era muito popular entre a peonagem, que facilmente se envolveria em combates corpo-a-corpo. Já no combate a cavalo as oportunidades de utilizar um punhal eram escassas. Já na primeira referência vimos peões andaluzes armados de punhais. Também quando relatámos o episódio do muçulmano que se atirou a um curso de água para fugir ao cativoiro, foi referido que este acabou por ser morto com um punhal por um besteiro português (cf. 3.1.1.a; cf. também *punbal* 6; *agomia* 2).

d) Armas de um só gume: almarcovas, bulhões e facas

A faca, tal como o bulhão e a almarcova, são armas brancas com um só gume. A almarcova não é mais do que um facalhão usado por talhantes, transformado

episodicamente num utensílio de agressão por um carnicheiro de Lisboa, chamado Lourencinho, que com ele golpeou a pata de um cavalo, para derrubar a montada e o cavaleiro (cf. *almarcova 1*). É apenas referida neste acontecimento. Também o bulhão nos surge citado apenas num episódio, o do homicídio de D. Maria Teles. O crime, ocorrido em 1379, foi planeado pelo irmão e pelo marido da vítima, João Afonso Telo (Conde de Barcelos) e o Infante D. João (filho de D. Pedro I e D. Inês de Castro), respectivamente. Este último foi o seu autor material, tendo assassinado a mulher usando armamento fornecido pelo cunhado: “*hũa cota muito louçaã e hũu bulhom bem guarnido, a guisa de basalarte, e [...] hũa faca mui fremosa que lhe trouwerom de Ingraterra*” (*bulhão 1*). Foi precisamente com o bulhão que o Infante D. João matou D. Maria Teles (1379), segundo nos relata Fernão Lopes:

“Entom deu hũa gram tirada pella ponta da collcha e derribou-a em terra, [...]; e em aquell derribar que o iffante fez, lhe deu com o **bulhom** que lhe dera seu irmaão d’ella per antre ho ombro e os peitos, acerca do coração; [...]. Oo piedade do mui alto Deus, se entom fora tua mercee de botares aquell cruell cuitello que nom damnara o seu alvo corpo, inocente de tam torpe culpa!” (*bulhão 2*).

Pela descrição do cronista, o bulhão foi usado como arma de estoque, tendo o golpe perfurado a vítima junto ao coração. No seu lamento final, Fernão Lopes chama cutelo à arma do crime, mas não acreditamos que os dois termos sejam sinónimos. Como adiante demonstraremos, o cutelo era usado como arma para *talbar* e decepar (não tinha ponta afiada), enquanto que o bulhão era uma arma de corte e de estoque. Acreditamos que o seu uso nesta passagem procura sobretudo gerar um efeito estilístico, para fazer sobressair a violência do crime cometido (sobre o uso do termo cutelo ligado a metáforas da violência e da guerra, cf. capítulo 3.2.).

É também no episódio da morte de D. Maria Teles (1379), atrás descrito, que surge a única referência à faca (cf. *faca 1*). Trata-se de uma peça importada de Inglaterra e “*mui fremosa*”, logo dotada de adornos e, seguramente, não era uma peça para ser usada em combate. Não deixava, no entanto, de poder ser utilizada para ferir ou matar, ou não teria sido ofertada ao infante D. João nesta ocasião específica.

Como conclusão, podemos dizer que as *armas civis* eram bastante utilizadas, mesmo em situações do cotidiano, pois eram armas baratas. Utilizavam-se com muita eficácia na luta corpo-a-corpo: eram fáceis de dissimular, leves e simples de manejar. O seu uso era tão habitual que não levantaria quaisquer suspeitas, mesmo à vítima mais precavida, já que o porte destas armas percorre todas as camadas sociais. Por todos estes motivos, eram as armas preferidas dos assassinos e de todos os que transformavam as discussões em violentas rixas, até por estarem quase sempre ao alcance da mão. Na sua maioria, eram utilizadas como armas de corte (para degolar por exemplo) e como arma de estoque, para perfurar o oponente. Esta forma de utilização também ajuda a justificar a popularidade destas armas na guerra, uma vez que a evolução das defesas de corpo exigia que os combatentes procurassem as pequenas aberturas que os arneses necessariamente tinham nas axilas, nas virilhas e nas viseiras para golpear o inimigo. Em combates corpo-a-corpo, seriam mesmo mais eficazes do que as espadas ou, em situações de contacto extremo, do que as armas de choque, pela sua menor dimensão e peso.

3.1.2. Espadas

a) Espada, símbolo da guerra

A espada é a rainha das armas: é símbolo de honra e de cavalaria. É também a arma por excelência do combate corpo-a-corpo, tão louvado por cronistas e nobres, que o opõem ao combate mais moderno e *vil*, que se faz à distância, com bestas, engenhos e armas pirobalísticas.

A literatura enfatiza o valor das espadas, especiais e fiéis companheiras dos cavaleiros, dando-lhes um nome, como se fossem também uma personagem: Artur tinha a sua *Excalibur*, Rolando a sua *Durendal*. A espada acompanha o cavaleiro nos seus últimos momentos. No seu leito de morte, Rolando despediu-se da sua espada. E Bertrand du Guesclin, após ditar o seu testamento, pediu que lhe trouxessem a espada e chamassem o Marechal de Sancerre, dizendo-lhe: “*Marechal, deixo a espada de França à sua guarda. É uma boa espada: devolva-a ao rei [...] pois o meu tempo está a chegar ao fim*” (VERNIER, 2003, p. 3).

E mesmo após a morte, a imagem do rei ou do nobre perpetua-se na sua estátua jacente, onde estes figuram muitas vezes segurando precisamente uma espada. Veja-se, a título de exemplo, os jacentes de D. Rodrigo Sanches (Mosteiro de Grijó), de Diogo Lopes Pacheco (Sé de Lisboa) e de D. João I (Mosteiro da Batalha) (cf. figuras 6, 16 e 23 do dossier inonográfico, *in* BARROCA / MONTEIRO / FERNANDES, 2000, pp. 83-100).

Em última análise, a espada é o principal símbolo da guerra e agente da morte em combate (funcionando como verdadeiro sinónimo desta expressão). São inúmeros os exemplos em que o termo é utilizado com este sentido (cf. *espada* 1, 3, 4, 8, 27, 36, 43, 45, 60, 71, 104, entre outras). Citemos dois. O cronista da *Crónica dos Sete Reis*, ao relatar a conquista de Santarém por Afonso Henriques, refere que o monarca apelou à morte de todos os habitantes da cidades, dizendo “*do mayor ate o majs pequeno todos andem a espada*” (*espada* 3). Em 1384, quando os Castelhanos tinham cercado Almada (sobre os motivos e o desenrolar deste cerco, cf. MARTINS, 2011, pp. 321 a 338), um cavaleiro gascão procurava convencer os sitiados a entregarem a vila a D. Juan. Estes, porém, responderam disparando um trom, que matou o cavaleiro. Conta Fernão Lopes que D. Juan “*ouve gram queixume*” e jurou “*que todos aviam de morrer aa espada*” (*espada* 45).

A espada também nos surge como símbolo do poder régio e da justiça. Quando, por volta do ano de 1340, Afonso XI de Castela recebeu a notícia da destruição da frota luso-castelhana, atingida por uma tempestade ao largo de Gibraltar, reuniu o seu conselho nos paços de Sevilha, “*homde mamdou poer sua cadeyra d Estado em bum estrado rico muy tryumfante, e jumto comsyguo huma espada e a coroa reall*”. Nessa reunião, o rei defendeu uma operação militar contra o rei de Marrocos, que ameaçava Tarifa, “*e pera yso lh'es apresentava aquela sua coroa e espada, por tall que a homra da coroa em seu tempo nom myngoase, e a força e poder de sua espada nom se perdese*” (*espada* 13). E quando D. Filipa de Lencastre, nas vésperas da operação de Ceuta, ofereceu uma espada a D. Duarte (o infante herdeiro da Coroa), disse-lhe: “*eu uos dou esta espada, e uos emcomendo, que uos seia espada de justiça pera rregerdes os grandes e os pequenos destes rregnos*” (*espada* 80).

Os gestos que rodeiam a espada também são interessantes de analisar. Representando a guerra e a força, é compreensível que o seu porte ou manuseamento possam ser usados para intimidar ou para desafiar. Em 1384, a frota que

partira do Porto em auxílio das forças do Mestre de Avis, sitiadas em Lisboa, aproximou-se desta cidade. Tendo conhecimento dessa chegada,

“[...] toda a chulma das gallees [castelhanas] se levamtou em pee, e esgremiam **espadas** nuas e outras armas, damdo muitos apupos e allaridos, e faxemdo grãdes allegrias, cuidamdo que em outro dia aviam de veemçer a frota” (*espada* 43).

O esgrimir de espadas desembainhadas, juntamente com os apupos e alaridos, mostrava a agressividade e a confiança que as forças castelhanas tinham em relação à vitória nos confrontos que se avizinhavam. Gesto semelhante tem um “*bũu pilliteiro, que avia nome Domingu’Eanes*”, que ao ouvir ser alçado pendão por D. Beatriz, em 1383, “*lançou bũua espada fora; e como aquell fez assi fezerom todollos outros, dizendo que matassem o alcaide*” de Santarém (*espada* 30).

A presença de uma espada desembainhada era ameaçadora. Talvez por esse motivo, o Mestre de Avis e os vinte cavaleiros que o acompanharam na demanda que levaria ao assassinato do Conde de Andeiro entraram no Paço com “*cotas e braçaaes e espadas çimtas*” (*espada* 32) e só após o primeiro golpe, desferido pelo Mestre com um “*cuitello comprido*”, os “*outros [...] lamçarom [...] as espadas fora pera lbe dar*” (*espada* 33).

Nem sempre era necessário desembainhar a espada para se fazer uma ameaça. Por vezes bastava a presença dessa arma ou colocar a mão nela. Em Dezembro de 1383, perante as indecisões de muitos dos “*homrados cidadãos*” de Lisboa em apoiar o partido do Mestre de Avis, “*buũ tenoeiro que chamavom Affõmsso Anes Penedo, [...] veemdo que nebuũ nom fallava dos [...] que eram presemtes, começou de sse passear amdamdo; e pos a mão em huũa espada, que tiinha çimta*”, para exigir, de seguida, união em torno de D. João. Como o seu discurso não parecia estar a ter os efeitos que pretendia, repetiu o gesto e verbalizou a ameaça:

“[...] pos a mão na **espada** outra vez, e disse comtra aquelles a que sse fazia tall rrequerimento: [...] *Querees vos outorgar o que vos dizem? ou dizee que nom querees, ca eu em esta cousa nom tenbo mais aventuirado que esta gargamta; e quem isto nom quiser outorgar, logo ha mester que o pague pella sua, amte que daqui saya*” (*espada* 34).

Em 1385, Nuno Álvares Pereira apresentou-se, nas Cortes de Coimbra, acompanhado por cerca de “*trezentos escudeiros, com cotas e braçaaes e espadas çimtas, e dagas*”, possivelmente para intimidar o “*Meestre Martim Vaasquez e seus irmãaos e outros fidallgos com elles*”, com quem Nuno Álvares tinha discutido anteriormente. O gesto “*ao Meestre pesou muito em sua voomtade, rreçeamdo o que sse podia amtrelles seguir, porque os viia desaviimdos*” (*espada 53*).

Oferecer uma espada era uma forma de se lançar um desafio a um inimigo. Tendo jurado vingar a morte do Mestre de Alcântara, caído em Atoleiros, o rei castelhano incumbiu Pero Rodriguez Sarmiento, Adiantado-Mor da Galiza, de capturar Nuno Álvares Pereira. Pero Rodriguez Sarmiento desafiou Nuno Álvares para um combate, enviando-lhe uma “*carta mui desmesurada*” e uma espada de armas. Nuno Álvares “*tomou a espada e açeptou a desafiaçom*” (*espada 47*). Forma subtil de desafio foi a oferta de uma espada do Mestre de Santiago ao escudeiro que Nuno Álvares Pereira enviara ao arraial castelhano em 1398, “*pellas boas nouas*” que este escudeiro lhe trouxera “*da batalha que tem prestes*” (cf. *espada 67*).

b) tipos de espada:

espadas de mão e espadas de armas, estoques e terçados

Miguel Sanches de Baêna aponta três tipos de espada como os que mais se divulgaram a partir do reinado de D. Dinis, coincidindo com o desenvolvimento das defesas corporais: espada cinta, espada de armas e espada de armas de duas mãos. A estes três tipos de espadas acrescentamos um modelo mais tardio, o terçado.

Para o referido autor, a espada cinta seria uma “*espada ligeira usada à cintura do lado esquerdo e só em tempo de guerra*” (BAÊNA, 2001, p. 66). São várias as referências que as crónicas fazem a estas espadas empunhadas com apenas uma das mãos (cf. *espada 7, 10, 16, e 99*) e que eram transportadas à cinta pelo próprio guerreiro (cf. *espada 23, 32, 34, 37, 46, 53, 57, 66, 70, 90, 91, 96, e 97*). Segundo Mário Jorge Barroca, estas espadas teriam, no máximo, um comprimento de 110-115 cm (BARROCA / MONTEIRO / FERNANDES, 2000, p. 338). Baêna, por seu lado, aponta para dimensões máximas ligeiramente mais reduzidas:

80 a 90 cm e, no caso dos estoques, 110 cm (BAÊNA, 2001, p. 70). Os valores das espadas completas que figuram no catálogo da exposição de Palmela (BARROCA / MONTEIRO / FERNANDES, 2000) ficam, curiosamente, entre os dois limites apontados: a peça 49, datando do século XIV-XV, mede 91 cm de comprimento; a peça 53, uma espada de guardas portuguesa de XV-XVI mede 97 cm; e outra espada de guardas (peça 54), de finais do século XV, mede 96,2 cm – excluimos desta análise a espada dita de D. Afonso Henriques, por se tratar, de acordo com Mário Jorge Barroca, de “*uma cópia executada no último quartel do Século XVI ou na primeira metade do Século XVII*”. Este exemplar era, para mais, “*uma peça cenográfica, destinada a ficar suspensa sobre o cenotáfio de D. Afonso Henriques*”, não sendo, portanto, “*uma arma criada para ter serventia*” (BARROCA / MONTEIRO / FERNANDES, 2000, pp. 334-335).

As dimensões destas espadas, bem como o seu peso (as três peças referidas oscilam entre os 705 g e os 847 g) permitiam quer o manuseamento com um só braço, quer o seu transporte à cintura. Ocupando apenas uma das mãos, o uso destas espadas libertava a outra mão para empunhar o escudo ou uma outra arma, como, por exemplo, a adaga (cf. *espada 64*).

As espadas de armas seriam ligeiramente maiores e mais pesadas do que as espadas de mão ou espadas cintas e eram designadas também por estoques (cf. BAÊNA, 2001, p. 67). Fernão Lopes, numa riquíssima passagem, confirma-nos este dado:

“E leixadas as lamças das mãos, que a huuns e a outros pouco nojo fez, e jazendo huum grande vallo dellas amtre huuma aaz e outra, veherom aas fchas e **espadas darmas**, nam desta grandeza do tempo daguora, mas tamanhas como **espadas** de mão grossas e estreitas, e chamauam-lhe **estoques**” (*espada 59*).

A passagem citada retrata parte da batalha de Aljubarrota, ocorrida, como se sabe, em 1385. Porém, o cronista escreveu estas palavras em meados do século seguinte. E essa distância temporal permitiu-lhe compartilhar connosco a evolução verificada nas espadas. Assim, apercebemo-nos de que, entre 1385 e o momento de redacção da crónica (numa data situada entre 1434 e 1449), as espadas de armas aumentaram de tamanho. Em 1385, uma espada de armas mediria o mesmo que uma espada de mão mede no século seguinte. Como já

referimos anteriormente, uma espada de mão datada do século xv-xvi mediria entre 95 e 100 cm. Ora, a *espada de D. João I*, que figura no já referido catálogo de Palmela (peça 52) e que data dos séculos xix-xv, sendo contemporânea da batalha de Aljubarrota, tem 112 cm de comprimento. Confirma-se assim a afirmação de Fernão Lopes. A espada de armas (ou estoque) de D. João I mede praticamente o mesmo que uma espada de mão criada meia centúria ou uma centúria mais tarde.

Naturalmente, a denominação de estoque não é inocente. Recordemos que, desde o século xiii, com a evolução das armas defensivas, o uso da espada evoluiu de uma função de corte para uma função de estoque (cf. MONTEIRO, J. G., 1998, p. 540). Fernão Lopes (novamente) assinala a utilização de “*espadas bramcas mujito cortadores, segumdo busamça daquell tempo*” num torneio realizado em véspera de S. João, antes da partida da armada que deveria auxiliar as forças do Mestre de Avis na defesa de Lisboa, cercada pelos Castelhanos em 1384 (*espada 42*). Mais uma vez, as palavras de Fernão Lopes são um excelente indicador da evolução que o uso das espadas sofreu ao longo do tempo, pois mostram como a função de corte, habitual em 1384, era já vista como uma prática caída em desuso em meados do século seguinte.

Esta evolução foi forçada pela evolução das armas defensivas, nomeadamente pelo desenvolvimento do arnês metálico. Como escreveu Mário Jorge Barroca, “*as espadas cortantes, de lâminas largas e gumes paralelos, criadas para cortar a direito, revelavam-se armas mal adaptadas para as novas funções que lhes eram requeridas*”, pois mostravam-se incapazes de vencer o arnês, deflectindo na sua superfície arredondada, sem o quebrar nem ferir o seu utilizador. Tornou-se, portanto, necessário adaptar a morfologia das espadas e alterar o seu modo de utilização, como assinala o referido autor:

“A evolução, encetada a partir dos finais do século xiv, foi no sentido de tornar a lâmina mais afilada, dotada de gumes rectos mas convergentes para um vértice pontiagudo. Era com esta espada, concebida para ser usada como estoque, espetando e perfurando, que se procurava alcançar as junções das placas do arnês. Devia, por isso, ser manejada com destreza e, nesse sentido, a lâmina tornou-se não só mais afilada como mais leve, exigindo menos esforço de punho” (BARROCA, 2000, p. 70).

Para decepar ou provocar um corte no adversário, o combatente tinha de o atingir com a lâmina, uma grande superfície de embate. A força era um factor mais determinante do que a destreza do golpe. Para usar a espada como estoque, o guerreiro tinha de ser mais preciso, pois teria de atingir o adversário com a ponta da espada, nos espaços mais frágeis da estrutura defensiva do arnés. Necessitava, portanto, de manejar a espada com maior precisão (cf. BAËNA, 2001, p. 67). Por todas estas razões, o uso do estoque foi defendido por D. Fernando aquando da reforma que elaborou em relação ao armamento (cf. *estoque* 1).

A função de corte, no entanto, não se perdeu, como o comprovam quatro referências feitas nas crónicas (cf. *espada* 25, 28, 42 e 90). Na primeira, Fernão Lopes elogia D. Fernando, dizendo que este “*cortava muito com hũa espada*”. Na segunda, o mesmo cronista descreve atrocidades cometidas pelos mercenários ingleses sobre a população. Quando entraram em casa de um homem chamado João Vicente, onde este estava “*de noite na cama com sua molher e hũu seu filho pequeno [...] a madre com temor d’elles pôs a criança ante ssi polla nom ferirem, e nos braços d’ella a cortarom per meyo com hũa espada, que era cruell cousa de veer a todos*” (*espada* 28). A terceira referência foi já citada anteriormente, e assinala a presença de “*espadas bramcas mujito cortadores, segundo busamça daquell tempo*” num torneio de 1384 (*espada* 42). Na última referência, Zurara conta que, na véspera da conquista de Ceuta, alguns Portugueses que estavam na frota preparavam-se para o confronto desembainhando a espada e dizendo “*Aa [...] boã espada, que quamdo Deos queria soyees uos a cortar per çima das solbas e das cotas*” (*espada* 90).

A espada de duas mãos, também denominada de *montante*, é “*uma arma de grande dimensão que estava destinada a ser manuseada com as duas mãos*”, podendo, de acordo com Mário Barroca, ultrapassar “*com regularidade os 150 cm de comprimento*” (BARROCA / MONTEIRO / FERNANDES, 2000, p. 338). Para além do seu tamanho, distingue-se dos outros modelos por apresentar um ricasso (ou ricasso) junto das guardas. O ricasso é a “*parte superior da lâmina sem gume*”, o que permite que o guerreiro possa colocar aí uma das mãos, para que utilize a espada “*como lança, ou aparar golpes à laia de varapau*” (BAËNA, 2001, p. 70).

Miguel Sanches de Baêna considera a espada de armas de duas mãos como “*uma arma inédita [...] e que fez a sua aparição no nosso país durante as*

guerras da independência” travadas no final do século XIV (*ibidem*). Efectivamente, os modelos apresentados por Cameron Stone datam todos de meados do século XVI, não fazendo este autor referência a datas anteriores (cf. STONE, 1999, pp. 642 e 643) e o montante representado no catálogo de Palmela (peça 56), de proveniência desconhecida, data dos séculos XV-XVI. Por fim, a designação de montante não surge em qualquer das crónicas analisadas para este estudo. Estes elementos parecem apontar para um nascimento tardio da referida arma. A única referência expressa a uma espada de duas mãos é feita por Fernão Lopes. Conta o cronista que Pero Sarmiento enviou, em 1384, a Nuno Álvares Pereira “*buña espada darmas, de duas mãos*” como desafio para um confronto (*espada* 47). Numa outra passagem, Fernão Lopes refere-se a esta mesma espada como “*espada darmas*” (*espada* 49), referindo que era transportada pelo pagem de Nuno Álvares Pereira, um sinal claro da envergadura da dita arma. Para além desta forma de transporte, os montantes “*dadas as suas dimensões, eram transportados suspensos da sela*” e eram utilizados por “*cavaleiros, em combate montado*” (BARROCA / MONTEIRO / FERNANDES, 2000, p. 338).

Há uma notícia, nas crónicas analisadas, da presença de uma correia ou *cadeia* que prendia a espada quando o guerreiro combatia a cavalo, para evitar a sua perda, no caso de ser largada:

“E Mem Monjz [...], que ja estaua açerqua do pendom, [...] foy juntar com ho alferes que o tinha, e deulhe taes duas ferjdas da **espada**, que bem pareço a D. Mem Monjz, que ele era desapoderado. E deshy leyxou cajar a **espada** que trazia dependurada per huma cadea, e trauou em ele, e deu com ele e com ho pendom em terra” (*espada* 6).

Esta prática teria as suas vantagens e evitaria situações embaraçosas como esta, que viveu Afonso da Cunha:

“em Jndo Affonso da cunha no encalço dos mouros lhe cayu a **espada** da mão. E braadou a huum mouro que hya fogindo ante elle que lha tornasse a dar. E ou aquelle mouro sabya a nossa linguagem ou o entendeo pello aceno. tornou tam prestes como se uyuera com elle e aleuantouha do chão e deulha. mas

Affonso da cunha husando como nobre homem que era. por aquella humildade que o mouro mostrara deulhe aazo como sse saluasse leuandoo consygo ataa que o pos em lugar seguro” (*espada 99*).

Outras referências podem associar-se às espadas de duas mãos. Podemos afirmar com segurança que Gonçalo Vasques utilizou um montante em 1387 contra forças franco-castelhanas que atacaram a hoste anglo-lusa que se encontrava em marcha, nas proximidades de Ciudad Rodrigo. De acordo com a descrição de Fernão Lopes, o referido cavaleiro investiu contra “*alguuns castellaãos [que] se queriam ademat*” usando “*buuma espada darmas soo o braço, e bia a elles*” (*espada 65*). Esta prática terá sido, aliás, comum entre a cavalaria do século XIV. Miguel Sanches de Baêna refere a existência de “*ilustrações contemporâneas (datadas de 1309) que mostram cavaleiros carregando com as espadas em riste à laia de lanças*” (BAÊNA, 2001, pp. 70-71).

O montante representado no catálogo de Palmela (peça 56), datado dos séculos XV-XVI, apresentava 165 cm de comprimento, pesando 3963 g, um valor quase cinco vezes superior ao peso das espadas de mão referidas (respectivamente 705 g e 847 g) (BARROCA / MONTEIRO / FERNANDES, 2000, pp. 337 e 338). O crescimento das espadas demonstra, como já referimos, que se procurava aumentar o poder destas armas, para enfrentar as (cada vez mais) resistentes armaduras.

O quarto tipo de espada encontrado nas crónicas foi o *terçado*. Trata-se de uma espada mais curta e mais leve do que a espada de mão. O seu comprimento seria equivalente a dois terços de uma espada, tendo daí retirado o seu nome (cf. MACHADO, 1995, vol. V, p. 291). Esta arma é referida apenas em acontecimentos ocorridos no Norte de África, pelo que poderemos estar na presença de uma arma relativamente recente. De certo modo, o contexto africano pode ter levado a uma maior procura de armas mais leves. O calor tinha forçado um aligeirar das armas defensivas e as pesadas espadas de armas deixaram também de ser tão funcionais. O seu peso torná-las-ia insustentáveis para guerreiros submetidos a temperaturas mais elevadas. Espadas mais leves podiam então reaparecer, pois não só eram mais fáceis de manipular, como voltaram a ser eficazes contra defesas de corpo mais simples.

c) Morfologia

Em termos da morfologia destas armas, as fontes analisadas não nos dão muitas informações. Apenas confirmam o que sabemos a partir de fontes iconográficas e arqueológicas. A espada era então constituída por um punho metálico revestido de couro ou de tecido e finalizado por um pomo – ou *maçã*, como escreveu o autor da *Crónica dos Sete Primeiros Reis* (cf. *espada 2*) – de formato geralmente discoidal, que tinha uma função equilibradora e também ofensiva (quando necessário). Em algumas armas régias (da Primeira Dinastia), os pomos poderiam apresentar cinco escudos e “*em cadabum escudo V dinbeyros em aspa*”, em memória da vitória de Ourique (*espada 2*). Na extremidade do pomo surge um pequeno botão esférico. Entre o punho e a lâmina, existe uma guarda, que tem por finalidade proteger a mão do guerreiro. No caso português, até à segunda metade do século xv, estas guardas seriam, tendencialmente, rectas. A partir dessa data, começariam então a dominar as guardas com configuração de dupla voluta (cf. MONTEIRO, J. G., 1998, p. 540; observem-se ainda as peças 49 a 56, in BARROCA / MONTEIRO / FERNANDES, 2000). Completava a espada uma folha ou lâmina de ferro, geralmente (no século xiv português) com dois gumes e tendencialmente mais estreita e aguçada na ponta, de modo a perfurar as protecções corporais do inimigo (aproveitando, como vimos atrás, sobretudo as zonas de articulações, muito frágeis, mesmo nos arneses). Esta folha é dotada de um sangradouro (cf. MONTEIRO, J. G., 1998, p. 540).

Muitas espadas tinham adornos que as embelezavam e conferiam um estatuto mais singular e cerimonial. A literatura, para valorizar ainda mais determinadas armas, dava delas uma descrição que as aparentava a um verdadeiro tesouro. Como refere Richard Vernier, nas mãos de Rolando “*elmos e selas estão habitualmente adornadas com pedras preciosas e ouro e todas as espadas têm o seu punho dourado e o seu pomo de cristal*” (VERNIER, 2003, p. 30). Quando quis desafiar Nun’Álvares Pereira, antes da batalha de Aljubarrota, D. João Telo enviou-lhe uma espada de armas guarnida (cf. *espada 58*). As espadas oferecidas por Filipa de Lencastre aos filhos (antes da partida para Ceuta), para serem utilizadas no cerimonial de investidura, estavam adornadas “*muy rricamente douro e daliofar e de pedras preciosas*” (*espada 75*).

Em 1384, foram dadas “*espadas e çimtas guarnidas*”, entre outros objectos e dinheiro, para pagar o resgate de Gil Fernandes de Elvas, alcaide do Alandroal, preso pelo alcaide de Campo Maior (*espada 39*). À riqueza da espada corresponderia, portanto, idêntica riqueza da sua bainha. E uma vez que, como já referimos anteriormente, a forma mais habitual de transportar a espada e de a guardar era numa bainha – Nun’Álvares Pereira trazia “*sempre espada cinta [...] salvo quando ouuya mjssa*” (*espada 57*), escreveu Fernão Lopes – deveriam ser numerosas as cintas adornadas, à semelhança das bainhas das adagas e punhais. E tal como estas, também deveriam ser em couro e ter uma ponteira metálica (cf. peças 60 a 46 in BARROCA / MONTEIRO / FERNANDES, 2000, pp. 341 a 345; cf. ainda Mário Jorge Barroca, *ibidem*).

As espadas adornadas eram um bem bastante cobiçado como despojos de guerra. D. Afonso IV, após a vitória na batalha do Salado, afirmou ter combatido pela glória de Deus e pela sua honra, querendo como despojos “*ho Jfamte, filho delRey de Sujulmeça, que ele catiuara, e as bamdeyras dos Mouros que ele tomara [...] E com yso tomou mais çertas espadas das riquas, e algumas cousas outras pouquas pera quaualos*” (*espada 14*). Numa peleja realizada após o cerco de Alcácer-Ceguer, os homens de D. Duarte de Meneses vencem os muçulmanos e tomam “*xx. caualllos com outros muytos arreos de grande uallor .s. spadas terçados sellas freos dargas roupas. todo cousas specyaaes. por que nom soamente em aquellas que parecyam de fora. mas ainda nos ferros das cilbas eram achados lauores de prata*” (*espada 102*). Também Nun’Álvares Pereira não resistiu à visão de “*bũa espada muyto limpa e bem guarnida de seus garnimêtos*” que avistou à porta de um alfageme de Santarém, a ponto de lhe pedir se este “*lhe corregeria asy huña sua*” (*espada 17*).

d) Utilização

A espada era usada em várias situações. O combate corpo-a-corpo fazia-se em batalhas, mas também em simples refregas ou em determinados momentos de um cerco. Tal como as adagas e outras armas brancas, também as espadas eram utilizadas em emboscadas e tentativas de assassinato. Dois homens que “*jaziam escondidos*” com o objectivo de matar o rei D. Juan, foram encontrados

com “*suas espadas e punbaaes nas çimtas*” (*espada 37*). Parte dos homens que acompanharam o Mestre de Avis com o objectivo de matar o Conde de Andeiro traziam “*braçaaes e espadas çimtas*” (*espada 32*) e quando D. João atingiu o Conde com o seu cutelo, estes homens “*lançarom logo as espadas fora pera lhe dar*”. O golpe que finalmente o matou foi dado com “*buũ estoque darmas*”, por Rui Pereira (*espada 33*).

Por fim, fora do contexto de luta, a espada era utilizada nas cerimónias em que guerreiros recebiam o grau de cavaleiro.

As espadas eram usadas, como foi dito, em situações que geravam combates corpo-a-corpo. É referida a sua presença em cercos, mas só no momento em que a muralha é vencida e há contacto directo entre sitiantes e sitiados, ou quando estes organizam surtidas. No cerco de Silves, levado a cabo por Sancho I, os Portugueses colocaram a escada para escalar as muralhas “*e o que ya diante, leuaua a espada na mão, pera ferjr ao primeyro que achase, e asy cada hum dos outros. E como cbegou a syma, loguo matou o primeyro que veyo a ele, e saltou demtrro no murro, e os outrros apos ele*” (*espada 7*). As batalhas e pequenas lutas entre grupos de guerreiros são, por isso, os principais momentos em que a vemos actuar (cf. *espada 5, 6, 9, 15, 16, 26, 29, 38, 59, 100 e 102*). Lutando contra muçulmanos nas proximidades de Sevilha, o futuro Sancho I “*beem ferja de espada e de lança per ondequer que ya*” (*espada 5*).

Sublinhe-se, ainda, o uso da espada nos “*feitos de armas*”. Esta era, para João Gouveia Monteiro, a “*arma-rainha nestes combates*”, embora também se pudessem disputar com lanças e armas de choque (cf. MONTEIRO, J. G., 1998, p. 432 e 433). Os “*feitos de armas*” tornaram-se comuns a partir da segunda metade do século XIV e consistiam “*habitualmente de desafios para combates singulares ou em pequenas equipas [...], a cavalo ou a pé*” (MONTEIRO, J. G., 1998, p. 432). Foi precisamente num combate desta natureza que se envolveram Gonçalo Rodrigues e Martim Gil (Castela: cerca de 1336):

“E semdo ambos juntos a pee, armados de todas armas, começaram de se feryr muy duramente. E sem muyta tardança Guomçalo Rodriguez per força de sua **espada** fez sair do campo a Martym Gyll, e no encallço lhe deu per çyma do elmo tam grande guollpe, que deu com ele morto em tera e fycamdolhe na mão a **espada** mea quebrada” (*espada 10*).

As espadas tinham também o seu papel nos *torneios*. Os torneios disputavam-se a cavalo, entre duas equipas. Inicialmente usava-se a lança, mas depois entravam em cena as armas para a luta corpo-a-corpo – a espada e as armas de choque (cf. MONTEIRO, J. G., 1998, p. 419). Nos torneios, apesar da violência inerente a esta actividade, “*a ocorrência de mortes era até muito lamentada*” (MONTEIRO, J. G., 1998, p. 420) pelo que se podiam utilizar *espadas rombas*, para evitar ferimentos demasiado graves. No entanto, mesmo nessas condições os danos feitos no inimigo poderiam ser bastante grandes, não pelo efeito de corte ou da estocada, mas pelo choque da arma sobre o corpo. Num torneio organizado na mesma ocasião do “feito de armas” anteriormente referido, o dito Gonçalo Rodrigues “*deu huma cutelada pelo braço direyto [de um oponente], tão grande que lhe quebrou oços dentro. E certo todo fora corto, se a espada não fora bota, segundo a emção trouuera, em aquel torneyo*” (*espada 11*).

Tal como em todas as armas, a eficácia dos golpes de espada dependia da destreza e força do utilizador, e da resistência do equipamento defensivo do inimigo. Para além dos citados anteriormente, há vários relatos de golpes mortais nas crónicas analisadas, interessantes a título descritivo. Durante uma perseguição (ocorrida no contexto do cerco de Guimarães, liderado pelo Mestre de Avis), um escudeiro voltou-se para ver quem cavalgava no seu encalço e Afonso Lourenço, que o perseguia, “*lhe deu humm tall golpe, de que logo cayo morto*” (*espada 54*). Em Ceuta, a espada de D. Duarte “*foy muitas uezes banhada em sangue. Ca aquelle que elle açertaua amte ssey com o primeiro gollpe, nom auia espaço desperar o segumdo. e taaes hi auia. que alli achauam a sua derradeira ora*” (*espada 92*).

Em combate, a espada muitas vezes entrava em cena a seguir à lança, como vimos acontecer nos torneios. Tal facto é facilmente entendido. Enquanto os inimigos se encontravam relativamente afastados, a lança era a arma ideal para se tentarem ferir. Mas quando o combate passava a ser feito corpo-a-corpo, a lança perdia parte da sua eficácia, uma vez que se tornava pouco operacional. Entravam então em cena as armas que vimos serem as indicadas para o combate corpo-a-corpo: as armas de choque e as armas brancas, entre estas últimas a espada. Quando os dois exércitos que lutavam em Nájera (1367) se aproximaram um do outro “*cabirom as lanças a todos, e começaram de sse ferir aas espadas e achas e porras*” (*espada 26*). Outra das razões que

justificava esta mudança de armamento era o facto de as lanças se quebrarem muito facilmente:

“[Nuno Álvares Pereira] adereçou seu cauallo e [...] o ferio rriigamente das esporas: e lâçouse antre elles na mayor espessura hõde estariã jütos ataa duzêtos e çinquoêta homens darmas: nõ o seguïdo nêhuũ dos seus. E como se asy antre elles lâçou: q[ue] fez da lâça o primeiro encõtro q[ue]lbrou sua lâça e mete maõ a **espada** cõ q[ue] daua muytos e grãdes golpes” (*espada* 15).

Em 1384, travou-se um confronto nas proximidades do Redondo, entre uma hoste portuguesa e uma castelhana. O primeiro embate dá-se quando os Portugueses “*poserom as lamças so os braços, e braadamdo todos Portugall e sam Jorge, foram ferir nos emiigos*”, tendo os Castelhanos reagido de igual modo:

Segundo Fernão Lopes, “aderemçarom a elles, chamamdo *Castilba, Samtiago*; e ao juntar das lamças cahirom em terra dez Castellaãos e dos Portugueeses dous.

As lamças depois que foram perdidas veherom aas espadas, e feriamsse de voomtade [...]” (*espada* 38).

Porém, nem sempre a espada era usada como arma ofensiva. Era também muito útil para a defesa. Evidentemente, a melhor forma de defesa é matar o inimigo, mas isso nem sempre é possível, pelo que muitos combatentes se vêem forçados a resistir, usando a sua espada. Quando a sua montada foi derrubada, “*nunaturez de baixo do cauallo da parte esquerda: e assy em terra ajnda cõ o braço deryto da espada defendia sy e seu cauallo*” (*espada* 16). Em outra ocasião, gerou-se grande confusão no arraial português, aparentemente causado por um escudeiro embriagado:

Nun’Álvares Pereira, que estava já nos seus aposentos, “sayo da temda, com huum mantam cuberto sem outra cousa, por ver que era aquello. [...] E os que eram fora do aroydo que o asy vyam amdar, cuydando que era contra elle, lançauam as **espadas** fora, trazendo-as aleuantadas sobre elle pello goardar, e asy o trouxeram antre sy apertado, de guysa que o Comde perdeo o mantam e ficou em gibão” (*espada* 68; cf. *espada* 23).

O escudo formado pela união das espadas cobriu o condestável, deixando-o fora de qualquer possível perigo. Tendo em conta a aparente rapidez com que os homens do condestável reagiram, é de crer que este fosse um estratagema defensivo treinado e muitas vezes utilizado, ainda que dele não surja nenhum outro registo, nestas crónicas.

A espada era seguramente uma arma bastante resistente, mas dado o comprimento da sua lâmina e os fortes impactes a que era submetida, partia-se em algumas situações. Numa justa disputada em Castela (c. 1336), Gonçalo Rodrigues atingiu Martim Gil de Lara “*per cyma do elmo [com] tam grande guollpe, que deu com ele morto em terra e fycamdolbe na mão a espada mea quebrada*” (*espada 10*). Desejando vingar a morte de Martim Gil, o seu escudeiro desafiou Gonçalo Ribeiro. Durante o combate, a espada de Gonçalo Rodrigues ficou “*quebrada em pedaços*”, pelo que este teve de dominar o seu adversário de outra forma:

“[...] acordouse de se ajuntar tamto ao Castelão, que lhe deytou hum pee, e deu com ele em terra. E tamto que cayo, dobrou loguo sobre ele, e desemlaçou-lhe ho elmo. E quysera lhe dar com huma adagua cortadora que trazia. ElRey mandou que ho tolhesem [...]” (*espada 12*).

Embora esteja relacionada com a cavalaria e a nobreza, também os populares podiam usar espadas. É certo que o custo de uma espada era proibitivo para a maioria das bolsas portuguesas de final do século xiv e inícios do século xv. O tempo de construção de uma arma, o custo das matérias-primas (sobretudo o aço e o bronze) e a especialização exigida ao armeiro são factores condicionam o seu preço. Jean Flori diz-nos que a espada de armas da nobreza, no tempo de Ricardo *Coração de Leão* “*mede mais de um metro, pesa de um a dois quilos, e requer [...] uma centena de horas de trabalho*” para a sua construção (FLORI, 2002, p. 303). Mesmo um cavaleiro, sobretudo em *início de carreira*, tinha dificuldades em obter os fundos necessários para adquirir as suas armas. Lembremos, por exemplo, que Nuno Álvares Pereira recebeu como oferta o seu primeiro arnês, que pertencera ao Mestre de Avis (cf. *arnês 3*). E o jovem Bertrand do Guesclin, segundo a *Canção* que narra a sua vida, visitou a mãe para lhe exigir “*jóias, prata e ouro / para comprar armadura e uma nobre montada / e disse*

que se a mãe lhe negasse o pedido / arrombaria o seu cofre e tiraria a caixa das suas jóias” (cf. VERNIER, 2003, pp. 27 e 28).

Segundo Luís Miguel Duarte, dos 104 habitantes que a Redinha (povoação do distrito de Leiria) tinha em 1545, metade possuía espadas (cf. DUARTE, 1999, pp. 291 e ss.), o que significa que também os populares as utilizavam. O mesmo autor sublinha que havia, naturalmente, diferenças entre as pesadas espadas de armas da cavalaria e as espadas populares, que eram “*mais curtas, mais leves, de dupla lâmina cada vez mais estreita, de forma a poderem ser trazidas à cinta sem esbarrar no chão e sem pesar demasiado*” (DUARTE, 1999, p. 300). Estas espadas populares deveriam ser mais fáceis de construir e, por isso, mais acessíveis. Será esta realidade do século XVI idêntica à que se vivia século e meio antes?

Fernão Lopes coloca, em três ocasiões, espadas em mãos de populares. Em 1383, quando foi alçado pendão por D. Beatriz em Santarém, os populares iniciaram uma revolta e atacaram o alcaide com espadas:

“Estonce hũu pilliteiro, que avia nome Domingu'Eanes, homem rrefece e de pouca conta, disse contra os outros: «Que estamos fazendo, ou que pregom he este? E em dizendo esto lançou hũua **espada** fora; e como aquell fez assi fezerom todollos outros, dizendo que matassem o alcaide. [...] Elle [o alcaide] com temor deu das esporas ao cavallo e sahiu-sse d'antr'elles fogindo; e levando o pendom alto, topou em hũu sobrado aa entrada da rrua, e nom o podendo mais alçar ho levou arrastando ataa o castello que entrou com elle pella porta da traiçom [...]; e todo aquell poboo hia após elle com as **espadas** fora, braadando que o matassem” (*espada 30 e 31*).

No mês de Dezembro do mesmo ano, também em Lisboa, perante as hesitações dos homens bons da cidade em apoiar a decisão do “*poboo meudo*” de “*de tomar ho Meestre por rregedor destes rregnos*”, um tanoeiro chamado Afonso Anes Penedo procurou forçá-los a tornar público esse apoio. De acordo com a descrição de Fernão Lopes, Afonso Anes “*pos a maão em huũa espada, que tiinha çimta*” e ameaçou de morte os homens bons: “*quem isto nom quiser outorgar*”, gritou, “*logo bã mester que o pague pella sua [garganta], amte que daqui saya*” (*espada 34*).

Um ano depois, por ocasião do cerco castelhano a Lisboa, conta o cronista que “*ouwindo rrepicar na See aviviavomsse os corações*” das “*gemtes da çidade*”:

[...] e os mesteiraes damdo follgamça a seus offiços, logo todos com armas corriam rrijamente pera hu diziam que os Castellaãos mostravom de viinr. Alli viriees os muros cheos de gemtes, com muitas trombetas e braados e apupos esgremimdo **espadas** e lanças e semelhantes armas, mostramdo fouteza contra seus emmiigos” (*espada 40*).

Por último, temos uma descrição de Zurara. Conta o cronista que um almogávare de Granada que atacava “*os moços que sayam a fruita*” em Algeciras tinha sido capturado por Pero Fernandes, filho do fronteiro da referida terra (Martim Fernandes Portocarreiro) e enforcado. O corpo enforcado atraía a atenção de “*muy e boõa gente, que de boõa vontade o hiam veer. Os quaaes tanto que o viram enforcado, o atassalharom [dilaceraram] todo a espadas*” (*espada 87*).

Em todas estas citações, encontramos armas em populares. Não podemos confirmar que essa fosse uma prática comum em Portugal no período em questão, pois estamos a falar de momentos muito específicos. As referências feitas por Fernão Lopes a espadas nas mãos de populares datam de 1383 e 1384. De acordo com Miguel Gomes Martins, muitas armas que encontramos nas mãos de lisboetas precisamente por alturas do cerco de 1384 tinham sido retiradas do arsenal régio dois anos antes, “*durante a Terceira Guerra Fernandina, quando uma frota castelhana proveniente da Biscaia estacionou no Tejo, lançando o pânico na cidade. Esse armamento não chegou nunca a ser pago ou devolvido*” (MARTINS, 2005, p. 57). Assim sendo, é possível que as espadas dos populares referidos por Fernão Lopes tenham tido essa proveniência. Dada a proximidade entre Lisboa e Santarém, cenário da primeira das citações, também não é impossível que a mesma explicação se possa aplicar. No entanto, não temos dados que confirmem esta afirmação, nem que expliquem as espadas que Zurara coloca nas mãos de “*muy boõa gente*” de Algeciras, em 1415. Como afirma novamente Miguel Gomes Martins, “*poucos eram os portugueses que não possuíam uma lança, uma besta, uma espada ou uma meia-lança*”, sendo essa uma “*situação que a Coroa incentivava*”(ibidem). Mesmo não sendo adquirida pelos populares, a verdade é que, pelo menos em determinados momentos, estes

tinham o privilégio de empunhar uma arma associada a um patamar social mais elevado.

e) Importância simbólica da espada – rituais, presságios

A espada, já o dissemos, tinha uma grande carga simbólica. Símbolo da guerra e da cavalaria, símbolo da justiça. Não há outra arma com referências tão ricas neste campo do ritual e do imaginário.

Em alguns acontecimentos diplomáticos, os presentes fazem-se acompanhar das suas espadas. É o caso das conversações de paz (cf. *espada* 24 e 70). A espada é a arma dos rituais de investidura. Daí a preocupação de D. Filipa de Lencastre em mandar fazer três espadas (que Zurara designa por *espadas da bênção*) para os seus filhos, D. Duarte, D. Henrique e D. Pedro, quando estes se preparavam para partir para Ceuta (cf. *espada* 75 a 86), pois seriam utilizadas na cerimónia de investidura. Como de facto aconteceu:

“E tamto que [os infantes] chegaram amte elle [D. João I], o Iffante Duarte sse pos primeyramente em joelhos, e tirou a **espada** da bainha e beyioua, e meteo na mão a seu padre, e fezeo com ella caualleyro. e per semelhante guisa fezeram seus jrmaãos. E esto asy acabado beyiaromlhe a mão” (*espada* 97).

Também com a espada se fez a investidura de D. Sancho de Noronha, armado cavaleiro por D. Duarte de Meneses (cf. *espada* 100).

Para além destes rituais, há alguns aspectos mais ligados ao mundo do imaginário e dos presságios, que é interessante referenciar. Durendal, a espada de Rolando, distingue-se de todas as outras por ter relíquias sagradas colocadas no seu pomo: “*um dente de São Pedro, sangue de São Basílio, cabelo de [...] São Dinis e tecido das vestes de Santa Maria*” (cf. VERNIER, 2003, p. 30).

Quando tomou Portel por pretesia, Nun'Álvares Pereira permitiu a partida do alcaide, Fernão Gonçalves de Sousa, e de D. Garcia Fernandes, com todo o seu equipamento. No entanto, Fernão Pereira, irmão do condestável, quebrou este juramento e furtou a D. Garcia uma cota e uma espada, sem o conhecimento do irmão (cf. *espada* 19). Fernão Pereira acabou por morrer durante a conquista de

Vila Viçosa. Para o irmão, a sua morte foi uma punição pelo roubo da cota e da espada (cf. *espada 20*).

O episódio do alfageme de Santarém também contém em si um elemento de presságio. Recordemos que o armeiro recusou o pagamento da espada que fizera para Nun'Álvares Pereira, dizendo:

“Señor [...] hyrees muyto em boora: e tornaes aqui conde dourem: e entõ me pagarees. [...] E assy foy verdade que de hy a pouco tẽpo tornou hy conde dourem e elle pagou bem o corrigimẽto da **espada**” (*espada 17*).

Este episódio é invocado pelo pregador franciscano Frei Pedro, no sermão que fez após a vitória portuguesa em Aljubarrota. Para o pregador, este acontecimento foi um sinal da fé do alfageme e do favorecimento divino à causa portuguesa (cf. *espada 61*). A fé do alfageme não só foi recompensada com a vitória e a consequente oferta do título de Conde de Ourém a Nun'Álvares Pereira, como também garantiu a liberdade do armeiro, algum tempo depois. Denunciado por um escudeiro (aparentemente invejoso da sua “*booa fazemda*”), o alfageme foi condenado por D. João I a pena de prisão e perda dos seus bens. E só a intervenção do condestável (a pedido da mulher do prisioneiro), ainda agradecido pela espada que lhe corregera, levou D. João a conceder o perdão (cf. *espada 62*).

Outro acontecimento espantoso foi o ocorrido no Porto, na mesma altura em que a frota de D. Henrique aporta na cidade, nas vésperas da partida para Ceuta, em 1415. As visões de um dominicano colocam uma figura não identificada (mas seguramente de natureza divina) a oferecer, do céu, uma espada ao rei português:

“a huñ frade da hordem de sam Domingos [...] lhe pareceram marauilhosas uisõoes, amtre as quaaes lhe pareço que uija amte a uirgem Maria elRey Dom Joham, estando armado com os jeolhos em terra e as mãos aleuamtadas contra o ceo, honde lhe apresentauam huua **espada** [...] mas o portador daquella **espada** nom conheceo elle” (*espada 73*).

Também nas vésperas da operação de Ceuta, o aparecimento da constelação de Oríon foi encarado pelos muçulmanos como um mau presságio, precisamente porque “*traz figura despada, e dizem alguũs que a sua jnfluencia traz fogo e sangue. ca*

ella he buña daquellas estrellas que cayo do cabo do Carneiro [...]. E [...] porque outrosy os primeiros autores a poserom em figura despada, he forte sinal" (espada 88).

Como vimos, a espada tem uma importância que transborda as suas funções militares. Utilizada tanto pela realeza e cavalaria (que simboliza), como por populares, em determinadas ocasiões, é a arma *nobre* do combate corpo-a-corpo, seja em batalha (tomando o lugar das lanças, inúteis quando quebradas ou quando se forma a *melée*), em cercos, em justas ou em outro tipo de confrontos individuais. A espada procurou contrariar o progressivo fortalecimento das armas defensivas aumentando de tamanho e alterando a sua configuração para que o seu modo de utilização passasse do corte – com um golpe que pretendia talhar o inimigo, dado portanto de cima para baixo ou de lado – para o estoque, com o golpe a ser aplicado horizontalmente, procurando penetrar através das aberturas das defesas no corpo do inimigo. É neste sentido que se desenvolvem espadas de duas mãos, que podem ser mesmo utilizados como se de uma lança se tratassem. A entrada no palco do Norte de África terá levado ao aparecimento de uma modelo de espada de configuração mais leve e curta.

Aos olhos dos homens medievais, tinha um valor simbólico e a sua aparição em sonhos, visões e imagens era motivo de bons e de maus presságios. O seu valor simbólico, que lhe confere um papel fundamental na mais importante cerimónia da vida de um cavaleiro – a investidura – e que acompanha muitas vezes o cavaleiro na sua passagem para a eternidade (nem que seja sob a forma de escultura funerária) superou o seu valor enquanto arma e rendeu-lhe um prestígio que ainda hoje se mantém, justificando a sua presença, actualmente, em trajes cerimoniais de vários corpos militares.

3.2. Armas de Choque

a) origens e designações

Como o próprio nome indica, as armas de choque têm grande poder destrutivo e a elas está subjacente uma violência física extrema. Este tipo de armas ganha uma importância crescente como resposta à evolução das protecções corporais ocorrida durante os séculos XIII e XIV. A criação e a implantação do

arnês obrigaram a espada a alterar a sua função, como anteriormente referimos. Deixou de ser golpeada de cima para baixo, ou lateralmente (função de corte), para passar a ser *espetada*, num movimento de braço horizontal, de trás para a frente. No entanto, muitos guerreiros começaram a optar por armas de choque, que destruíam mais facilmente o equipamento defensivo do inimigo (cf. MONTEIRO, J. G., 1998, p. 544). Na grande família das armas de mão, estas são as menos referidas nas crónicas (43 referências, como se pode observar na **tabela 10**). Isso não significa, no entanto, que fossem menos importantes e só acontece, em grande parte, porque rivalizam com as espadas e as lanças.

		CSR	CC	CDF	CDJ I	CDJ II	CTC	CDD	CDM	total
Armas de choque	Cutelo	5	6	2	1	1	3	0	1	19
	Facha	0	2	2	0	10	3	1	0	18
	Maça	0	0	0	0	0	1	0	0	1
	Machado	0	0	0	1	1	1	0	0	3
	Malho	1	0	0	0	0	0	0	0	1
	Porra	0	0	1	0	0	0	0	0	1

Tabela 10 – Armas de choque

As armas de choque são relativamente recentes. A maça surgiu no século XII (cf. J. G. Monteiro, *in* BARROCA / MONTEIRO / FERNANDES, 2000, p. 347) e o seu uso generalizou-se a partir do século seguinte (cf. MONTEIRO, J. G., 1998, p. 544) e as facha ou machados tiveram o seu período de grande sucesso entre meados do século XIV e meados do século XV, e foram extremamente úteis contra o arnês branco, que imperava nessa mesma altura (cf. RAYNAUD, 2002, p. 320). Porém, estas armas (com exceção da maça, provavelmente) são variantes de instrumentos de uso civil, como o martelo e machado, pelo que se torna difícil datar a sua origem ou o momento em que deixaram de ser instrumento de trabalho para passarem a ser mortíferas armas de combate.

b) morfologia

As crónicas, mais uma vez, dão-nos poucas informações quanto à morfologia destas armas. Sabemos, no entanto, que as facha eram compostas por duas peças,

um cabo de madeira ou de metal, e uma cabeça metálica, de ferro ou chumbo (cf. *facha* 5). Este ferro poderia ser simples (com uma lâmina semelhante à de um machado) ou de lâmina dupla. Também poderia apresentar, de um lado, a lâmina e, do outro lado, um martelo, que serviria também para esmagar as armaduras ou os ossos dos inimigos. Na ponta desta cabeça metálica existia um estoque, que poderia ser semelhante a uma ponta de lança ou a uma adaga (cf. RAYNAUD, 2002, pp. 322 e 323). O machado de guerra parece ser um termo sinónimo de *facha*, tal como acontece com a *acha* (cf. MONTEIRO, J. G., 1998, p. 541). Resta, portanto, descrever o malho, a porra e a maça. Em relação ao malho pouco podemos adiantar. Mas sabemos que, em 1147, no cerco de Santarém, foi usado “*hum malho de fero, deytado de fora, [que] britou as portas, saber as fechaduras e os ambados*” (*malho* 1), pelo que se tratará provavelmente de um utensílio de aspecto semelhante ao martelo. A mesma dificuldade surge em relação à porra. Sabemos que se trata de uma arma, pois está referenciado o seu uso na batalha de Nájera, em 1367. Conta Fernão Lopes que nesse confronto “*de voontade juntarom hũus com os outros que cabirom as lanças a todos, e começarom de sse ferir aas espadas e achas e porras*” (*porra* 1). Não se tratando de uma *facha*, como se depreende das palavras do cronista, é possível que tivesse uma configuração próxima da maça (cf. MONTEIRO, J. G., 1998, p. 546). A maça tinha a forma de um cacete e era também composta por duas peças, o cabo, de madeira ou de metal, e a cabeça, de ferro. O termo “porro” também se aplica a uma espécie de alho, cujo formato se assemelha precisamente a um cacete, correspondendo o bolbo à cabeça da arma. Nesse caso, a porra seria, possivelmente, uma arma tipo cacete, simples na sua morfologia e de uso popular, enquanto que a maça era mais complexa, já que a cabeça (inicialmente esférica), adquiriu lâminas “*de formato triangular, dispostas radialmente*” (J. G. Monteiro, *in* BARROCA / MONTEIRO / FERNANDES, 2000, p. 347).

c) Utilização e eficácia

Christiane Raynaud diz que a *facha* é uma arma que, “*antes da artilharia, responde às exigências da guerra moderna, pela sua eficácia mortal e por ser utilizada por todos*” (RAYNAUD, 2002, p. 320). Era, por exemplo, uma das armas preferidas de criminosos e mercenários (cf. RAYNAUD, 2002, pp. 367 e

368). Efectivamente, os mercenários ingleses que entraram no reino a pedido de D. Fernando vinham armados de fochas e, ansiosos por entrar em acção, não aceitaram bem o acordo de paz que, entretanto, o rei português fez com o adversário castelhano. Demonstraram o seu descontentamento golpeando os bacinetes com as fochas que traziam:

“logo em esse dia mandou [D. Fernando] apregoar as pazes. Os ingleses, quando as ouvirom apregoar, ouverom tam gram menencia que mayor nom podia seer, e deitavom os bacinetes em terra e davom-lhe com as **fochas**, dizendo que el-rrei os traera” (*facha 3*).

Encontramos esta arma nas mãos de gente vil, de nobres e de reis. Em Ceuta, após a conquista da cidade, iniciou-se a pilhagem:

“mujtos que sse açertaram primeiramente naquellas logeas dos mercadores que estauam na rrua direita, assy como emtrauam pollas portas, sem nehuña temperamça nem rreguardo, dauam com suas **fochas** nos sacos das speçiarías, e esfarrapauamnos todos, de guisa que todo lamçauam per o chaão. E bem era pera auer doo de semelhante estrago” (*facha 14*).

Este comportamento indigno, que tanto entristece Zurara, foi levado a cabo por homens que empunhavam fochas e que, pela ausência de “*temperamça nem rreguardo*” provavelmente não pertenceriam à nobreza. Mas também D. João I, por exemplo, utilizou a focha, na batalha de Aljubarrota (cf. *facha 2*). E não esteve sozinho neste particular, pois a focha, segundo Fernão Lopes, era uma das armas ofensivas que os Portugueses tinham para tentar vencer os Castelhanos:

“As armas defensauées de todos (eram) bacynetes de camal, delles com caras e delles sem ellas, e ssolhas e loudes e cotas e faldroões e pamceiras; e de ferir lanças e **fochas de ferro e de chumbo** e delles **machados** quem os podya auer” (*facha 5*).

De chumbo ou de ferro, a focha era uma arma bastante pesada e utilizada com uma ou com as duas mãos, dependendo do comprimento do cabo (cf. RAYNAUD, 2002, p. 320). Esta forma de golpear – de cima para baixo ou

lateralmente, manejando a armas com ambas as mãos – seria mesmo a mais comum, uma vez que são esses os gestos dos lenhadores que vemos a rachar madeira. O manejo com as duas mãos aumenta a força e a precisão do golpe. Nas proximidades de Chaves, que estava submetida por D. João I a um cerco (em 1386), um cavaleiro da hoste régia manejou a facha com ambas as mãos:

“estauom alguuns da uilla em huuma ponte que o logar tem. E Joham Gill Sapo [...] deçeo do cauuallo em que hia armado, e pos a baçinete na cabeça, e com huuma **facha** nas mãos avantajado ante os outros, amte que se os da uilla colhessem da ponte, matou ally per sua mão tres” (*facha 10*).

A acha poderia ser utilizada a cavalo ou em combate apeado. Esta última forma seria a mais usual, mesmo entre cavaleiros. Perto de Chaves, como ficou descrito na passagem que acabámos de citar.

A facha, tal como as restantes armas de choque, era golpeada de cima para baixo, utilizando a própria força gravítica para ganhar maior velocidade e força. Fernão Lopes conta-nos que, em Aljubarrota, D. João I, perante a aproximação de um inimigo, “*alçou a facha, deçemdo pera lhe dar*” (*facha 9*). A mesma forma de golpear foi usada por um combatente francês que disputava uma “*corrida de pontas a pé*” com um adversário inglês, em 1387:

“Outro bom jogo aconteeço hij dhuum françes com huum jngres, corendo pontas a pee, de **facha**, que himdo o françes contra elle, alçamdo a **facha** pera lhe dar, cuydamdo que o tinha de ssy preto, ficou tamto aaquem delle que camanho [*sic*] golpe pensou que lhe daua, tamanho deu comsigo e com a **facha** no chaão, caymdo ante os pees do jmgres [...]; o quall [...] descaregou huuma tal **fachada** neelle, de que o framces deu huum grande gimido” (*facha 11*).

Na tentativa de golpear o adversário com a maior violência possível, o Francês acabou por perder o equilíbrio e cair, ficando vulnerável perante o adversário, que naturalmente não enjeitou a oportunidade.

Nas batalhas, a acha entrava em acção no mesmo momento em que vimos as espadas começarem a actuar: quando as lanças se quebravam ou deixavam

de ser eficazes perante a grande proximidade entre os combatentes. Diz C. Raynaud que a facha se usa em paralelo com a espada, depois da lança e antes da adaga. As crónicas confirmam este faseamento: “*leixadas as lamças das mãos, que a huuns e a outros pouco nojo fez e jazemdo huum gramde vallo dellas amtre huuma aaz e outra*”, escreveu Fernão Lopes, narrando a batalha de Aljubarrota, “*veberom aas fachas e espadas darmas*” (*facha 7*).

Quando bem utilizada, a facha era extremamente eficaz. Tão eficaz que, segundo Christiane Raynaud, isso lhe valeu um preconceito negativo. Por um lado, a sua grande eficácia originava massacres e banhos de sangue. Por outro lado, fazia da facha a arma preferida de criminosos e mercenários (cf. RAYNAUD, 2002, pp. 367 e 368). Em Portugal, pelo menos tendo em conta as referências das crónicas, não encontramos essa visão pejorativa da facha. É verdade que Fernão Lopes as colocou nas mãos de mercenários e Zurara as colocou nas mãos de guerreiros sedentos de saque. Mas também é verdade que vemos a facha ser utilizada por D. João I em combate. Igualmente importante, vemos Nun'Álvares Pereira utilizar a facha como resposta a um desafio. Antes da batalha de Aljubarrota, “*o comde Dom Jobam Affonssso Tello, que era na auanguaarda dos castellaãos, lhe mandou de gajas per huum escudeiro em desafiação huma espada darmas guarnyda.*” Perante esta provocação, o condestável respondeu enviando a João Afonso Telo “*huma boa facha de chumbo*” (*facha 6*). A atitude de Nun'Álvares Pereira mostra que a facha tinha suficiente prestígio e valor simbólico para figurar num desafio entre nobres. Podemos naturalmente perguntar por que motivo o condestável não se limitou a responder da mesma forma, ou seja, enviando também uma espada? Acreditamos que a resposta está na grande capacidade destrutiva que a facha tinha. Ao responder a um desafio de espada com uma facha, Nun'Álvares Pereira terá querido dizer ao seu inimigo que a maior força e determinação estavam do lado dos Portugueses. Como escreveu Christiane Raynaud, a facha é “*a arma, por excelência, das situações difíceis*” (RAYNAUD, 2002, p. 361), a arma dos que querem ganhar a todo o custo. O seu uso, diz ainda a mesma Autora, “*aterroriza o adversário*” (RAYNAUD, 2002, pp. 353 e 354). Terá sido esse efeito emocional que o condestável procurou gerar no seu inimigo.

Por fim, no cortejo fúnebre de transladação do corpo de D. João I para o Mosteiro da Batalha, a presença da facha surge com algum destaque:

“seguiam logo doze cavallos em que hyam cavalgando doze nobres homês que levavam as Bandeiras e Armas d’ ElRey, e o dianteiro foy Pedro Gonçalves [...] que levava a Bandeira Real [...] e dos outros, huũ levava o Elmo, houtro ho estandarte, houtro ho Guyam, e outro a Lança, e outro ha **Facha**, e assi as outras Armas” (*facha 15*).

A presença da facha ao lado do elmo e da lança (estando a própria espada ausente!) é mais um bom indício de que estamos perante uma arma com prestígio e de modo algum associada exclusivamente a mercenários e a criminosos. Pelo contrário, a facha parece gozar de um estatuto próximo ao que vimos ter a espada e ao que a maça também tinha. Basta recordar que a arma empunhada pelo Cavaleiro de Oliveira, a célebre escultura de Mestre Pêro, é precisamente uma maça. Embora pouco citada nas crónicas (apenas uma referência), a verdade é que a maça surgia associada, na iconografia, a personagens ligadas ao poder e à justiça (cf. SOLER DEL CAMPO, 1993, p. 59). A única referência a esta arma surge-nos na *Crónica da Tomada de Ceuta*. Para encobrir os verdadeiros objectivos da armada que se preparava para avançar para o Norte de África, Portugal desviou as atenções com um desafio ao duque da Holanda, a quem tudo foi confidenciado. Este, colaborando com a estratégia portuguesa, respondeu a D. João I: “*este uosso Rey [...] deue de comsijrar, que nom morrem todos de sob huũa maça. e que em este meu senborio assy ha homeês que sabem ho offiço da cauallaria como no seu*” (*maça 1*). Mais do que símbolo da justiça, aqui a maça surge como sinónimo de injustiça ou de violência. O duque da Holanda valorizou a natureza destrutiva da arma. A maça, recordemos, era extremamente eficaz para quebrar as armas defensivas de malhas. Por esse motivo, a sua difusão forçou a inovação do armamento defensivo, suscitando o aparecimento das protecções de placas (cf. MONTEIRO, J. G., 1998, pp. 544 e 545).

Finalmente, antes de abordarmos o caso muito específico do cutelo, resta-nos falar das três referências feitas ao machado. Na primeira, os machados surgem no seu papel tradicional de cortar madeira. Em 1384, a frota castelhana que avançava para Lisboa procurou capturar embarcações portuguesas. Quando uma das galés é abordada com sucesso,

“As gentes da rribeira quamdo virom outra nehuũa gallee nom era entrada se nom esta, e que estava em pomto de sse perder, começaram de braadar aos

do muro que lhe deitassem **machados** pera [a] arrambar, que a nom levassem os Castellaãos, e foramlhe deitados” (*machado 1*).

Na segunda referência, Fernão Lopes cita o machado como uma das armas que integrava o equipamento ofensivo dos Portugueses em Aljubarrota (cf. *machado 2*). Na terceira referência, o machado volta a surgir não com uma função de arma para ferir um inimigo, mas como utensílio para derrubar as portas de Ceuta (cf. *machado 3*), recordando, mais uma vez, a sua origem de ferramenta. No que toca à forma de uso e aos seus efeitos, o que atrás se disse sobre a facha aplica-se, obviamente, ao machado.

Embora se trate também de uma arma de um só gume, que poderia, à partida, estar incluída na secção das armas brancas, consideramos o cutelo como uma arma de choque. Também João Goveia Monteiro colocou os cutelos lado a lado com fochas e maças na categoria de armas de choque (cf. quadro sinóptico da carta de quitação de 1455, in MONTEIRO, J. G. 2001, p. 48). Esta opção justifica-se não só pelo poder destrutivo desta arma, mas por não ser utilizada do mesmo modo que as restantes armas brancas. Não se usava o cutelo para estocar ou degolar, como acontecia com facas e adagas, mas para decepar ou fracturar: quando o Mestre de Avis tentou matar o Conde de Andeiro, usando “*buñ cuitello comprido*”, procurou atingi-lo enviando-lhe “*buñ gollpe aa cabeça*” (*cutelo 9*).

O cutelo era uma arma de uso corrente, como comprovam as dezanove referências que encontrámos nas crónicas analisadas. O destaque desta peça não se deve apenas à quantidade de referências. A palavra cutelo surge muitas vezes num contexto em que a arma assume o significado de violência e de guerra. E é usada quando o cronista nos quer transmitir a noção de acto violento. Por isso Fernão Lopes empregou o termo cutelo ao falar do assassinato de D. Maria Teles, apesar de esta ter sido morta por um bulhão (cf. *cutelo 8*; cf. também cap. 3.1.1., alínea d).

Em 1198, numa carta a D. Sancho I, Inocência III aborda a tomada de Jerusalém por Saladino e apela à guerra de cruzada. Nesse texto, o Papa escreveu:

“Ex agora a estroyda gente dos Choresmjnos vierrom de arrevate de sua terra, //¹⁴⁸ e com fortaleza de grão companhia de crueldade perseguyo eses Christãos,

[...] de Jerusalem e das cidades que os ajudavam, com muy duros e agros padecimentos, asy espantosamente [...] com grande temor, [...] com **cujtelo** emcheo os campos do sangue deles, atrocoamdoos com ele. [...] Por ventura a crueldade daquela gemte pasara sem pena, e leyxalos am asy usar de seu livre **cutello**? E per ventura não se asemdera a vomtade de qualquer Christão contra ela com zelo de devação, e se guardara e guarneçera d escudo de fortaleza e a sua destra se armara de **cujtelo** de vingança?” (*cutelo 1*).

Inocência III utilizou o termo *cutelo* claramente como uma metáfora da guerra e depreendemos das suas palavras que se tratava de uma guerra violenta (sangrenta). Contra o “*livre cutello*” de Saladino, que “*emcheo os campos do sangue*” dos cristãos, o Papa apela ao escudo e ao “*cujtelo de vingança*”, pedindo – depreende-se – uma resposta com igual nível de violência. Uma outra carta papal, desta vez de Honório III a D. Sancho II, cita o *cutelo* como arma que simbolizava a força da justiça (neste caso, da justiça de S. Pedro):

“Pola qual rezão este mesmo Arçebispo, com desejo de fazer aquelo que era direyto, tememdo majs a façe de Deos que a do homem, por tal que o **cujtelo** de Sam Pedro em sua mão não colhese ferujem, semdo ouçiosso, usando dele com seu boom juizo, pos sentença d amtre dicto, em toda pesoa e de todos seus Arçebispados que eram sogeytos, que te dam fauor em tuas maldades, e esperando que tu pela ventura, em tal modo ferjndo todos ossos de tua alma, e tornando-te com hobediência aquele que te mereçer fizera ser feito sam pelo Senhor Deos” (*cutelo 3*).

A noção de que os golpes do *cutelo* eram violentos está bem manifesta em outras passagens das crônicas. Para descrever os efeitos do choque entre duas naus, Gomes Eanes de Zurara disse que uma das naus “*abriu de tal guisa, que parecia que a escalaram com hum **cutelo***” (*cutelo 11*). José Pedro Machado dá para “escalar” o significado de *estripar*, *lanbar carne* (cf. MACHADO, 1995, vol. II, p. 437), o que transmite bem a violência do impacto que essa arma teria no corpo.

O *cutelo* era utilizado para cortar e decepar, pelo que o golpe seria desferido num movimento descendente ou lateral, mas de modo que fosse a lâmina a atingir a vítima e não a ponta da arma, como vimos acontecer em relação às

armas brancas de que já falámos. Quando os muçulmanos procuraram destruir os corpos dos Mártires de Marrocos, “*tomarom cuytello e espedaçarom nos todos por mujtas partes, e lançarom nos por lugares desvayrados*” (cutelo 2). A forma de golpear assemelha-se ao acto de cortar ramos de árvores. Nun’Álvares Pereira, por exemplo, para mostrar a si mesmo que a sua condição física o permitiria “*soportar o trabalho das armas*” (o condestável estava em convalescença) “*tirou de huũ cuytello e começou de cortar per o mato e aruores*” (cutelo 4).

O maior poder de choque do cutelo concedeu-lhe mesmo uma presença habitual no equipamento de cavaleiros e peões. Já vimos que Nun’Álvares Pereira o utilizava. Durante a caça, o Infante D. João trazia na bainha um cutelo de caça (cf. cutelo 7). E anteriormente referimos que o Mestre de Avis procurou assassinar o Conde de Andeiro com um “*cuitello comprido*” (cutelo 9). Também o Infante D. Henrique levou para a operação de Ceuta um cutelo, que confiou a Duarte Pereira e que passou por várias peripécias. Durante o desembarque, um dos batéis afundou-se devido ao excesso de homens que levava, levando para o fundo das águas (que tinham de altura a profundidade de uma “*lamça darmas*”) o referido cutelo. Duarte Pereira “*nembramosse delle depois que foy fora, oolhou comtra o peego da agua e uio jazer, [...] e tornou outra uez por elle, assy armado como estaua*” (cutelo 12), arriscando novamente a vida. O risco terá valido a pena, já que Zurara conta que D. Henrique, com “*aquelle bom cuytello [...] aquella dia tamtos e taaes gollpes fezera*” (cutelo 13). O mesmo cutelo acabaria mesmo por ser furtado. Mas sendo uma arma muito do agrado do Infante, “*posto que alli esteuessem mais de çimquo mill homeês, tall dilligemçia foi posta em o buscar, que lhe foy tornado aa sua mão*” (cutelo 13).

Quando participou nas conversações de paz entre Castela e Portugal, em Fevereiro de 1399, Nun’Álvares Pereira apresentou-se “*emçima de huũ cauallo [...] com cota e bracaães: e huũa jaqueta preta vestida. E hũ arnes de pernas de malha so huũas botas: e huũ cuytello solto na çinta*” (cutelo 5; cf. também cutelo 10). E a dado momento, colocou a mão esquerda na ilharga:

“porẽ a sua teençã era por poer a mão no **cuytello** como estaua. E porque o **cuytello** andaua pendurado na cinta: correo pera detras: e nom o achou. E quando o asy nom achou: foy toste com a mao atras e correo o **cuytello** pera jlharga: e sua jeête q[ue] em elle tijna olho: quando lhe asy virõ poer a mão no

cuytello: cuydarõ que queria fazer alguma cousa: e começarõ de se aluoraçar”
(*cutelo* 6).

O cutelo era transportado pendurado na cintura, junto à anca. Aí ficaria sempre ao alcance da mão, como, séculos mais tarde, viriam a estar os revólveres que nos habituámos a ver nos duelos (cinematográficos) do *far-west*. Porém, ao contrário desta arma, que dispunha do seu coldre, ou da espada e da adaga, que dispunham de uma bainha, o cutelo estava solto, pelo que facilmente podia resvalar (como de facto aconteceu). Numa situação de ameaça imediata, esta situação poderia mesmo deixar o combatente momentaneamente desarmado e à mercê do inimigo, quando a sua mão encontrasse vazio o local onde esperava sentir o cabo do cutelo.

Num momento que seria de grande tensão, o condestável procurou manter o seu cutelo sempre pronto a usar. Porém, o gesto de colocar a mão sobre esta arma foi interpretado como um prenúncio de um acto violento, por parte dos seus homens. O cutelo estava a ser usado em substituição da espada, cujo porte provavelmente tinha sido proibido para evitar males maiores no decorrer das negociações. Provavelmente, o seu uso era permitido por não ser considerado uma arma no sentido mais restrito da palavra.

As armas de choque tiveram um papel fundamental entre os séculos XIII e meados do século XV, mas sobretudo nos cem anos finais. A história do seu aparecimento e gradual sucesso entrelaça-se com a história evolutiva das armas defensivas, como aconteceu com a lança. A sua eficácia tornou-a desejada por todos os níveis de combatentes, desde anónimos combatentes a reis. Eram armas devastadoras, por isso mesmo temidas e respeitadas, pelo menos entre nós. Não encontramos indícios da visão negativa que aparentemente existiria em outros espaços, como a França, relativamente ao uso de fochas. Em Portugal, eram empunhadas por guerreiros de todas camadas sociais.

A transferência do palco dos confrontos para o Norte de África, onde o inimigo apresentava um equipamento defensivo mais leve, tornou-as dispensáveis. Por isso não existem referências a elas nas *crónicas africanas*, excepção feita à *Crónica da Tomada de Ceuta*, para onde os Portugueses foram com o equipamento que habitualmente utilizavam. Só com a permanência em solo africano se começaram a fazer as adaptações que o clima e o adversário exigiam ou

permitted. Também na Europa, o reinado das armas de choque medievais terá chegado ao fim. No século XVI, as fochas darão o seu lugar às alabardas (cf. RAYNAUD, 2002, pp. 327 e 328) e as armas de fogo tornar-se-ão dominantes em termos de eficácia.

3.3. Armas de haste

As armas de haste, como o próprio nome indica, eram armas compostas por (pelo menos) dois elementos: a haste, geralmente em madeira, e a ponta metálica e pontiaguda.

		CSR	CC	CDF	CDJ I	CDJ II	CTC	CDD	CDM	total
Armas de haste	Azagaia	0	0	0	0	0	1	0	11	12
	Azcuma	0	1	6	1	0	0	0	0	8
	Estevas	0	0	0	1	0	0	0	0	1
	Garrocha	0	0	0	1	0	0	0	0	1
	Grave	0	0	1	2	0	0	0	0	3
	Lança	6	17	12	38	51	6	2	26	158

Tabela 11 – Armas de haste

Como se pode observar na tabela 11, as crónicas fazem referência a seis tipos de armas de haste, azagaias, lanças, graves (um sinónimo de lanças de armas), azcumas, estevas e garrochas. Destas, as quatro primeiras são armas no sentido restrito da palavra, as duas restantes são, como veremos, adaptações ou improvisos que a necessidade do momento exigiu.

Novamente, registamos a falta de informação que temos em relação à morfologia destas peças. Até pela sua simplicidade e vulgaridade, não interessava aos cronistas fazerem a sua descrição. Assim sendo, a nossa análise irá incidir sobretudo sobre a utilização das armas, tal como temos feito até ao momento. Começaremos por abordar a lança, depois a azcuma e, por fim, a azagaia. A ordem não é arbitrária. As duas primeiras são armas cristãs, a última do grande inimigo muçulmano. Para cada uma destas armas procuraremos conhecer a sua morfologia, a forma como era usada e vista pelos combatentes da época e os efeitos que neles causava.

Algumas destas armas de haste poderiam, à partida, ser tratadas no capítulo 4, no qual se fará a análise das armas de arremesso. Preferimos, no entanto, manter esta divisão: o arremesso é apenas uma das suas possibilidades de uso, enquanto que as armas que encontraremos no capítulo IV são *exclusivamente* de arremesso.

3.3.1. A lança – estabilidade e poder de choque

A lança é a grande arma de haste. E é seguramente a arma mais utilizada durante a Idade Média. Embora não tenham o valor simbólico da espada, as lanças são “*as armas ofensivas por excelência durante toda a Idade Média*” e serão elas a marcar o ritmo da “*renovação constante do armamento corporal defensivo*” (SOLER DEL CAMPO, 1993, p. 35). Para compreendermos a importância da lança e a sua popularidade, teremos que avaliar os seus principais pontos fortes. A lança é uma arma relativamente barata e fácil de manejar (se comparada com a besta ou com a espada e as armas de choque, por exemplo). É também bastante versátil, pois pode ser utilizada a cavalo ou em combate apeado e pode ser arremessada ou utilizada na mão (como arma de estoque ou de choque). É uma arma ofensiva eficaz, mas também assume um importante papel defensivo, mantendo o adversário a alguma distância, impedindo ou adiando o confronto corpo-a-corpo.

A eficácia no manejo da lança que os cavaleiros medievais demonstraram ficou a dever-se a uma série de inovações. Muitos autores realçam a introdução do estribo (uma invenção dos Ávaros) no século vi. Esta peça, como refere João Gouveia Monteiro, “*contribuía para manter o cavaleiro na sela e permitia-lhe deferir golpes muito mais intensos para os lados e mesmo para trás durante uma mêlée*”. No entanto, o mesmo autor considera, na linha de outros investigadores, que a utilização do estribo não foi um elemento determinante. A verdadeira “*mudança chave*” dar-se-á por volta do final do século ix e passou pelo “*desenvolvimento da sela, com o arção frontal e, especialmente o arção traseiro muito pronunciados, o que segurava o cavaleiro na sela*” (MONTEIRO, J. G., 2010, pp. 176 e 177).

Independentemente do peso individual de cada uma destas peças, a sua utilização em conjunto difunde-se, oferecendo ao cavaleiro uma maior estabilidade

na montada, libertando as suas mãos e permitindo aumentar o galope do cavalo sem riscos para o homem. Estas inovações (às quais acrescentamos o riste, surgido no século XIV) irão, gradualmente, fazer nascer novas tácticas de combate. Essa alteração sente-se já no século XI, período em que o lanceiro a cavalo se tornará na peça decisiva de todas as batalhas. Em relação ao uso da lança, a estabilidade adquirida a cavalo permitiu mudar o seu papel, que para além da primitiva função de arremesso, passa a ser usada como arma de estoque (esta forma de utilização da lança, com apenas uma mão, está pouco documentada para o período da Baixa Idade Média), e depois como arma de choque (verdadeira criação medieval), quando o riste, os escudos de bordo superior plano, a técnica da *lança deitada*, e da lança *de sobre mão* aumentarem o poder de choque e a pontaria do lanceiro (cf. SOLER DEL CAMPO, 1993, pp. 35, 48 e ss).

Sinal da enorme importância da lança é o elevado número de referências feitas ao longo das crónicas, exactamente 158, tendo-se excluído da contagem as inúmeras vezes que os cronistas utilizam o termo *lanças* para se referirem, com total propriedade, à cavalaria. Efectivamente, no nosso imaginário, é esta a arma a que associamos um cavaleiro, juntamente com a espada. Basta recordar a silhueta que associamos ao cavaleiro D. Quixote, segurando uma longa lança de armas. Estamos, portanto, na presença de uma arma que, sendo comum e utilizada por todas as camadas sociais, tinha associada a si uma nobreza que a valorizava. Por esse motivo, figurava em estátuas jacentes de cavaleiros (embora aqui a espada fosse a principal opção) e em cerimónias como a do cortejo de transladação do corpo de D. João I para o Mosteiro da Batalha (*lança 108*). A lança figurava também em moedas. O grave, como conta Fernão Lopes, “*tinha buña lamça no cunho e buñ pemdom pequeno em çima*” (*lança 31*). Também pela sua nobreza era considerada uma oferenda digna de um monarca. Numa oferta feita ao rei de Fez, D. Duarte de Meneses incluiu “*huum gibanete muy boo e huma cellada e duas lanças. todo muyto bem e muyto ricamente guarnido*” (*lança 127*).

Empunhar uma lança era sinónimo de guerrear (cf. *lança 95 e 121*). Ao pretender condenar Vasco Rodrigues Leitão por fazer a guerra contra o partido de D. Beatriz, D. Juan acusa-o de vir “*cõ a lamça na mão comtra sua naturall senhora*” (ao monarca desagradara o facto de Vasco Rodrigues Leitão, feito prisioneiro dos Castelhanos, não ter hesitado em beijar a mão de D. Beatriz) (*lança 47*).

Mesmo para algumas intervenções milagrosas as lanças eram solicitadas. Em 1384, as velas que vigiavam as naus e galés de Lisboa testemunharam o aparecimento de “*bomes vestidos em vestiduras alvas assi como sacerdotes; e quatro delles tragiã nas mãos quatro cirios açesos, e biam e viinham em proçissõ [...] E logo nessa hora [...] virom nas pontas das lamças que estavom nas torres, senbas camdeas açesas de claro lume que durou açerca dbuũa hora*” (lança 42).

3.3.2. Lança de mão e lança de armas

a) Tipologia

Tal como vimos suceder em relação à espada, a lança era uma arma quotidiana. Não era preciso ser guerreiro para se possuir uma, sobretudo numa época em que a protecção da vida e dos bens próprios passava muito pela iniciativa e acção de cada um. Assim sendo, haveria lanças de vários tipos, com qualidade e preços distintos. Em primeiro lugar, tínhamos as lanças mais simples, que encontramos em casas de camponeses e nas mãos da maioria da peonagem que combate em cercos e batalhas. Muitas destas lanças e restantes armas com idêntica configuração (como é o caso dos dardos – cf. Capítulo 4.1.), poderiam facilmente ser peças rudes, meio improvisadas. Fernão Lopes conta-nos que alguns habitantes do Alandroal, perante a aproximação de ginetes castelhanos, “*sabirom a pee com lamças e dardos; e quem esto nom tiinba, levava seis e sete estebas agudas com aviamentos*” (lança 38; esteva 1). Conta-nos, ainda, que alguns habitantes do Alandroal procuraram defender a sua vila, ameaçada por forças vindas de Olivença, “*servidos de dardos e de garrochas*” (garrocha 1).

Depois temos as lanças para a cavalaria e a realeza. Para estas armas encontramos, na língua inglesa, designações distintas: as primeiras são conhecidas por *spears* e as segundas por *lances* (cf. STONE, 1999, pp. 407 a 408 e 572 e ss). Na carta de quitação de 1455 há o cuidado de distinguir entre materiais para “*lanças de homens de pé*” e “*lanças de armas, decerto as mais compridas, empunhadas pelos cavaleiros*” (MONTEIRO, J. G., 2001, p. 32). Os nossos cronistas nem sempre eram tão rigorosos, utilizando quase sempre o termo *lança* quer para a

lança do peão quer para a lança do cavaleiro. No entanto, estas últimas são, por vezes, designadas por *lança de armas* (a expressão surge em 11 citações: *lança 14, 18, 31, 44, 57, 59, 63, 79, 94, 96, 106*) e uma vez por *graves* (cf. *graves 1*). E a consciência dessa diferença entre lanças de peões e de cavaleiros era real. Ao descrever o armamento guardado nas torres e caramanchões de Lisboa em vésperas do cerco de 1384, Fernão Lopes assinala a presença “*descudos e lamças e dardos e beestas*” – peças usadas por peões –, referindo, de seguida, que “*avia mais em estas torres muitas lamças darmas e bacinetes, e doutras armaduras*” (*lança 44*), ou seja, peças associadas à cavalaria.

Nem todas as lanças tinham uma função de combate, mas cerimonial ou de embelezamento. Seriam deste último grupo as duas lanças, “*todo muyto bem e muyto ricamente guarnido*”, que D. Duarte de Meneses ofereceu ao rei de Fez, numa tentativa de o levar a negociar a entrega das ossadas do Infante D. Fernando (*espada 127*).

Vimos que muitas armas brancas acompanham o portador diariamente. Nun’Álvares Pereira, por exemplo, só as retirava quando assistia à missa (cf. *espada 57*). Com a lança, a situação era um pouco diferente. Como escreveu Luís Miguel Duarte, “*não se faz vida normal com uma lança às costas.*” A lança é uma arma “*para ter em casa, atrás da porta ou por cima dela*” (DUARTE, 1999, p. 296). Mesmo quem usava a lança na sua *vida normal*, não a empunhava constantemente. Não podia ser colocada à cinta, como a espada ou a adaga. Para isso, se não queria empunhar a sua lança, o cavaleiro tinha quem a transportasse por si: o escudeiro (cf. *lança 3*) ou o pajem (cf. *lança 32, 50, 75*). Em 1383, após a morte do Conde de Andeiro e a transferência da corte de Leonor Teles para Alenquer, o tesoureiro-mor do falecido D. Fernando (certamente mal amado pela população) pôs-se em fuga de Lisboa, disfarçando-se “*com buña fumda de bacinete na cabeça, com lamça na mão assi como page, por nom seer conhecido*” (*lança 30*). A imagem do pajem carregando a lança seria, a ajuizar pelas palavras de Fernão Lopes, certamente muito comum. A mesma conclusão podemos retirar a partir da referência, feita pelo cronista anónimo da *Crónica do Condestrabre*, à ausência de pajens num alardo organizado por Nuno Álvares Pereira em Vila Viçosa. Refere o cronista que, num rossio da citada povoação, se juntaram os cavaleiros, armados “*de todas as armas e os bacinetes nas cabeças [...] e cõ lâças darmas nas mãos sem pages*” (*lança 18*).

b) Morfologia

A lança é uma das armas mais simples que se conhece. É também uma das mais antigas. E, na sua simplicidade, tornou-se numa arma predominante em quase todas as épocas que antecederam as armas de fogo. Para o historiador ela é, no entanto, um problema. É das mais difíceis de estudar, porque poucas sobreviveram até aos nossos dias, e as suas representações mais ou menos esquemáticas na iconografia tornam o seu retrato difícil de fazer. Os textos escritos também não nos elucidam muito para além do que já sabemos.

A lança era composta por três elementos: haste, conto e lâmina, ferro ou cúspide (cf. BARROCA, 2000, p. 48). Miguel Sanches de Baêna refere ainda que, no século XIII, se utilizava o nome de “*arestol*” para designar a lâmina (BAÊNA, 2001, p. 135). Nas crónicas analisadas, os termos utilizados para designar esse elemento são *ponta* (cf. *lança 53, 81 e 95*) e *ferro* (cf. *lança 21, 41 e 129*).

Segundo Mário J. Barroca, “*o ferro era normalmente uma peça de perfil simétrico, dotada de gume cortante e remate afilado*” (BARROCA, 2000, p. 48). O comprimento da lâmina podia variar entre os 8cm e mais de 30cm (cf. peças 69 a 83 in BARROCA / MONTEIRO / FERNANDES, 2000). Segundo João Gouveia Monteiro, o “*o ferro podia ter a base oca, podendo [...] ser ou não fendida e apresentar um ou [...] dois orifícios para fixação à haste*” (in BARROCA / MONTEIRO / FERNANDES, 2000, p. 359). Sendo em metal, as lâminas sobreviveram à erosão do tempo, ao contrário do que sucedeu com as hastes. Hoje, quando as vemos em museus e exposições, encontramos-las baças e destruídas pela ferrugem e pelo tempo, mas na época reluziam ao sol, como nos conta a *Crónica do Condestabre*: “*o sol [...] daua nas lâças aos homens de pee: de guisa q[ue] as lâças reluziam que pareciam homeês darmas*” (*lança 6*; cf. idêntica referência, desta vez feita por Fernão Lopes: *lança 25*). Esta ponta de lança reluzente era, obviamente, pontiaguda, de forma a perfurar o inimigo.

Como descreve Mário J. Barroca, “*A haste de uma lança, [...] em madeira de freixo, podia atingir dois a três metros, alargando-se, em casos mais tardios, a dimensões [...] impressionantes [...], com 5 e até 6 metros de comprimento*” (BARROCA, 2000, p. 48). Como já foi atrás referido, as lanças de armas dos cavaleiros eram mais compridas do que as lanças utilizadas por peões. Os cronistas, que se referem, em quatro ocasiões, a *lanças compridas*, confirmam esta ideia, pois

em todas elas se referem a lanças empunhadas por cavaleiros (cf. *lança 17, 26, 92 e 93*). Duas outras referências apontam no mesmo sentido. Num momento marcante da batalha de Aljubarrota (1385), os cavaleiros do exército de D. Juan, apercebendo-se que seriam forçados a combater apeados, “*cortarom as lamças e as fezerom mais curtas do que tragiam [...] porque muytos, cuidando de pellejar a cauallo, quamdo virom a batalba pee terra, por se desemuoluer e ajudar melhor dellas as talbauom*” (*lança 66*). Vinte anos depois, na operação que levou à conquista de Ceuta, um batel que transportava os homens de D. Henrique afundou-se, atirando-os para o mar a uma profundidade de “*buña lamça darmas*”. Segundo Zurara, essa altura seria suficiente para colocar em perigo de vida os guerreiros, para mais carregados com o peso das armas.

Por fim, temos o conto (uma peça metálica de dimensões reduzidas) situado na “*extremidade inferior da baste*” e que “*facilitava a tarefa de fincar a lança no solo*” (BARROCA, 2000, p. 48). Zurara conta-nos que, depois da morte trágica de D. Duarte de Meneses, D. Afonso V é aconselhado pelos seus homens a retirar-se imediatamente, dado que os mouros se aproximavam perigosamente. “*E elle aficado de seus requerimentos. ficou o conto da lança no chaão e encostandosse a ella disse callaeuos ca se me conhecesses nom fallaryees assy*” (*lança 130*).

c) Utilização e eficácia

Como já referimos, a lança pode ser utilizada de três formas distintas: pode ser arremessada, utilizada como estoque ou como arma de choque. Apesar de entre a cavalaria predominar esta última forma de utilização, no combate a cavalo, ao longo das crónicas encontramos muitos relatos que apontam quer para a sua utilização para estocar o inimigo, quer (sobretudo) para o arremesso de lanças. Era possível fazê-lo a cavalo. Nos inícios do século XIV (c. 1319), uma escaramuça em Castela envolvendo Portugueses travou-se a cavalo, com arremessos de lança a terem lugar (cf. *lança 4*). Não seria, naturalmente, caso único. Mas, na esmagadora maioria dos casos, os arremessos seriam feitos por guerreiros apeados.

Analisemos uma refrega que poderemos considerar demonstrativa do que habitualmente se passaria e onde as lanças eram arremessadas tanto por cavaleiros

como por peões. Em 1387, uma hoste portuguesa cercara a pequena povoação castelhana de Villalobos (situada na província de Zamora). Junto a essa povoação havia uma cava que era necessário encher. Para o efeito, um grupo de Portugueses decidiu procurar erva nas terras vizinhas. Entre esses Portugueses, seguia Martim Vasques e um escudeiro chamado Diogo Peres do Avelar. O grupo foi, a dada altura, surpreendido por Castelhanos, que os procuravam matar. Eis a descrição que Fernão Lopes nos dá dos confrontos que se seguiram:

E quando os virom [...] conhezendo que eram portuguesses, começaram bradar: *Mata, Mata! Castilba, Castilba!* E elles [...] se desuiarom logo a huum pequeno e baixo logar amotado, que era hij preto [...]//²²⁵. E descaualgarom apressa todos e poseram as bestas aredor de ssy, atadas huumas com as outras; e elles em meo, com as **lanças** nas mãos e as costas huuns contra os outros [...]. Emtom [Diogo Peres do Avelar] caualgou peramtre aquelles que o matar desejaoum; e pero lhe fossem muytas lanças remesadas, nenhuuma foy que lhe empeçesse. E quando vinham a el dhuma parte e dooutra pera o auerem de llevar demcontro, estem dia-sse ao lomgo da besta [...] Os castellãos çercarom emtanto os dezasete que ficauom, sobimdo pella ladeira daquel cabeça e remesando-lhe muytas lanças, assy das que tragiam come das que tomauom aos homens de pee de que grande rumo jazia bem preto delles. Dellas er nom lhe chegauom porque remesauom de fumdo pera çima [...]. [E] outros nom se ousauom tamto de chegar, porque os portugueses, das lanças que lhe emuyauom, tornauom-nas a remesar, e porque era sopee a fumdo e os de cauallo muyto bastos, quantas remesauom nom hiam em vaão [...]! E assy se defemdiam, matando seus emmjgos com as lanças que lhe emprestauom, com que os de matar ouuessem (*lança 82 a 85*).

Partindo desta passagem e da análise de outras referências retiradas das crónicas, podemos retirar algumas conclusões. A lança era a arma preferencialmente utilizada nas surtidas e em operações em que o objectivo principal não era o combate, mas a pilhagem de gado, a recolha determinados bens, como pedras para defesa de uma fortificação ou (neste caso) erva para encher uma vala. Nessas operações a rapidez era um factor essencial, tal como o era evitar o maior número de baixas possível. Para conseguir estes dois objectivos, a lança era de primordial importância, já que permitia manter o inimigo à distância, até

se conseguir fugir ou receber reforços, e evitando confrontos corpo-a-corpo, mais morosos e mais passíveis de gerar vítimas. A lança surge-nos em vários outros contextos: batalhas navais, justas, cercos (cf. *lança 96, 129*), batalhas ou pequenas escaramuças. Também se verifica o uso da lança na escolta de prisioneiros. Nesse contexto, a capacidade de manter o outro (para mais desarmado) a uma distância segura era fundamental, pois evitava que a escolta corresse riscos desnecessários, o que nem sempre era possível. Por várias razões, a arma de escolta poderia tornar-se na arma da execução (cf. *lança 119*), ou na arma da subversão e da conquista da liberdade.

O arremesso de lanças tinha a vantagem de poder atingir o adversário a uma maior distância, quando comparado com o recurso ao estoque. No entanto, tinha algumas desvantagens. Em primeiro lugar, porque a eficácia ficaria certamente reduzida (as probabilidades de acertar no alvo são sempre maiores se este estiver mais próximo). Em segundo lugar, porque, ao fazê-lo, o guerreiro perde a sua lança, que mais tarde poderá querer utilizar como arma de estoque, para manter o inimigo afastado, conseguindo ganhar tempo até chegar socorro ou o inimigo desistir. Arremessar a lança era, na feliz expressão de Fernão Lopes, *emprestar* armas aos inimigos, que as recolhiam e reutilizavam. De facto, era habitual agir como os Portugueses que Fernão Lopes refere, que “*das lamças que lbe emuyauom, tornauom-nas a remesar* [...] *E assy se defemdiam, matando seus emmjgos com as lamças que lbe emprestauom*” (*lança 85*). As armas em boas condições não se desperdiçavam, fossem lanças ou outras. Eram recolhidas para reutilização durante a disputa (cf. *lança 29, 84 e 85*), ou em confrontos futuros ou simplesmente como espólio, que poderia ser guardado ou vendido (cf. *lança 36 e 39*). Em terceiro lugar, porque o acto de arremessar a lança obriga o guerreiro a posicionar-se no terreno, fazer pontaria e, com isso, expor-se a golpes inimigos. Tendo em conta que alguma distância separa os oponentes (caso contrário a lança não seria arremessada mas usada para o perfurar), o inimigo poderá usar também armas que actuem à distância, como lanças, dardos, fundas ou bestas:

“E dos portuguesses nom foy nenhuum ferido nem morto saluo Maaborny, que saymdo fora por tomar das **lamças** pera remesar e colhemdo-sse demtro, foy-lhe remesada huuma **lamça** per Martym Gomçalluez dAtayde, que amdava em

Castella [...], e amtresolhou a **lança** per huumas solhas que trazia, e ouue huuma ferida de que a poucos dias moreo” (*lança 86*).

Algumas armas, pelo seu maior alcance ou pela maior velocidade e força de impacto, superavam a lança em termos de eficácia no combate à distância. Eis um exemplo: os disparos dos besteiros foram fundamentais quando a hoste portuguesa que se encontrava perto de Ciudad Rodrigo se viu forçada a atravessar um curso de água, perante a ameaça de Castelhanos. Estes procuravam atingi-los com arremessos de lanças, mas os besteiros portugueses começaram a disparar contra eles:

“E assy os faziam afastar de ssy, de gujsa que toda a gemte da reguarda passou, que nunca nenhum teue geito de poder remesar **lança** com temor da beestaria” (*lança 91*).

Arremessar a lança era também uma forma de travar um inimigo que se pôs em fuga:

“E quando Joham Rodriguez vio como se todos acolhiam pella porta, e lhe nom podia empeçer como el queria, com menencoria lamçou a **lança** das mãos e arauatou huum castelhano pellas pernas” (*lança 58*).

Arremessar lanças era ainda uma forma de um peão combater um inimigo que atacava a cavalo, derrubando-o quando este ainda se encontrava a alguma distância, ou seja, antes de poder atingir com eficácia os adversários com a lança deitada ou com a espada. Quando, segundo Fernão Lopes, o Mestre de Alcântara atacou a carriagem portuguesa em Aljubarrota, os peões e besteiros responsáveis pela sua guarda “*defemdiam-sse com setas e dardos, de guissa que os de cauallo nom lhe podiam empeçer, amtes recebiam delles dano, moremndo alguuns do tirar das beestas e remesar das lanças*” (*lança 69*; cf. *lança 83, 85*).

O arremesso das lanças era potenciado ou prejudicado consoante a escolha do terreno. Colocando-se numa posição mais elevada, os combatentes conseguiam retirar potência aos arremessos dos adversários e aumentar a eficácia dos seus. Como escreveu Fernão Lopes, na longa citação com que iniciámos esta

análise, “*porque era sopee a fumdo [...] quantas [lanças] remesauom nom biam em vaão*” (*lança 85*).

A lança arremessada era muitas vezes uma arma mortal. E mesmo não matando, poderia provocar ferimentos bastante graves, sobretudo quando as protecções de corpo estivessem mal colocadas ou ausentes. Por vezes, a ponta da lança encontrava o seu caminho por entre os intervalos das solhas. Numa escaramuça entre os homens de Nun’Álvares Pereira e alguns Castelhanos, “*foy ferido gôçalleaõs de huõ viratõ: e gomes guarçia de hũa lâça q[ue] lhe foy remessada: e falsoulbe hũas solbas q[ue] trazia per antre lamina e lamijna*” (*lança 19*). Por esse motivo, o arremesso de uma lança era sempre temido. As protecções de corpo não davam total garantia de protecção. Recordemos que foi com um arremesso de lança que o irmão de Nuno Álvares Pereira terá tombado, no campo de Aljubarrota:

“O conde afirmou [...] que el vijra andar huum homeem da parte dos castellaõs bem armado e em çima dhuum cauallo [...], que lhe pareçya e assy o tiinha sem duuyda que era dom Pedralvarez Pereyra [...], seu jrmaõ; e andando assy antre os outros, que el vijra hir huuma **lança** pello aar da parte dos portugueeses nom muy leuantada da terra, quanto podya seer huum tijro de besta de terreyro, e que fora dar a aquelle homem que el assy pensaua que era sseu jrmaõ, e que logo caira em terra, e nom o ujra majs” (*lança 70*; cf. também *lança 16 e 71*).

Assim sendo, é natural que a repetida simulação do arremesso fosse, por vezes, suficiente para manter o inimigo a distância segura (cf. *lança 116*). Este gesto ameaçador tinha uma dupla vantagem: mantinha o inimigo à distância e permitia que o guerreiro conservasse a lança em sua posse.

A lança de arremesso era também utilizada na guerra naval. Zurara descreve--nos um episódio onde isso se verifica:

“E quis deos [...] que aquella meesma consiraçom que os contrayros ouuerom de aferrar assy a carauella daquella segunda uez lhe trouxe o principal dampno ca ficaua aos nossos a gallee toda de longo pera os tyros das bombardas de guisa que cada uez que a pedra sahya destroya quanto achaua de popa a proa que

noom ficauam pauesadas nem rombadas matando e aleijando quanta gente acerta ante ssy. da gallee Jugauam acerca de LR beestas. e assy com ellas como com as **lanças** e gorguzes fazyam assaz trabalho aos nossos” (*lança* 125).

Esta passagem (extremamente rica, no que toca à guerra naval) mostra-nos bem a passagem da guerra naval antiga para a guerra naval moderna. A primeira era feita com galés dotadas de esporões usados para “*aferrar*” a outra embarcação e armas de arremesso (bestas, lanças de arremesso e gorguzes). A segunda, que reinaria no Atlântico e no Índico nos séculos seguintes, era feita com canhões e veleiros, precisamente o título de uma obra clássica de Carlo Cipolla sobre o tema (CIPOLLA, 1989). O arremesso de lanças a partir de embarcações não aparece muito documentado nas crónicas, em parte porque a guerra naval surge nelas de forma subsidiária. Mas de qualquer modo, seria uma prática minoritária, quando comparada com a utilização de bestas, arcs, espingardas e trons.

A lança é uma arma que não se revela totalmente eficaz na luta corpo-a-corpo. Quando há um grande aglomerado de combatentes num curto espaço, a manobra da lança torna-se mais difícil. Por isso, optava-se por outras armas (armas brancas ou armas de choque) ou, então, optava-se por encurtar as lanças, como fizeram os Castelhanos em Aljubarrota, aparentemente sem grandes resultados práticos (cf. *lança* 66).

A lança revela-se muito eficiente a curta distância, podendo servir para manter o inimigo a uma distância segura (adquirindo aqui uma função bastante defensiva, como vimos). E isso acontece mesmo quando não é usada como arma de arremesso. Também como estoque, a lança obriga o inimigo a manter-se afastado, pelo menos à distância equivalente ao do comprimento da arma. Veja-se o que fizeram os Portugueses liderados por Martim Vasques, quando se encontram cercados por Castelhanos:

“E quando os virom [...] conhecemdo que eram portuguesses, começaram bradar: Mata, Mata! Castilha, Castilha! E elles [...] se desuíarom logo a huum pequeno e baixo logar amotado, que era hij preto [...]. E descaualgarom apressa todos e poseram as bestas aredor de ssy, atadas huumas com as outras; e elles em meo, com as **lanças** nas mãos e as costas huuns contra os outros” (*lança* 82).

Para uma melhor análise da forma de utilização da lança como arma de estoque, será conveniente recuperar aqui os conselhos dados pelo condestável aos seus homens, antes do início da batalha de Aljubarrota:

“O Condestabre de Portugal andaua emcima dhuum cauallo per ante a ssua avanguarda e allas [...] dizendo que todos andassem muyto passo quando os castellaãos mouessem, e ao juntar esteuessem quedos e firmassem bem os pees, teendo as lanças dereitas, apertadas so o braço, o majs perlongadas que podessem; e quando os emijos chegassem, que posessem as **lanças** em elles de guysa que prendessem, e entom botassem quanto podessem; e os que esteuessem de tras que chegar nom podessem com as **lanças**, que botassem os outros ante ssy; louuando-os com boom e ledó sembrante” (*lança* 62).

Para uma utilização eficaz da lança, o condestável recomendou que, antes do contacto com os adversários, os seus homens se mantivessem parados e bem firmes no chão, de forma a não perderem o equilíbrio durante o combate. Aconselhou-os, de seguida, a esperarem pelo adversário com a lança muito bem presa sob o braço e bem direita (na horizontal). Cumpridas estas regras, restava esperar a chegada do inimigo para atingi-lo de forma a perfurar as suas defesas. Não deixava de ser importante o papel dos homens que ficam na segunda linha. Embora não pudessem atingir o adversário, podiam incentivar, apoiar e empurrar os companheiros, criando maior pressão nas linhas inimigas.

Em 1435, a hoste portuguesa liderada D. Duarte de Meneses marchava através de um paul quando se deparou com a presença ameaçadora de muçulmanos na margem. D. Duarte colocou os “*que tijnham melhores cauалlos*” na dianteira e ordenou que avançassem na direcção dos inimigos. Aos seus homens disse: “*leuaae uossas lanças certas nas mãaos e por que ante que sayaaes de todo fora da augua os cauалlos ham dachar onde fyrmem os pees [...] e começaae de os tyrar da par da augua quanto poderdes*” (*lança* 113). Como vemos, o estoque também poderia ser efectuado a cavalo mas, para tal, era essencial que a montada se mantivesse estável.

A forma de suster firmemente a lança colocando-a debaixo do braço era muito utilizada pela cavalaria pesada da época, tendo a lança passado a assumir uma função de choque. O seu impacte, impulsionado pelo galope da montada,

quebrava a linha de peões adversários ou derrubava o cavaleiro inimigo. Uma das formas de concretizar este último objectivo passava por atingir a montada. Durante o reinado de Afonso IV, o irmão do Mestre de Avis foi ferido num confronto em Castela. Tendo testemunhado o episódio, o Mestre de Avis usou as seguintes palavras para descrever o momento em que o irmão foi atingido: “*loguo sem mais detemça coreram a ele com lamças sobre os braços, e mataramlbe o cauallo e feryram a ele no braço dereyto*” (*lança 5*). A descrição que Fernão Lopes nos dá da batalha de Atoleiros (1384) mostra também esta forma de actuar:

“Emtom moverom os Castellaãos com grande esforço comtra elles, as **lamças** so os braços mui rrijo demcontro, damdo grandes vozes e alaridos, chamando Castilha, Samtiago. Nuno Alvarez e os da ssa parte, chamamdo Portugal e sam Jorge, abaixarom as lamças cada huã ao seu; e os cavallos topamdo em ellas, e alguũs delles cahirom logo em terra com seus donos [...]” (*lança 33*).

Para segurar e controlar a lança, tornando-a mais precisa, os cavaleiros colocavam-na, como se disse, “*so os braços*” (cf. *lança 5, 33, 34, 35 e 40*) e, para a ajudar a fixar, utilizavam o riste (cf. *lança 89*), peça do seu arnês onde o conto da arma era deitado (cf. MONTEIRO, J. G., 1998, p. 546), ou o brocal do escudo (cf. capítulo 1.1.). Estes elementos procuravam impedir que a lança resvalasse no momento do impacto com o adversário. Quando isso ocorria, os riscos de falhar o golpe aumentavam. Ou, no caso de uma justa, aumentavam as probabilidades de provocar ferimentos não desejados. Foi numa justa que João de Holanda, condestável do Duque de Lencastre, precisamente por não levar “*bem a llamça na reste [...]ferio o cauallo [do oponente] no pescoço de guissa que moreo*” (*lança 89*). A utilização da lança a cavalo surge com algumas boas referências, sobretudo em relação a episódios de justas. Recordemos o episódio do Português que participou numa justa e não ouviu os bons conselhos dos companheiros, que o aconselhavam a utilizar o fraldão juntamente com as solhas. Por o não ter feito acabou por sofrer um grave ferimento que lhe causou a morte, porque o seu adversário “*nom leuamdo a lamça bem asessegada, emcontrou-ho baixo per aqueçimento*” (*lança 80*).

Se é certo que os cronistas utilizavam o termo *lanças* para se referirem a homens armados com esta arma, sobretudo a forças de cavalaria, também é verdade

que os que combatiam com lanças usavam (quase) sempre também outra(s) arma(s). Há várias razões para esse facto. Num confronto, seja uma grande batalha, seja uma pequena refrega entre uma dezena de combatentes, seja numa operação de cerco, os inimigos iam-se gradualmente aproximando uns dos outros. Faziam, de certo modo, o caminho que traçámos no início do estudo das armas ofensivas. Combatiam a média distância, com bestas, ou a curta distância, com lanças. E a dado momento as distâncias encurtavam-se totalmente. Vimos que para cada um destes passos há uma arma ou um tipo de arma adequado e a lança tem o seu momento. Passado esse momento, as lanças cobrem o chão (cf. *lança 29*) e as espadas e as fochas são empunhadas (cf. *lança 8, 20, 27, 67, 68 e 118*). Mas há outras razões. Um guerreiro que usasse a lança como arma de arremesso teria de trazer consigo outra arma, para não correr o risco de ficar desarmado quando ficasse sem lanças. Por fim, a lança era uma arma eficaz mas relativamente frágil, e era comum partir-se depois do(s) golpe(s). Conta Fernão Lopes que, na luta que se gerou numa incursão portuguesa a Badajoz, “*o cavallo de Gill Fernandez trazia ja na testa hũu ferro de lança com hũu traçom d’asta, e assi andou depois na pelleja*” (*lança 21*; cf. ainda *lança 8, 15 e 34*). Num combate nos campos de Benamarim, D. Duarte de Meneses atacou um muçulmano e “*meteo a lança toda neelle de guisa que ao cayr do mouro nom a pode dom Duarte tyrar e dentro lbe ficou o ferro com buum traçom da aste no corpo*” (*lança 114*).

Há vários testemunhos de ferimentos provocados por golpes de lança, muitos deles mortais (cf. por exemplo, *lança 1, 2, 118 e 119*). Já fizemos referência ao ferimento provocado em “*gomes guarçia de hũa lâça q[ue] lbe foy remessada: e falsoulbe hũas solbas q[ue] trazia per antre lamina e lamijna*” (*lança 19*). Também na zona do peito “*deram buuma gram ferida com buuma lamça darmas per çima dbuuma booa cota a Vaasquo Louremço Meirinho*” (*lança 59*). Numa justa, um dos cavaleiros “*encontrou [...] o outro no pesçoço; e pero trouuesse dous camaaes e buum gorjall, pasou-lbe todo e teue a llamça da outra parte*” (*lança 81*). Noutra justa, Álvaro Gomes equipou-se com solhas, mas não colocou o fraldão, e o adversário “*emcontrou-ho baixo per aqueçimento, e ouue huuma ferida de que depois moreo*” (*lança 80*). Ao procurar recolher lanças para arremessar, um cavaleiro inglês foi atingido “*e amtresolbou a lamça per buumas solbas que trazia, e ouue huuma ferida de que a poucos dias moreo*” (*lança 86*). Na

operação de Ceuta, Vasco Martins de Albergaria enfrentou um mouro “*gramde e crespo todo nuu, que nom trazia armas senam pedras.*” Tendo sido atingido por “*buña tam gram pedrada [...] sobre o baçinete, que lhe lamçou a cara fora [...] Vaasco Martinz nom perdeo o tempo, mas ajmda ho mouro nom auia uagar de sse uyrar da outra parte, quamdo elle adiamtou seus pees, e correo a lamça pollas mãos, e passou ho com ella de parte a parte*” (*lança 104*). Em outro confronto, também num cenário norte-africano, D. Duarte de Meneses atingiu um dos adversários também no peito, por duas vezes:

“com a **lança** lhe deu tal golpe que pero o mouro trouesse boa cota ouuelha porem de passar e lhe deu huma feryda com que o mouro embellecou. E assy como recolheo a **lança**. assy tornou outra uez a elle de manteneente e acertouho per huma abertura que a cota tijnha dyante e meteo a **lança** toda neelle de guisa que ao cayr do mouro nom a pode dom Duarte tyrar e dentro lhe ficou o ferro com hum traçom da aste no corpo” (*lança 114*).

Numa outra escaramuça, ocorrida mais de um século antes, em tempo de D. Dinis, por sinal envolvendo o escrivão do Infante D. Afonso, Pero Gonçalves, um homem foi atingido por uma lança arremessada pelo referido Pero Gonçalves, “*que lhe dera pelas espadoas, e sayo ata os peytos*” (*lança 4*).

Estes episódios são um sinal de que a lança vencia muitas vezes o duelo particular com as protecções de malha ou de placas metálicas. São também um sinal de que alvejar o peito do inimigo era um dos estratagemas habituais de quem manejava a lança, como se comprova pelo exemplo seguinte. Em 1435, a hoste portuguesa liderada D. Duarte de Meneses encontrou-se num paul e ameaçada pela presença dos muçulmanos na margem. D. Duarte ordenou então que os seus cavaleiros avançassem na direcção do inimigo, atravessando o terreno alagado em direcção aos peões mouros. Estes, quando viram que os Portugueses “*metyam assy os caualllos ousadamente a nado e que trazyam as lanças endereçadas pera os peitos delles afastaronse da ourella da augua*” (*lança 113*).

Mesmo quando não conseguiam ultrapassar as defesas corporais, o impacte dos golpes causava dor e incómodo. Quando Nun’Álvares Pereira se viu rodeado por vários Castelhanos armados de lanças, só não ficou ferido “*por hya tã*

b armado de bõas solbas e muy fortes nenba lança o nõ podia entrar: e se nõ o maçauã os golpes eram muy grandes e muytos” (lança 9).

Mas nem sempre se golpeava com o ferro. Por vezes surgiam ocasiões em que o guerreiro usava a haste (cf. *lança 129*) ou o conto da lança para atingir o inimigo, tentando derrubá-lo do cavalo ou dos muros de um castelo.

3.3.3. Azcumas

Azcuma ou áscuma é um vocábulo de origem obscura, provavelmente do basco *askon* ou *azkona*, significando *venábulo, dardo* (cf. MACHADO, 1995, vol. I, p. 329). Martin de Riquer defende também essa origem geográfica, considerando-a própria de Navarros e Vascos, mas Soler del Campo, por sua vez, considera que a grande difusão que esta arma teve não permite definir com certeza a sua origem (cf. SOLER DEL CAMPO, 1993, p. 40).

Soler del Campo afirma que a azcuma “*subsiste até à segunda metade do século XIV*”, dado que as crônicas analisadas não contrariam, já que apenas referem o seu uso até cerca do ano de 1384.

Ainda de acordo com Álvaro Soler del Campo, a azcuma era uma arma popular, usada como instrumento de caça e “*especialmente apropriada para a infantaria*”, embora as fontes mostrem a sua utilização por cavaleiros, quer na sua formação e treino, quer na prática da montaria. As crônicas confirmam estes dados. Um peão armado de azcuma protegeu Nun’Álvares Pereira contra guerreiros de Castela (cf. *azcuma 1 e 7*). Nas alterações que promoveu no armamento português, D. Fernando escusava o escudeiro do paço de trazer dardos “*pois tragia azcuma ou lança*” (*azcuma 3*), sinal de que a azcuma era utilizada em combate. Por fim, três referências encontradas nas crônicas mostram a azcuma a ser efectivamente utilizada em episódios de caça (*azcuma 4, 5, e 6*). Num desses momentos, é referido que a azcuma era transportada pelo pajem do Infante D. João (cf. *azcuma 5*).

Em termos morfológicos, a azcuma deveria apresentar uma lâmina de folha triangular e base curva, com nervo central de secção romboidal. Este ferro teria um comprimento aproximado de 20 cm (cf. SOLER DEL CAMPO, 1993, p. 40; cf. também MONTEIRO, J. G., 1998, p. 532 e 533). Fernão Lopes dá-nos conta da

existência de azcumas com função cerimonial, dadas como oferta de D. Fernando ao rei de Granada, e ricamente adornadas:

“el-rrei dom Fernando [...] enviou estonce [...] trinta **azcumas** todas com contos e anguados de pratas dourados, que levarom quareenta e seis marcos de prata em guarnimento” (*azcuma 2*).

Soler del Campo (1993, p. 40) contesta o uso da azcuma como arma de arremesso. Mas a verdade é que as crônicas, nas poucas referências que fazem a esta arma, desmentem essa apreciação. Como vimos atrás, estando Nun'Álvares Pereira em apuros, perante vários Castelhanos, veio em seu socorro “*buũ pyam [...] que chamauã lopaalurez*”. Este colocou-se “*antre Nunalurez e os castellaãos. E [...] remessou buũ castellaão cõ hũa azcuma que trazia que deu cõ elle em terra*” (*azcuma 1*; cf. *azcuma 7*). Quando andava a caçar em terras de Riba-Côa, o Infante D. João deparou-se com uma peça de caça:

“e em saindo-sse o porco, nom querendo aguardar de justa, o iffante o remessou; e entom foi feita a mais fremosa **azcumada** de seu braço que até ali fora vista nem ouvida antre monteiros, porque as cuitellas da azcuma entrarom pellos polpoões da coxa e cortarom os ossos e as juntas e sahirom as cuitellas com toda a asta pello conto da **azcuma** da outra parte da calluga da espalda” (*azcuma 6*).

Esta descrição põe também em relevo a grande eficácia que esta arma teria ao atingir um oponente desprovido de protecções metálicas. Tratou-se de um golpe violento, que cortou ossos e articulações e trespassou o animal de um lado ao outro.

Tendo em conta o que ficou dito, poderíamos ponderar a colocação da azcuma na família das armas de arremesso. Porém, não temos uma base documental suficientemente extensa para podermos, *em relação a esta arma*, tirar conclusões muito sólidas. É inquestionável que, ao contrário do que escreveu Soler del Campo, a azcuma servia como arma de arremesso, mas não podemos interpretar que fosse essa a forma mais habitual de uso. Por esse motivo, e seguindo o que anteriormente definimos, optámos por considerar a azcuma preferencialmente como uma arma de haste (o mesmo aconteceu, também, em relação à azagaia).

3.3.4. Azagaia

As azagaias são as lanças dos muçulmanos. As crônicas são claras quanto à origem dos seus utilizadores. Em todas as referências feitas, a azagaia é empunhada ou arremessada por um combatente muçulmano do Norte de África. A própria etimologia o comprova. Segundo José Pedro Machado, zagaia ou azagaia deriva do árabe “*az-zagaia*” e tinha o significado de baioneta (MACHADO, 1995, vol. V, p. 415). A sua ligação aos reinos ibéricos deve-se decerto ao envolvimento dos reinos cristãos em confrontos com os muçulmanos. Segundo Soler del Campo, a azagaia era uma das lanças de arremesso que teve grande difusão no Al-Andalus (SOLER DEL CAMPO, 1993, p. 47).

Os muçulmanos utilizavam as azagaias tanto a cavalo (cf. *azagaia 2*) como a pé. Quando avançavam para o inimigo, conta Gomes Eanes de Zurara que o faziam “*muy ryJos blandindo suas azagayas e dando muy grandes allarydos como gente ousada e segura da uitorea*” (*azagaia 3*). A azagaia podia ser usada como arma para estocar, como aconteceu numa peleja que ocorreu após o fim do cerco de Alcácer-Ceguer. Portugueses e muçulmanos encontraram-se e envolveram-se em confrontos:

“E em estando huuns e os outros na pelleia. fezerom uolta os mouros atee carrarem com suas bandeyras. onde eram os alcaydés. onde esteueram aos botes das lanças e das *azagayas* huuns com os outros hum pouco” (*azagaia 5*).

A azagaia era, também, utilizada como arma de arremesso. Esta forma de utilização foi, aliás, a que mais vezes surgiu nas crônicas (seis casos num total de onze referências – cf. *azagaia 4, 6, 7, 8, 9 e 10*). Numa surtida realizada a partir de Alcácer-Ceguer, Rodrigo Afonso, capitão da hoste portuguesa, “*ouue logo huma azagayada per huum braço*”, porque os muçulmanos que perseguia “*entenderom em elle pella mayor parte ao remessar*” (*azagaia 4*; cf. *azagaia 9*). Numa nova surtida, os Portugueses viram-se cercados por muitos inimigos no arraial:

“onde sse começou huma pelleia grande e aspera. por que a nuvem das *azagayas* pedras e seetas que os mouros lançaom vijnham pello aar tam bastas que caasy fazyam sombra ao sol. como a ssua multydom era grande e tijnham muyta

melhorya sobre os nossos assy na altura como na soma eram suas armas muy perijgosas” (*azagaia 7*).

Em dificuldades, os Portugueses responderam “*mais [...] em botes de lanças que em armas de rremesso ataa que lbe tornarom a rremessar as suas meesmas azagayas*” (*azagaia 7*). Esta é a única referência ao uso de azagaias por parte dos Portugueses e, como vemos, tal aconteceu como último recurso. Os Portugueses poderiam ter arremessado as suas lanças, mas inteligentemente optaram por arremessar as azagaias do inimigo, guardando as suas lanças para as poderem usar como arma de mão, caso o desenrolar do combate conduzisse, como seria de esperar, a uma maior proximidade entre as duas hostes. Nem sempre esta forma de actuar foi seguida. Quando atacou uma aldeia próxima de Alcácer, D. Duarte de Meneses e os seus homens foram recebidos com arremessos de azagaias, tendo até o capitão sido atingido por uma: “*e assy aquella azagaya como outra que lbe foy remessada mandou dom Duarte logo quebrar por que nom podessem por aquella uez aproueitar*” (*azagaia 6*).

O arremesso de azagaias não se limitava a combates e refregas, ocorria igualmente em operações de cerco. Era mais uma forma de os sitiantes procurarem causar danos aos sitiados, com alguma eficácia, podemos acrescentar. Ao fazer o balanço das baixas portuguesas do segundo cerco de Alcácer-Ceguer, Zurara diz-nos que “*foram mortos dos christãos xxj .s. dez que matarom as bombardas e os outros seetas e azagayas*” (*azagaia 10*).

A eficácia do golpe das azagaias dependia da forma como estas eram usadas, da força colocada no golpe e também da zona do corpo do inimigo que atingiam. Quando arremessadas, a precisão tenderia naturalmente a ser menor do que quando era utilizada como arma de mão, mas mesmo assim revelavam-se bastante eficazes. Rodrigo Afonso (já o dissemos) foi ferido num braço (cf. *azagaia 4*), tendo sido derrubado do cavalo. Diogo Afonso de Aguiar, cavaleiro da Ordem de Avis, “*cuja armadura de corpo ficara baixa. e [...] nom era armado de gorjal nem de babeyra*”, foi “*ferido na garganta sob o noo do pao de huma azagaya a qual lbe cortou as guellas de que cayu morto em terra*” (*azagaia 8*). Num ataque de surpresa a uma aldeia muçulmana do Norte de África, em 1459, feito ao raiar do dia, apenas houve a registar uma vítima do lado português: “*huum fidalgo a que chamauom eitor de melloo ouue huma ferida com huma*

azagaya em huma perna” (*azagaia 11*). Também D. Duarte de Meneses não escapou aos arremessos certos dos muçulmanos:

“o capitam foy remessado de huma **azagaya** que per uentura lhe fezera fazer fim da uida se nom teuera a ponta reuolta. ca era remessada de huom uallente mouro grande e mancebo e acertou na cabeça do lagarto onde nom foy outro dampno senom quanto leuou huom pedaço da calça e fez tamanha pisadura que per dyas durou em guarecer o coyro de cima” (*azagaia 6*).

As armas de haste tiveram um papel fundamental na guerra medieval. Pela sua simplicidade de fabrico e de uso, pelo preço acessível dos modelos mais rudimentares, eram armas bastante comuns. Talvez a sua universalidade, ou “democraticidade”, tenha sido uma das causas da sua queda enquanto símbolo, destronada pela espada (apesar de tudo muito mais ligada à cavalaria do que à peonagem).

As lanças podiam ser usadas de três formas distintas: como arma de estoque, como arma de arremesso ou como arma de choque, uma prática exclusiva da cavalaria pesada. Em batalha ou em escaramuças, a lança faz a sua aparição no momento em que o inimigo está a curta distância, podendo ser atingido pelo arremessar ou pelo uso da lança como estoque. Quando a distância diminuía ainda mais, a lança era abandonada, por perder a sua eficácia, face a armas mais fáceis de manejar nesse contexto, as armas brancas e as armas de choque. Um peão ou um cavaleiro não podiam, por isso, usar apenas a lança, precisavam de outras armas. Até porque a lança se perdia ou se quebrava frequentemente quando usada. Utilizada a cavalo ou a pé, a ponta da lança procurava geralmente o peito do inimigo. Era a área mais fácil de atingir. Com a vantagem de, mesmo que o inimigo não fosse ferido, pudesse pelo menos ser derrubado e novamente golpeado, nessa posição desfavorável.

As azcumas, designação de origem peninsular, dividiam a sua função entre a guerra e a caça. Tanto numa como noutra, eram armas de estoque e de arremesso, consoante a circunstância o ditava. Desapareceram cedo, datando os últimos registos do seu uso de finais do século xiv.

A azagaia era a lança dos muçulmanos. E era usada do mesmo modo que a azcuma e a lança, com excepção do uso como arma de choque, já que os muçulmanos não utilizavam a cavalaria pesada.

CAPÍTULO 4

ARMAS DE ARREMESSO E ARMAS DE FOGO PORTÁTEIS

As armas exclusivamente de arremesso são armas individuais que permitem o combate a curta (no caso das armas de arremesso muscular) ou a média distância (no caso das armas de propulsão neurobalística). A média distância podiam, no caso das bestas, atingir os 100 a 200 metros (cf. Mário Jorge Barroca, *in* BARROCA / MONTEIRO / FERNANDES, 2000, p. 361).

Atacar o inimigo à distância tinha a vantagem de garantir maior segurança e, por outro lado, como vimos no início do estudo do armamento ofensivo, diminuir a repulsa inerente ao acto de matar. As armas de arremesso integram duas variantes, de acordo com a origem da força utilizada para projectar a arma. Em primeiro lugar, temos as armas de propulsão muscular, que são arremessadas apenas contando com a força muscular do guerreiro. Em segundo lugar, temos as armas neurobalísticas, que utilizam a tensão de cordas para dar uma grande velocidade e força ao disparo. Por fim, podemos incluir ainda neste capítulo as recém-chegadas armas de fogo portáteis (armas pirobalísticas), a colobreta e a espingarda, que também actuam à distância, disparando o projectil graças ao poder explosivo da pólvora.

Para o homem medieval, estas armas tinham uma conotação vil, precisamente porque actuavam à distância, ou seja, de forma desonrosa quer para quem mata, quer para quem assim morre. Em 1386, Nun'Álvares Pereira, dialogando com D. João I, condenou a guerra de cerco precisamente porque nestas operações muitos cavaleiros eram mortos com armas de arremesso por adversários que, na luta individual corpo-a-corpo não o conseguiriam fazer. Com estas,

“*mata buum villaão [um cavaleiro] com buuma beesta ou pedra que deita do muro, sem bem nenbuum que per as mão faça*” (*pedra 28*). Esta visão *moralmente ou eticamente* negativa das armas que actuam à distância não é um exclusivo ou uma invenção medieval (cf. O’CONNELL, 1995, pp. 32 e ss.). Como quer que seja, nenhum capitão e nenhum rei as dispensavam nas suas hostes. O seu valor na guerra de cerco e nas batalhas era, como vamos ver, demasiado grande para os governantes se poderem dar ao luxo de prescindirem delas.

4.1. Armas de propulsão muscular

As armas de propulsão muscular que encontrámos nas crónicas são as que se apresentam na **tabela 12**:

		CSR	CC	CDF	CDJ I	CDJ II	CTC	CDD	CDM	total
Armas de propulsão muscular	Dardo	3	2	2	13	2	2	0	0	24
	Funda	0	0	3	2	1	0	0	3	9
	Gorguz	0	0	0	0	0	0	0	3	3
	Paus	0	0	0	0	0	0	0	1	1
	Pedra / canto	4	6	3	17	15	7	0	12	64

Tabela 12 – Armas de propulsão muscular

a) Dardo e gorguz

O *dardo* era uma arma utilizada pela peonagem, como o demonstra a exigência feita por D. Fernando, em 1373, de que “*os homens de pee de viinte anos acima aviam de teer funda e lança e dous dardos*”, com excepção do “*escudeiro do paaço, pois tragia azcuma ou lança*” (*dardo 6*). As crónicas analisadas oferecem-nos 24 referências que, na sua esmagadora maioria, confirmam esse uso entre os peões portugueses e castelhanos. Confirmam ainda o uso combinado de lança e dardo (cf. *dardo 4, 5, 10 e 14*) e punhal (cf. *dardo 5 e 14*).

O dardo assemelha-se a uma pequena lança, muito curta e fina, que era de utilização corrente como arma de arremesso nos finais do século XIV e nos

inícios do século xv, sendo eficaz sobretudo a curtas distâncias (cf. MONTEIRO, J. G., 1998, p. 538). Efectivamente, várias citações referem ou sugerem de forma bastante clara que o dardo era arremessado para atingir o inimigo. Na *Crónica dos Sete Reis*, é feita a alusão a um cavaleiro a quem um vaqueiro “*emuyoulbe bum dardo e deu lhe com ele*” (*dardo 1*). Na mesma crónica, o aio de D. Álvaro de Sousa descreve ao rei de Castela como um Castelhanao lhe “*remeçou bum dardo e pasou uma perna a mula. A qual ficou mamqua*” (*dardo 3*). Em Atoleiros (1384), alguns cavaleiros “*ante que de todo chegassem topar na batalha, eram feridos de viratoões e dardos que lamçavom homes darmas*” (*dardo 8*). No mesmo ano, num confronto entre Castelhanos e uma hoste portuguesa comandada pelo alcaide do Alandroal, os peões que estavam integrados nesta última “*começaram a despender daquelles dardos nos cavallos dos Castellaãos*” (*dardo 9*). Também em 1384, durante o cerco castelhano a Almada, catorze elementos dos sitiados que procuraram recolher água doce na ribeira foram “*mui mall feridos de seetas e de dardos*” (*dardo 15*). Por ocasião do cerco de Lisboa (também em 1384), um cavaleiro castelhano (Afonso Guterres de Padilha), ao serviço do Mestre de Avis, protegia uma galé portuguesa, evitando a sua tomada pelos Castelhanos, até que “*veo huũ dardo per aqueeçimento, ho quall [...] lhe apomtou demtro na boca [...] com que foi forçado de cabir da proa afumdo*” (*dardo 16*).

Outras conclusões podemos retirar a partir destas referências. Verificamos que o dardo não era só uma arma de guerra, pois também o vemos ser usado para resolver uma rixa (cf. *dardo 3*). Na guerra, era usado em todo o tipo de confrontos. Encontramos o uso de dardos em batalhas importantes, como Valverde e Aljubarrota. No primeiro recontro, atingiam, juntamente com lanças e virotões, a hoste de Nun'Álvares Pereira, momentaneamente desorientada pelo súbito desaparecimento do condestável, que, na ficção do cronista, se teria retirado para orar (cf. *dardo 18*). Em Aljubarrota, os dardos foram usados pelos homens da retaguarda portuguesa. Estes procuravam manter a cavalaria castelhana, comandada pelo Mestre de Alcântara, D. Gonçalo Nunez, a distância segura:

Para tal, estes “homeens de pee e beesteiros que foram ally postos por guarda da cariegem [...] defemdiã-sse com setas e dardos, de guissa que os de cauallo nom lhe podiam empeçer, amtes reçeibiam delles dano, moremdo alguuns do tirar das beestas e remesar das lamças (*dardo 17*).

Dada a sua forma de utilização (arma de arremesso de curto alcance), o seu uso em operações de cerco seria não só útil como habitual. A comprová-lo está o esforço de armazenamento “*descudos e lamças e dardos e beestas de torno, e doutras maneiras*” (dardo 13) nos caramanchões e torres lisboetas, perante a ameaça (que se viria a concretizar) de um cerco castelhano, em 1384. Mesmo entre os muçulmanos esta arma teria alguma popularidade, uma vez que os Portugueses encontraram em Ceuta, após a conquista da cidade em 1415, “*dardos [...] em grande abastança, as quaaes cousas foram achadas na taraçenas*” (dardo 20). Esta referência permite-nos concluir que o uso de dardos enquanto arma embarcada era algo de comum neste período. Fernão Lopes fornece-nos dados que fortalecem esta hipótese. O cronista refere que, para fazer frente a um ataque por mar a Lisboa, o Mestre de Avis entregou “*a dom Louremço, Arçebispo que emtom era de Bragaa*” a missão “*darmar as naaes e gallees que avia na çidade*”. Um dos problemas detectados foi precisamente que “*hi nom avia escudos e dardos que sse perderom nas armadas que fezera elRei dom Fernamdo*”. Por esse motivo, “*serravom bordos e faziam dardos*” (dardo 12).

Quanto ao *gorguz* – termo provavelmente de origem berbere, segundo J. Pedro Machado, (cf. MACHADO, 1995, vol. III, p. 165) – era também uma arma de arremesso, certamente muçulmana. O *gorguz* é referenciado apenas por três vezes. Nessas situações, é utilizado (sempre como arma de arremesso) por piratas franceses (*gorguz 1, 3*) e por guerreiros muçulmanos (*gorguz 2*).

Todos estes dados confirmam a especialização dos dardos (e dos gorguzes) enquanto armas de arremesso. Pelo que se aplica aqui o que anteriormente dissemos sobre a utilização da azagaia, que seria uma variante do dardo (cf. M. J. Barroca, in BARROCA / MONTEIRO / FERNANDES, 2000, p. 361), e das restantes armas de haste quando utilizadas como armas de arremesso. Por esse motivo, remetemos o leitor para esse capítulo (cf. cap. 3.3.).

b) Fundas, pedras e paus

A funda é uma arma simples e muito antiga. É feita a partir de materiais, como o couro e a corda, que tenham alguma elasticidade (cf. Mário J. Barroca, in BARROCA / MONTEIRO / FERNANDES, 2000, p. 361), factor importante, pois

imprime ao projectil – geralmente uma pedra – maior velocidade. A sua idade rondará, provavelmente, milhão e meio de anos e “*constitui o primeiro exemplo de arma verdadeiramente artificial. Simplesmente, não há na natureza modelos de lançamento de pedras mediante força centrífuga*” (O’CONNELL, 1995, p. 31 e 32). Na Bíblia, foi a arma de David. Na Idade Média portuguesa, os seus utilizadores não são tão ilustres, mas existiam. Em 1373, quando D. Fernando legislou sobre o uso do armamento que deveria ser usado no reino, ficou decidido que “*os homens de pee de vinte anos acima aviam de teer funda e lança e dous dardos*” (*funda 1*). Ficou ainda definido que entre “*outros homens de pee avia bi fundeiros, que havia cada hũu de teer duas fundas fustes, que chamavam de manguella, e outras duas fundas de mão*” (*funda 2*). Estas escassas linhas são, no entanto, bastante ricas em termos de informação. Por um lado, comprovam que a funda era bastante popular entre a peonagem portuguesa, apesar de tal não transparecer demasiado nas páginas das crónicas. Este esquecimento por parte dos cronistas deve-se ao carácter subsidiário da arma (quem as usa, geralmente usa também a lança e o dardo, possivelmente também a adaga) e ao baixo estatuto social dos seus utilizadores. Mas a existência de *fundeiros*, apenas equipados com fundas (provavelmente trariam também adagas ou cutelos) mostra que se dava valor à funda. Se o arremesso de pedras era tão frequente como temos estado a ver, é natural que uma arma que aumenta o alcance desses arremessos fosse procurada. Para mais, era de fabrico fácil e, com algum treino, facilmente manejável.

Pelo que atrás ficou dito, vemos que existiam dois tipos de fundas: as *fundas de mão* e um segundo tipo que Fernão Lopes designa por *fundas fustes* ou *manguelas*.

As fundas de mão eram feitas com uma tira (de couro ou corda) e uma colher, situada aproximadamente a meio da tira, para alojar o projectil – nas crónicas, usou-se sempre uma pedra (cf. *funda 5, 6*), que por ser muito fácil de obter, permitia ao utilizador da funda rearmar-se sempre que o necessitasse. Colocada a pedra na colher, o guerreiro agarrava as duas pontas da tira, tendo o cuidado de enrolar uma dessas pontas com firmeza na mão, para que não se soltasse acidentalmente. De seguida, girava com velocidade a funda sobre a cabeça e, quando sentisse que tinha chegado o momento, libertava outra ponta da tira, abrindo a funda e libertando a pedra (cf. STONE, 1999, pp. 567 e 568; cf. também MONTEIRO, J. G., 1998, p. 542).

Segundo J. Pedro Machado, *fuste* é um termo de origem latina que designa “*acha de lenha, pau*” (MACHADO, 1995, vol. III, p. 106), pelo que a funda fuste seria “*provavelmente armada num pau comprido*” (MONTEIRO, J. G., 1998, p. 542). Teria sido numa destas fundas, que poderia ser transportada na sela, que a bandeira de D. Juan foi colocada quando se soube da notícia da morte de D. Fernando, que lhe dava acesso ao trono de Portugal:

Aa porta estava ja prestes huñ cavallo delRei sellado pera trager a badeira em elle per toda a çidade; e estava hi Joham Nunez de Tolledo, e outros de cavallo, com senhas astas de dardos bramcas nas mãos, e alfãremes em ellas pera hirem em sua companhia. Cavallgou o Alferez, e poserom lhe a bamdeira na fumda que levava na sella; e Joham Nunez deu grandes vozes, que todos dissessem: Arreall! arreall! por seu Senhor elRei dom Johã de Castella e de Portugall! começamdo correr todos apos a bamdeira que hia deamte (*funda 3*).

Não sabemos, no entanto, muito mais sobre o seu funcionamento ou morfologia.

As fundas eram usadas em todo o tipo de operações militares: operações de cerco (cf. *funda 4* e *8*), escaramuças (*funda 6*) e batalhas. Fernão Lopes coloca “*fundas de mangueella*” nas mãos dos Castelhanos que cercaram Almada em 1384 (*funda 4*). Em Valverde, os Portugueses e os Castelhanos “*emuyauam-se sem doo dhuuma parte aa outra muytas lamças e setas e assaz de pedradas, assy de fundas come enuyadas de mão*” (*funda 5*).

As *pedras* não são uma arma no verdadeiro sentido da palavra, já que não são um instrumento fabricado, embora pudessem ser trabalhadas e “formatadas”. É certo que as pedras e os paus, não trabalhados, terão sido os primeiros objectos ofensivos que a Humanidade teve nas suas mãos. Também é verdade, como escreveu Luís Miguel Duarte, que “*para um homem aflito tudo é arma: [...] que há de mais barato, mais acessível e mais fácil de usar do que as pedras do chão? [...]; com uma pedra [ou um pau] ao seu alcance, um homem medieval nunca está verdadeiramente desarmado*” (DUARTE, 1999, pp. 303 e 304). Em 1384, o alcaide de Portel, Fernão Gonçalves de Sousa, tendo tomado o partido de D. Juan e temendo uma reacção dos habitantes da vila, “*tomoulbes as armas a todos e poseas no castello*”. A decisão tinha os seus riscos, num tempo em que a protecção das povoações e dos seus bens dependia da força e das armas dos

seus moradores. E o perigo não tardou, obrigando homens sem armas a apresentar-se armados de pedras:

aveo huũ dia que os dEvora forom correr a Portell e levarom alguũs gaados e prisoneyros; e Garçia Fernamdez [*fronteiro na região*] sahiu a elles com sua gemte e os da villa em sua companha; e nom levavom all senom capas nos braços e **pedras** nas mãos.

Garçia Fernamdez quamdo aquello vio, ouveos por boõs e disse a Fernã Gomçallvez, que lhe nom parecia rrazõ aquelles homes estarem sem armas daquela guisa; ca posto que alguũ bem quisessem fazer, nom tiñham com que e que pareciam mui mall himdo com elle com capas nos braços e **pedras** nas mãos; assi que [...] se demoveo Fernam Gomçallvez a lhe dar as armas (*pedra 19*).

Quando, em 1462, a tripulação de uma caravela portuguesa tomou uma galé pirata e libertou os remadores cativos, estes viraram-se contra os piratas:

“tanto odeo lhe tijñham aquelles miserauees homeens que assy ally andauam constringidos ao remo que quando os uyam meter de baixo lançaom os barrijs que tijñham cheos daugua apos elles e assy **paaos** e **pedras** e asy quaaes outras cousas que acertauom ante ssy leuando as maaos pera o ceo e beijando os pees e as mãaos aos nossos” (*paus 1; pedra 49*).

Mesmo tratando-se de uma arma rudimentar, podemos ainda assim definir dois tipos de pedras, de acordo com as designações encontradas nas crônicas: os *cantos* (cf., por exemplo, *pedra 6, 9, 21, 29 e 31*) e as *pedras de mão* (cf., por exemplo, *pedra 14, 30 e 32*). Os cantos, pedras “*de maior peso e forma mais roliça*” surgem sempre relacionados com a defesa de castelos e praças murallhadas e “*eram despejados para a base das muralhas, de forma a esmagar os assaltantes e as suas máquinas de guerra*” (MONTEIRO, J. G., 1998, p. 345; cf. *pedra 6, 22, 31*). Esta forma de utilizar os cantos não era de forma alguma fruto de improviso, já que a arquitectura dos castelos estava adaptada para esse tipo de acções:

Segundo Mário Jorge Barroca, desde “meados ou fins do século XIII começam a surgir nos castelos portugueses novas soluções arquitectónicas, permitindo a

passagem de uma ‘defesa passiva’ para uma ‘defesa activa’. [...] O número de torres adossadas aos panos de muralha multiplica-se possibilitando a defesa directa dos alicerces dos muros. [...] Ao mesmo tempo, os pontos de entrada passam a estar protegidos por balcões munidos de matacões, permitindo o tiro vertical” (BARROCA, 1992, pp. 56 e 57).

As pedras de mão eram arremessadas (manualmente ou recorrendo à funda) contra os inimigos, quer durante cercos, quer durante escaramuças.

As pedras eram sobretudo utilizadas na defesa activa de praças e castelos, em situação de cerco. Aí, as pedras podiam ser arremessadas ou largadas sobre os inimigos que se encontrassem junto aos muros, a efectuar a escalada (cf. *pedra 22*), ou a tentar britar portas encabeçadas por balcões de matacões (cf. *pedra 4 e 6*). Para além das pedras, disparavam-se setas e virotões e lançava-se fogo (cf. *pedra 13 e 31*) e paus e traves de madeira (cf. *pedra 10*). Era uma forma eficaz de defesa de uma muralha, obrigando os sitiados a proteger-se.

Para defesa contra as pedras, os sitiados poderiam contar com artifícios mais ou menos elaborados, como bastidas, mantas, manteletes e gatas (cf. MONTEIRO, J. G., 1998, p. 346 a 351). Quando cercou o castelo de Lisboa (1383), ainda nas mãos de partidários de Leonor Teles, o Mestre de Avis “*mãdou fazer huũ artefício de madeira que chamam gata; que como huũa baixa cava que estomçe o castello tiinha fosse chea, podesse hir per çima juntar com elle, e de sso ella podesse hir picar o muro e entrar demtro.*” E para forçar os sitiados à rendição ou, pelo menos, impedi-los de lançar pedras e fogo sobre o referido artifício, ameaçaram recorrer a escudos humanos:

deziã os de fora aos do castello, que o desse ao Meestre seu Senhor, senom que juravõ a Deos que poeriam em çima da gata Costamça Affomso, madre dAffomsEanes Nogueira, e irmã da molher de Mart Affomso, Alcaide do castello; e isso meesmo as molheres e filhos de quamtos demtro eram, e que emtom lamçassem de çima fogo e pedras em quaaes delles quisessem (*pedra 13*).

Outra forma de defesa contra o lançamento de pedras dos muros era o recurso a escudos e paveses. Para recolher o corpo de Afonso Henriques (irmão do conde D. Pedro), morto durante o cerco de Alenquer (1384), precisamente pelas

“pedras muitas que viinbam de çima de sobre as torres da porta”, Aires Gonçalves “tomou buiã paves de barreira com que sse emparou das pedras o melhor que pode; e [...] o tirou a fora por força, nom embargando as muitas pedradas, que assi lâçavom” (pedra 20). Do mesmo modo, quando um alferes português, no cerco a Coira (1386) “juntou ao muro tamto que lbe derom de çima com huuma muy grande pedra, e mataram-no”, o seu corpo foi resgatado por “alguuns pauesados [que] chegarom ally contra vomtade dos do muro, nom embargando as muytas pedras que lançassem; e tirarom-no fora, e leuaram-no daquel logar” (pedra 27).

Para que o uso de pedras na defesa de praças muralhadas e castelos fosse possível, era necessário, primeiro, que se fizesse a devida recolha e armazenamento de pedras (em tempo de paz, preparar a guerra). Isso mesmo determinou D. Fernando:

“mandava que todollos logares fossem vellados de certas pessoas em cada vella, e outras sobrevellas que as rrequeriam; e como era sol-posto, fechavom as portas de cada logar, e abrian-as sol-levado; e estavom aas portas certos homens com suas armas que nom leixavom entrar pessoa nêhũa dentro que conhecida nom fosse, e per cima do muro muitas pedras e traves pera deitar aos de fora, se tall cousa comprisse” (pedra 10).

Na verdade, este monarca limitou-se a legislar sobre algo que era, há muito, uma prática comum, uma vez que a própria arquitectura dos castelos previa o seu uso, criando hurdícios e, mais tarde, desde 1263 (Melgaço) balcões de matakães (cf. BARROCA, 1996; cf. também MONTEIRO, J. G., 1999, pp. 79 a 81). Citemos um exemplo anterior ao período fernandino que nos é fornecido pela *Crónica do Sete Primeiros Reis*. Só com uma planificação semelhante à defendida por D. Fernando foi possível aos habitantes de Silves soltarem sobre a hoste de D. Sancho I “tamta multidão de pedra, que pareçyom que nom erom lamçadas de mãos de bomems, majs que chouyom do çeo, em guysa que todo o chão era cuberto delas” (pedra 2).

Terminado um cerco, ou entre duas tentativas de assédio, vemos também a preocupação, por parte dos sitiados, em renovar o *stock* de pedras, deixando a protecção dos muros para as recolherem (cf. *pedra 41*). Depois, essas pedras

deveriam estar prontas a usar, colocadas, como terá dito D. Fernando, “*per cima do muro*”, ou seja, nos locais estratégicos a partir de onde deveriam chover sobre os oponentes. Preparado o confronto, restava esperar que ele ocorresse. Então as pedras e os cantos, como também surge por vezes nas crónicas, começavam a ser utilizadas e, nas muralhas, os defensores eram abastecidos mesmo pelos que não combatiam. Em Guimarães, perante o ataque de D. João I, os da vila “*defemdian-se muy rijamente. E sua molber dAiras Gomez amdava as abaaas cheas de pedras pello muro, damdo aos que defemdiam*”, para que lhes não faltasse munições (*pedra 23*). É interessante destacar, neste caso, o papel das mulheres, geralmente silenciado pelos cronistas. A verdade é que elas estavam mesmo presentes. Na defesa de Lisboa (1384), eram arremessadas pedras “*de çima das torres [...] que carretavom molheres em çestos*” (*pedra 15*). Quando D. João I atacou Melgaço, foram usadas “*tres mjł pedras de mão, que mmdaram apanhar aas regateiras*” (*pedra 30*). E quando uma reduzida hoste portuguesa se aproximou das muralhas de Tânger, em 1459, “*daquella parte donde os nossos andauam [...] parecyam molheres que lançauam algumas pedras*” (*pedra 48*).

Embora surja menos referenciado, também os atacantes utilizavam as pedras para combater os sitiados. Para tomar Melgaço, D. João I construiu uma torre de madeira “*e em çima deste sobrado outro pequeno (com) cento e xxviii.º meynos pontões derador, em que hiam tres mjł pedras de mão*” (*pedra 30*). D. João I limitou-se, na prática, a operar por imitação, criando a sua própria torre (móvel), a bastida, a partir da qual podia atacar numa posição mais vantajosa (porque mais elevada) o inimigo, como se fosse um duelo entre duas estruturas simultaneamente defensivas e ofensivas.

Nas escaramuças e batalhas, as pedras eram utilizadas ao mesmo tempo que outras armas de arremesso como as lanças (cf. *pedra 11*), as azagaias (cf. *pedra 44, 47*), os virotões (cf. *pedra 5, 11, 26*) e as setas (cf. *pedra 8, 40, 44*).

As *pedras de mão* podiam provocar graves ferimentos. Dependia, naturalmente, da força de quem fizesse o arremesso. Zurara fala-nos, um pouco hiperbolicamente, de um mouro de Ceuta, “*crespo todo nuu, que nom trazia armas senam pedras mais aquellas que elle lamçaua da mão, nom parecia que sabia senom dalguũ troom ou colobreta*” (*pedra 35*). E dependia, também, da qualidade das pedras lançadas. Fernão Lopes faz referência a pedras lançadas

a partir das torres lisboetas sobre os Castelhanos “*que lhe pouco empeeçiam porque eram molles e esboroavomsse todas*” (*pedra 15*).

A morte surgia muitas vezes como consequência de um esmagamento provocado pelo impacte de cantos e pedras.

Na conquista de Ceuta, “quando chegou [...] açerqua da porta, lamçaram os jmmijos de çima huña **pedra**, a quall era tam grande e per tamanha força lamçada, que tanto que lhe deu sobre a barreta, Vaasco Fernamdez cayó morto em terra” (*pedra 39*).

Na conquista de Vila Viçosa, Fernão Pereira, irmão do condestável, foi atingido “*com huñ grande canto [...] que lhe escacharõ o bacinete: e a cabeça: e foy logo morto*” (*pedra 6*). O próprio Nun’Álvares Pereira correu esse risco, no ataque que liderou a Vila Nova de Fresno, quando “*da menagem e da torre lhe foy lançado huñ canto de que o deus guardou q[ue] lhe nõ deu ã cheeo se nõ vaasqueiro em hũa coxa de q[ue] se elle nom sijntyo bem*” (*pedra 9*).

Os que escapavam à morte poderiam, ainda assim, sofrer ferimentos graves e impeditivos, como fracturas ou esmagamento de membros:

“dom Henrique filho do conde de uyana assy como era homem de grande coraçom assy pelleiou em aquelle dya mui assijnadamente liurando Aluaro datayde de morte. matando per sy meesmo hum daquelles que o tijnham caasy preso. e ferindo outros muytos e aleijando ataa que lhe quebrarom hum braço com huma **pedra** teendo Ja aquelle Aluaro datayde outro per semelhante maneyra quebrado” (*pedra 50*).

O uso de protecções de corpo poderia, naturalmente, reduzir os danos causados pelas pedras:

Em 1398, numa escaramuça entre Nun’Álvares Pereira e Castelhanos, “foi elle servido de lanças e **pedras** e viratoões que era maravilha pode-llo sofrer; e progue a Deus que nẽhũa lhe deu em logar que lhe fazer podesse nojo, ca o corpo era bem armado de hũuas assaz fortes solhas, de guisa que os golpes maçavom o corpo e nẽhũu damno faziam na carne” (*pedra 11*; cf. *pedra 35*).

4.2. Armas de propulsão neurobalística

É chegado o momento de estudar as armas de médio alcance: as armas de propulsão neurobalística. Como o próprio nome indica, falamos de armas que arremessam projecteis graças à tensão das cordas. Indispensáveis na guerra medieval, pela sua eficácia e pela sua versatilidade (cf. MONTEIRO, J. G., 1998, p. 58), só perderam a sua preponderância quando as recém-nascidas armas de fogo portáteis se generalizaram e tornaram realmente eficazes.

Para Robert O’Connell, o arco (e o mesmo vale para a besta) “tira vantagem de uma série de princípios mecânicos que lhe aumentam o poder letal [...]. Como permite, primeiro, a reserva, depois, o emprego súbito e preciso da energia humana, [...] aumentou consideravelmente o alcance [...] e a velocidade (até setenta metros por segundo), capitalizando na forma do projectil (comprido e fino) para reverter eficazmente essa energia em poder de penetração [...]. Ao mesmo tempo seguro e mortal, era a arma ideal para o acoçamento. [...] Não admira, portanto, que a mais antiga imagem de um combate, uma pintura de uma gruta mesolítica em La Morela la Vella, Espanha, represente homens a lutar com arcos” (O’CONNELL, 1995, pp. 36 e 37).

		CSR	CC	CDF	CDJ I	CDJ II	CTC	CDD	CDM	Total
Armas de propulsão neurobalística	Arco	1	0	1	0	0	0	0	1	3
	Besta	1	4	3	14	16	3	0	12	53
	Flecha	0	0	1	0	1	1	0	0	3
	Seta	1	2	1	6	6	1	1	13	31
	Virotão	1	3	2	12	15	2	0	5	40
Armas de fogo	Colobreta	0	0	0	0	0	1	0	4	5
	Espingarda	0	0	0	0	0	0	0	6	6

Tabela 13 – Armas de propulsão neurobalística e armas de fogo portáteis

Como se pode observar pela tabela apresentada (**tabela 13**), existiam duas armas de propulsão neurobalística: o arco e a besta, com os respectivos projecteis (flechas, para o primeiro, setas ou virotões para a segunda).

a) Besta

A origem da besta está imersa em controvérsias e dúvidas. R. O'Connell refere o seu uso entre os Chineses, de acordo com os textos de Sun Tzu, apontando este povo como o seu criador. Sublinha ainda o desconhecimento desta arma, por parte dos Gregos (cf. O'CONNELL, 1995, p. 82). O que é já um dado adquirido é que esta arma poderosa era conhecida dos Romanos (cf. BARROCA, 2000, p. 50) e (res)surgiu no Ocidente no século XI, tornando-se cada vez mais popular e importante ao longo dos séculos XIII e XIV (cf. MONTEIRO, J. G., 1998, p. 534). Em termos morfológicos, a besta é uma peça bastante complexa:

“Compunha-se de uma coronha de madeira sobre a qual se cruzava um arco, nos extremos do qual ia atada uma corda [...] que se retesava e segurava na noz, até ficar livre no momento do disparo (garantido por uma chave ou gatilho). [...] Entretanto, a partir da 2ª metade do séc. XII [...] as bestas utilizadas na Península Ibérica apresentavam-se já munidas de um estribo [...] no qual os besteiros enfiavam um pé; em complemento, usavam um gancho [...] que prendiam à corda da besta, conseguindo assim esticar esta mais facilmente” (MONTEIRO, J. G., 1998, p. 534).

Para além do uso do estribo e do gancho, também se podia armar a besta de forma simples, puxando a corda com os dedos. Corria-se, no entanto, o risco de provocar cortes nas mãos, pelo que cedo se procurou encontrar alternativas a este método. É neste contexto que surge a besta de torno, também utilizada pelos nossos guerreiros medievais e expressamente referida por Fernão Lopes (cf. *besta 13, 16 e 38*). Conta o cronista que nas torres e caramanchões de Lisboa, que se preparava para resistir ao cerco castelhano de 1384, havia “*beestas de torno, e doutras maneiras com grande avomdança de muitos viratoões*” (*besta 16*). O sistema da besta de torno “*pressupunha o recurso à polé; esta era uma peça independente, do género de uma manivela equipada com um gancho na sua extremidade inferior, utilizada pelos besteiros a pé [...] para retesar o arco da sua arma*” (MONTEIRO, J. G., 1998, p. 534). Por fim, registe-se um último sistema, ligado às *bestas de garruncha* (peças mais leves e utilizadas a cavalo), “*que se armavam por meio de uma alavanca com garras*” (*ibidem*).

Como projecteis, as bestas disparavam virotes, também denominados virotões ou setas, termos que, para os cronistas, são usados como sinónimos. A primeira denominação destes projecteis terá sido mesmo “*sagitta*” ou “seta”, tendo-se posteriormente adoptado o termo “virote” (cf. BARROCA, 2000, p. 52). O virote ou seta de besta não é, obviamente, semelhante à seta de arco, como nos explica Mário J. Barroca:

“uma seta para arco apresentava, em média, 75 cm de comprimento enquanto que um virote de besta possuía apenas 30 a 50. [...] Os virotes [...] apresentavam cabeça maciça (portanto pesada) com remate piramidal de três ou quatro faces [...], uma haste grossa e curta, e apenas duas guias (por vezes em folha de metal). Ao contrário das setas de arco [...], no caso dos virotes de besta o centro de gravidade era deslocado para o terço dianteiro do projectil, por forma a aumentar a força do impacto” (BARROCA, 2000, p. 52).

A besta é uma arma extremamente eficaz (recordemos a interdição defendida pelo Concílio de Latrão em relação ao uso desta arma, a que anteriormente fizemos referência), mas que ao mesmo tempo exige uma grande especialização do seu besteiro, dada a sua grande complexidade. É neste contexto de utilidade para a guerra e de necessidade de especialização que surgem, no reinado dionisino, os besteiros do conto, que João Gouveia Monteiro descreve como “*uma milícia, com dimensão limitada e perfeitamente quantificável, com organização própria (chefiada pelos anadéis dos lugares e pelo anadel-mor do reino) e com um nível de adestramento no manejo da única arma a que estão associados bastante mais exigente*” (MONTEIRO, J. G., 1998, p. 58).

O tiro de besta tem um alcance útil de 100 a 200 m (cf. MONTEIRO, J. G., 1998, p. 534). Por esta razão, se pode considerar como uma das armas determinantes para a evolução do armamento defensivo medieval (cf. SOLER DEL CAMPO, 1993, p. 11), tendo igualmente contribuído para alterações tácticas importantes. O seu principal ponto negativo é a fraca cadência de tiro, apenas quatro virotes por minuto (cf. MONTEIRO, J. G., 1998, p. 534).

Além do seu longo alcance, a besta era uma arma muito versátil, pois tanto podia ser utilizada por peões (aquantados em besta ou besteiros do conto) e cavaleiros (besteiros de cavalo), formando estes últimos uma força altamente

especializada e privilegiada (cf. MONTEIRO, J. G., 1998, p. 58-76). Em termos de cenário de guerra, a besta actua eficazmente em batalhas campais e escaramuças, em confrontos navais e em cercos, participando na defesa ou no ataque da praça sitiada. Para além disso, ainda era uma das armas fundamentais para protecção de exércitos em marcha. Fernão Lopes refere-nos que, ao entrar em Santarém, em 1384, D. Juan de Castela “*viinba em çima de huũ cavallo, e parte dos seus de bestas armados e lamças levamtadas todos deamte*” (besta 11).

Nas batalhas campais, os besteiros tinham a função de desorganizar a infantaria inimiga, facilitando o trabalho à cavalaria, que depois facilmente os esmagaria (cf. MONTEIRO, J. G., 1998, p. 280). Também eram importantes para derrubar a cavalaria inimiga à distância, como sucedeu na batalha de Atoleiros, em que muitos cavaleiros “*ante que de todo chegassem topar na batalba, eram feridos de viratoões e dardos*” (virotão 8).

Mas também tinham um papel importante na defesa da carriagem. Em Aljubarrota foi graças às setas e aos dardos que a ofensiva da cavalaria castelhana contra a carriagem do exército português foi rechaçada (besta 28).

Porém, foi na guerra de cerco que a besta se revelou mais eficaz e preponderante, daí que rapidamente se tenham generalizado nas estruturas castelares as seteiras com amplos vãos interiores, para permitirem o disparo dos besteiros de forma segura e com um vasto campo de tiro (cf. BARROCA, 1992, pp. 56 e 57). Estas estruturas tinham ainda a vantagem de permitir o disparo a partir de uma posição mais elevada, que confere uma supremacia em termos defensivos e ofensivos. Por esse motivo, os eborenses partidários do Mestre de Avis que quiseram tomar o castelo (onde se refugiara o alcaide Álvaro Mendes de Oliveira, que se colocara no lado oposto da contenda que então dividia o reino) procuraram ocupar os pontos mais elevados da cidade, “*sobimdo em çima da See, e isso meesmo do açougue, que ssom logares altos dbu lhe podiam empeeçer aas beestas; e dalli tiravom muitos viratoões, aos que estavom no castello*” (besta 9).

A partir de uma boa posição defensiva, os besteiros poderiam (de preferência conjugando a sua acção com a artilharia e com outras armas de arremesso), provocar inúmeras baixas entre a hoste inimiga, como sucedeu em Alcácer, em 1458:

“E como as **beestas** e artelharyas começaram de Jugar ally ueriees cayr cauallos e homeens huuns sobre os outros que nom parecyam senom gauellas de

trijgo que os segadores derribam naquellas partes onde segam com huuns artefficyos a que chamam gadanhas” (*besta 44*).

Um só virotão certo determinou a tomada de Neiva, em 1385, ao penetrar pela viseira do bacinete do alcaide, matando-o imediatamente e obrigando os restantes sitiados à rendição (cf. *virotão 3*). Um outro exemplo. Quando os Portugueses se aproximaram da vila de Benavente de Campos, em Abril de 1387, com intenção de a cercarem, “*assentarom seu areall muyto açerca da villa, homde nojo fazer nom podesse o tirar dos viratoões; ca outro troom nem engenbo nom auya dentro que lhe nojo podesse fazer*” (*virotão 30*). Vemos claramente que, após os engenhos e trons, a arma mais temida por qualquer força sitiadora era a besta (se calhar ainda mais temida que os trons, uma vez que estes eram ainda bastante falíveis).

Este receio era bem fundado, pois era vulgar a utilização de setas e virotões envenenados. Recordemos que durante o cerco de Tuy foi feito um acordo entre sitiados e sitiadores, tendo os primeiros pedido que os engenhos portugueses não disparassem durante a noite. O pedido foi aceite, com a contrapartida de os sitiados não utilizarem “*nenhumas seetas com erua*” (*seta 14*). Numa escaramuça entre Castelhanos e Portugueses, os primeiros dispararam setas envenenadas de “*mortall berua*”:

“E uemdo que gemtes eram e como estauom coregidos, começaram os castellaãos de lhe tirar aos **viratoões**, dos quaes deu huum com herua na testa do cauallo daquel escudeiro que amtrelles andara. E el tirou-(o) apressa, e disse: *Antam Vaasquez e uos outros, que fazees? Vedes quamtos beesteiros ally estom, todos tiram com tall como esta; pera que aguardaaes mais o dia? Ca se aquy moor espaço estamos, todos nos ham de ferir com esta mortall berua*” (*virotão 27*).

Numa outra escaramuça, ocorrida em Castro Verde, Rui Mendes de Vasconcelos recebeu “com huum **viratom** huuma pequena ferida per çima do mangote açerca do ombro. Emtrou tam pouco que amdaua o **uiratom** pemdurado, nom curamdo nenhuuma cousa delle. E como veeo aa temda e foy desarmado, disse aaquelles que eram presentes: *Por çerto eu som ferido dberua*” (*virotão 31*).

Salvador Dias Arnaut, num estudo já clássico (ARNAUT, 1945), abordou esta questão do uso de setas com veneno. O referido autor considera que esta prática

poderia ser mais comum entre os guerreiros portugueses e castelhanos do século XIV do que as crônicas nos dão a entender (precisamente por ser uma prática habitual não seria merecedora de referência). Um indício do previsível uso de setas ervadas surge na descrição que Fernão Lopes faz dos preparativos para a defesa contra o cerco castelhano a Lisboa (1384). Escreveu o cronista que junto “*da porta de Samta Catherina da parte do arreall per homde mais acostumavom sabir aa escaramuça, estava sempre huã casa prestes, com camas e ovos e esto-pas, e lemçoões velhos pera rromper; e çellorgiam e triaga, e outras neçessarias cousas pera pemssamento dos feridos quamdo tornavom das escaramuças*” (CJI, cap. CXV, p. 197). Ora a triaga ou teriaga era um antídoto utilizado precisamente contra venenos. Muitas vezes, as feridas causadas pelos virotões poderiam infectar, causando a morte do guerreiro e lançando suspeitas de uso de projecteis envenenados (cf. HARDY, 2000, pp. 126 e 127). Essa suspeita é, em nosso entender, mais um indício que aponta para o uso habitual de setas envenenadas.

Quanto ao veneno propriamente dito, Salvador Dias Arnaut avança a hipótese de se tratar de uma substância de origem vegetal (*ibidem*, p. 217), dado que Fernão Lopes lhe chama *erva*, proveniente do acónito. Esta planta cresce com alguma frequência em várias regiões de Espanha e “*numa pequena área do alto Trás-os-Montes*” (*ibidem*, pp. 219 e 220). A substância provoca “*um formigueiro nos lábios, que se generaliza ao pescoço, membros superiores e [...] aos inferiores, e por vezes a tôda a superfície do corpo*” (*ibidem*, p. 218), podendo causar a morte “*em regra nas primeiras cinco horas*” (*ibidem*, p. 219). Para os que sobrevivem ao veneno, está-lhes reservado um sofrimento que durará cerca de 45 horas, não ultrapassando as 72h (*ibidem*, p. 218).

Mesmo sem utilizarem virotões envenenados, o treino contínuo a que eram submetidos ao longo do ano garantia aos besteiros uma grande percentagem de sucesso, evidente na pontaria de alguns disparos e na gravidade dos ferimentos (por vezes mortais) que as crônicas referem. No decorrer do cerco de Alenquer (1384) “*deu huã viratom pello rrostto a Jobam Affomso filho dAffomssso Esteevz da Azãbuja, de que morreo esse dia*”. Nesse mesmo cerco, “*dous beesteiros, huã da villa e outro do arreall, tirarom huã ao outro; e daquell primeiro tiro, sse açer-tarom ambos, e forom logo mortos*” (virotão 17). No mesmo ano, durante um confronto entre embarcações portuguesas e castelhanas, Rui Pereira “*alçou a cara do baçinete que nom podia bem sofrer, e ouve hũa virotada pella testa, de*

que em pouco espaço lamçou aquell fidallgo o spiritu, que tam çedo nom devera fazer fim” (virotão 12). Num outro confronto envolvendo a abordagem de uma galé portuguesa, um dos seus defensores apresentava-se de bacinete sem viseira, “teemdo ja quatro viratoões chatados no rrostro, e pellejamdo assi com elles” (virotão 14).

Numa escaramuça nas proximidades de Coimbra, envolvendo forças de D. Juan e partidários do Mestre de Avis, “*tirou Nuno Fernandez com huũa beesta de torno e deu a huũ mui boom cavalleiro que chamavom Jobam Affomsso de Bollanbo, e matoubo” (besta 13). Durante o cerco de Viana (1385), o alcaide foi ferido com “huum viratam pello rostro” (virotão 20). Eis outro exemplo, retirado do cerco de Tuy (1398), demonstrativo da perícia do besteiro:*

“Gonçallo Paredes, segumdo se mostrou, estaua jaa prestes com a beesta no rosto, agoardamdo de fumdo da torre homde a escalla avya de poussar, por fazer aquello que fez; e como Joham Preto deu lugar jaa quanto aa cara, pera (a)ver huma pouca de mais vista da que receber podia, logo em ponto naçeu hum rijo virotaão antre os olhos delle, que o ferio” (virotão 32).

Num dos vários episódios desafortunados da desastrosa operação de Tânger, “*morrérom muytos Cavallos e alguns Christaaõs, e sayrom muitos feridos: antre os quaes foy ho Conde d’ Arraiolos, de huuã sêta por huuã perna, e o Capitam Alvaro Vaaz, d’ outra per huũ braço” (seta 17). Em Alcácer, durante o cerco de 1458-59, o próprio D. Duarte de Meneses “foy ferydo de huma seeta dos mouros que ia começauom a rodear a uilla de huma pequena ferida a fundo do beicho” (seta 20). No mesmo cerco, um “moço da camara do capitam que se chamaua Affomsso caldeyra” foi ferido com maior gravidade, “de huma seeta pello pesçoço que lhe sayu aa boca” tendo, no entanto, sobrevivido e “ao dyante fez grande dampno aos Jnfiees em muytas pelleias [...] pello quall mereceu receber ordem de cauallarya” (seta 22). Numa batalha naval contra uma galé de piratas franceses, ocorrida em 1462, o capitão da caravela portuguesa, D. Henrique, ficou gravemente ferido:*

“E durando a pelleia depois huma hora de guisa que aturarom daquella primeyra uez tres horas pelleiando passadas per relogyo darea [...]. E em isto era Ja

dom Henrique ferido de huma *seeta* pella boca. a qual passando per de sob a lingua foy aa outra parte do pescoço. rachandolhe dous dentes da ordem de baixo. E outra em huma coixa e de huum gorguz no rostro pero pouco a respeito das outras Joham da certaãe huum criado de seu padre acudyo logo ally com muy grande trigança e meteo aaquelle seu capitam debaixo. atandoo o milhor que pode nom porem sem muytas lagrimas por que lhe parecy a sua uida doudosa” (*seta 28*).

Na mesma batalha ficou ferido Rodrigo Afonso e os que o observaram afirmaram que “a [sua] uida [...] nom podya ser muyta. specyalmente por que lhe o ferro da *seeta* ficara dentro dee lugar donde lho nom podyam tyrar” (*seta 29*).

O armamento defensivo era uma solução que poderia, naturalmente, diminuir a eficácia das bestas. Durante o cerco de Guimarães, por exemplo, apesar de o alcaide ser atacado “*com grandes e fortes beestas [...] nenbuum viratom lhe empeçia, porque estaua bem armado, mas ficauom muytos apegados em elle*” (*virotão 21*). Mas mesmo que o guerreiro estivesse armado com equipamento defensivo, as setas ou os virotões conseguiam, muitas vezes, encontrar o caminho do seu corpo, através das aberturas das protecções. Recordemos como o alcaide de Neiva foi morto, em 1385, por um virotão que entrou pela viseira do bacinete (*virotão 19*). Assim sendo, havia uma grande preocupação em assentar arraias fora do alcance dos disparos das bestas (cf. *besta 32* e *virotão 16*). O mesmo motivo terá levado Nuno Álvares Pereira a mandar “*poer a tiro de beesta e mais lomge [...] suas atallayas*” quando preparou uma emboscada a forças castelhanas (cf. *besta 18*). Assim, mesmo que os homens de vigia avistassem os Castelhanos quando estes estivessem já muito próximos, poderiam ainda dar o alarme antes que os restantes homens estivessem ao alcance das armas inimigas.

Mas a versatilidade das bestas não termina aqui. Podiam enviar projecteis incendiários para queimar as bastidas inimigas ou, como aconteceu no cerco de Alcácer-Ceguer, para destruir pelo fogo os assentos das bombardas muçulmanas (cf. *besta 51*). Podiam, em zonas costeiras, combater embarcações que se aproximavam demasiado (cf. *besta 39*) ou atingir, a partir de embarcações, inimigos que estivessem ao alcance dos disparos. Em 1384, em Lisboa, D. João comandava a partir das margens a defesa das suas embarcações, ameaçadas pela frota castelhana, quando “*na agua veo huñ viratõ e deulhe na espadoa do cavallo; e*

o cavallo semtimdosse ferido, cabiu logo com elle na agua” (*virotão 15*). Na guerra naval foram também importantes, sobretudo antes do desenvolvimento da artilharia embarcada (cf. *besta 19 e 52 e virotão 12*), mas também eram usadas em conjunto com trons (cf. *virotão 5 e 13*). Tal como foram fundamentais em todo o tipo de operações onde o combate à distância era necessário: é o caso das surtidas ou dos ataques a exércitos em marcha ou que estejam em situações mais desfavoráveis, como quando desembarcam ou atravessam cursos de água (*seta 11*). Por fim, é de registar o uso de tiros de besta para envio de mensagens. Quando uma praça ou castelo estava cercado e alguém de fora necessitava de enviar uma mensagem (secretamente), ou vice-versa, fazia-o enviando um virotão. Assim aconteceu em Alcácer-Ceguer (1458), como relatou Gomes Eanes de Zurara:

“[A]Uendo Ja trinta e sete dyas que a uilla dalcacer era cercada chego sobre a barra Luis alaurez veedor que era da fazenda na cidade do porto. com huma carauella e huum bragantym. E em huum **uyratom** enuyou huum scripto aa uilla. no qual fazya saber ao capitam como elRey de portugal se fazya prestes quanto podya pera lhe acorrer per sua pessoa com todo o poder de seus regnos. E que se elle alguma cousa quisesse enuyar dizer aaquelle Senhor que elle estarya ally dous ou tres dyas. E que quando ouuesse de enuyar o **uyratam** com o scripto que fezesse sinal de cima do muro e que elle estarya prestes pera o receber” (*virotão 35*).

D. Duarte de Meneses decidiu então responder à mensagem do mesmo modo, enviando um pedido ao rei para se apressar no envio dos reforços. Para maior segurança, “determinado que o scripto se fezesse acordarom que se screuesse em linguagem frances por que se per uentura fosse ayudo dos contrayros nom podessem conhecer seu falicimento”. Porém, “o **uiratom** com o escripto foi tomado dos mouros. E nom falleceo alguum maaoo christãoo que lho deu a entender” (*virotão 36*).

Algum tempo depois, “chegou um bragantym de tarifa em quevijinha [*sic*] anrique froez scudeyro delRey com seu recado. o qual enuyou huum **uyrotam** pello qual aaquelle princepe notificaua aaquelle seu capitam como era Ja bem sabedor de todo seu trabalho ao qual muy trigosamente darya remedyo” (*virotão 37*).

O mesmo estratagema de enviar mensagens dissimuladas em virotões foi utilizado por João Afonso Beça e Garcia Gonçalves que, segundo Fernão Lopes,

traíram a confiança do Mestre de Avis, passando informações para o interior da praça de Torres Vedras, que D. João tinha cercado: “*femdiam os viratoões e poinbamlbe penas de papell ou porgaminho e neelas bia escripto quamto lbe queriam descobrir*” (virotão 18).

b) Arcos e flechas

O arco, na sua versão mais simples, é também bastante antigo, remontando mesmo à infância da humanidade. Já anteriormente o referimos: segundo Robert O’Connell, a “*mais antiga imagem de um combate, uma pintura de uma gruta mesolítica em La Morela la Vella, Espanha*”, representa “*homens a lutar com arcos*” (O’CONNELL, 1995, pp. 36 e 37). Quando surgiu, o arco revelou-se um dispositivo revolucionário, pelas suas características: leve e de fácil transporte, conseguiu (ainda que em menor grau se comparado com a besta) reservar e utilizar de forma súbita a energia da tensão das cordas. Aumentou o alcance da capacidade de ferir e matar (para 50 metros no caso dos arcos simples) e a velocidade do disparo (até setenta metros por segundo com o arco simples) (cf. O’CONNELL, 1995, pp. 36 e 37).

De acordo com Mário J. Barroca, “*a Idade Média conheceu [...] duas grandes famílias de arcos: os arcos simples e os arcos compostos.*” Os primeiros eram “*peças elementares, concebidas em madeira de teixo*” e muito sujeitos a fracturas. Os arcos compostos, por seu lado, “*eram peças mais elaboradas, constituídas pela justaposição de elementos de diferente natureza. Aqui a peça de madeira era reforçada na face externa por tendões de animais e forrada, na face interna, por placas retiradas dos cornos de cervos ou de outros animais.*” Conhecidos por arcos turcos (por serem, possivelmente, uma inovação muçulmana), eram mais resistentes do que os primeiros e tinham maior alcance e poder de tiro (BARROCA, 2000, pp. 48 e 49). Robert Hardy lembra ainda a existência do *longbow* ou arco longo, peça associada às forças militares inglesas, sobretudo desde a acção de Eduardo I, que procurou criar, treinar e colocar no terreno corpos de arqueiros. Estes deram muito boa conta de si nas campanhas de subjugação dos Galeses e, já com Eduardo III, nos combates contra os Franceses (cf. HARDY, 2000, pp. 41 a 56).

Os projectéis dos arcos eram setas de arco ou flechas, leves e medindo cerca de 75 cm, com “*pontas leves e muitas vezes ocas*” para apresentarem “*o centro de gravidade no meio da peça*”. Na extremidade oposta, tinham “*três guias, em pena de ganso, que ajudavam a estabilizar o tiro e a tornar a sua trajectória mais fiável*” (BARROCA, 2000, p. 50). Ao contrário da besta, com a qual se fazia apenas o tiro horizontal, os arcos podiam fazer as flechas percorrerem uma trajectória curva, subindo primeiro, para depois caírem sobre o inimigo numa chuva devastadora e sibilante.

Perdendo, em relação à besta, no alcance útil do seu disparo e na velocidade do projectil, o arco vence-a nos seguintes aspectos: é mais leve, mais fácil de carregar e de usar e (aspecto fundamental) tem uma cadência de tiro muito superior – 10 a 12 tiros por minuto contra 2 a 4 tiros de besta (cf. BARROCA, 2000, p. 53; e MONTEIRO, J. G., 1998, p. 534).

Embora sejam pouco referidas nas crónicas (apenas 3 referências), devem ter tido um uso corrente, ainda que muito aquém da besta. A comprová-lo está a existência, em meados do século xv, de inúmeros elementos para composição de arcos e flechas no armazém real de Lisboa (cf. MONTEIRO, J. G., 2001, pp.32 e 49). Esta “*presença robusta de arcos (uma arma também bastante frágil e supostamente não utilizada de forma generalizada em Portugal, ao menos por portugueses, durante os finais da Idade Média: veja-se a descrição com que Fernão Lopes, por exemplo, se lhes refere)*” é, para João Gouveia Monteiro, um dado “*verdadeiramente surpreendente*” (MONTEIRO, J. G., 2001, p. 32). Contrasta de forma gritante com o que (não) dizem as crónicas. A primeira menção de um arco feita nas crónicas alude ao episódio bíblico sobre a queda dos muros de Jericó (cf. *arco 1*), é um excerto de uma oração feita em Santa Cruz por ocasião do ataque de Afonso Henriques a Santarém. Nesta oração, D. Teutónio solicita a intervenção divina na batalha. Trata-se, pois, de uma simples referência à arma, sem que daí possamos retirar qualquer informação.

A segunda citação fala-nos de um *arco dos pelouros*, que o Mestre de Avis pretendia usar para escapar do castelo onde se encontrava aprisionado:

O Mestre terá pedido a um ajudante: “*Johanne, trager-me-ás o meu arco dos pelouros com hũa corda bem rrija e outras duas cordas no seo; e depois que me isto deres, hirás sellar o meu cavallo e trazerm'o-ás alli prestes [...]; e eu andarei*

per'aqui tirando aas poombas, e chegar-me-hei aaquell logar, e atarei as cordas no arco, e decerm'ei per ellas" (*arco 2*).

Aparentemente, não se trata aqui de uma arma de guerra, mas provavelmente de caça (seria com ela que o Mestre ficaria a caçar pombas). A última citação refere o uso do arco por parte dos muçulmanos no cerco de Alcácer-Ceguer, juntamente com "*troons e collobretas e fundas [...] e beestas*" (*arco 3*).

Pelas escassas informações que, para esta arma, as crónicas nos dão, acreditamos que o projectil do arco era denominado de *flecha*. O termo surge apenas por três ocasiões e, em todas, está ligado a Ingleses (e, provavelmente, aos seus *longbows* ou arcos longos). Num cerco realizado em Castela, durante a terceira guerra fernandina, a ira dos Ingleses pela morte de um dos seus escudeiros manifestou-se mesmo contra os clérigos:

"rrevestrom-sse os sacerdotes e sobirom-sse ao muro e mostrarom-lhe o corpo de Deus, rogando-os que por amor d'aquell senhor se quisessem amerciar d'elles; e os ingreses com gram sanha que sse em elles mais acendia nom curavom d'aquello [...]; e eram as **frechas** tantas alli honde o corpo de Deus estava e pellos outros logares d'arredor que temor grande os fazia d'alli partir" (*flecha 1*).

Na Páscoa de 1385, ao largo de Lisboa, travou-se um confronto entre embarcações castelhanas e inglesas, onde as flechas inglesas voltaram a actuar. Segundo narrou Fernão Lopes, "*os jmgresses defemdiam-sse fortemente e magoauam muy mall aas frechas os das gallees [castelhanas]*" (*flecha 2*).

Finalmente, a última referência as flechas é feita por D. Filipa de Lencastre, então com 53 anos e doente com a peste. A rainha apelou, em vésperas da partida para Ceuta, à união entre os filhos, essencial para a segurança do reino:

"uos rroguo e emcomemdo, que assy como uos ataa aqui amastes, assy uos amees daqui em diamte em seruiço de nosso Senhor. e sempre uossos feitos hiram de bem em millhor e nom auera nehũu no rregno que uos possa empeeçer. E se fordes desuyrados e jmmijgos, nom auera em uos a força que ha [...] como claramente podees emtemder pollo exemplo da **frecha**, de que em nossa terra ha

huña estoria, em que sse diz. que ligeiramente pode huñ homem quebrar huña e huña, e pera quebrar mujtas juntas compre mujto mayor força” (*flecha 3*).

A referência a uma história da *sua* terra (a rainha era Inglesa, como todos sabemos) onde consta o “*exemplo da flecha*” mostra bem que esta estava muito presente no imaginário inglês, pelo que não nos parece de modo algum abusivo considerá-la como o projectil do arco.

O arco é, pois, uma incógnita. É uma arma que ocasionalmente gosta de “*desaparecer nos mares do tempo, ainda que não demore muito tempo até voltar a mostrar, à luz do sol, o seu dorsal de golfinho*”, escreveu Robert Hardy (HARDY, 2000, p. 21). É uma arma que se esquivava, de facto, ao olhar do historiador. Feita em materiais percíveis, não chega até nós. Moral e eticamente pouco valorizada por ser uma arma de combate à distância, é usada por peões que não tendem a figurar nas crónicas. Por fim, entre nós teve a concorrência da besta, a quem os Portugueses deram preferência. Mas a verdade é que em meados do século xv existia em grande quantidade nos armazéns reais, sinal claro do seu uso. Podemos ter nesse dado um indício de evolução: o arco pode ter passado de arma “marginal” em finais de xiv para relevante em meados de xv. Pela utilidade que (re)adquiriu na guerra naval? Pela mudança de cenário da guerra para o Norte de África? As respostas, se existirem, só as poderemos encontrar avançando mais até ao século xvi, período que ficou fora do âmbito deste trabalho.

4.3. Armas de fogo portáteis

a) Colobreta

As armas de fogo – colobretas e espingardas – surgem ainda em poucas referências cronísticas, uma vez que eram armas recentes. Segundo Nuno Varela Rubim, “*colobretas são pois as mais primitivas armas de fogo portáteis usadas entre nós*” (in BARROCA / MONTEIRO / FERNANDES, 2000, p. 226). Ainda segundo o mesmo autor, as colobretas “*são constituídas pelo tubo, em ferro forjado, e um fuste ou coronha em madeira*”, que era colocado sobre o ombro no momento do disparo. O projectil, propulsionado pela combustão da pólvora, era de pedra

(cf. *colobreta* 5) ou de chumbo e tinha um alcance útil de 180 a 200 metros. A cadência de tiro era inferior à das bestas, que atrás referimos, e ainda mais reduzida em tempo húmido, uma vez que a humidade afectava a pólvora (Nuno V. Rubim, in BARROCA / MONTEIRO / FERNANDES, 2000, pp. 227 e 228).

As colobretas são referidas cinco vezes por Zurara, o único que as menciona, uma vez na *Crónica da Tomada de Ceuta* e as restantes quatro na sua *Crónica de D. Duarte de Menezes*. Na primeira referência, relativa à conquista de Ceuta, em 1415, o cronista usa a palavra colobreta meramente como uma figura de estilo. Não há notícias que a arma tenha sido usada na operação militar ou que fosse, sequer, conhecida entre nós (as primeiras referências datam de meados do século xv). Ao narrar as peripécias por que passaram Portugueses e muçulmanos, Zurara fala-nos de um “*buñ mouro gramde e crespo todo nuu, que nom trazia outras armas senam pedras. mais aquellas que elle lamçaua da mão, nom parecia que sabia senom dalguñ troom ou colobreta tanto era forçosamente emuiada*” (*colobreta* 1). Sublinhou, assim, a força muscular desse muçulmano comparando-a com o disparo de um trom ou colobreta. Mas muito mais interessante é que, ao fazê-lo, acabou por nos dizer que os pelouros das colobretas eram de pedra. E mostrou também que à data da escrita da crónica (1450) a colobreta era já bastante conhecida, a ponto de figurar num texto narrativo como metáfora que deveria ser entendida por quem lesse o texto, mesmo não estando dentro dos assuntos da guerra. Este dado é confirmado pelo elevado número de colobretas referidas na carta de quitação de 1455, relativa ao conteúdo do arsenal régio de Lisboa nos anos de 1438 e 1448: “*recebeu 439 colobretas e despendeu 495 peças*”, para além de duas centenas de peças de paus de teixo que foram “*despendidas em cabos de colobretas*” (MONTEIRO, J. G., 2001, pp. 52 e 53). Um tão elevado número de peças revela que a colobreta estava bem presente em solo português nos inícios da década de quarenta do século xv, ou mesmo na anterior.

As restantes referências estão relacionadas com o cerco de Alcácer-Ceguer, iniciado em 1458 e que terminou no ano seguinte com os sitiados muçulmanos a levantarem o arraial, desanimados com o fracasso da operação. Em três ocasiões são os muçulmanos que usam as suas colobretas contra a praça portuguesa, mas nunca o fazem sem *engrossar* a ofensiva com disparos de outras armas: bestas, arcos e fundas (*colobreta* 2), bombardas, trons (*colobreta* 4) e “*outras artelharyas*” (*colobreta* 5).

Também do interior das muralhas se ouviam disparos de colobretas, para dispersar um ataque nocturno que os muçulmanos procuravam levar a cabo. Mas também aqui as colobretas não actuavam sozinhas, para infelicidade dos atacantes, “*por que assy das collobretas e spingardas como das beestas pouco ficaram que nom sentissem parte do dampno de guisa que com mais trigosos passos seguyrom a tornada que a uijnda*” (colobreta 3). Aqui temos já a espingarda também a entrar em cena, apesar de não figurar qualquer referência a esta arma na referida carta de quitação de 1455. Estariam, pois, a dar ainda os seus primeiros passos. Segundo Nuno Varela Rubim (2000, pp. 226 a 229), o documento mais antigo que refere o termo espingarda (para o caso português) é de 1461 (a *Crónica de D. Duarte de Menezes* é de 1464!) e “*os primeiros testemunhos relativamente a este tipo de armas, na Europa, datam de cerca de 1450*” (p. 228). Esta datação está muito próxima da que nos apresenta Gomes Eanes de Zurara. Aproximadamente uma década de diferença apenas, sinal claro da rapidez com que as inovações a nível militar eram divulgadas e adoptadas entre nós.

b) Espingarda

As *espingardas* são as sucessoras das colobretas, caídas em desuso nos finais de xv. Segundo os estudos de Nuno Varela Rubim, as *espingardas de mecha* ou de *fecho de serpentina* usavam, como o próprio nome indica, um cordão de mecha (intitulado “*morrão*”) que tinha por função provocar o disparo. O *morrão* era “*tecido em algodão entrançado embebido em pólvora de menor percentagem de salitre que a Bombarda, portanto de combustão mais lenta [...]. Esta mecha, permanentemente acesa em situações de aproximação ao inimigo ou de combate, teria forçosamente de ser manuseada com a mão diferente da que empunhava a arma.*” A serpentina surge para resolver esta dificuldade. Esta peça, com formato em S (de onde retirou o nome), “*mantinha presa a mecha e rodava quando premido o gatilho, levando a extremidade acesa dessa mecha ao contacto com o ouvido [da arma] atacado com pólvora.*” Com esta inovação, a cadência de tiro aumentou, assim como a pontaria. (RUBIM, 2000, p. 229). Como equipamento auxiliar, o espingardeiro não podia deixar de ter uma bolsa com pelouros, um polvorinho com pólvora e uma medida para dosear correctamente

cada carregamento novo, mechas de reserva e uma “*vareta para atacar a pólvora no tubo e aconchegar o pelouro à carga*” (RUBIM, 2000, p. 229).

Ao contrário das colobretas, que surgem sempre no papel de defesa ou ataque da praça de Alcácer, as espingardas apresentam uma maior mobilidade, pois já as encontramos numa expedição organizada por D. Duarte de Meneses contra uma aldeia próxima de Alcácer. As armas de médio e longo alcance, como a besta e a espingarda, são uma solução muito procurada para esse tipo de operações militares, por manterem o inimigo à distância. Porém, neste caso específico, “*sem embargo que as beestas e spingardas nom estauam ouciosas os mouros todo soportauam por que lbes parecy a que posto que alguum dampno recebessem que o poderyam bem emmendar na grandeza da uingança que naquelle dya sperauam dauar.*” Perante uma inesperada resistência dos muçulmanos, os besteiros portugueses “*leixauam os lugares como podyam auer tempo e fogiam de boamente*” (*espingarda 3*). Mas nem tudo foram sinais de cobardia. Zurara destaca a acção corajosa de “*Guilhelme huum daquelles spingardeyros. o qual em aquelle dya trabalhou tanto assy a pee como era. hora com sua spingarda hora sem ella que foy digno de grande louuor*” (*espingarda 4*). Esta passagem revela-nos, em primeiro lugar, a existência de um corpo de espingardeiros (necessariamente especializado, porque era uma arma que exigia treino e preparação) que combatia apeado e que, naturalmente, se encontrava armado de outra(s) arma(s) para além da espingarda (possivelmente uma arma para a luta corpo-a-corpo, talvez uma espada ou uma adaga). Por outro lado, revela-nos que o papel do espingardeiro não tinha uma conotação depreciativa como se esperaria encontrar. A verdade é que, ao contrário de mestres de engenhos e trons ou de besteiros, um espingardeiro recebeu uma das maiores honras que cabia dar a um cronista, a perpetuação do seu nome, ao lado dos grandes senhores do reino. Por fim, resta sublinhar que o nome do espingardeiro parece ser pouco usual, podendo levantar-se a hipótese de se tratar de um estrangeiro (europeu). Contratado para exercer uma função que, em Portugal poucos ainda saberiam fazer? Fica a dúvida.

Para fazer frente aos disparos das armas neurobalísticas e pirobalísticas, nas quais se incluem, naturalmente, as espingardas (que só os Portugueses aparentemente possuem, neste duelo em Alcácer), os muçulmanos viram-se forçados a criar trincheiras:

Fizeram “huuns grandes uallos em que estauam os beesteyros de grada que som specyaaes naquelle mester. Estes uallos eram feitos acima da uilla fundados sobre madeyra e pedra ensossa por teer a terra e a caua larga e alta por que os de cauallo podyam andar abrigados dos tyros do muro. specyalmente dos troons e **spingardas**. por que tanto que ouuyam o toruam assy se lançauam sobre os pescoços de seus cauалlos.”

No que toca às armas individuais, a era da pólvora ainda estava a dar os primeiros passos. Mas é de notar, em forma de conclusão, a preocupação da Coroa de Portugal em se manter permanentemente actualizada no que toca às inovações com o armamento. Foi assim com D. Fernando, parece acontecer o mesmo com D. Afonso V. E as inovações, ao nível das armas de fogo portáteis, parecem também processar-se rapidamente. A colobreta, a primeira a entrar em acção entre nós, em pouco tempo viu a espingarda de mecha ocupar o seu lugar. A tendência é a de valorizar (na prática) a inovação. A Coroa investe nas armas de fogo, mesmo sem totais certezas quanto à sua eficácia imediata, porque presente (com razão) que é nela que residirá a chave das vitórias futuras.

CONCLUSÃO

Termina aqui esta viagem pelo mundo do armamento militar individual da *nossa* Idade Média. Ao longo de muitas páginas, conduzimos o leitor através de uma jornada que esperamos ter sido proveitosa. Fazemos então um balanço deste trabalho, recordando o que foi estudado e o que não foi objecto de análise mais aprofundada. Começamos precisamente por este último ponto. Ficou por fazer uma análise do armamento colectivo utilizado na Idade Média. Temos consciência dessa omissão, já que é inquestionável a importância que estas armas tiveram no contexto da guerra medieval, sobretudo nas operações de cerco. Mas também temos consciência de que este não era o momento para fazer esse estudo. A importância do armamento colectivo, as suas especificidades, os problemas técnicos que levanta e a sua ligação com a Época Moderna e a Expansão Marítima, justificam um estudo autónomo, que não caberia neste que aqui caminha para o seu final. Mas não queremos terminar sem adiantar alguns dados em relação às armas colectivas.

Tradicionalmente, as armas colectivas são divididas entre engenhos de arremesso de pedras e bocas de fogo. Foram bastante numerosas as referências que fomos encontrando e recolhendo à medida que íamos lendo as crónicas que aqui analisámos (ver tabela 14):

		CSR	CC	CDF	CDJ I	CDJ II	CTC	CDD	CDM	total
Engenhos neurobalísticos	Cabrita	0	0	0	0	3	0	0	0	3
	Engenhos	13	4	13	13	32	0	8	15	98
Armas pirobalísticas	Artilharia	0	0	0	0	0	0	12	7	19
	Bombarda	0	0	1	3	2	2	7	66	81
	Canhão	0	0	0	0	0	0	0	2	2
	Colobreta	0	0	0	0	0	1	0	4	5
	Trom	0	1	5	15	21	3	1	10	56

Tabela 14 – Armamento de sítio

A análise da tabela 14 mostra-nos que o uso de engenhos neurobalísticos atravessa, sem grandes flutuações, os cenários de todas as crónicas analisadas (as escassas referências a engenhos na *Crónica do Condestabre* – apenas 4 – são colmatadas com as 58 que se encontram nas crónicas de Fernão Lopes que analisam o mesmo período e acontecimentos narrados nessa crónica). Assim, podemos concluir que a passagem do tempo, marcada pela introdução das armas pirobalísticas, e a mudança de cenário para o Norte de África não foram factores que levaram ao abandono dos engenhos por parte dos combatentes portugueses.

A segunda conclusão que podemos retirar a partir dos dados recolhidos (disponíveis no apêndice documental no capítulo “5. Armamento de sítio”) é que as armas colectivas são essencialmente utilizadas para as operações de cerco, quer por parte dos sitiados, quer como armas de sítio. O seu uso em batalhas e em embarcações é ainda muito incipiente, embora a era da artilharia embarcada estivesse prestes a despontar. A criação e manutenção, ao longo do século XVI, do império oriental e do vice-reino da Índia muito ficaram a dever às armadas equipadas com canhões, essenciais para o domínio dos mares. Já a era das grandes batalhas onde imperava a artilharia demoraria mais tempo a chegar, muito devido à falta de mobilidade destas armas.

Um terceiro aspecto a sublinhar é a total ausência de referências a catapultas. Este termo é habitualmente aplicado por muitos estudiosos do armamento, em nosso entender de forma errada, a grandes engenhos de tracção humana ou mesmo de contrapeso, quando em bom rigor a catapulta “*funcionava segundo o princípio de uma besta gigante.*” Trata-se então da balista romana, baptizada

pelos Gregos como catapulta (*katapeltè*), ou seja “*perfuradora de escudos*” (RICHARDOT, 2001, p. 222).

Uma última questão prende-se com a forma como o uso das bocas de fogo era entendido pelos cronistas e com a ideia que estes nos pretendem dar acerca da sua (in)eficácia. Há uma evidente contradição entre os relatos de incapacidade das armas pirobalísticas e os esforços que os reinos europeus (e mediterrânicos), incluindo Portugal, continuamente fazem para as adquirir. Ou entre essa incapacidade e as mudanças que a arquitectura militar vai sofrer devido ao aparecimento das armas de fogo.

Ao longo deste trabalho, fomos tentando fazer conclusões parciais, no final de cada capítulo, sempre que o considerámos conveniente. Não vamos, por esse motivo, repetir essas conclusões aqui. Olhemos, antes, para os objectivos a que, numa longa introdução, nos tínhamos proposto no início deste estudo e vejamos se foram cumpridos. Procurámos lançar um olhar válido sobre o armamento medieval português, a partir das fontes narrativas produzidas pelos cronistas de Quatrocentos. Acreditamos que, apesar das inevitáveis lacunas deste trabalho, conseguimos mostrar a utilidade desta abordagem. O extenso apêndice documental revela a quantidade de informação pertinente respeitante ao armamento individual que os cronistas nos foram deixando nos seus textos. As crónicas, mesmo com as limitações que todas as fontes (escritas ou não) possuem, permitiram conhecer um pouco melhor as armas, sobretudo o seu uso, o seu efeito e a forma como os seus utilizadores as viam e (des)valorizavam. Em muitos aspectos, ajudaram a confirmar hipóteses avançadas a partir de outro tipo de fontes, às quais tentámos sempre ir retirar as informações mais importantes. Em outras situações, deram indicações contrárias. Por exemplo, as crónicas mostram-nos que a azcuma não era uma arma exclusivamente de mão, sendo usada também como arma de arremesso. Em outras situações ainda, ajudaram a clarificar a natureza de algumas armas (relembramos aqui o caso da barreta, que é indiscutível tratar-se de uma peça metálica e não de uma protecção simples, de tecido ou couro).

Neste longo percurso, constatámos que a realidade extravasa sempre as fronteiras que os historiadores lhe procuram colocar. Os esquemas cronológicos que a bibliografia nos forneceu foram úteis como ponto de partida, mas o facto é que as generalizações, uma tendência quase inevitável do historiador, são

sempre arriscadas quando falamos sobre a Idade Média. Peças houve que perduraram no tempo, muito para além da fronteira que inicialmente se pensaria. Assim se passou, por exemplo, com as defesas de malhas, que não desapareceram com o aparecimento do arnês metálico.

Esperamos ter sido capazes de despertar e alimentar uma curiosidade sobre estes temas que conduza os leitores a leituras e investigações por iniciativa própria. Naturalmente, muito ficou por fazer. No campo da análise e exploração das fontes escritas, há muita documentação com informações seguramente úteis para o estudo do armamento e que ainda não foi tratada de forma sistemática. Muita dessa documentação permanece ainda adormecida nos arquivos, outra está publicada mas nunca foi olhada pelo prisma da história do armamento. Essa documentação poderá, por exemplo, ser importante para o estudo do fabrico e da comercialização das armas (controlada pela Coroa ou feita de forma ilegal), ajudando-nos a avaliar o nível de desenvolvimento que Portugal atingiu nesse campo. Outra hipótese de actuação interessante será a de alargar os limites cronológicos e analisar as crónicas dos séculos seguintes, pois só assim se confirmarão algumas hipóteses lançadas quanto à data da *morte* por desuso de muitas armas medievais, bem como da persistente sobrevivência de muitas outras. Só assim se poderá acompanhar o crescimento do armamento de fogo, individual e colectivo. Só assim se poderá contribuir também para uma área ainda muito pouco estudada entre nós, a guerra naval.

Concluindo, acreditamos que quem nos acompanhou nesta viagem não o fez em vão e que, ao encerrar finalmente este livro, guardará para si uma perspectiva correcta sobre as armas que os nossos antepassados medievais vestiram para matar e para não serem mortos. E, em consequência, também um maior conhecimento desse fascinante período do nosso passado comum.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Fontes Impressas

Crónica do Condestabre de Portugal. Lisboa, Ministério da Educação Nacional, 1969 (reprodução fac-similada da edição original, de 1526).

Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal. Edição crítica, por Carlos da Silva Tarouca, S.J., Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1952-1953 (3 vols.).

Crónica de Portugal de 1419. Edição crítica com introdução e notas de Adelino de Almeida Calado. Aveiro, Universidade de Aveiro, 1998 (1ª edição).

LOPES, Fernão – *Crónica de Dom Fernando*. Edição crítica de Giuliano Macchi, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975.

LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João I da boa memória. Parte Primeira*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977. Reprodução da edição preparada por Anselmo Braamcamp Freire, de 1915.

LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João I da boa memória. Parte Segunda*. Edição preparada por William J. Entwistle. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977.

PINA, Rui de – *Crónicas (D. Duarte)*. Coleção “Tesouros da Literatura e da História”, introdução e revisão de Manuel Lopes de Almeida. Porto, Lello & Irmão-Editores, 1977.

ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica do Conde D. Duarte de Menezes*. Edição diplomática de Larry King. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas), 1978.

ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I*. Edição de Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915.

2. Estudos

AMADO, Teresa

1991 – *Fernão Lopes – Contador de História*. Lisboa, Editorial Estampa.

1993 – “*Crónica de D. Fernando*”; in “Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa”, organizado e coordenado por Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Lisboa, Caminho, pp. 179-180.

- 1993a – “*Crónica de D. João I*”; in “Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa”, organizado e coordenado por Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Lisboa, Caminho, pp. 180-182.
- 1993b – “*Crónica de D. Pedro*”; in “Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa”, organizado e coordenado por Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Lisboa, Caminho, pp. 182-184.
- 1993c – “*Crónica do Condestabre*”; in “Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa”, organizado e coordenado por Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Lisboa, Caminho, pp. 186-188.
- 1993d – “*Fernão Lopes*”; in “Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa”, organizado e coordenado por Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Lisboa, Caminho, pp. 271-273.

ARNAUT, Salvador Dias

- 1945 – *Flechas com “erva” na guerra entre Portugal e Castela no fim do século XIV*. “Rev. Portuguesa de História”, nº 3, Coimbra, pp. 214-220.

BANDEIRA, Luís Stubbs Saldanha Monteiro

- 1993 – *Glossário armeiro: séculos XI a XIX*. Lisboa, Fundação da Casa de Bragança.

BAËNA, Miguel Sanches de

- 2001 – *Armamento Medieval*; in “Torre de Menagem. Núcleo Museológico da Torre de Menagem do Castelo de Leiria”. Leiria, Câmara Municipal.

BARBOSA, Pedro Gomes

- 2004 – *Lisboa – 1147 – A Cidade Reconquistada aos Mouros*. Lisboa, Tribuna da História. (Coleção “Batalhas de Portugal”).

BARROCA, Mário Jorge

- 1992 – *Os Castelos*; in “Nos Confins da Idade Média. Arte Portuguesa. Séculos XII-XV”, coordenação científica de Luís Adão da Fonseca, Mário Jorge Barroca e Lúcia Maria Cardoso Rosas, catálogo da exposição, Porto, Museu Nacional Soares dos Reis, pp. 51-57.
- 1996 – *A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar Portuguesa do Século XII*. “Portvgalia”, Nova Série, vol. XVII-XVIII, pp. 171-209 (Homenagem ao Professor Carlos Alberto Ferreira de Almeida).
- 2000 – *Armamento Medieval Português*; in “Pera Guerrejar. Armamento Medieval Português”, coordenação científica de Mário Jorge Barroca e João Gouveia Monteiro, catálogo da exposição, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, pp. 37-76.
- 2003 – *Armamento Medieval*; in “Nova História Militar de Portugal”, dirigido por Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. 1, pp. 122-161.

BARROCA, Mário Jorge; MONTEIRO, João Gouveia; FERNANDES, Isabel

- 2000 – *Pera Guerrejar. Armamento Medieval no Espaço Português*, coordenação de Mário Jorge Barroca, João Gouveia Monteiro e Isabel Cristina Ferreira Fernandes, catálogo da exposição, Palmela, Câmara Municipal de Palmela.

BOCCIA, Lionello G (coordenação)

1982 – *Dizionario Tipologici – Armi difensive dal Medioevo all'Età Moderna*. Firenze.

CHURCHILL, Winston

2008 – *Os Meus Primeiros Anos*, Lisboa, Guerra e Paz. (ed.original: 1930).

CIPOLLA, Carlo M.

1989 – *Canhões e Velas na Primeira Fase da Expansão Europeia (1400-1700)*. Lisboa, Gradiva (edição original de 1965).

COELHO, Maria Helena da Cruz

2001 – *As Cortes e a Guerra*; in “Revista de História da Sociedade e da Cultura”, do Centro de História da Sociedade e da Cultura, da Universidade de Coimbra, edições Magno nº 1, pp. 61-80.

CONTAMINE, Philippe

1991 – *Le Combattant dans l'Occident Médiéval*; in “Le Combattant au Moyen Age”, XVIII^e Congrès de la Société des Historiens Médiévistes de l'Enseignement Supérieur Public, pp. 15-24.

CRUBÉZY, Eric; HÉLAS, Jean Claude

1991 – *Le combattant à l'époque médiévale. Vers une approche archéologique et paléopathologique*; in “Le Combattant au Moyen Age”, XVIII^e Congrès de la Société des Historiens Médiévistes de l'Enseignement Supérieur Public, pp. 297-305.

DUARTE, Luís Miguel

1999 – *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

2000 – *Armas de Guerra em Tempo de Paz*; in “Pera Guerrejar. Armamento Medieval Português”, coordenação científica de Mário Jorge Barroca e João Gouveia Monteiro, catálogo da exposição, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, pp. 173-202.

DUBY, Georges

2005 – *Uma Batalha na Idade Média. Bouvines, 27 de Julho de 1214*. Lisboa, Terramar. (ed.original: 1973).

FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira

2000 – *Pera Guerrejar. Armamento Medieval Português*, coordenação científica de Mário Jorge Barroca e João Gouveia Monteiro, catálogo da exposição, Palmela, Câmara Municipal de Palmela.

FLORI, Jean

2002 – *Ricardo Corazón de León. El rey cruzado*. Barcelona, Edhasa (original francês: Éditions Payot & Rivages, 1999).

GAIER, Claude

1979 – *Les Armes*. Brepols-Turnhout, “Typologie des Sources du Moyen Age Occidentale”, fas. 34, com “Mise à Jour” de 1985.

1980 – *La bataille de Vottem – 19 juillet 1346*. Liege, Eugène Wahle éditeur, “Grandes Batailles de L’Histoire Liegeoise au Moyen Age”.

GARCÍA FITZ, Francisco

1998 – *Castilla y León Frente al Islam. Estrategias de Expansión y Tácticas Militares (siglos XI-XIII)*. Sevilla, Universidad de Sevilla. Secretariado de Publicaciones. (Série “Historia y Geografía”, n.º 29).

1998 – *Ejércitos y Actividades Guerreras en la Edad Media Europea*. Madrid, ArcoLibros. (Colección “Cuadernos de Historia”, n.º 50).

GAUTIER-DALCHÉ, Jean

1991 – *En Castille pendant la première moitié du XIII^e siècle: les combattants des villes d’entre Duero et Tage*; in “Le Combattant au Moyen Age”, XVIII^e Congrès de la Société des Historiens Médiévistes de l’Enseignement Supérieur Public, pp. 199-214.

GOMES, Rita Costa

1993 – “*Pina, Rui de*”; in “Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa”, organizado e coordenado por Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Lisboa, Caminho, pp. 597-598.

1993a – “*Zurara, Gomes Eanes de*”; in “Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa”, organizado e coordenado por Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Lisboa, Caminho, pp. 687-690.

GROSSMAN, Dave

1995 – *On Killing. The Psychological Cost of Learning to Kill in War and Society*. New York, Back Bay Books/Little, Brown and Company.

GUILBERT, Sylvette

1991 – *Combattants pour l’éternité. Représentations de combattants sur les pierres tombales de Châlons-sur-Marne*; in “Le Combattant au Moyen Age”, XVIII^e Congrès de la Société des Historiens Médiévistes de l’Enseignement Supérieur Public, pp. 267-278.

HARDY, Robert

2000 – *Longbow. A social and military history*. Sparkford, Patrick Stephens Limited (reedición da 3^a edição de 1992; edição original: 1976).

HÉLAS, Jean Claude

1991 – v. CRUBÉZY/ HÉLAS

HOFFMEYER, Ada Bruhn de

1988 – *Las armas en la historia de la Reconquista*. “Gladius”, Tomo Especial, pp. 31-105.

KAEUPER, Richard W.

2001 – *Chivalry and Violence in Medieval Europe*. New York, Oxford University Press. (edição hardcover: 1999).

KEEGAN, John

1987 – *O Rosto da Batalha*. Lisboa, Fragmentos. (Colecção “Fragmentos Mais” n.º 1). (edição original: 1976).

KRUS, Luís

1993 – “*Crónica*”; in “Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa”, organizado e coordenado por Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Lisboa, Caminho, pp. 173-175.

1993a – “*Crónica de Portugal de 1419*”; in “Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa”, organizado e coordenado por Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Lisboa, Caminho, pp. 185-186.

LANCIANI, Giulia / TAVANI Giuseppe

1993 – *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa, Caminho.

MACHADO, José Pedro

1995 – *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa, Livros Horizonte 5 vols.

MARTINS, Miguel Gomes

2005 – *A Vitória do Quarto Cavaleiro – O Cerco de Lisboa de 1384*. Lisboa, Prefácio.

2011 – *De Ourique a Aljubarrota. A Guerra na Idade Média*. Lisboa, A Esfera dos Livros.

MATTOSO, José

1993 – “*Épica (temas épicos)*”; in “Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa”, organizado e coordenado por Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Lisboa, Caminho, pp. 237-238.

1993a – “*Romance*”; in “Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa”, organizado e coordenado por Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Lisboa, Caminho, pp. 589-590.

1995 – *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325. I – Oposição*, Lisboa, Editorial Estampa (5ª edição; 1ª ed. de 1985).

2003 – *Nova História Militar de Portugal*, dirigido por Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. 1 (coordenação).

MIRANDA, José Carlos Ribeiro

1994 – *Conto de Perom, o Melhor Cavaleiro do Mundo. Texto e comentário de uma narrativa do Livro de José de Arimateia, versão portuguesa da Estoire del Saint Graal*, s.l. Casa do Livro (Colecção Conferências & Debates).

1996 – *Como o rei Artur e os cavaleiros da sua corte demandaram o reino de Portugal*; in “Colóquio/Letras” nº 142, Outubro-Dezembro, pp. 83-102.

1998 – *A Demanda do Santo Graal e o Ciclo Arturiano da Vulgata*. Porto, Granito.

MONTEIRO, João Gouveia

- 1988 – *Fernão Lopes. Texto e Contexto*. Coimbra, Minerva, 1988 (Coleção “Minerva-História”, n.º 1).
- 1994 – *Torneios, Justas e Feitos de Armas: escolas de guerra e desporto de nobres no Ocidente Medieval*; in “Actas do V Colóquio do ‘Infante e Tordesilhas’”, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, pp. 293-364.
- 1998 – *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa, Editorial Notícias (Coleção “Poliedro da História”, n.º 3).
- 1999 – *Os Castelos Portugueses dos Finais da Idade Média. Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*. Lisboa, Edições Colibri (Coleção “Estudos da Faculdade de Letras de Coimbra”, n.º 29).
- 2000 – “*Artifícios*” e “*Engenbos*” na *Poliorcética Medieval Portuguesa (Séc. XIV-XV)*; in “Pera Guerrejar. Armamento Medieval Português”, coordenação científica de Mário Jorge Barroca e João Gouveia Monteiro, catálogo da exposição, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, pp. 203-221.
- 2001 – *Armeiros e Armazéns nos Finais da Idade Média*. Viseu, Palimage Editores.
- 2003 – *Castelos e Armamentos*; in “Nova História Militar de Portugal”, dirigida por Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. 1, pp. 164-191.
- 2003a – *Aljubarrota – A Batalha Real*. Lisboa, Ed. Prefácio (Coleção “Batalhas de Portugal”).
- 2010 – *A Tática Militar na Europa do Século XIV: Princípios, Antecedentes e Inovações*; in “Entre Romanos, Cruzados e Ordens Militares”, Coimbra, Salamandra, pp. 169-199.

MONTEIRO, João Gouveia (coordenação)

- 2001 – *Aljubarrota Revisitada*. Coimbra, Imprensa da Universidade (em colaboração com Fernando Pedro Figueiredo, Lídia Catarino, Helena Catarino, Eugénia Cunha, Carina Marques e Vítor Matos).

O’CONNELL, Robert L.

- 1995 – *História da Guerra. Armas e homens*. Lisboa, Teorema.

PAUL, Jacques

- 1998 – *Histoire Intellectuelle de l’Occident Médiéval*, Armand Colin.

PASTOUREAU, Michel

- 1976 – *La Vie Quotidienne en France et en Angleterre au temps des chevaliers de la Table ronde (XII^e – XIII^e siècles)*. Hachette.
- 2002 – v. RAYNAUD

PIMENTA, Cristina

- 2005 – *D. Pedro I*. Lisboa, Círculo de Leitores (coleção “Reis de Portugal”)

RAYNAUD, Christiane

2002 – «*À La Hache!*» *Histoire et symbolique de la hache dan la France Médiévale (XIII^e – XV^e siècles)*. Paris, Le Leopard d'Or.

RICHARDOT, Philippe

2001 – *La Fin de l'Armée Romaine (284 - 476)*. Paris, Economica.

RIHLL, Tracey

2007 – *The Catapult. A History*. Yardley, Westholme Publishing.

RIQUER, Martín de

1987 – *Estudios sobre el Amadís de Gaula*. Barcelona, Sirmio.

1999 – *Caballeros Medievales y sus Armas*. Madrid, Universidad Nacional de Educación a Distancia.

ROGERS, Clifford

2010 – *The Oxford Encyclopedia of Medieval Warfare and Military Technology*. Oxford University Press (3 vols.).

RUBELLIN, Michel

1991 – *Combattant de Dieu ou Combattant du Diable? Le combattant dans les duels judiciaires aux IX^e et X^e siècles*; in “Le Combattant au Moyen Age”, XVIII^e Congrès de la Société des Historiens Médiévistes de l'Enseignement Supérieur Public, pp. 111-122.

RUBIM, Nuno Varela

1985 – *Artilharia Histórica Portuguesa Fabricada em Portugal*. Lisboa, Museu Militar.

1986 – *Sobre a Possibilidade Técnica de Emprego de Artilharia na Batalha de Aljubarrota*. Separata da “Revista de Artilharia”, Lisboa.

2000 – *O Armamento Pirobalístico (até finais do séc. xv / inícios do séc. xvi)*; in “Pera Guerrejar. Armamento Medieval Português”, coordenação científica de Mário Jorge Barroca e João Gouveia Monteiro, catálogo da exposição, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, pp. 223-243.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo

1977 - *Os Cronistas do Século xv Posteriores a Fernão Lopes*, Lisboa.

SERRÃO, Joel (direcção)

1992 – *Dicionário de História de Portugal*. Porto, Livraria Figueirinhas, reedição (6 volumes).

SIGAL, Pierre-André

1991 – *Les Coups et Blessures Reçus par le Combattant à Cheval en Occident aux XII^e et XIII^e siècles*; in “Le Combattant au Moyen Age”, XVIII^e Congrès de la Société des Historiens Médiévistes de l'Enseignement Supérieur Public, pp. 171-186.

SILVA, Antonio Moraes

1831 – *Diccionario da Lingua Portuguesa*; Lisboa, Impressão Regia, Tomo I, 4ª edição.

SOLER DEL CAMPO, Alvaro

1987 – *El Armamento Medieval Hispano*. Madrid. “Cuadernos de Investigation Medieval” Júlio-Diciembre, n.º 6

1993 – *La Evolucion del Armamento Medieval en el Reino Castellano-Leones y al-Andalus (siglos XII-XIV)*. Madrid, Servicio de Publicaciones del E.M.E. (colección “Adalid”).

1998 – *Ruptura o Continuidad. Pervivencias Preislámicas en Al-Andalus*. Merida, Museo Nacional de Arte Romano, Asociacion de Amigos del Museo, Fundacion de Estudios Romanos. (“Cuadernos Emeritenses” – 15).

2000 – *El Armamento Medieval Islamico en la Peninsula Iberica*; in “Pera Guerrejar. Armamento Medieval Português”, coordenação científica de Mário Jorge Barroca e João Gouveia Monteiro, catálogo da exposição, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, pp. 15-36.

STONE, George Cameron

1999 – *A Glossary of the Construction, Decoration and Use of Arms and Armor in All Countries and in All Times*, New York, Dover (republicação do original de 1934).

TAVANI, Giuseppe / LANCIANI, Giulia

1993 – *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa, Caminho.

THORDEMAN, Bengt *et. al.*

1939 – *Armour of the Battle of Wisby – 361*. Estocolmo, Kungl Vitterhets Historie Och Antikvitets Akademien.

TORRES, Ruy d'Abreu

1992 – “*Fernando, D.*”; in “Dicionário de História de Portugal”, direcção de Joel Serrão, Lisboa, Porto, Livraria Figueirinhas, reedição (6 volumes), vol. II, pp. 550-554.

VERNIER, Richard

2003 – *The Flower of Chivalry. Bertrand du Guesclin and the Hundred Years War*. Woodbridge, The Boydell Press.

(Página deixada propositadamente em branco)

Série Investigação

•

Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra University Press

2013

